

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ECONOMIA E ATITUDES ECONÓMICAS
NO ALENTEJO OITOCENTISTA**

Volume I

Helder Adegar Teixeira Dias Fonseca

ÉVORA

1992

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ECONOMIA E ATITUDES ECONÓMICAS
NO ALENTEJO OITOCENTISTA**



57725

Helder Adegar Teixeira Dias Fonseca

Dissertação de Doutoramento em História Económica e
Social Contemporânea apresentada à Universidade de Évora.

ÉVORA

1992

INDICE

PREFÁCIO	v
PARTE I - A ECONOMIA ALENTEJANA NO SÉCULO XIX: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS (1850-1910)	
1. PROBLEMAS METODOLOGIA E FONTES	1
2. A DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES PRODUTIVAS	9
2.1. As bases do debate	9
2.2. Um espaço em fase de desindustrialização: as bases de uma tese,.....	19
2.3. Caminhos contraditórios da actividade industrial.	27
2.3.1. Os têxteis: uma reinterpretação da decadência.	28
2.3.2. A moagem: uma actividade em expansão	40
2.3.3. A indústria corticeira: a supremacia regional em 1900	55
2.3.3.1. Aspectos gerais. O arranque	55
2.3.3.2. A expansão da indústria corticeira na se- gunda metade do Século XIX. A localização. O papel do Alentejo.	61
2.4. Conclusão	85
3. O SECTOR AGRÍCOLA ALENTEJANO (1850-1910): DIVERSIFICAÇÃO, CRESCIMENTO E MUDANÇA	86
3.1. Características estruturais do sector agrícola na Região do Alentejo em meados do século XIX: a composição do Produto Agrícola (1858-1865)..	89
3.1.1. Metodologia Geral.	89
3.1.2. A produção vegetal: volume e valor.	97
3.1.3. A produção pecuária: volume e valor.	104
3.1.4. O produto agrícola alentejano: comentário....	121

3.2. Crescimento e Mudança na 2ª Metade de Oitocentos	133
3.2.1. Expectativas e Tendências. Problemas e Metodologia.....	133
3.2.2. A evolução do Produto Agrícola Final: um crescimento em duas velocidades.....	142
3.2.3. As mudanças na composição do produto agrícola: o seu significado.	148
1) O comportamento do subsector cerealífero...	151
2) "Arboricultura" e diversificação: fruticultura, culturas arbustivas, montados e pecuária.	162
3.3. Alentejo e Agricultura: resultados e avaliações. Conclusão.	201
4. CONCLUSÃO.	227

ANEXOS:

- Cartas
- Anexo I - Dados para a Indústria Corticeira
- Anexo II- Dados para o sector agrícola

PARTE II - A ELITE ECONÓMICA ALENTEJANA NO SÉCULO XIX. IDENTIFICAÇÃO, GRAU DE COESÃO, INTERESSES E ATITUDES. O EXEMPLO DE ÉVORA

1. PROBLEMAS, METODOLOGIA E FONTES. OS INVENTÁRIOS..	285
2. A ELITE ECONÓMICA EBORENSE NO SÉCULO XIX: PROTAGONISMO, PRESTÍGIO SOCIAL E COESÃO	309
2.1. O protagonismo na actividade económica: os maiores contribuintes, o controle da terra e a Sociedade Agrícola do Distrito de Évora	314
2.2. Um grupo solidário e coeso ? Estilo de vida, notabilidade, sociabilidade e parentesco	333
2.2.1. O estilo de vida: casa grande, casa nobre e palácio	334
2.2.2. Poder, sociabilidade e parentesco	367

3. A ELITE ECONÓMICA EBORENSE NO SÉCULO XIX:	
INTERESSES, NEGÓCIOS, ATITUDES E ENRIQUECIMENTO..	377
3.1. A evolução quantitativa: resultados de um painel	380
3.2. Interesses Comerciais e Industriais	388
3.3. O negócio do Dinheiro e dos Títulos. A criação dos Bancos Regionais	423
3.4. Interesses imobiliários, gestão fundiária e ex- ploração agrícola	513
3.4.1. Aquisição e acumulação imobiliárias	519
3.4.1.1. Mecanismos de Aquisição. A Desamortização e a Desvinculação	519
3.4.1.2. As estratégias de acumulação e aquisição ...	561
- A Casa de José Paulo Barahona C. Mira	562
- A Casa do Negociante Francisco Lopes	567
- A Casa dos Cunha Vieira	571
- A Casa de José Rosado de Carvalho	575
3.4.2. Gestão fundiária e Exploração Agrícola	585
3.4.2.1. Margiochi, Eugénio de Almeida e Rama- lho Dinis Perdigão: três casos em pre- juízo de uma tese	585
3.4.2.2. O absentismo e o rentismo fundiários: uma reavaliação da questão	619
3.4.2.3. Formas de estabelecimento das lavouras: pa- trimónio, direito de colónia e arrendamento. As sociedades Agrícolas	629
3.4.2.4. A orientação das lavouras: uma atitude ro- tineira ?	652
3.4.2.4.1. A orientação produtiva: a crescente com- plexidade	652
3.4.2.4.2. O sistema de cultura, tecnologia e pro- gresso agrícola e pecuário	673
4. O êxito da tradição ou do bom senso	717
CONCLUSÃO.	727

ANEXOS II PARTE	737
- Cartas	738
- Quadros	763
FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADA	875
A- Fontes para a I Parte	877
B- Fontes para a II parte	899
C- Bibliografia Citada	905

PREFÁCIO

Este estudo é uma interpretação historiográfica sobre a economia e os interesses e atitudes das elites económicas no período da formação do Alentejo contemporâneo.

Tomando como referência nuclear, para a segunda metade do século XIX (1840-1910), os espaços da economia e da elite da cidade de Évora, um dos polos de maior importância histórica e económica na região, procuro reapreciar os principais tópicos que têm dominado o debate em torno do Alentejo oitocentista.

Na primeira parte discuto as características e tendências da economia alentejana durante aquele período. Passo em revista o falso problema da desindustrialização e acentuo o esforço realizado para dinamizar a indústria regional, mesmo que os poucos resultados obtidos a coloquem entre as zonas do país escassamente industrializadas. Para o sector agrícola, avanço com as primeiras estimativas directas do produto agrícola regional. Esta avaliação quantitativa, inédita para o século XIX português, permite reapreciar o crescimento agrícola e, fundamentalmente, pôr em evidência duas importantes características reveladas pela agricultura alentejana: a diversificação produtiva e a versatilidade face às

condições do mercado.

Na segunda parte analiso os interesses e atitudes da elite económica da região. Clarificado o universo dos principais protagonistas e alguns dos mecanismos sociais em que a sua coesão se cimentou, procuro desvendar, para três gerações, a dimensão, a natureza, as formas de concretização, organização e gestão dos interesses económicos, dando um ênfase especial aos interesses fundiários e agrícolas. Esta abordagem permite discutir, refutar ou matizar algumas das atitudes consideradas como padrão da "burguesia agrária" regional.

Na conclusão, sintetizo as linhas essenciais do desenvolvimento económico do Alentejo durante a segunda metade do século XIX e realço a coerência existente entre o modelo realizado e o modo como as elites regionais concretizaram os seus interesses materiais. O balanço deixa enfraquecida a associação de um Alentejo simultaneamente cheio de potencialidades económicas e atrasado, devido a uma elite económica regional eternamente pouco afoita ou incapaz de tentar mudar o rumo dos acontecimentos.

AGRADECIMENTOS

A preparação deste estudo foi facilitada e favorecida pelo estímulo e empenhamento do orientador, o Professor Jaime Brawn Garcia Reis. A ele quero expressar o meu público e profundo agradecimento pelo ensinamento discreto mas eficaz com que me beneficiou desde que à dez anos iniciou a orientação científica da minha carreira universitária, pelas oportunidades de formação que me proporcionou, pelo espírito historiográfico que me inculuiu, pela competência que me transmitiu e pelo modo como respeitou as minhas escolhas, deixando sempre o caminho aberto à liberdade de criação.

O meu reconhecimento estende-se às muitas instituições e pessoas que contribuíram para que este projecto tivesse condições de êxito. Entre as primeiras, estiveram a Universidade de Évora, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Instituto Nacional de Investigação Científica e o Instituto Europeu de Florença a quem agradeço a confiança académica, os meios financeiros e as bolsas que foram indispensáveis para concretizar uma formação adequada.

Permitam-me, no entanto, destacar a Fundação Eugénio de Almeida onde encontrei uma colaboração e apoio permanentes, cujo usufruto foi fundamental para a concretização deste projecto. A todos os seus administradores e funcionários manifesto a minha profunda gratidão e tenho a obrigação de realçar aqui a amabilidade, compreensão e interesse inexcusáveis com que a Senhora D. Teresa Eugénio de Almeida apoiou a minha pesquisa.

Aos Directores do Círculo Eborense e ao senhor João Silveira agradeço a total disponibilidade no acesso aos arquivos particulares que possuem e realço a cortesia e o espírito colaborante com que sempre me acolheram.

Ao Professor Robert Rowland, do Departamento de História e Civilização do Instituto Europeu de Florença, fico grato pela cordialidade, apoio e meios que pôs a minha disposição quando da minha estada naquela instituição.

Aos Professores António Miguel Bernal, do Departamento de História Económica da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Sevilha, e Santiago Zapata Blanco, do Departamento de Economia Aplicada e Organização de Empresas da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade da Extremadura, devo o interesse com que sempre acompanharam o meu trabalho, os contributos que deram e o empenhamento que continuam a dedicar para a minha integração no meio historiográfico de Espanha.

Ao meu primeiro mestre, Professor Luis Ferrand de Almeida, que me orientou nos dois anos terminais da Licenciatura em História na Faculdade de Letras de Coimbra e nos primeiros anos da carreira universitária e cujos ensinamentos persistem no exercício do meu ofício de historiador, manifesto o meu grande respeito e consideração pessoal e académica.

Aos Professores Mariano Feio, Augusto Silva e Maria Eugénia Mata, expresse o meu reconhecimento pela atenção com que seguiram e discutiram partes do meu trabalho, e pelas informações e esclarecimentos que continuamente me facultaram.

A Dr^a Conceição Andrade Martins deu um contributo inestimável com a sua permanente disponibilidade para ler, reler, corrigir, discutir e ouvir.

Aos meus colegas do Departamento de História da Universidade de Évora, agradeço a cooperação e amizade que permitiu ultrapassar muitas dificuldades.

Dos funcionários do Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Évora e em particular da sua Directora, Dr^ã Isabel Cid, lembro, com gratidão, a dedicação e a paciência com que se prestaram a solucionar os enormes problemas com a documentação.

Ao Conservador Dr. José Manuel Pinho Martins e aos funcionários do Registo Predial de Évora agradeço a cooperação que manifestaram e os esclarecimentos com que sempre responderam às minhas dificuldades. Um agradecimento que é necessário estender ao Director das Finanças de Évora pela forma expedita como facilitou o acesso ao arquivo histórico da repartição.

Ao senhor José Gomes, dos Serviços Técnicos da Universidade de Évora, expresso a minha gratidão pelo excelente trabalho cartográfico realizado.

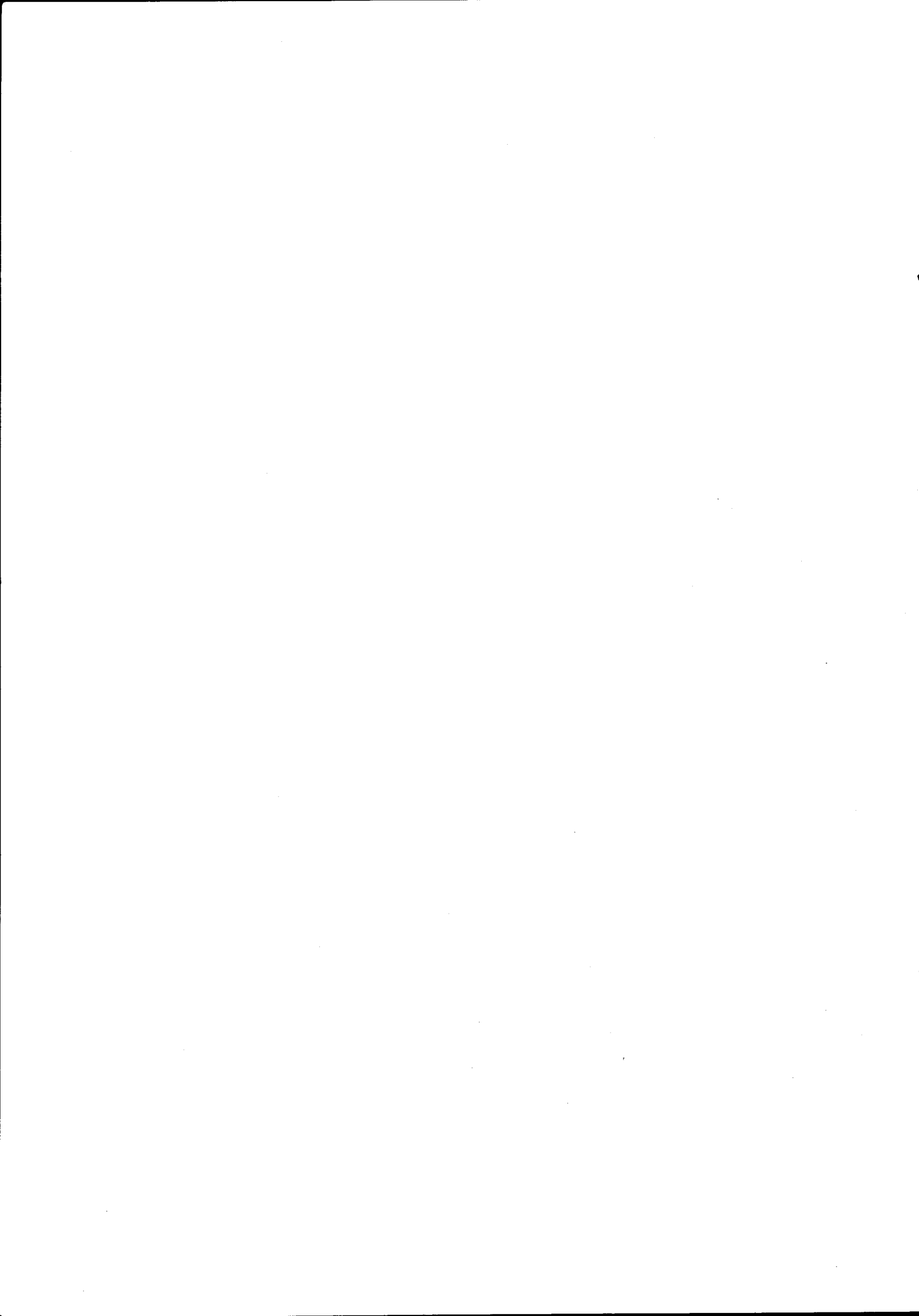
Por último, reservo uma palavra de sentido agradecimento à minha mulher, Maria de Belém, e aos meus filhos, André e Maria Inês, pela forma paciente como me acompanharam neste percurso.

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO E LISTA DE ABREVIATURAS

Nas transcrições, foram respeitados integralmente os originais, com excepção das consoantes dobradas e dos *y* que foram convertidos em *i*. As abreviaturas foram desdobradas.

As abreviaturas usadas no texto e nas notas foram as seguintes:

- A.S.E. - Arquivo da Sé de Évora
- A.C.F. - Arquivo da Casa Fiuza
- A.C.E.A. - Arquivo da Casa Eugénio de Almeida
- A.D.E. - Arquivo Distrital de Évora
- A.C.R.P.E. - Arquivo da Conservatória do Registo Predial de
Évora
- A.R.F.E. - Arquivo da Repartição das Finanças de Évora.
- C.C.R.A. - Comissão de Coordenação da Região do Alentejo
- I.O.C.E. - Inventários Orfanológicos da Comarca de Évora
- N.C.M.E. - Núcleo da Câmara Municipal de Évora
- N.G.C. - Núcleo do Governo Civil (de Évora)
- N.J. - Núcleo Judicial
- N.C.P. - Núcleo da Casa Pia
- N.M.E. - Núcleo da Misericórdia de Évora
- N.N. - Núcleo Notarial
- R.H.A. - Região Histórica do Alentejo



PARTE 1

A ECONOMIA ALENTEJANA NO SÉCULO XIX: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS (1850/1910)

1. PROBLEMAS, METODOLOGIA E FONTES

O objectivo é discutir algumas características e tendências básicas que a historiografia moderna tem apontado à economia da Região Histórica do Alentejo durante a segunda metade do século XIX (1850-1910).

Pretendo, fundamentalmente, abordar três problemas. O primeiro diz respeito à posição e evolução global das chamadas actividades produtivas da região naquele período, matéria em que tem sido frequente a redução da economia à actividade agrícola alentejana, subavaliando-se demasiado a importância de outros sectores. O segundo refere-se às componentes fundamentais da agricultura regional, onde parece ter-se sobreavaliado o peso dos cereais e particularmente do trigo. O terceiro prende-se com a evolução do produto agrícola, onde prevalece a tese de um crescimento lento.

Para a primeira das questões, com base em estimativas de alguns agregados sectoriais regionais e em indicadores

indirectos tradicionais, procuro mostrar como, ao longo da segunda metade do século XIX, a Região Histórica do Alentejo conheceu com algum sucesso um marcado esforço de diversificação das actividades produtivas não agrícolas, que atraíram tanto capitais regionais, como nacionais e estrangeiros, ficando prejudicada a tese que procura imputar à região, naquela época, um percurso claramente desindustrializador. Pelo contrário, a economia regional tornou-se mais diferenciada e permaneceu com características estruturais similares à média nacional, situação de que virá a afastar-se só no século XX.¹

Efectivamente a análise regional de alguns subsectores industriais -- têxtil, moagem e corticeiro -- permite pôr em evidência que a evolução destas actividades não foi homogénea. Se algumas conheceram uma clara decadência (os têxteis), outras atraíram alguns capitais regionais (as minas) e viveram um progresso relativo (moagem) ou mesmo assinalável (a indústria corticeira). Deixo de fora componentes importantes como a construção civil e o impacto das obras públicas e das construções ferroviárias.

Nesta evolução tiveram um papel decisivo tanto a lentidão com que, no quadro da formação do espaço económico nacional, o Alentejo foi integrado na Região Económica do Sul, em fase de constituição, polarizada pela zona industri-

¹ Sobre os indicadores para o produto físico, possibilidades e limites para os estimar ver: Jaime Reis, 1985, 2-4 e Pedro Lains, 1990

al, mercado e porto de Lisboa, como as condições da oferta e procura de alguns produtos no mercado internacional (minérios, cortiça). ²

Naturalmente o sector agrícola alentejano continuou a ter um peso preponderante, atraindo e mobilizando tanto a atenção e expectativas do país como o principal volume de investimentos privados regionais, pois foi pela terra e pela agricultura que as elites económicas locais mais se interessaram.

Sobre este sector permanecem em aberto duas questões essenciais sobre as quais vou debruçar-me. A primeira é a propósito das componentes da economia agrária da região. Procuro discutir a validade e significado real dos atributos de exclusivismo cultural (cerealífero), sustentado por uns e de diversidade produtiva (limitada) defendida por outros. Neste tópico trago para o debate uma interpretação quantitativa baseada numa estimativa por componentes do Produto Médio Bruto Agrícola Regional para meados do século XIX. O meu argumento essencial é que a economia agrícola alentejana da época tinha um grau de diversificação produtiva significativo embora quase limitado ao quadro dos produtos tradicionais da agricultura mediterrânica. A cerealicultura de sequeiro tinha um peso menos expressivo do que se tem ad-

² Cf J. David Justino, 1986, 570-9 e 937-60; Pedro Lains, 1986, 381-419; Paulo Guimarães, 1990.

mitido e por isso dificilmente condicionaria a economia agrícola regional de um modo muito acentuado. ³

Esclarecida a situação para meados de Oitocentos, pretendo saber como evoluiu o sector até às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Como é óbvio não vou à procura de uma revolução agrícola que não existiu em toda a Europa Mediterrânea pelo menos nos termos em que se chegou a imaginar ter ocorrido em alguns países da chamada "Europa Média". ⁴

O crescimento e a evolução da composição do Produto Agrícola Final na Área de Évora permite visitar as teses que tem sido sustentadas sobre a evolução da agricultura alentejana entre 1850-1910, pôr em evidência um dinamismo produtivo e uma sensibilidade às condições do mercado que não têm sido devidamente destacados e avançar uma nova interpretação para o que aconteceu na agricultura regional.

Para uma melhor compreensão da manipulação dos dados, deixo para o texto a apresentação da metodologia que utilizei para estimar o produto agrícola. Cabe aqui apenas explicitar o critério de agregação espacial seguido, que, como é óbvio, baseia-se em unidades administrativas pois foram e

³ Cf. Carlos Silva, 1980, 65-70 e 95; Jaime Reis, 1980, 127. Ver também Albert Silbert, 1978, 479-617.

⁴ Sobre o assunto ver David Grigg, 1982, 91-94; David Grigg, 1978, 123-144; Orlando Ribeiro, 1987, 131 ss.

são a matriz da produção das estatísticas oficiais.

A agregação por distritos tem, entre outras, a desvantagem de representar uma escala demasiado elevada para permitir apurar a eventual diversidade ou homogeneidade nos padrões de uso da terra na região. ³

A opção pela unidade concelhia, além de colocar dúvidas de escala (limitada), foi imediatamente afastada devido a uma outra dificuldade difícil de transpôr: a partir dos anos '1830 e até final do século, mercê de sucessivas reformas administrativas de vigência irregular, promovidas pelo Estado Liberal, assistiu-se a um movimento de supressão, reconstituição, anexação e deslocamento de concelhos (poucos) e freguesias (muitas). Na Carta 1B (em anexo) indico os concelhos alentejanos que foram total ou parcialmente afectados por aquelas mudanças e o sentido em que elas se realizaram. ⁴

Perante estas dificuldades optei por uma agregação intermédia. O agrupamento de concelhos não foi estabelecido com base, num eventual critério de homogeneidade inferido a partir de uma bateria de indicadores. Limitei-me a aceitar, como base de trabalho, o agrupamento actualmente usado pela

³ Outro inconveniente é o de obrigar a criar um grupo espacial representado apenas pelos concelhos do litoral alentejano que na época estavam integrados no Distrito de Lisboa.

⁴ Para detectar estes movimentos cf. Instituto Nacional de Estatística (ed.), 1964b, I-I, 16-78 (fundamental, pois inventaria as mudanças ocorridas a partir de 1864; ver observações nas freguesias); João Maria Baptista, 1876, IV e V; Victorino de Almada, 1888 (entrada "Alentejo"); Lopes Correia, 1961.

Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (Carta 1C em anexo) onde introduzi as alterações necessárias para neutralizar as perturbações provocadas pelas reformas administrativas ocorridas no período em estudo. ⁷

Uma palavra indispensável para as fontes. São apresentadas em anexo e estão organizadas pela cronologia da informação que fornecem, de modo a o leitor poder identificá-la com facilidade.

No caso da estatística agrícola explico as medidas de equivalencia que apliquei para uniformização das quantidades. Além disso reuno três tipos de informação quanto à origem: dados publicados, recentemente (em estudos) ou na época (fontes impressas), e dados inéditos (fontes primárias), sendo estes últimos apenas para o Distrito de Évora conforme os originais dos mapas de produção que pude consultar no Núcleo do Governo Civil do Distrito de Évora- Arquivo Distrital de Évora. ⁸

⁷ Sobre o impacto regional das reformas administrativas ver Carta 1A, em anexo. O critério adoptado tem ainda a vantagem de permitir no futuro compatibilizar com mais facilidade a estatística oitocentista com a que os organismos oficiais tem produzido para o Alentejo do século XX.

⁸ Não consegui localizar talvez o mais importante documento para o conhecimento da economia alentejana de meados do século XIX. Trata-se do que optei por designar por "Relatório Carlos Bonnet". Em rigor, foi um estudo encomendado pelo Estado em 1849 (Lei de 30-04-1849) àquele engenheiro civil, sobre a "exploração geológica e mineralógica no Alentejo no âmbito das iniciativas para o levantamento da Carta Geral do Reino". Em 1851, o trabalho foi dado por concluso e sei que o documento final ficou estruturado em três partes: na primeira, o autor tratou da "geografia física" da região (relevo, recursos hídricos, povoamento, cartografia, etc.); na segunda, apresentou os "quadros estatísticos" (população, agricultura, etc.); na terceira, traçou o "mapa geognóstico" onde procurou destacar "toda a riqueza, até agora desconhecida, da Província do Alentejo". Deste relatório saiu por exemplo a "estatística

Sobre a fidedignidade da informação estatística já tem sido posto em relevo o seu valor mais indicativo do que absoluto.⁹ É assim que a vejo. Ao manipular aquelas fontes ocorreu, algumas vezes, a não coincidência da informação para alguns anos e produtos. Nestas situações de contradição optei sempre pelas fontes primárias.

Contudo, em matéria de informação, e apesar do valor insubstituível dos Arquivos dos Governos Civis, persistem lacunas que não deixam de surpreender, como a omissão em relação à produção de cortiça, um dos produtos chave da economia alentejana e com um peso crescente na exportação portuguesa da segunda metade de oitocentos, permanecendo as dificuldades assinaladas para o final do Antigo Regime.¹⁰

Uma primeira hipótese explicativa para esta omissão é a de que a Administração liberal só estava interessada na estatística que permitia controlar os produtos da "subsistência". Mas a ser assim não se percebe a razão porque se encontra boa informação para outros produtos e actividades não associadas à alimentação.. Poder-se-ia ainda argumentar que a cortiça destinava-se essencialmente ao mercado externo

da quantidade e valor dos gados nos três districtos do Alentejo (...) publicada no Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870, Lisboa, I.N., 1873, p.VI. Cf, Relatório do Ministério dos Negócios do Reino apresentado às Câmaras Legislativas em 22 de Fevereiro de 1850, Lisboa, I.N., 1850, p. 5; Relatório do Ministério do Reino (...) em 22 de Fevereiro de 1851, Lisboa, I.N., 1851, pp. 7-8.

⁹ Cf. J.David Justino, 1986, I, 33-4

¹⁰ Cf. Albert Silbert, 1978, II, 728-731

e uma parte significativa das actividades que ela suscitava estava nas mãos de estrangeiros, um facto que teria dificultado o seu controle. Mas o mesmo ocorreu em relação à actividade mineira e neste sector a informação é muito mais abundante, embora irregular. Em suma, uma estranha omissão que nem a crise corticeira do final do século corrigiu. Esta lacuna foi ultrapassada com uma estimativa a partir da cortiça exportada e de informações matriciais:

Fica o texto. No primeiro capítulo, insisto no dinamismo e diversificação da economia alentejana, dando relevo à questão industrial, cuja evolução até 1910 não confirma a tese que sustenta uma desindustrialização regional. No segundo capítulo, dedicado ao sector agrícola, analiso as características produtivas e a forma como cresceu e mudou a agricultura alentejana na 2ª metade do século XIX, discutindo os resultados tendo em conta os contributos dos testemunhos coevos e da historiografia moderna. Concluo propondo um novo modelo interpretativo para a evolução global da economia regional naquele período.

2. A DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES PRODUTIVAS

2.1. As bases do debate

Em meados do século XX, o sector primário garantia entre 50% a 60% do Produto Interno Bruto e absorvia 68-70% da população activa da Região Histórica do Alentejo (Tabela 1). No plano nacional, esta situação colocava a região fora do grupo daquelas que revelavam "uma estrutura claramente industrial e moderna" e entre as que apresentavam características de transição (Distritos de Portalegre e Évora) entre as chamadas regiões médias e as regiões marcadamente agrícolas (Distrito de Beja). ¹¹

A situação não era exactamente a mesma na viragem de Oitocentos para o nosso século. Por essa altura (1890-1911), o conjunto do sector primário alentejano ocupava 68% da população activa, mas a região revelava também uma menor terciarização e um peso mais significativo das actividades secundárias (Tabela 2). O desfasamento em relação ao país era muito menos acentuado, o conjunto da região aproximava-se da estrutura ocupacional média nacional e só os dis-

¹¹ Cf. Ana Bela Nunes, 1991, 718-9

TABELA 1

Região do Alentejo (1). Estrutura do Produto Interno Bruto (P.I.B.) e da População Activa por Sectores de Actividade (1950-1963): em percentagem

Sector	P.I.B.				População Activa			
	Alentejo (1)		Portugal		Alentejo(1)		Portugal	
	1953	1963	1955	1960	1950	1960	1950	1960
Primário (2)	62,8	52,3	29,9	24,9	71,0	68,0	48,6	43,6
Secundário	11,0	14,0	31,1	36,3	11,0	13,0	24,9	28,7
Terciário	26,2	33,6	39,0	38,8	18,0	19,0	26,7	27,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Dados apenas para os Distritos de Portalegre, Évora e Beja

(2) Agricultura, silvicultura, pescas e indústrias extractivas

Fontes: CCRA,1985; Manuel José Ferrão (e outros), I, 7-19 e II, 33-35 I) e p.33-5.

tos do Norte Interior e de Viana do Castelo apresentavam uma distribuição sectorial da população activa marcadamente agrícola (mais de 3\4 da população). ¹²

Em meados do século XIX, os relatórios anuais das autoridades distritais apresentavam o Alentejo como uma província onde a actividade produtiva e a agricultura regionais quase se confundiam. Por exemplo, em 1862, o Governador

¹² Norte interior = Distritos de Bragança, V.Real e Viseu. Cf. Ana Bela Nunes, 1991, 718-9.

TABELA 2

R.H.Alentejo: População Activa Por Sectores de Actividade:
1890 e 1911 (em percentagem)

Legenda: 1- "Trabalhos Agrícolas" ; 2- "Pesca e Caça"; 3- "Extracção de matérias minerais; 4- Sector Primário= 1 + 2 + 3 ; 5- "Industria"; 6- Terciário= Comércio + F.Ad.Pública + P.Liberais + Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos + Trabalhos Domésticos; 7- Imp= "Improdutivos e Profissão Desconhecida" [dados entre () = valores sem considerar pop.improdutiva]; 8= 4 + 5 + 6 + 7

ANO	Colunas UNIVERSO	1 TA	2 PC	3 MI	4 Pr	5 In	6 Tr	7 Imp	8 Total
1890	Reg.Hist.Alentejo	67,3	0,2	0,8	68,3	14,1	14,4	3,3	100
1890	Portugal Continental	61,1	1,2	0,2	62,5	18,5	15,5	3,5	100
1911	Reg.Hist.Alentejo	66,4	0,1	1,5	68,0	15,4	15,0	1,6	100
1911	Portugal Continental	56,7	0,7	0,3	57,7	(21,5)	(21,7)	(?)	100

Fontes: Censo da População do Reino de Portugal no 12 de Dezembro de 1890, Vol.III)Parte 1, Lisboa, I.N., 1900; Censo da População de Portugal no 12 de Dezembro de 1911, Vol.V, Lisboa, I.N., 1916; M.J.Ferrão (e outros), 1981, 7; Ana Bela Nunes, 1991, 716.

Civil de Évora informava que " a indústria d' este distrito, como é sabido, é a agrícola". O de Beja, rematava: " a agricultura é a única fonte de riqueza d'este fertilíssimo torrão ". E o de Portalegre generalizava: "como nas demais

provincias do país, a agricultura é tudo ". ¹³

Dois argumentos fundamentavam esta opinião. Primeiro, " o trigo, azeite, vinho, gado suíno e lãs " eram, " em milhares de contos ", a principal riqueza regional, ou, numa linguagem moderna, o produto agrícola era " quase exclusivamente " a única componente do Produto Interno Bruto Regional. E, realmente, pode admitir-se que, por esta altura, o Produto Físico (Produto Agrícola + Produto Industrial) Regional não alcançaria os 11.000 contos de reis, cabendo ao sector agrícola uma quota próxima dos 90% daquele valor. Depois, era no sector agrícola " que se emprega(va) quasi toda a população ", tal como os dados reunidos na Tabela 3 ilustram. ¹⁴

Aceitando a distribuição ocupacional da população activa como um indicador da diversificação por sectores das actividades económicas, e face aos elementos acima expostos, a hipótese que pretendo realçar é a de que, entre 1800 e 1950, a segunda metade de oitocentos foi o momento em que a economia da R.H.A conheceu uma maior diferenciação. Partin-

¹³ Cf. Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863 (ver relatórios respectivos os distritos alentejanos). As mesmas ideias aparecem expressas nos restantes relatórios a que tive acesso dos anos de 1856 a 1865. Sobre o assunto ver ainda José Silvestre Ribeiro, 1847, 59.

¹⁴ Cf. Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863 (ver relatórios de Évora e Beja que cito). Sobre o Produto Agrícola Bruto Regional (1858-65) ver Tabelas 17 e 20 neste estudo; quanto ao Produto Industrial Bruto Regional para este período ver adiante notas 15 e 16.

TABELA 3

Indicadores da Distribuição da População Activa
Por Sectores de Actividade no Alentejo (%)

Legenda: PAA- População Activa Agrícola; PANA- População Activa não Agrícola; NIVA- Nº Individuos (população) que vivem da agricultura; SP- População Activa no sector primário (agr., silvicultura, pescas e industria extractiva); SS- População Activa no sector secundário (para o século XIX, inclui neste grupo as actividades artesanais); ST- População Activa no sector terciário (comércio e serviços).

Ano	Universo	PAA	PANA	NIVA	SP	SS	ST
1825	Concelho Monsaraz	71			71	15	12
1835	Frg.urb. Concei.(V.Viç.)	53	47		53	19	28
1835	Frg.rural Arcos(Estremoz)	95	5	93	95	2	3
1835	Frg.rural Ana L ()	88	12	92	88	11	1
1836	Frg.rural Estevão ()	97	3	99	97	3	0
1862	Concelho Beja	69			69	21	10
1862	Distrito Beja	70			70	22	9
1850	Concelho Sines				63		
1863	Concelho S.Cacém	76	24		78	15	7

Fontes: Maria M.F.M.Rocha, 1988, 81 e 109 (inclui a dupla ocupação no sect.primário); A.D.E.:N.6.C.: Mç 3 [Mapas do " Estado da População (...) " das Freguesias de N.Srª Conceição (Vila Viçosa), Stº Estevão, Ana Loura e Stº Antonio de Arcos (Estremoz) em 1835\1836 (no cálculo da população activa considereei não só as profissões dos "chefes de familia" como também dos dependentes (familiares ou não) identificados profissionalmente ou cujo trabalho produtivo é clara e espressamente identificado]; Relatórios sobre o Estado da Administração Pública (...) em 1861, Lisboa, I.N., 1863, (Beja, p.22), corrigido coa os dados de José Silvestre Ribeiro, 1847, 57- sgts: para o distrito a população do Terciário poderá estar sobre-avaliada porque na estimativa admiiti um peso similar ao do concelho sede de distrito; Francisco Luis Lopes, 1850, p.43-44 (estimativa minha); António de Macedo e Silva, 1869, 198 ss

do de uma base relativamente alta, seguramente mais de 4/5 da população activa ocupada nas actividades agrícolas em meados de oitocentos -- e a estimativa ignora a dupla ocupação que é sempre difícil de medir -- , no final do século, o

TABELA 4

População Activa Agrícola (PAA) e do Sector Primário (PASP)
em Regiões Latifundiárias do Sul da Europa (em %)

ANO	REGIÕES LATIFUNDIARIAS					PAISES DO SUL EUROPA			
	ALENTEJO		EXTR.ESP	ANDAL.OC.	APULIA	PORTUGAL		ESPAÑA	ITALIA
	PAA	PASP	PASP	PASP	PAA	PAA	PASP	PASP	PAA
1860			78,0						
1881					65,0				58,5
1887			78,1	58,0				65,3	
1890	67,3	68,3				61,0	62,0		
1900/1			80,0	63,2	65,1	61,0	62,0	65,4	58,8
1910/1	66,4	68,0	75,2	57,9		57,0	58,0	63,0	
1930	62,0	63,2	60,2	51,7		49,0	51,0	46,4	

Fontes:

Para Espanha: Santiago Zapata Blanco, 1986, II, 1050 e Juan Garcia Perez e F. Sanchez Marroyo, 1988. Para Itália: Luigi Masella e Biagio Salvemidi (dir.), 1989, 165 (no caso da Puglia, calculei a média das três regiões da Puglia: Bari, Capitanata e Otranto). Para Portugal: Ana Bela Nunes, 1991 e Tabela 3; para 1930, cálculos meus sobre os dados do Censo da População 1930 onde considerei para base do cálculo da PAA e da PASP apenas o "número de indivíduos recenseados exercendo uma profissão e dos membros da família auxiliando os respectivos chefes" nas categorias, respectivamente de "Trabalhos Agrícolas" (PAA), acrescida dos dedicados à Pesca e Caça e na exploração das minas, pedreiras e marinhas (para o PASP).

peso do sector baixou para os 66 - 67% , para estabilizar ou aumentar apenas ligeiramente na primeira metade do século XX. O virar da centúria, quando a população activa ocupada

em actividades secundárias atingiu a expressão mais significativa na Região, foi também um momento de mudança para uma estrutura ocupacional que tendeu a concentrar-se na agricultura e no terciário, diferenciando-se assim da tendência nacional (Tabelas 1 e 2).

Esta evolução é ainda coerente com algumas indicações grosseiras sobre o contributo da região para o Produto Industrial do país. Apesar das inúmeras deficiências reconhecidas aos Inquéritos Industriais da época, a melhor qualidade do que foi realizado no final do século permite avançar com uma estimativa do produto industrial bruto regional: em 1889, quando o Produto Industrial Bruto Nacional rondava os 80.000 contos, a R.H.A. realizava um produto aproximado de cerca de 2300-2500 contos. ¹⁵

A ser assim, nesta época, o contributo do Alentejo para o Produto Industrial Bruto do país alcançou talvez um dos

¹⁵ O Anuário Estatístico de Portugal, 1884 (Lx., I.N., 1886, p. 398), baseado num "Resumo do Inquérito Industrial (de 1881)" divulgou um quadro sobre a "Situação da Indústria Geral, por Districtos Administrativos, em 1881". Segundo este mapa o "valor da produção" industrial portuguesa (continente) era de 26944 contos e a contribuição dos 3 distritos alentejanos era de 909, 5 contos. É óbvio que estes dados são deficientes porque a indicação para alguns distritos é o valor da produção de uma a meia-dúzia de empresas. Dados publicados recentemente levam a supôr que, para aquela época, o valor da produção industrial portuguesa seria sensivelmente o dobro do valor indicado naquele mapa. O Inquérito Industrial de 1890 (Vol. 3 e 4) que inventaria as fábricas e a "pequena indústria", inclui o valor da "Produção do Anno de 1889" por concelhos, referindo no entanto em cada sector o número de unidades produtivas que tinham declarado a produção e das que o não fizeram. Para estimar o produto industrial bruto regional corrigi os dados a partir do valor médio da produção por unidade em cada sector, assumindo que as unidades que não declararam as produções teriam uma dimensão média similar às declarantes. Sobre os indicadores indirectos, as dificuldades deste tipo de estimativas, metodologias e resultados para o Produto Industrial do país (cerca de 53.000, 80.000 e 100.000 contos em 1881, 1890 e 1900 respectivamente) ver Jaime Reis, 1985, 2-14 e 38-40; Jaime Reis, 1987, 207-227; Pedro Lains, 1990, 31-34.

TABELA 5

População Activa Agrícola (PAA) e do Sector Primário (PASP)
em Regiões Latifundiárias do Sul da Europa: desvio em relação
às médias nacionais (em percentagem)

ANO	Alentejo		Extremadura Esp PASP	Andaluzia Oc. PASP	Apulia PAA
	PAA	PASP			
1881					+ 11
1887			+ 19,6	- 11	
1890	+ 10	+ 10			
1900			+ 22	- 3	+ 11
1911	+ 17,2	+ 16	+ 19	- 12	
1930	+ 24	+ 27	+ 56	+ 11	

Legendas e Fontes : ver TABELA 4

seus melhores picos. De facto, para meados do século XX aquela contribuição foi estimada em 3,7% (1953) e 2,7% (1963), mas incluindo o produto da actividade extractiva, sector que a região claramente liderou no século XIX. Se, para 1889, agregar ao produto industrial regional o realizado pelas "pedreiras", "minas em lavra" e dos "estabelecimen-

tos para tratamento metalúrgico de minérios", a quota alentejana cifra-se em 4-4,5% do P.I.Nacional. Um resultado indubitavelmente apreciável. ¹⁶

A entrada para o século XX surge assim como um momento fulcral para o destino da região. Até então, o Alentejo manteve um fraco desfasamento em relação ao quadro nacional, o que quer dizer que a sua economia estava a evoluir num sentido similar à do conjunto do país, tal como ocorreu noutras regiões latifundiárias da Europa do Sul (Tabelas 4 e 5). ¹⁷

Este sentido que vejo na economia alentejana da segunda metade do século XIX, uma maior diversificação das actividades produtivas com um certo incremento das actividades

¹⁶. O producto bruto das "indústrias extractivas" para 1889 foi de 1997,1 contos de reis para o país e 1072,1 contos para o Alentejo (Cf. Inquérito Industrial de 1890 - Vol. I - Indústrias Extractivas - Minas e Pedreiras, Lisboa, I.N., 1891); sobre o mesmo assunto ver ainda Paulo Guimarães, 1990. É realmente difícil admitir que na década de 1860 o Produto Industrial do Alentejo alcançasse os 1600 contos de reis necessários para garantir uma contribuição de cerca de 4% no Produto Industrial Nacional. Por exemplo, o subsector dos lanificios, ainda a mais importante actividade industrial, não produzia mais de 400-500 contos, uma estimativa a partir da produção das fábricas de Portalegre (Relatórios Sobre o Estado da Administração Pública (...) para os anos de 1861 a 1865, Lisboa, I.N., 1864-66) e de uma produção unitária de 300 mil reis para os cerca de 1100 teares da pequena indústria (Joaquim Fradesso da Silveira, 1864, 56-8); o sector corticeiro deveria rondar os 200-300 contos (ver Relatórios supra e António de Macedo e Silva, 1869, 105); e a actividade mineira estava em fase de arranque (Paulo Guimarães, 1990). Sobre a contribuição do sector secundário do Alentejo (os 3 distritos) para o total do continente no século XX, ver Alguns Indicadores sobre a Região do Alentejo, Évora, C.C.R.A., s.d. (1985).

¹⁷ Para a Estremadura Espanhola alguns autores sustentam uma mudança na estrutura ocupacional pouco expressiva até 1900 seguida de trinta anos de mudança radical associado ao crescimento espectacular das actividades mineira e industrial; contudo investigações mais apuradas parecem matizar severamente a dimensão da mudança entre 1900-1930 (Cf. Juan Garcia Perez e F.Sanchez Marroyo, 1988; Santiago Zapata Blanco, 1986, II, 1511). Sobre o percurso da Andaluzia Oc. ver p.ex. Pedro Tedde de Lorca, " Um capitalismo Precario (1874-1920)" in Antonio Miguel Bernal (dir.de), 1981, 161-214.

industriais, é contraditório com outras intepetações que, para aquele período, acentuam uma especialização da região na agricultura. Pelo contrário, entendo que o Alentejo não ficou completamente à margem da "expansão industrial relativamente vigorosa e prolongada" que o país conheceu no último quartel de oitocentos. ¹⁰

São ainda escassos os estudos sobre a situação e evolução do sector secundário no Alentejo. Mas os existentes permitem pôr em relevo algumas das características e tendências da actividade industrial. Eu começo por apresentar a questão da "desindustrialização" nos termos em que tem sido colocada e discutir a sua validade. Em seguida, tomando como exemplo alguns dos subsectores vou mostrar como, na segunda metade do século XIX, a perda de importância de algumas daquelas actividades foi compensada pela expansão de outras. Por isso o Alentejo chegou à viragem do século com uma economia mais diversificada do que antes, posição que deve ser explicada afinal pela lenta e tardia industrialização do país, com os fenómenos que naquela época estiveram agregados a este processo (concentração geográfica da produção industrial, etc), e ainda pela lenta formação da região económica do sul, que Lisboa, com o seu mercado, porto e zona industrial em constituição, polarizou. Resta saber se este

¹⁰ Cf. Jaime Reis, 1987, 213-215

resultado foi realmente vantajoso para a região.

2.2. Um espaço em fase de desindustrialização ? As bases de uma tese

Em meados do século XVIII, e mercê das boas " condições de resistência à concorrência ", nomeadamente os modos de pagamento, os transportes onerosos e o baixo custo de produção local, a região, no seu interior e à medida do país, mantinha uma importante actividade baseada na indústria caseira e oficial. Esta produção contava com o mercado regional e revelava mesmo uma " situação indestrutível nas condições do século XVIII, quer pelo número de pessoas que absorvia, quer pelas matérias-primas que assim ficavam com consumo assegurado." ¹⁷

Era, por exemplo, o que acontecia com os têxteis (lã e linho) e particularmente com os lanifícios, subsector com larga tradição no interior do país, desde o norte da Beira Baixa ao Baixo Alentejo, um padrão de localização fortemente relacionado com "a circulação dos enormes rebanhos em regime de transumância, cujos percursos unem sintomaticamente focos de indústria e pastos de Verão e de Inverno ". Assim no Alentejo, Portalegre, Estremoz e Beja eram " centros mais

¹⁷ Cf. Jorge Borges de Macedo, 1982a, 144-5

ou menos laboriosos, onde se teciam saragoças imitadas de Espanha, panos pardos ordinários, panos pretos grossos e vários estofos de cores ". Mas outros subsectores, geralmente associados às necessidades da vida quotidiana e agrícola, como os das indústrias alimentares e de panificação, os cortumes, as saboarias, os metais comuns e a olaria, tinham também uma importância regional relevante. ²⁰

Um século depois, em meados de oitocentos, num país onde, apesar do atraso, já apareciam estruturadas três " zonas industriais " (Porto, Lisboa e Covilhã) que garantiam " 2/3 da força produtiva industrial do continente ", a R.H.A, com meia dúzia de fábricas têxteis e corticeiras dominadas por duas famílias, e dispondo apenas de um centro industrial de algum relevo (Portalegre), mantinha uma limitada actividade secundária, onde persistia a importância da "indústria caseira e oficial", e já revelava dificuldades em alguns dos principais subsectores (têxteis, química\sabão, cortumes, etc). ²¹

Uma situação suposta de decadência e mesmo desertificação, com o desaparecimento de algumas indústrias em determinados concelhos, que se acentuou rapidamente ao longo da segunda metade do século XIX. A progressiva integração do

²⁰ Por ordem de citação cf. João Carlos Garcia, 1986, 333 e J.M. Esteves Pereira, 1979, 149-52. Ver ainda Jorge Borges de Macedo, 1982a, 25, 144-145 e 149; Maria Margarida de Oliveira Frota, 1964, 159-169 e 182; Albert Silbert, 1978, II, 676-684

²¹ Cf. J. David Justino, 1986, I, 96-152. Ver ainda Ana Maria Cardoso de Matos, 1991a.

Alentejo na região económica do sul, polarizada por Lisboa, é vista como a principal razão para explicar aquela evolução. Para este facto contribuíram decisivamente a expansão da rede viária e, particularmente, a construção da rede ferroviária.

O melhoramento destas infra-estruturas facilitaram definitivamente a concorrência no mercado regional dos principais centros industriais do país. Por um lado, na disputa de algumas das matérias primas locais. Por outro lado, nestes centros, os principais subsectores, empresarial e tecnologicamente mais modernos, como o têxtil algodoeiro, mas sem capacidade de competir no mercado externo, onde países mais avançados mantinham uma firme liderança, lançaram a sua produção à conquista de um mercado interno protegido e em geral fizeram-no com vantagem e sucesso. O resultado teria sido a decadência dos principais subsectores implantados fora das zonas industriais em constituição e a desindustrialização do Alentejo. ²²

Esta interpretação tem algumas dificuldades. Uma delas é a da existência (ou não) e, em caso afirmativo, quando se constituiu, uma protoindústria na região, pois é a este conceito que se associam e só dele decorrem, como modelos de

²² Ver J. David Justino, 1986, 150 ss; Ana Maria Cardoso de Matos, 1991a, 580-1. E ainda, Pedro Lains, 1987, 494-500; Jorge Miguel Pedreira, 1990, 18-23.

transição, as situações de industrialização ou desindustrialização, sendo esta a incapacidade de certas regiões protoindustrializadas gerarem uma " indústria concentrada". ²³

A aceitação do segundo destes destinos para o Alentejo oitocentista implica o reconhecimento da fase anterior, a da existência de uma situação protoindustrial, mesmo que esta seja definida no seu sentido mais amplo, ou seja confundida com "industrialização rural", facto que poderá de novo ser ilustrado com o sector dos lanifícios. ²⁴

Num plano qualitativo, os dados conhecidos para os três grandes centros de produção de lanifícios existentes no Alentejo em meados de setecentos -- Portalegre e os concelhos limitrofes de Niza, Castelo de Vide, Marvão e Alter do Chão; e os triângulos Évora-Estremoz\Redondo-Reguengos e Beja-Serpa-Moura ²⁵ --, revelam algumas características consideradas como fundamentais para definir uma situação protoindustrial: localização rural, actividade complementar da

²³ Sobre este assunto ver: Pierre Deyon, 1984, 868-881 (onde o autor acentua a diversificação espacial das situações protoindustriais na Europa, e clarifica conceitos, percursos e efeitos); Samuel P.S. Ho, 1984, 882-895 (onde são testados alguns modelos); Franklin Mendels, 1984, 868-895 e 977-1008 (nas pp. 988 e ss o autor apresenta os critérios para qualificar uma situação regional de protoindustrial no sentido restrito). Ver ainda o também fundamental Peter Kriedte, Hans Medick e Jurgen Schlumbohm, 1986, particularmente pp. 201-228.

²⁴ Para outras regiões de Portugal e no mesmo contexto já foram formuladas dúvidas similares: Maria de Fátima Bonifácio, 1987, 102. Ver ainda sobre o assunto: Franklin Mendels, 1984, 987.

²⁵ Ver adiante Tabela 6.

agricultura e produção destinada ao comércio de produtos industriais às escalas local, regional, nacional e internacional (Espanha, p.ex.). ²⁶

Além dos exemplos mais conhecidos na zona de Portalegre ²⁷, outros testemunhos ilustram a importância ocupacional desta actividade e do modo como ela se realizava. Um, esclarecedor, é sobre o Redondo, no Distrito de Évora. Na segunda metade de setecentos, esta povoação, "pequena", com menos de 3000 almas, desenvolvia uma "indústria operária de oficinas particulares, assaz vasta" que constituía "o forte das ocupações dos seus habitantes". Sobre o volume de gente empregue nesta actividade e a dupla actividade a que ela estava associada,

* Não pode definir-se o número certo das pessoas que trabalham nesta fábrica de lãs do Redondo; mas é provável que passam de 4000. A razão é, porque no Redondo há 50, ou 53 teares, e todos têm que fazer: para cada tear, são necessários, ao menos 6 cardadores e 20 fiandeiras; estas 26 pessoas multiplicadas por 53 teares dão 1378 pessoas. Excede a este número a gente, empregada em lavar, escaldar, tecer, perxar, dobar, espinçar, tosar, escolher lã, enxugá-la, espalhar arrâteis, fomentar o fabrico D.ã D.ã. Há outra razão mais directa: tira-se do número dos fogos, e almas tomadas a rol dos Confessados na freguesia matriz do Redondo. Conta na vila 616 fogos e no campo 79, que fazem ao todo 695; conta na Vila 1972 pessoas; e no campo 290, que fazem ao todo 2217. Destas apenas as 217, serão as que mais, ou menos, se não empregam na fábrica; restam pois 2000, vê-se que a povoação é minguada, pois os fogos, nem ao menos são de 4 pessoas. A estas devem ao menos juntar-se 400 pessoas das 4 freguesias do campo, Santa Suzana, S.Miguel, S.Bento e Monte Virgem, as quais compreendem 1200 pessoas, cuja terça parte,

²⁶ Cf. Luis Fernando de Carvalho Dias, 1962, I, 59-64 (inclui a "Pauta ou Mapa das Terras Desta Provincia do Alentejo aonde se fabricam Panos" onde constam os 17 centros de produção de lanifícios referidos por Borges de Macedo mas que eu agrego em 3 grandes zonas); J.Borges de Macedo, 1982a, 61-2, 124, 142-53. Sobre as características de uma situação protoindustrial ver, p.ex.: Pierre Deyon, 1984, 868 ss.

²⁷ Ver p.ex. J.David Justino, 1986, I, 150-2; Posidónio Mateus Laranjo Coelho, 1919

quando pouco, servem a fábrica. As 1200 pessoas que faltam para as 4000 indicadas, sobejamente se tiram de Évora-Monte e da freguesia do Freixo no seu termo, de Monsaráz, de Montoito, de Terena, e das muitas aldeias de Santiago no seu termo, do Alandroal, de Borba, de Vila Viçosa; porque em todas estas partes, é notório, se fia muita lã para a fábrica do Redondo. " 28

Outro testemunho posterior, de 1814, atesta a permanência e peso desta actividade:

" O tráfico principal dos moradores desta Villa (do Redondo) he o fabrico das Saragoças, a que quasi todos os moradores se applicão, e por isso he alli desconhecida a ociosidade. Divide-se em duas classes, huma de fabricantes, e outra de operários. (...) e o fiar se estende pelas mulheres do termo, e villas e termos circunvizinhos. (...). (Na vila) não há mercados de saragoça, e só tres ou quatro fabricantes as comprão por comissão ou encomenda, ou por sua conta, e as vão vender a algumas feiras, ou mercados [ou fornecem] para o fardamento dos Batalhões de Caçadores do Exército. " 29

Também mais a sul, nos concelhos do Campo de Ourique, um centro onde a importância deste fabrico era mais recente, mas cuja produção de lanifícios teimava em resistir ainda no final do século XIX, o Inquérito Industrial de 1890 mostrou como esta actividade era claramente complementar da actividade agrícola ou seja, que "os pequenos industriais (...) não exercem os seus mesteres em estabelecimentos próprios n'um certo decurso do tempo, e só aproveitam n'elles

28 Cf. " Averiguações sobre a Fábrica de Lãs estabelecida na Vila de Redondo, Alentejo (S.A.N.D. = 2ª metade do séc. XVIII =)" in Luis Fernando de Carvalho Dias, 1962, II, 276-79

29 Cf. Bernardo Manoel da Costa Lima, 1814\15, 353-356. Este testemunho contraria o do corregedor de Évora que em 1804 considerava a indústria do Redondo em plena decadência (citado por Albert Silbert, 1978, II, 680).

algumas horas, depois do trabalho do campo". ³⁰

No plano quantitativo, de dimensão na economia regional, existem sérias reservas em relação ao seu peso real. Apesar de em determinadas povoações envolver uma parte significativa da população é difícil admitir que esta actividade, em termos globais, afectasse os 10 a 15 % da população ou fosse um dos factores mais importantes da economia regional como nas regiões protoindustriais da Europa Média ou do Noroeste. Contudo, deve nota-se que algumas destas estimativas foram elaboradas sobre um conceito de região limitado a "un ensemble de lieux, centrés sur une ville ou sur des villes dominantes, où l'on peut aller et d'où l'on peut revenir en moins de deux journées", critério que não coincide de facto com o de Região Histórica aqui utilizado. Por outro lado, é conhecido que noutras zonas da Europa do Sul com características similares ao Alentejo, como na Campania, Apúlia e na Estremadura Espanhola, não foi realmente frequente aquelas actividades assumirem uma importância tão expressiva nesta fase. Para Albert Silbert, a falta de população e o carácter eminentemente capitalista do comércio da lã (para exportação) inviabilizaram o desenvolvimento de uma indústria rural no

³⁰ Cf. Inquérito Industrial de 1890, Vol.III-Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891, pp. 135-6 (ver informações de Almodôvar e Castro Verde). Para meados do século podem encontrar-se mais informações sobre esta "pequena indústria" em Joaquim Fradesso da Silveira, 1864, 51-76; ver também Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Directo - 3ª Parte - Repartição de Estatística, Lisboa, I.N., 1882, pp. 39. Ver ainda J.David Justino, 1986, I, 150-2



Alentejo durante o Antigo Regime. ³¹

Embora improvável admita-se a existência na R.H.A de zonas de protoindustrialização à entrada do século XIX, para o que eventualmente contribuiriam a moagem tradicional, a antiga "indústria caseira" de azenhas e moinhos, e outras actividades também consideradas importantes na região, como os cortumes, a cerâmica\olaria e as saboarias. E pelos dados conhecidos para Portalegre e para o Distrito de Évora, nas primeiras décadas de oitocentos, já existiam mesmo unidades de produção em alguns daqueles sectores com características talvez próximas do conceito de protofábrica, instaladas nos principais centros populacionais. E como sustenta Samuel Ho, "une des caractéristiques importantes de l'industrie avant l'industrialisation réside dans le fait qu'un nombre croissant de travailleurs ruraux participent à plein temps à la production de biens industriels (...), dans des protofabriques situées dans les bourgs et les villes". ³²

Mesmo nestas condições não é pacífica a interpretação sobre a evolução posterior das actividades secundárias. Como já salientei a tese que prevalece é a de que a região

³¹ Cf. Franklin F.Mendels, 1984, 990-3; Albert Silbert, 1978, 684. Sobre o conceito de região proto-industrial com alguns exemplos ver ainda Peter Kriedte, Hans Medick e Yurgen Schlumbohn (dir), 1986, 241-2, 270-4, 282-9 (inclui dois estudos de F.F.Mendels e de Herbert Kisch sobre a Flandres, Silesia e Renania). Sobre a situação na Europa do Sul, ver: Alain Dewerpe, 1981, 277-345; Luigi Masella e Biagio Salvemini (dir.), 1989, 231 ss; Juan Garcia Perez e F.Sanchez Marroyos, 1988.

³² Cf. Samuel P.S.Ho, 1984, 887-8. Exemplos de (proto)fábricas de curtumes, sabão, louça de pó e moagem no Alentejo ver em Ana Maria Cardoso de Matos, 1991a; Joaquim José Varela, 1817, 41; Possidonio Mateus Laranjo Coelho, 1944.

não pôde ou não soube aproveitar as oportunidades que dispôs e conheceu um processo de desindustrialização tomando o caminho de uma economia especializada na agricultura comercial.

2.3. Os caminhos contraditórios na actividade industrial

Esta interpretação é excessiva se a escala temporal for o século XIX (1850\1910). Os dados subsectoriais indicam evoluções, processos e tempos contraditórios. O têxtil, tanto pela sua importância regional como pela valorização atribuída pela historiografia moderna, é o subsector escolhido para ilustrar a decadência de algumas actividades secundárias mas procuro reinterpretar o processo que a vitimou. A moagem e a indústria corticeira são, por sua vez, os exemplos seleccionados para acentuar a presença de indústrias em expansão porque o resultado da febre mineira desencadeada a partir dos anos '1850 já é melhor conhecido: a R.H.A., em 1889, assegurava 53% do produto bruto das "indústrias extractivas" e o Baixo Alentejo tornou-se na "principal região mineira do país". ³³

³³ Cf. Paulo Guimarães, 1990 e este estudo, nota 16. Ver também João Carlos Garcia, 1988; e ainda "A indústria mineira em Portugal", "Minas no Alentejo" e "relatório sobre as minas de cobre de Monte de Trigo, Feijoas e Outeiro de Algares" in Pharol do Alentejo, 1862, n.ºs 46-53, 104 e 125-130

2.3.1. Os Têxteis: uma reinterpretação da decadência

Nos têxteis, é inegável a evolução dos lanifícios para uma indiscutível perda de importância na região. Mas com duas fases que é importante diferenciar. Primeiro, operou-se em algumas zonas o afundamento de parte da produção artesanal e caseira pela instalação na região de unidades fabris e concorrentes no mesmo subsector. Numa segunda etapa, estas unidades fabris conheceram dificuldades sérias e inultrapassadas perante a concorrência dos têxteis nacionais.

O exemplo mais expressivo é sem dúvida o de Portalegre. No quadro da política de fomento industrial do Pombalismo, posta em relevo por Borges de Macedo e que tem sido vista como uma das tentativas de arranque industrial do país, implantou-se na região a Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (1772), considerada como a mais moderna das manufacturas de lanifícios da época. Esta fábrica não resistiu ao impacto das invasões francesas e à concorrência industrial inglesa do início de Oitocentos e suspendeu a actividade. Em 1822, na vigência da primeira experiência liberal (1822), foi privatizada e adquirida em praça por Rosa Jacinta Larcher, pondo-se assim termo à prática de arrendamento a sociedades (privatização da exploração) que vigorava desde 1788. Por essa altura instalavam-se a Fábrica da Viúva Sereio & Filhos (1818) e mantinha-se em activi-

dade a Fábrica de Lanifícios de Larcher & Sobrinhos, que fora fundada ainda na segunda metade do Setecentos por José Larcher e fizera o seu giro com as firmas José Larcher & Irmãos e A.I.I.F. Larcher. Em meados do século XIX, surgiram mais algumas unidades fabris, entre as quais a Fábrica dos Srs Andrade & Larcher também conhecida como Fábrica da Horta das Bolas (1843\4) e a Fábrica de Lanifícios, Moagem e Massas de Manuel de Jesus Costa (1856). ³⁴

O efeito da concorrência destas fábricas sobre as formas tradicionais de produção têxtil já foi posto em relevo: " a proximidade das fábricas de Portalegre foi fatal à pequena indústria de lanifícios de Castelo de Vide ". Mas este exemplo, que ilustra a situação geral no Distrito de Portalegre, onde, até aos anos '60 de oitocentos, a " pequena indústria cedeu o terreno às fábricas ", só pode ser interpretada como " o caso mais evidente de desindustrialização para esta zona " se a escala de análise for reduzida a um concelho determinado. ³⁵

Numa escala mais ampla, polarizada por Portalegre, há razões para admitir uma clara tendência neste subsector para

³⁴ Cf. Diário do Governo, 1880, Nº 79. Ver ainda Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, 1864, 57-76; Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto, 3ª Parte, Lisboa, I.N., 1882, pp. 45-51; Jorge Borges de Macedo, 1982a, 149; Jorge Borges de Macedo, 1982b; Joel Serrão e Gabriela Martins (org.), 1978, 18-19; Albert Silbert, 1978, II, 683; J. David Justino, 1986, I, 150; Jorge Miguel Pedreira, 1987, 566-7 e 578-80; Ana Maria Cardoso de Matos, 1990

³⁵ Cf. J. David Justino, 1986, 150. Recorde-se que para alguns autores a fraqueza da indústria de lanifícios alentejana foi uma evidência do início de Oitocentos no momento em que teria ocorrido a ruína das empresas do Redondo e Portalegre (Albert Silbert, 1978, 683).

TABELA 6

Nº de Teares no Alentejo em meados do Séc. XVIII (1756)

ZONAS	"TEM"	PODE TER MAIS"
ZONA DE PORTALEGRE	102	70
ZONA DE ÉVORA	81	69
ZONA DE BEJA	34	108
Total da Prov. do Alentejo	217	247

Zonas: PORTALEGRE (Portalegre, C.Vide, Alpalhão, Nisa, Amieira e Marvão; ÉVORA (Évora, S.M.Machado, S.B.Mato, Estremoz, Redondo, Reguengos); BEJA (Beja, Pedrovão, Serpa, Brinches e Moura)

Fonte: "Pauta ou Mapa das Terras desta Província do Alentejo aonde se fabricam panos (s.a.n.d.)" e "Resumen das Fábricas do Alentejo (...) (s.a.n.d.)" in L.F.Carvalho Dias, 1962, I, 58-65 (também public. por J.B.Macedo, 1982a, 117 e Albert Silbert, 1978, II, 677).

a transição de uma situação protoindustrial, designêmo-la assim, para uma situação mais avançada, com uma produção maior e mais concentrada, obtida por unidades de maior dimensão, mais capital-intensivas e apetrechadas com tecnologia mais moderna.

Um pequeno exercício mostra isso mesmo. Admita-se que as fábricas de lanifícios de Portalegre afectaram a produção final da pequena indústria da zona, provocando a sua deca-

dência. é possível estimar o valor médio anual da produção bruta das seis unidades fabris a laborar entre 1861-65: foi de cerca de 150 contos de reis. ³⁶

Com base nos dados fornecidos por Fradesso da Silveira para os concelhos do Redondo e Reguengos, podemos admitir que na "pequena indústria" um tear podia obter, naquela época, um produto bruto anual na ordem dos 300 mil reis. ³⁷

Assim para obter uma produção equivalente à das fábricas de Portalegre era necessário terem-se implantado na zona cerca de 500 teares. Sem se considerar outro tipo de vantagens (rentabilidade, capacidade de concorrência, etc), uma indicação elementar de desindustrialização é verificar se em algum momento anterior a "pequena indústria" demonstrou um potencial produtivo (nº de teares em laboração) superior à capacidade revelada pelas unidades fabris que foram instaladas e permaneceram activas até meados do século XIX.

Recuando à segunda metade de setecentos, quando a Província do Alentejo tinha apenas "ducentos e desesete theares de pannos de diferentes qualidades" -- e tendo em conta que "as [povoações] que aqui não vão, não tem fábrica algum (sic) e por isso as não refiro" , o que sugere que no

³⁶ Nos Relatórios do Governador Civil do Distrito Administrativo de Portalegre de 1861 a 1865, incluem-se o valor da produção de 3 das 6 fábricas. Admitindo que tenha existido uma relação constante entre produção e nº de operários estimei a produção para os outros 3 estabelecimentos. A informação disponível limita-se às "saídas de artefactos" e não avalia os stocks. Cf. Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino (...) para os anos de 1861 a 1865, Lisboa, I.N., 1864-66

³⁷ Cf. Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, 1864, 56.

chamado "Campo de Ourique" (Castro Verde, Ourique, Almodôvar, Mértola, Aljustrel) a pequena indústria dos lanifícios não existia ou não era minimamente relevante --, a zona de Portalegre reunia cerca de uma centena de teares. Admitiu-se naquela época que, " se houvesse fomento ", toda a Província tinha potencial para mais de 500 teares e a zona considerada poderia alcançar quase as duas centenas (ver Tabela 6). ³⁸

Um século depois, por volta de 1860, "enquanto os concelhos (do Distrito) de Beja apresentam cerca de mil teares, para a pequena indústria da lã, e os de Évora mais de sessenta, os de Portalegre, fora das fábricas, apenas oferecem de vinte a trinta teares, exclusivamente destinados para a lã, de entre os 334, cuja existência consta pelos documentos oficiais. Os outros teares [cerca de 300] servem para tecer linho, e a maioria d'elles está em Nisa, local onde mais abunda a matéria primeira." ³⁹

O que este conjunto de dados mostra é que as potencialidades admitidas em setecentos só foram alcançadas e

³⁸ Sobre os centros de produção têxtil no Alentejo: a hipótese formulada é ainda confirmada pelo facto de no Diccionario Geográfico ou Noticia Histórica de Todas as Cidades, Villas (...) (Lisboa, 1746), de Luis Cardoso, não existir qualquer referência a actividade têxtil nos concelhos de Almodôvar, Aljustrel e Castro Verde, mas é também omissa em relação a Beja, o mesmo não acontecendo nos concelhos do norte alentejano. Contudo outras referências, para o início de oitocentos, sugerem que no Campo de Ourique, concretamente em Castro Verde, existira outrora uma actividade têxtil (lã) mas estava em grande decadência (cf. D. António da Vizitação Freire de Carvalho, 1813-1814, 573). Sobre o assunto ver também Albert Silbert, 1978, II, 677 (onde o autor também destaca as zonas onde esta actividade não se realizava).

³⁹ Cf. Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, 1864, 57-8

mesmo excedidas no sul do Alentejo, onde não se instalaram fábricas têxteis e só mais tarde chegou a concorrência lisboeta e do norte do país. Mas aquele facto ficou a dever-se fundamentalmente a um enorme alargamento da actividade aos concelhos do Campo de Ourique, que concentravam 85% dos teares activos e só em parte resultou de uma maior densidade de teares nos concelhos já com tradição (o triângulo Beja\Serpa\Moura), pois aqui alcançou-se apenas 70% da capacidade admitida como possível. ⁴⁰

Consequentemente, é pouco provável que na zona de Portalegre, sem fábricas, a pequena indústria dos lanifícios tivesse sido capaz de ter crescido do século XVIII para o XIX de modo a poder ter garantido a capacidade de produção que as unidades fabris revelavam em meados de oitocentos. Este cenário era ainda menos verosímil se se tiver em consideração a importância crescente que teve, nesta matéria, a zona industrial da Covilhã, cuja localização conferia ainda a vantagem adicional de poder disputar a matéria prima local. A ser verdadeira esta hipótese, não parece sustentável que, nos têxteis de lã, o movimento de concentração da produção em unidades fabris e a decadência da produção officinal e caseira, ocorrido de forma marcante na primeira metade de oitocentos no norte alentejano, seja interpretado como um processo de desindustrialização.

⁴⁰ Cf. Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, 1864, 51-52

A segunda fase corresponde basicamente à evolução do subsector ao longo da segunda metade do séc.XIX e caracterizou-se, agora sim, por um claro movimento de retrocesso da produção física e das unidades fabris e da pequena indústria de lanifícios em toda a região. Este resultado decorreu da concorrência das fábricas têxteis nacionais e particularmente das da zona industrial de Lisboa, centro polarizador da região económica do sul à medida que a rede de circulação abria o Alentejo a produtos similares.

O subsector alentejano revelou-se incapaz de competir num contexto em que um "mercado interno de débil expansão (passava a limitar), quase sempre, a actividade da indústria de lanifícios, desde que o Brasil se despreendeu da órbita política e económica portuguesa" e ocorria uma "alteração no padrão de consumo do vestuário em Portugal". ⁴¹

No Inquérito Industrial de 1881 destacou-se a "progressiva decadência" em que mergulhara, desde a crise de 1868, a centenária "fábrica real, fabrica grande, fabrica nacional, de lanifícios de Portalegre" (ex-fábrica Lacher & Cunhados), devido a "graves erros de administração" e o industrial da Fábrica de R.Marçal & Cã, que produzia diversos produtos de lã para o mercado interno -- "o mercado de consumo principal é Lisboa, havendo também transacções menos

⁴¹ Por ordem de citação cf.: João Ubach Chaves, 1957,31 e Mello de Matos, "Lãs Portuguesas" in Portugal Agrícola, Vol.XVI, 1905, p.242

importantes com as principais povoações do Alto Alentejo, assim como também se fazem algumas vendas para o Porto, Braga, Coimbra, Thomar, Castello Branco, Torres Novas, Abrantes, etc " -- deixou expresso o seu receio face à " concorrência nacional ". Ao mesmo tempo empresas algodoeirras e de lanifícios de vários pontos do país (Castanheira de Pera, Tomar, Alenquer, Monchique, etc), mas particularmente as da zona industrial de Lisboa, já tinham no Alentejo, como noutras províncias, um " mercado de consumo " regular e algumas não escondiam a sua ambição de chegar " a todo o país ". ⁴²

Mas os industriais portalegrenses deixaram uma imagem mais expressiva da situação numa petição enviada ao Parlamento em 1880. A cidade, que se tornara " quasi que exclusivamente manufactureira ", conheceu um " grande abalo económico nos últimos anos", nomeadamente a partir da grave crise de 1867-68, que, como J. David Justino salientou, traduziu-se numa " quebra na actividade económica geral ". Naqueles anos, testemunham os peticionistas, as três mais importantes fábricas têxteis, confrontadas com sérias "dificuldades comerciais", encerraram temporariamente, mas os " prejuizos não se limitaram àquelles que tinham os seus capitais ligados às empresas; toda a indústria, todo o

⁴² Cf. Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Directo - 2ª Parte - Visitas às Fábricas, Lisboa, I.N., 1881, pp. 42 e ss e Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 3ª Parte - Repartição de Estatística, Lisboa, I.N., 1882, pp. 46-7, 68, 74, 163, 166, 167, 170. Ver também: António Ventura, 1982, 36-7; Iva Pires, 1986, 281.

comércio, toda a população, ressentiu o abalo profundo da crise. Quatrocentos ou mais operários viram-se repentinamente sem trabalho." No momento (1880) a situação persistia "anormal" e as unidades têxteis ainda se encontravam em "excepcionais circunstâncias": uma era administrada por credores, outra era propriedade de um banco (credor), outra "é propriedade recente de uma firma nova" e os dois restantes "estabelecimentos são de moderna data". Contudo, e apesar das dificuldades do passado recente, estavam a laborar ao todo uma fábrica de cortiça, uma fábrica de massas e cinco fábricas de tecidos de lã, dando emprego directo a 1143 operários (59% na fábrica de cortiça), ou seja a "cerca de 8 por cento da população total do concelho" e a 15 % da população da cidade; além disso, "as fábricas são ainda de um eficaz auxílio para outras classes, que trabalham no próprio domicílio". ⁴³

Dez anos depois, no Norte Alentejano a produção de lanifícios já estava praticamente circunscrita a 3 fábricas em Portalegre e à pequena indústria de Gavião e a actividade têxtil na sua globalidade, atendendo ao número de operários e produção realizada, limitava-se a um segundo plano nas ac-

⁴³ Todas as citações são retiradas da petição dos industriais portalegrenses publicada no Diário do Governo, 1880, nº 79 com excepção da referenciada a J. David Justino, 1986, 700 (que recorre à mesma petição para definir o impacto geral da crise de 1867-68; sobre alguns aspectos desta crise ver no mesmo autor pp. 694 e ss)

tividades industriais em favor do subsector corticeiro. ⁴⁴

Se em toda a R.H.A. sobreviviam alguns centros têxteis como o de Niza e Aljustrel, especializados no linho, antigos núcleos de produção de lanifícios como os do Redondo, Reguengos, Arraiolos, Barrancos e Moura estavam decadentes ou nem sequer tinham qualquer expressão. Um destino similar ao das fábricas de tecidos dadas como existentes em Moura ou a fábrica de tecidos de algodão em laboração em Campo Maior em meados da década de 70. Sem rasto parece ter ficado também a Companhia de Lanifícios Estremocense fundada em 1852 com capitais alentejanos e nacionais. ⁴⁵

E mesmo no extremo sul, no Campo de Ourique, onde a pequena indústria de " estamenhas de lã e mantas alentejanas ", devido ao afastamento quer de Portalegre quer da Capital " pôde sobreviver como que em casulo, ao longo de toda a segunda metade do século XIX (...)", era já então evidente o

⁴⁴ No entanto as três fábricas referidas (Comp.Lanifícios de Portalegre, a Costa & Irmãos e a Fábrica de Lanifícios Neves, Gomes & Ribeiro) realizavam uma produção considerada competitiva no mercado nacional quer no preço quer na qualidade dos artigos produzidos. Cf. Inquérito Industrial de 1890 (...), Lisboa, I.N., 1891, pp. 72-136 e 521-2 do Vol.III e pp. 5 a 300, 304, e 364-419 do Vol.IV e " Catalogo e Relatórios da Exposição Industrial, Agrícola e de Bellas Artes do Distrito de Portalegre, promovida pela Direcção do Monte Pio Operário Artístico Portalegrense em 1892 " in Diário do Governo, 1896 (6 de Abril), Apêndice nº 5

⁴⁵ Cf. João Maria Baptista, 1876 (indica por freguesias o nº de teares de lã e linho, fábricas, etc.; entre outras refere uma fábrica de tecidos de algodão em Campo Maior e fabricas de tecidos em Moura); Ana Maria Cardoso de Matos, 1990b (mostra como " a partir da segunda metade do século XIX a importância da industria têxtil no Distrito de Évora tende a diminuir (...)" e o Inquérito Industrial de 1890, Vols.III e IV- Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891, indica o número de unidades existente no final do século. Sobre a decadência do sector no Redondo e Reguengos ver ainda A.F.Barata, 1893, 43 e 57-8. Ver também A.D.E.:N.G.C.:Mç 507:"Relação Nominal de Todos os Accionistas da Companhia de Lanifícios Estremocense que já assinaram [23-10-1852]" .

seu " estado decadente, porque, embora a matéria prima tenha preço relativamente baixo, devido à grande quantidade de lã espanhola que concorre no mercado, os artigos da mesma natureza fabricados no Norte do Paiz aparecem à venda no Alentejo por preço muito mais barato. Se esta indústria ainda aqui se sustenta, embora com dificuldade, é porque a qualidade dos tecidos produzidos é muito superior à dos artefactos baratos correntes". É que, o fabrico de lanifícios multiplicara-se " extraordinariamente (...) em Lisboa, em Alenquer, no Porto, em Padornello e muitos outros pontos, onde há poucos anos nem sequer se pensava em fabrico de lãs " . 46

Contudo, o colapso desta actividade em alguns daqueles concelhos não foi obrigatoriamente acompanhada por uma desertificação das actividades secundárias. Os casos, muito referenciados, do Redondo e Reguengos, ilustram como o afundamento do subsector têxtil coincidiu com a emergência e prosperidade da cerâmica e olaria, indústrias que ganharam impulso com a expansão da viticultura e olivicultura na segunda metade do século XIX. 47

46 Por ordem de citação: J. David Justino, 1986, I, 152-3; Inquérito Industrial de 1890, Vol. III - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891, pp. 135-6 (informações para Almodôvar e Castro Verde); e Mello de Matos, "Lans Portuguesas" in Portugal Agrícola, vol. XVI, 1905, pp. 241-3. Ver também Estatística Industrial, 1ª Série - Distritos de Évora, Beja e Faro, Lisboa, I.N., 1905, 195-196.

47 Cf. Inquérito Industrial de 1890, Vol. III - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891 (ver unidades de produção de cerâmica e olaria por concelhos). A "Correspondência sobre a Crise Bancária nas Fábricas e Oficinas [1877-Distrito de Évora]" (A.D.E.:N.G.C.:Mç. 263) que põe em relevo o "fabrico de potes e louça" para Reguengos e Viana do Alentejo embora no segundo caso a considere de "pouca importância". Ver

Finalmente, acrescenta-se também que a evolução para um segundo plano e mesmo o eventual desaparecimento de algumas indústrias tradicionais que ainda no século XVIII tinham algum relevo na região não se realizou numa via e cronologia e por uma causalidade similares à dos têxteis de lã. Por exemplo, a decadência das saboarias, um subsector que em Setecentos ainda manifestava uma implantação expressiva, deve ser associado ao enquadramento legal (situação de monopólio) que condicionou a actividade até 1858. Nos cortumes, as dificuldades crescentes e a clara perda de importância em meados de Oitocentos tem sido atribuída tanto a factores externos (concorrência na disputa da matéria prima regional, desvantagem comparativa no acesso a outras matérias que tinham de ser importadas) como ao arranque e forte desenvolvimento na região de outras actividades industriais, nomeadamente a corticeira, que impôs uma mudança na exploração do sobre. ⁴⁰

ainda A.D.E.:N.G.C.:Mç. 350: "Actas das Sessões da Comissão de Inquérito Industrial em 1881 [Distrito de Évora]"; Bernardino Manuel da Costa Lima, 1814-15, 345-368; Maria Manuela Rocha, 1988; Ana Maria Cardoso de Mattos, 1991a; A.F.Barata, 1893, 43 e 57-8;

⁴⁰ Sobre as saboarias ver: Bento Pereira do Carmo, "Apontamentos para a história das Saboarias" in Revista Universal Lisbonense, Lisboa, Tomo II, 1842-3, 282-3; Jorge Borges de Macedo, 1982a, 25 e 338-9, e 1982b, 118-120; "Sabão, Indústria do" e "Tabaco, Indústria do" in Joel Serrão (dir), 1981; Manuel Villaverde Cabral, 1976, 199. Ver os decretos de 20-12-1766, 16 e 17\06\1830, 10\01\1831, 21\04 e 21\11 de 1832, 6\10 e 28\10\1833 (e a resolução de 5\11\1833), 11\04 e 10\07\1844, 2\08 e 28\12\1844 e 18\04\1857. Ainda sobre as saboarias e os cortumes ver Ana Maria Cardoso de Matos, 1991a. Ver também Anuário Estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas, Serviço do Anno Civil de 1879 e do Anno Económico de 1879-1880, Lisboa, I.N., 1882, 81-114; Inquérito Industrial de 1890, vols III e IV - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891 (inclui o número de unidades existente) e Anuário Estatístico de Portugal de 1917, Lisboa, IN, 1922, 78

2.3.2. A Moagem: uma actividade em expansão

Um interesse crescente conheceu, a partir de meados do século XIX, outra actividade industrial ligada à transformação de uma matéria prima local de grande importância: a moagem de cereais. Com o subsector corticeiro e a exploração de minérios, colocar-se-á entre as principais actividades secundárias na região até à primeira guerra mundial.

A moagem de cereais era, obviamente, uma actividade tradicional tanto no Alentejo como no conjunto do país. Durante séculos e nas primeiras décadas de oitocentos, uma extensa rede de moinhos hidraulicos e eólicos, a produzir para mercados espacialmente limitados, garantiu o fornecimento de uma parte da farinha necessária ao consumo do país. Sendo uma actividade fundamental, porque intermédia entre o grão e pão, a modernização do sector tornou-se um imperativo e uma oportunidade de negócio à medida que a população crescia, e, ligado à "questão das subsistências" e do "pão barato", não deixou de suscitar grandes polémicas em que se envolveram interesses do Estado, dos produtores de cereais, dos moageiros e dos consumidores. ⁴⁷

⁴⁷ Cf. João Maria Baptista, 1876, IV, 335-344, 482-490, 757-762 e V, 7-455 : esta obra, mesmo com uma informação anacrónica, permite avaliar a já antiga importância desta actividade de norte a sul da região, assinalando a presença ou contabilizando muitos moinhos de água e vento. Os dados quantitativos e qualitativos (por freguesias) da Corografia sugerem que esta actividade foi particularmente significativa nos concelhos de Alter do Chão, Castelo de Vide, Portalegre, Avis, Gavião, Elvas, Fronteira, Estremoz, Sousel, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Mora, Alandroal, Borba, Vila Viçosa, Alvíto e Brândola. Ver ainda Possidónio Mateus

No Portugal de Oitocentos é corrente distinguirem-se três fases na evolução da actividade moageira moderna. Entre os anos 1840-70, ocorreu o arranque destacando-se como principais características: um padrão de localização das empresas relativamente disperso relacionado com as mais importantes áreas de produção das matérias-primas (trigo, milho, centeio), desde o interior norte (p.ex. Chaves e Viseu) até aos principais centros urbanos do sul, embora as mais importantes unidades fabris tenham sido instaladas nas zonas industriais de Lisboa e Porto; no equipamento, o processamento da moagem era realizado pelo sistema das mós (com frequência o sistema francês), mas a maior parte delas já accionadas por máquinas a vapor; empresas geralmente de pequena dimensão que produziam para uma fatia do mercado interno, o mercado local/regional, onde tiveram que competir entre si, com a pequena indústria dos moinhos e azenhas, e, nos grandes centros, com a concorrência das farinhas importadas. 50

O Alentejo não ficou fora deste movimento e aí implan-

Laranjo Coelho, 1944; Joaquim de Sousa Machado, 1958, 13-4; Fernando Pinto Loureiro, 1961, 11-16; Miriam Halpern Pereira, 1983, 180-5; José Maria Amado Mendes, 1984, 194-6; Jaime Ferreira, 1983, 127-154; Jaime Reis, 1980, 97-126

50 Cf. Joaquim de Sousa Machado, 1958, 13-4; Fernando Pinto Loureiro, 1961, 11-16; Jaime Ferreira, 1983, 148; Helder Adegar Fonseca e Jaime Reis, 1987, 885-888; José Maria Amado Mendes, 1984, 194-200 e 206; Ver ainda Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 2ª Parte - Visitas As Fábricas, Lisboa, I.N., 1881, pp.197-200 (visita e depoimento da Companhia de Moagens de Santa Iria S.A.R.L, de Vila Franca de Xira) e 3ª parte-Repartição de Estatística, Lisboa, I.N., 1882, pp. 34-52 e 324; Inquérito Industrial de 1890 - vols IV e V - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891, pp. 327-ss, 351, 716-ss (do vol.IV) e 136 (do vol.V)

taram-se algumas unidades essencialmente com base em capitais regionais. Em Portalegre, Manuel Jesus Costa, instalou um " estabelecimento complexo " para dar pleno aproveitamento a um " motor ": a empresa incluiu uma unidade de fabrico de lanifícios, a laborar desde 1856, uma moagem de farinha, que arranca em 1862, e, posteriormente, uma unidade de moagem de azeitona e fabrico de massas alimentares. No Distrito de Évora, é conhecida a instalação de algumas unidades fabris no Alandroal (1852 e 1873), em Estremoz (1852) e Évora (década de 50). Em 1877, das 14 máquinas a vapor existentes neste distrito, 11 estavam aplicadas à moagem. Nos anos 60 surgiram mais duas fábricas " a vapor" no litoral alentejano (Alcácer do Sal). Só na década seguinte foram instaladas quatro unidades no Distrito de Beja: " duas em Beja, uma em Ferreira e outra em Barrancos", embora " moagens a vapor de menor importância ". Num balanço total, no final da década de 70, os distritos alentejanos contavam com 30% da "fábricas de moagem" e apenas 14% dos "moinhos e azenhas" colectados no país (Tabela 7). ⁵¹

Na segunda fase, da década de '1870 aos anos '1890, o sector conheceu uma mudança significativa. Registou-se um surto fabril no litoral, particularmente em torno dos dois principais portos e centros industriais do país -- Lisboa,

⁵¹ Cf. Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 2ª Parte - Visitas Às Fábricas, Lisboa, I.N., 1881, 200 e Inquérito Directo - 3ª Parte - Repartição de Estatística, Lisboa, I.N., 1882, pp. 39-41, 50, 286 ss ; Diário do Governo, 1880, nº79 ; Ana Maria Cardoso de Matos, 1990b

TABELA 7

Unidades Moageiras no Alentejo segundo a colecta industrial (por Distritos)

Legenda: 1- Fábricas; 2- Moinhos e Azenhas

Ano	BEJA		EVORA		PORTALEGRE		ALETEJO(*)				PORTUGAL (**)	
	1	2	1	2	1	2	1	%	2	%	1	2
1878	3	653	3	399	5	399	11	(30%)	1451	(13%)	37	11024
1879	3	732	5	408	6	403	14	(30%)	1543	(14%)	46	11363
1880	5	776	4	439	6	411	15	(26%)	1626	(14%)	58	11411
1881	6	804	2	438	4	407	14	(30%)	1649	(15%)	47	11262
1900	13	766	10	278	8	296	31	(28%)	1340	(16%)	111	8556
1915	38	779	24	329	13	284	75	(28%)	1393	(12%)	264	11932
1916	40	672	27	318	15	320	82	(31%)	1310	(11%)	266	12120
1918	47	673	29	328	17	342	93	(39%)	1343	(10%)	313	13012

(*) não inclui os concelhos do litotal ; a % é sobre o total do Continente

(**) só o Continente

Fontes: Anuário Estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas (...) (de 1878-79, 79-80, 1880-81 e 81-82), Lisboa, I.N., 1881, 1882, 1883 e 1886; Anuário Estatístico de Portugal. Ano de (...) [1900, 1917, 1919 e 1921], Lisboa, I.N., 1907, 1922 e 1925.

cujas fábricas passam a dispôr de equipamento de moagem mais moderno e mais caro, e Porto, que concentra quase 50% das unidades fabris do país --, procurando tirar partido da maior liberalização de importação e barateza dos trigos exóticos estrangeiros e do protecționismo reforçado em matéria de farinhas de trigo (28 de Março de 1870). Este

surto foi acompanhado de alguma modernização tecnológica, nomeadamente a introdução da moagem por cilindros metálicos, o sistema autro-húngaro (pelo qual a moenda tornou-se numa operação complexa de trituração e peneiração com elevada selecção de produtos e rentabilidade no aproveitamento da matéria-prima) e por uma maior competitividade no mercado interno, com as grandes moageiras a chegar mais facilmente aos mercados da provincia e com algumas oportunidades no mercado externo e colonial. ⁵²

Esta nova situação reduziu o interesse pela actividade fabril moageira no interior e em portos secundários. Segundo o Inquérito de 1890, no Alentejo só estavam em laboração quatro fábricas: uma em Elvas, duas em Évora e outra em Beja. As restantes tinham sido desactivadas incluindo as duas fábricas a vapor existentes em Alcácer do Sal (Tabela 8). No entanto, dados para 1895 mostram que pelo menos no Distrito de Évora laboravam seis unidades, o que está mais de acordo com o parecer da "comissão técnica que, em 1893, foi incumbida de observar o estado das fábricas de moagem do país", segundo o qual estavam a instalar-se novas unidades

⁵² Cf, Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 2ª Parte - Visitas às Fábricas, Lisboa, I.N., 1881, pp.197-200 (visita e depoimento da Companhia de Moagens de Santa Iria S.A.R.L, de Vila Franca de Xira) e 3ª parte-Repertição de Estatística, Lisboa, I.N., 1882, pp. 34-52 e 324; Inquérito Industrial de 1890 - vols IV e V - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891, pp. 327 ss, 351, 716 ss (vol.IV) e 136 (vol.V). Ver ainda: Joaquim de Sousa Machado, 1958, 13-4; Fernando Pinto Loureiro, 1961, 14; José Maria Amado Mendes, 1984, 200 (sobre a concorrência das farinhas feitas em Lisboa no mercado coimbrão).

fabris dotadas de equipamento mais moderno. ⁵³

A competitividade das grandes moagens não deixou de afectar também a pequena indústria moageira alentejana. Em 1890, o relatório da comissão de Mora, deu relevo à decadência da pequena indústria local de "moagem de cereais por meio de motores hidraulicos, (...) em virtude da concorrência das farinhas vindas de Lisboa". Mas esta era uma zona de acesso relativamente fácil. Globalmente a pequena indústria resistiu melhor do que as fábricas, pois naquela data, a região tinha no activo cerca de 18% dos moinhos existentes no país e o capital fixo médio destas unidades revelava um nível de equipamento razoável se comparadas às de outras zonas do país (Tabela 8). ⁵⁴

A dupla concorrência, das fábricas de Lisboa e da pequena indústria local, tradicional, implantada e dispersa, utilizadora das forças naturais por vezes com vantagem, no único mercado em que as fábricas alentejanas provavelmente poderiam competir - o Alentejo - terá sido certamente um sério obstáculo à formação de um subsector moageiro mais moderno na região. Esta limitação e as dificuldades no acesso à matéria prima exótica condicionaram desde logo a escala daquelas empresas.

⁵³ Cf. Inquérito Industrial de 1890, Vol.III e IV - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891, pp 71-136 do vol.III e 5 ss, 363 ss, 453-522 do vol.IV; Ana Maria Cardoso de Matos, 1991b

⁵⁴ Cf. Inquérito Industrial de 1890, Vol.III - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891, p. 521

TABELA B

Unidades de produção moageira (1890)

Legenda: U= Unidades; K.F.M.= capital fixo médio em milhares de reis (†)

DISTRITOS	PEQUENA INDUSTRIA		FÁBRICAS	
	U	K.F.M.	U.	K.F.M.
AVEIRO	271	136\$	-	-
BRAGA	474	93\$	1	?
BRAGANÇA	202	219\$	-	-
C. BRANCO	211	148\$	1	20000\$
COIMBRA	249	-	4	?
FARO	303	322\$	-	-
GUARDA	736	71\$	-	-
LEIRIA	542	320\$	7	15000\$
LISBOA (**)	657	255\$	6	100000\$
PORTO	689	313\$	4	17000\$
SANTARÉM	260	233\$	1	1500\$
V. CASTELO	370	73\$	2	?
VILA REAL	218	178\$	7	?
VISEU	472	80\$	-	-
REG. H. ALENTEJO	1279	221\$	4	27300\$
PORTUGAL CONTIN	6993	195\$	37	[39000\$]

(†) calculado com base nos casos declarados na fonte.

(**) Os concelhos do litoral alentejano (A. do Sal, Grândola e S. Cacém) estão agregados à Região do Alentejo

Fonte: Inquérito Industrial de 1890, Vols III-V - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891.

é significativo que, nesta região, como noutras do país, as iniciativas empresariais na instalação de moageiras equipadas com moinhos a vapor tenham aparecido integradas nos então designados "estabelecimentos complexos", empresas que, para potenciar o serviço de uma máquina a vapor, de

modo a viabilizar um investimento vultuoso, tiveram necessidade de articular unidades de produção diversificadas (lanifícios, massas, azeite, sabão, destilarias, moagem de azeitona, etc). Foi o que aconteceu com a já referida Fábrica de Lanifícios, Moagem e Massas de Manuel Jesus da Costa (Portalegre), do mesmo modo que o negociante e industrial eborense José Matias Carreira, na década de '1850, montou uma fábrica a vapor (Edifício das Donzelas) destinada à "moagem de cereais, descasque de arroz, destilação de aguardente, fabrico de pão e azeite e lavagem de lãs", posteriormente transferida para a Companhia Industrial Eborense. Estes factores terão sido talvez mais decisivos do que o atraso na introdução de maquinismos moageiros mais modernos. ⁵⁵

Como testemunhou em 1881 um dos administradores da Companhia de Moagens de Santa Iria, S.A.R.L (Vila Franca de Xira), - perante o grande incremento do sector, " as fábricas de pequeno número de mós teem fechado quasi todas, porque esta indústria só é lucrativa quando se estabeleça em ponto grande e possa dispôr de consideráveis capitais para se fazerem as compras de trigo nas ocasiões mais oportunas ". E a estas dificuldades, que no fundo afectavam grande

⁵⁵ Cf. Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 3ª Parte - Repartição de Estatística, Lisboa, I.N., p.50; Pharol do Alentejo, 1862, nº 40 e 49; A.C.R.P.E.: Livro da Descrição Predial: Prédio nº 737; "Estatutos da Companhia Industrial Eborense" in Diário do Governo, 1875, nº 87. Ver ainda Ana Maria Cardoso de Matos, 1991a. São também conhecidos alguns exemplos similares para a zona de Coimbra (J. M. Amado Mendes, 1984, 200)

parte das unidades fabris existentes no país incluindo o Porto -- veja-se, na Tabela 8, a diferença entre o capital fixo médio das fábricas lisboetas e do resto do país, em 1890 -- , acrescentava uma outra, a concorrência desigual na exportação decorrente de algumas vantagens concedidas em matéria de direitos às empresas instaladas dentro de Lisboa (restituição do direito de foz). ⁵⁶

Em suma, após as evidentes dificuldades de uma parte das fábricas durante os anos 1880, o Alentejo chegou à última década do século XIX com uma actividade moageira basicamente assente na pequena indústria. Mas os interesses congregados em torno do trigo nacional vão de novo alterar a situação e impôr uma nova fase à moagem do país e da região.

De facto, a partir dos anos 1890, a moagem nacional teve de ajustar-se aos condicionamentos criados pela legislação protecionista de 1888\9 e particularmente de 1899, que colocaram o subsector "entre duas barreiras fixas: o preço da matéria-prima, imposto pela necessidade de proteger a lavoura do trigo e o preço das farinhas para que não sofresse o custo do pão fornecido ao consumidor". ⁵⁷

Este novo contexto, que alguns autores não hesitam em classificar como de "condicionamento completo", não deixou

⁵⁶ Cf. Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto (2ª Parte - Visitas às Fábricas, Lisboa, I.N., 1881, pp.200-1 (visita e depoimento da Companhia de Moagens de Santa Iria S.A.R.L, de Vila Franca de Xira)

⁵⁷ Cf, Joaquim de Sousa Machado, 1958, 14

de dar novo impulso à actividade. Por um lado, foi favorável às unidades de maior dimensão, incentivando antigas e novas fábricas a introduzirem maquinaria mais moderna -- com a divulgação do sistema austro-húngaro --, a recorrerem a novas fontes energéticas (gaz, no final de oitocentos e electricidade, já na segunda década do séc.XX) e, do ponto de vista da organização produtiva, à integração vertical (moagem, fabrico de massas alimentícias, bolachas e biscoitos e panificação). Em 1900, o número de fábricas de farinha colectadas no país tinha duplicado em relação a 1880 (Tabela 7). ⁸⁸

Contudo favoreceu também, a médio prazo, a reactivação de " grande número de moinhos de vento e água " e particularmente a instalação de um " maior número (...) de pequenas moagens a vapor e hidráulicas, em todos os distritos, de tal modo que a indústria de moagem - que sob a influência do predomínio do trigo exótico se concentrava em Lisboa e Porto - sofria então a forte concorrência de novas fábricas estabelecidas nas províncias, nos centros de produção onde antigamente o trigo não era bastante para as sustentar, nem

⁸⁸ Cf. Joaquim de Sousa Machado, 1958, 14 e Fernando Pinto Loureiro, 1961, 17-21.

Ver também Jaime Reis, 1980, 97-126; J.Maria Amado Mendes, 1984, 196-208 (este autor entende que a política económica proteccionista de final do séc.XIX trouxe "alguns obstáculos à moagem, com a subida da matéria-prima e os próprios conflitos entre esta indústria e a lavoura" (pp.197). Sobre o equipamento tecnológico, fontes energéticas e organização da produção das principais fábricas de moagem do país ver Diário do Governo, 1901, nº 248, pp.3059-60 (4\11\1901)

havia consumo que estimulasse a sua fundação". ⁵⁹

O Alentejo, onde se admite o maior impacto da protecção cerealífero adoptado no final de Oitocentos, não ficou à margem deste novo surto. No início do século XX, não só o número de fábricas colectadas na região já tinha duplicado em relação às existentes em 1880 (Tabela 7) como entre elas estavam 22% das 78 maiores fábricas do país ou seja das que estavam matriculadas no Mercado Central de Produtos Agrícolas e entravam na "Tabela para o ratelo do trigo nacional e exótico". ⁶⁰

A "crescente generalização da indústria da moagem" na região, como se reconheceu num relatório de 1906, fez-se na base de unidades de pequena dimensão, reunindo um capacidade de produção bastante abaixo da média nacional: no conjunto apenas representavam cerca de 6% da força moageira do país. Contudo, a larga maioria já utilizava "na produção de energia os motores de gaz pobre" e uma parte significativa, particularmente as de maior dimensão, já realizavam a moagem, conversão e peneiração, pelo sistema austro-húngaro (cilindros) ou por um sistema misto de mós e cilindros (ver Tabela 9). ⁶¹

⁵⁹ Cf. Fernando Pinto Loureiro, 1961, 28. Ver ainda Joaquim de Sousa Machado, 1958, 14 e José Maria Amado Mendes, 1984, 196-208.

⁶⁰ Cf. Diário do Governo, 1901, Nº 248

⁶¹ Cf. Francisco Gião, "Relatório da 4ª Circunscricção dos Serviços Técnicos da Indústria do anno de 1906" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 12, Lisboa, 1907, p. 5. Tendo em conta os dados da Tabela 7 e a avaliação realizada no levantamento de estatística industrial de 1901-1903 para Évora e Beja, as empresas moageiras destes dois distritos alen-

TABELA 9

Principais Fábricas de Moagem no Alentejo (1901)

Legenda: F.P.D.= Força Produtiva Diária em quilos; F.P.A.= Força Produtiva Anual em quilos; L.E.A.= Laboração Efectiva Anual em quilos T.L.= Taxa de Laboração (L.E.A. x F.P.A. : 100)

FABRICAS (1)	SEDE	ENERGIA	F.P.D.(KGS) E MAQUINISMOS			F.P.A. KGS	L.E.A. KGS	T.L. %
			Mós	Cilindros	Misto			
Comp. Elvense de Moagem	Elvas	Maq.vapôr		24685		750000	3125000	41
Costa & Iraço	Portalegre	"			14440	420000	103000	2
António da Cruz	Estremoz	"			12000	360000	1275000	35
José Aug. Pina Carvalho	Portalegre	"			9000	270000	518000	19
Francisco M.Brito Malta	Montemor-Novo	"	6000			180000	808000	44
José Mendes Calado	Alter Chão	"	6000			180000	84000	4
José A.Oliveira Soares	Évora	"	5000			150000	970000	64
Joaquim Moura Faria	Niza	"			5000	150000	92000	6
Visconde D'Altas Mórás	Moura	Hidraul.	4000			120000	1200000	100
Sampaio e Angel	Beja	Maq.vapôr	4000			120000	1200000	100
João C.Lima Caupers	Veiros-Estremoz	"			4000	120000	207000	17
Mã A.L.Cabreira (Hrds)	Évora	"	1500			450000	109000	24
Prazeres & Irmão	Castro Verde	"	1000			300000	300000	100
José Francisco da Silva	Cuba	"	1000			300000	279000	93
Bernardo Ant. dos Santos	Beja	"	1000			300000	92000	31
Joaq.J.Perdigão Bueiroga	Évora	?			10400?	312000	?	?
Manuel Ant. de Miranda	Odemira	?			5600?	1680000	?	?
Valores médios regionais (fábricas já matriculadas)						1950000	741000	38
Valores médios nacionais (fábricas já matriculadas)						7618000	2916000	42

(1) Todas estas fábricas já estavam matriculadas em 1901 excepto as duas últimas fábricas integram o rol das "fábricas admitidas de novo à matrícula"; todas produzem exclusivamente farinhas com excepção das duas primeiras que também incorporam produção de massas.

Fonte: Diário do Governo, nº 248 (4 de Novembro de), 1901

A par destas empresas e dos moinhos tradicionais, a actividade alargara-se a outras iniciativas de certo modo similares às dos "estabelecimentos complexos" detectados na fase anterior e de que pode ser exemplo, o uso dado à

tejanos em média dispunham de um capital fixo de 14 contos e laboravam cerca de 400 toneladas de trigoano (Cf. Estatística Industrial, 1ª Série, Distritos de Évora, Beja e Faro, Lisboa, I.N., 1905. Ver também Adriano Monteiro, "Relatório Geral da Inspecção da 4ª Circunscripção Industrial desde a sua instalação até 31 de Dezembro de 1896" in Boletim da Propriedade Industrial, 2ª Série, 189º ano (nºs 69 a 80), Lisboa, I.N., 1903, pp. 216-217

caldeira a vapor, pertencente ao Marquez da Praia e de Monforte, em actividade na Quinta do Seão, próximo de Veiros (Estremoz), em 1896: era " aplicada a mover uma machina de debulha e na moagem da azeitona e dos cereais segundo as épocas do anno ". Estabelecimentos temporários ou intermitentes como também eram designados na época. ⁴²

Admite-se que a expansão nacional da moagem verificada na viragem do século foi travada na segunda década do século XX. Para a crise que esta actividade então atravessou, adiantaram-se dois factores explicativos essenciais. O subsector, pulverizado num grande número de unidades, com a guerra de 1914/18, teve dificuldades na obtenção de matérias--primas e confrontou-se com a política governamental de preços, que alguns autores consideraram "incompleta e geradora de distorções", e com a pressão popular e da opinião pública em torno do " pão político ". ⁴³

Além disso, a " situação económica da indústria piora, porque a produção, colocada dentro de um sistema fechado, sem aumento de consumo, vê reduzida a produção por unidade fabril, eleva-se o preço do custo e cria-se uma concorrência ruínosa e desregrada que põe em sério risco a indústria e abala, nos seus fundamentos a própria cultura do trigo ". José Maria Amado Mendes pôs em destaque o impacto desta

⁴² Cf. A.D.E.:N.G.C.: Mç. 570: "Correspondência - exames a geradores a vapor [1896]".

⁴³ Cf. Fernando Pinto Loureiro, 1961, 29

concorrência na zona de Coimbra onde "as unidades implantadas nos fins de Oitocentos e inícios de Novecentos [foram] decaindo " enquanto nasciam novas empresas e fábricas com implantação nacional realizavam operações de concentração horizontal e vertical. ⁶⁴

Por falta de matérias primas ou de mercado de consumo, o que é certo é que já em 1901 as moageiras não utilizavam toda a sua força produtiva. No país e no Alentejo as unidades mais importantes tinham uma laboração efectiva 60-62% abaixo da sua capacidade, ou seja estavam sobre-equipadas face às condições reais do mercado a montante ou juzante (ver Tabela 9). E uma década depois, apenas 6 moageiras alentejanas (e 3 eram recentes) entram no lote das 71 fábricas matriculadas ou " admitidas de novo à matrícula " para a rateio do trigo nacional. ⁶⁵

Neste contexto, a generalização na adopção de práticas de exploração similares à moagem tradicional foi uma das vias que permitiu às moageiras alentejanas rentabilizar o capital, sem ser necessário dispôr dos elevados "capitais móveis" que a actividade exigia e concorrer com sucesso numa fatia do mercado até aí importante na manutenção dos moinhos e azenhas, cuja actividade decaiu de forma sensível (Tabela

⁶⁴ Cf. por ordem de citação: Joaquim de Sousa Machado, 1958, 14; J. Maria Amado Mendes, 1984, 203-6

⁶⁵ Cf. "Mapa do rateio entre os fabricantes de farinhas e os fabricantes de bolachas e biscoitos, do trigo nacional manifestado durante o mês de Julho de 1913 e que os mesmos fabricantes deverão adquirir" in Diário do Governo, 1913, nº184

7): " Na indústria da moagem de cereais no Alentejo é uso corrente o trabalho à maquia, em que o consumidor levou o seu trigo à fabrica e recebe depois a farinha do seu trigo, mediante um pagamento do trabalho feito em dinheiro ou em género". ⁶⁶

Este breve percurso pela actividade moageira na Região Histórica do Alentejo permite salientar que a moagem não só permaneceu importante como reforçou o seu peso na economia regional ao longo da segunda metade do século XIX apesar da integração progressiva do Alentejo na região económica do sul e da importância que esta actividade adquiriu na zona industrial de Lisboa.

É indiscutível que a pressão da concorrência das empresas implantadas naquela zona que, mercê das condições vantajosas de que passaram a disfrutar desde a década de '1860 até ao final de '1880, dificultou, tal como a capacidade de resistência da pequena industria local, a consolidação das iniciativas fabris que foram realizadas na R.H.A.. É mesmo provável que numa primeira fase a actividade tenha continuado a ser essencialmente representada pela pequena indústria dos moinhos hidráulicos e eólicos e conhecido uma expansão limitada.

⁶⁶ Cf. Francisco Gião, "Relatório da 4ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria do anno de 1906" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 12, Lisboa, 1907, 5. Práticas similares são assinaladas no "Inquérito acerca de moendas em fábricas e azenhas [Distrito de Évora, 1899]" (A.D.E.:N.G.C.: Mç. 398).

Mas a partir dos anos '1890 e nos primeiros anos de Novecentos, mercê do novo sistema protector dos cereais e suas implicações a juzante, a situação alterou-se de forma mais expressiva. A actividade moageira passou a suscitar mais interesse e tornou-se, depois do corticeiro, o subsector industrial mais importante da região. E desta vez a reactivação e instalação de novas unidades fabris de pequena dimensão mas melhor equipadas, com capacidade suficiente para concorrer no mercado regional, reduziu o peso da indústria tradicional. ⁶⁷

⁶⁷ Cf, Adriano Monteiro, "Relatório Geral da Inspeção da 4ª Circunscricção Industrial desde a sua instalação até 31 de Dezembro de 1896 " in Boletim da Propriedade Industrial, 2ª Série, 17º Ano (nºs 61-70 de 1900), Lisboa, I.N., 1902, pp. 167

2.3.3. A indústria corticeira: a supremacia regional em 1900.

2.3.3.1. Aspectos gerais. O arranque.

No século XVIII, com a aplicação da cortiça ao fabrico de vedantes iniciou-se o ciclo contemporâneo da indústria corticeira que até meados do século XX conheceu duas etapas: a primeira e a mais longa, foi a do predomínio da indústria rolheira, que, no último quartel do século XIX, viveu a sua " idade de ouro ". Na viragem para Novecentos, definiu-se uma nova fase marcada pela maior diversificação nos usos industriais daquela matéria-prima de origem vegetal. Entre os novos produtos destacaram-se: os aglomerados e compostos análogos (linóleos, corticites aglutinadas etc), que passaram a ter uma procura crescente e implicações de relevo ao valorizarem as cortiças de qualidade mais fraca; alguns produtos vedantes mais elaborados, obtidos com cortiça delgada de boa qualidade, como as rolhas gêmeas ou dobradas, que os franceses começaram a utilizar no champanhe e os vedantes para embalagens de medicamentos líquidos; os discos para as tampas de lata dentada para garrafas, cujo invento (1892), métodos de fabrico e selagem e exploração industrial ficaram a dever-se ao engenheiro William Painter e à sua Crown, Cork & Seal Co.. Mas a diversidade da sua aplicação estendeu-se ao fabrico de palmilhas, objectos de adorno,

forros de chapéus, buxas para espingardas, etc. ⁶⁸

Na primeira etapa, a rolheira , a aplicação da cortiça suscitou duas actividades industriais básicas que é necessário distinguir: uma preparadora, de baixo valor acrescentado, e outra transformadora. A primeira, a fabricação de pranchas, implicava três operações básicas: aplanamento por queimada, cozedura ou vapôr, a raspagem e o traçamento. Com este tratamento a matéria-prima ficava em condições para a transformação, caso a laboração das rolhas fosse manual. A mecanização do fabrico da rolha (garlopas), em meados de oitocentos, passou a exigir outro produto intermédio, semi-manufacturado: o quadro. ⁶⁹

Do ponto de vista da localização desta indústria no plano mundial e das suas implicações refira-se que, apesar do arranque da indústria rolheira ter eventualmente ocorrido no sul de França na segunda metade do século XVII, com Pierre Perignon a aplicar a cortiça no vasamento do champagne que acabara de obter, esta actividade só adquiriu uma expressão significativa na segunda metade do XVIII, não no

⁶⁸ Cf. Carlos A de Sousa Pimentel, 1889, 209; Paulo de Moraes, "Os montados de Sobro" in A Agricultura Portuguesa, Lisboa, Vol.III, 1890\91, 126-8; Luis de Castro, "A cortiça. Estudo Agrícola, Industrial e Comercial" in Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892\3, p. 141-2; "Colchões de serradura de Cortiça (Argentina)" in Boletim Comercial, Vol I, Lisboa, I.N., 1898, p.531; Hernani de Barros Bernardo, 1946, 120 ss; José Augusto Ferreira da Costa e Hernani de Barros Bernardo, 1945; Santiago Zapata Blanco, 1986, I, 545-60.

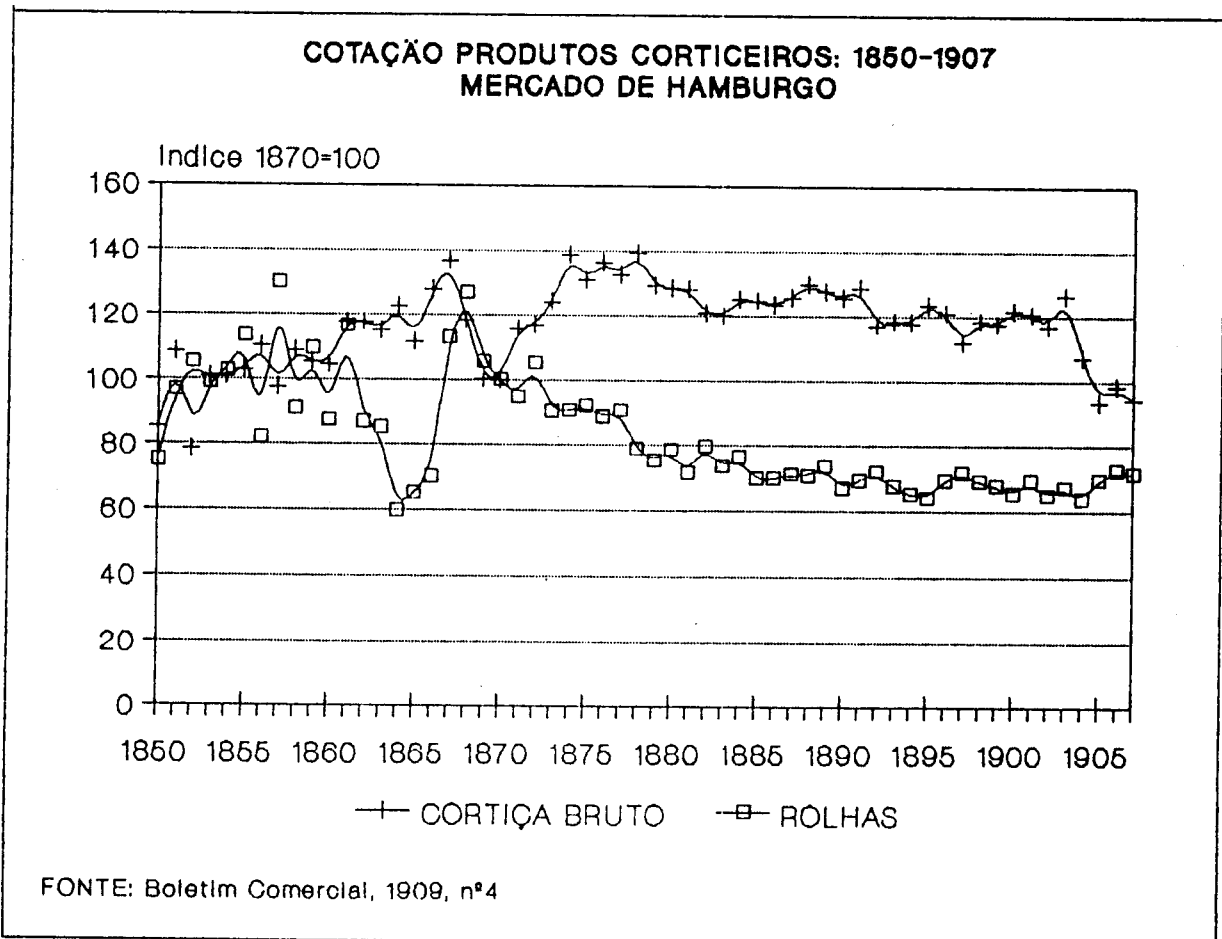
⁶⁹ Cf. João Ignácio Ferreira Lapa, 1874, II, 113-120; Carlos A. de Sousa Pimentel, 1888, 206; José Augusto Ferreira da Costa, 1935, 26-63; Hernani de Barros Bernardo, 1946, pp. 125, 141, 166-171; Santiago Zapata Blanco, 1986, I, 548-550

Sudoeste da Península Ibérica (Estremadura e Andaluzia espanholas e sul de Portugal), que já então concentrava a maior mancha de montado de sobro, mas na Catalunha (Gerona), " onde a existência de cortiça em quantidade suficiente para alimentar uma actividade embrionária se aliava à maior proximidade do mercado vinícola francês". ⁷⁰

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o montado de sobro ganhou cada vez mais interesse económico, cresceu a sua área de cobertura e exploração na bacia do Mediterrâneo e a indústria corticeira alastrou na Península Ibérica. Ao mesmo tempo o subsector transformador (rolheiro) também se implantou e desenvolveu em países não produtores desta matéria-prima como a Inglaterra, Alemanha, Rússia e Estados

⁷⁰ Cf. Eduardo Anselmo de Castro, 1990. Ver também Santiago Zapata Blanco, 1986, I,

FIGURA 1



Unidos de América, onde veio a adquirir uma grande importância e exercer uma influência relevante no evoluir do sector nos países produtores de cortiça com valor comercial. Assim, ao longo de Ditocentos, em torno deste produto do montado mediterrânico, confluíram interesses diversos: os dos produ-

tores da cortiça, os dos industriais instalados nas zonas produtoras e os dos países com indústria transformadora mas que obrigatoriamente tinham que comprar a matéria-prima (bruta ou preparada) na Bacia do Mediterrâneo, e ainda os interesses dos vários Estados. ⁷¹

Esta padrão de desenvolvimento repercutiu-se naturalmente no mercado internacional de produtos corticeiros. Na segunda metade do século XIX a procura de cortiça em bruto ou preparada foi muito mais forte e valorizada no comércio europeu do que a procura de rolhas (Figura 1). ⁷²

Em Portugal o arranque da indústria corticeira ocorreu pelo menos no último quartel do século XVIII de tal modo que no final da centúria "a indústria das rolhas já esta(va) bem implantada e (tinha) uma capacidade de produção séria". Contudo persistem lacunas documentais para responder a questões como a cronologia e o padrão de localização. ⁷³

Seja como fôr, até meados do século XIX, os produtos

⁷¹ Cf. Santiago Zapata Blanco, 1986, I, 546; Pedro Tedde de Lorca, 1981, 209; José Augusto Ferreira da Costa, 1935, 29 ss; Hernani de Barros Bernardo, 1946, 121-122 e 128 e sgts. Ver ainda Luis de Castro, "O tráfico internacional do vinho e da cortiça" in Portugal Agrícola, Vol.V, Lisboa, 1893-4, 65;

⁷² Ver p.ex. Boletim Comercial, Lisboa, I.N., 1909 (Vol.XII), nº4, pp. 376 ss

⁷³ Cf. Albert Silbert, 1978, II, 730 (trad. minha). Para a indústria corticeira portuguesa antes de meados do século XIX ver: João Baptista da Silva Lopes, 1841, 155; Charles Bonnet, 1850, 84 e 108-9; António de Macedo, 1869, 39 e 70-71; Luis de Castro, 1892-3, 141-2; Campos Pereira, 1915, 277; José Augusto Ferreira da Costa, 1935, 23-63; Eduardo Ferreira Júnior, 1941, 5-6; Hernani de Barros Bernardo, 1946, 117-122, 128-129 e 153 e 1948, 17, 28-98; Carminda Cavaco, 1976, I, 44-5 e 83 e II, 351-7; Armando de Castro, "Cortiça" in Joel Serrão (dir), 1981, II

corticeiros revelaram um crescimento irregular (Tabela 10) e tiveram seguramente uma expressão muito limitada na economia e nas exportações portuguesas (Tabela 11) o que se coaduna com a pouca ou nenhuma importância que na época se deu à cortiça como matéria-prima. Só a partir de então, o sector, cada vez mais estimulado pela procura externa, iniciou uma fase de crescimento contínuo fazendo acreditar que a cortiça, pela vantagem natural num país pobre de recursos transformadores, e a indústria corticeira, pela sua vocação exportadora, seriam um dos pilares (com os vinhos e as conservas) em que assentariam as bases que conduziriam o país a uma nova época de "prometedora grandeza". ⁷⁴

É a esta segunda etapa, que alguns autores dividem em duas fases (a " fase manual moderna" e a mecânica, em referência à técnica de fabrico das rolhas), que vou dedicar as páginas seguintes procurando pôr em relevo tanto a importância crescente desta actividade na economia portuguesa como o papel relevante assumido pelo Alentejo como região principal produtora, preparadora e transformadora da cortiça, posição que no plano industrial veio a perder irremediavelmente nas primeiras décadas do século XX com o incremento da transformação em dois polos fundamentais (zona

⁷⁴ Cf, Luis de Castro, " A Cortiça. Estudo Agrícola, Industrial e Comercial" in *Portugal Agrícola*, Vol.V, 1892-3, p. 141-2. Sobre o pouco interesse por esta matéria prima até às primeiras décadas do século XIX ver: Domingos Vandelli, 1789a, 176-186 e 1789b, 223-6; Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, 1780, 355; António Henriques da Silveira, 1789, 67 e 70; António de V.Freire de Carvalho, 1813\14, 569-579; Alberto Carlos de Meneses, 1860, 14, 66, 71 e 72; Adrian Balbi, 1822, 430-440; e ainda Ana Cardoso de Matos, 1991a.

industrial de Lisboa e Silves). ⁷⁵

A evolução da produção industrial corticeira é deduzida do comportamento do volume exportado uma vez que a larga maioria (80-90%) da cortiça tratada em prancha ou transformada em rolha era canalizada para o mercado externo. Ao movimento da exportação juntam-se um conjunto razoável de dados sobre as unidades produtivas, industriais colectados, operários empregados e produção realizada, matéria estatística que permite uma aproximação à repartição regional do produto bruto do sector no final do século. ⁷⁶

2.3.3.2. A expansão da industria corticeira portuguesa na segunda metade do século XIX. A localização. O papel do Alentejo.

A partir de meados de Oitocentos, com um crescimento 2,4 vezes superior ao do conjunto das exportações do país (Tabela 10, Cols B4), a contribuição dos produtos corticei-

⁷⁵ Cf. Hernani de Barros Bernardo, 1946, 129. Ver ainda Armando de Castro, "Cortiça" in Joel Serrão (dir), 1981, II.

⁷⁶ Sobre a exportação como indicador indirecto da produção industrial corticeira ver Jaime Reis, 1985, 23-5. Este autor, apoiado em algumas indicações da época e admitindo como fixo um consumo interno de rolhas equivalente a 20% da exportação fez uma estimativa da produção industrial corticeira do país (período de 1870-1914, p.36) critério que acaba identificar o ritmo de crescimento da produção ao da exportação. Em trabalho posterior Jaime Reis (1987, 215) não deixa de levantar dúvidas àquele critério mas ele tem também sido seguido em estudos para outros países (Santiago Zapata Blanco, 1986, I, 535).

TABELA 10

Crescimento dos Produtos Corticeiros exportados

Legenda: A- Peso B- Valor 1- Prancha 2-Rolhas 3-Resto em Obra 4-Total P.C.E.= Prod. corticeiros exportados

Período(a)	P.C.E. - PORTUGAL						EXPORT. PORTUGUESAS			P.C.E.-ESPAÑA				
	A1	A2	A3	A4	B1	B2	B4	Período	A4	B4	Período	B1	B2	B4
1797-1805	-3,0	-17,4		-3,0	-1,0	-20,0	-4,3	o mesmo		2,2				
1805-1815	-1,3	5,2		-1,5	-1,7	3,6	-1,3	o mesmo		-0,3				
1815-1825	9,3	8,6		9,1	9,9	5,4	9,7	o mesmo		-6,5				
1825-1843	4,5	14,0		4,7	4,7	2,7	4,5							
1843-1851	5,0	10,0		5,7	8,1	4,8	8,0	1848-1856	1,4†					
1851-1865	5,4	1,4		5,2	3,4	7,0	4,9	1856-1866	1,1†	1,0†	o mesmo	-1,1	5,2	5,0
1865-1875	1,8	12,4		2,4	5,0	18,0	6,6	1865-1875	3,6†	4,9†	o mesmo	14,1	2,2	2,7
1875-1885	5,4	4,2		6,7	8,6	8,9	8,9	1874-1886	1,4†	3,1†	o mesmo	0,0	5,5	5,0
1885-1895	2,4	4,4	10,6	4,3	1,9	3,7	2,5	1886-1898	1,5†	1,6†	o mesmo	15,0	5,0	5,4
1895-1905	2,3	3,0	13,1	6,9			1,5	1898-1910	1,2†	1,6†	o mesmo	-6,8	2,8	2,9
1905-1915	-3,0	-0,3	2,3	0,5			-0,9							
1825-1910	3,8	6,2		4,6			4,4	o mesmo		1,2				
1851-1910	3,7	4,3		4,8			4,3	1850-1910	2,4†	2,3†	o mesmo	3,8	4,0	4,2
1851-1885	3,9	5,3		4,9	6,1		6,7	o mesmo		2,2	o mesmo	3,4	4,5	4,5
1885-1910	2,7	2,9	8,1	4,5			1,2	o mesmo		1,4	o mesmo	4,3	3,3	3,9
Tendências (b)														
1797-1825	2,5	-4,9		2,5	2,7	-3,2	2,1	o mesmo		-2,9				
1851-1910	3,6	5,0		6,8			3,9	1850-1910	2,2†	1,6†	o mesmo	3,5	4,5	4,8

(a) Anos iniciais do quinquénio

(b) As tendências foram aproximadas por rectas estimadas pelo método dos mínimos quadrados.

Fontes: 1) Para os produtos corticeiros: ver Quadros A.1. e A.2. em anexo; 2) Para as exportação portuguesa: (a) as taxas seguidas de † : ver Pedro Lains, 1986, 388 (no valor foram estimadas a preços constantes)(os valores do autor para a tx.cresc.tendencial entre 1850-1910 são 1,4-1,8%) b) as restantes, que no valor foram estimadas aos preços correntes, tomei como base do Comércio Especial-Exportações os dados publicados na Estatística do Comércio Externo, Lisboa, 1968, I.N.E., p. XXVIII (sem correcções). 3) Para a exportação da cortiça em Espanha (valor): Cf, Santiago Zapata Blanco, 1986, 1309 (cálculo meu, tratando os dados com o mesmo critério que apliquei à cortiça portuguesa)

ros para as exportações portuguesas aumentou de uma forma sustentada até à Primeira Guerra Mundial. Estes produtos tornaram-se mesmo, a partir dos anos '1880, numa das principais componentes, a segunda depois do vinhos, integrando o lote dos artigos que " passaram a determinar o crescimento "

TABELA 11

A Cortiça na Balança Comercial Portuguesa

Contributo médio das Receitas Corticeiras para as Receitas da Exportação Portuguesa (em %)

Legenda: 1- em prancha 2- em obra 3- Total

Período	I NAS EXPORT. GERAIS			II NAS EXPORT. ESPECIAIS			III OUTRAS ESTIMATIVAS		IV QUOTA DO VINHO NAS EXP. ESPEC.	
	1	2	3	1	2	3	Período -	1		2
1797-99	0,15	0,06	0,21							13,20 (1799)
1815-19	0,12	0,01	0,13							33,30 (1819)
1825-29	0,71	0,05	0,76							
1843-48	1,60	0,11	1,71	2,00	0,15	2,15	1840-09 -	2,10	0,10	48,60
1851-55	1,90	0,10	2,00	2,27	0,12	2,39	1850-09 -	2,50	0,10	30,70
1865-69	2,70	0,20	2,90	3,05	0,22	3,27	1860-09 -	3,60	0,30	42,10
1870-74	3,50	0,50	4,00	3,84	0,54	4,40	1870-09 -	4,40	0,80	39,70
1875-79	3,60	0,90	4,50	4,14	0,97	5,11				44,60
1880-84	6,90	1,40	8,30	9,04	1,86	10,90	1880-09 -	8,90	2,20	44,80
1885-89	7,00	1,70	8,70	9,40	2,20	11,60				57,10
1890-94			8,70			13,10	1890-09 -	9,30	2,80	49,10
1895-99	6,40	1,80	8,20	9,40	3,00	12,40				39,20
1900-04			7,70			12,00	1900-09 -	8,80	3,00	33,80
1905-09			8,30			13,50				
1910-14			8,00			13,70	1905-14 -	9,40	3,00	35,20
1915-19			3,90			5,50				32,50

Fontes: Os dados das Col. III e IV foram estimados, respectivamente, por P. Lains, 1986, 394 e Conceição A. Martins, 1990, 238-9 (calculei valores médios). Para a exportação de produtos corticeiros ver Quadros A.1 e A.2. em anexo. Para o valor das exportações no comércio geral e especial (exp.nac.+ nacionalizada) do país ver "(Mapas da) Exportação de Portugal para as Nações Estrangeiras (...)" e "(Mapas da) Exportação de Portugal para o Brasil, Ásia, África e Ilhas (...)" para os anos de 1796 a 1825 (MOP, S6C3); Mapas Gerais do Comércio de Portugal de Portugal com suas Possessões e Nações Estrangeiras (...), (para os anos de 1843, 1848, 1851 e 1855), Lisboa, I.N., 1849-1858; Estatística Geral do Comércio de Portugal (...) (anos 1870-1877), Lisboa, I.N., 1873-1880; Estatística de Portugal - Comércio do Continente do Reino (...) no ano de 1887, Lisboa, I.N., 1888; Estatística do Comércio e Navegação, Lisboa, 1918 (dados para 1879-1918); Estatística do Comércio Externo, Lisboa, I.N.E., 1968 (dados sobre o comércio especial até 1830 agregam exportações de produtos coloniais).

das nossas exportações: na verdade, o peso das receitas corticeiras naquela rubrica subiu de 2,1% ('1840), 4-5% ('1870), 10-11% ('1880), para os 12-14% ('1890-1915) (Tabela 11, col.II). Neste aspecto, um percurso similar ao de Espanha onde a exportação corticeira também conheceu uma "im-

presionante tendencia al alza (...). En medio siglo, las exportaciones se multiplicaran por más de cinco". ⁷⁷

Esta capacidade de exportação do sector correspondeu a alterações sensíveis no plano produtivo. O número de unidades preparadoras e transformadoras aumentou continuamente pelo menos até à segunda década do século XX (Quadro C em anexo e Tabela 14). A produção bruta industrial corticeira, em média, duplicou de 15 em 15 anos, o que representa uma forte taxa de crescimento (Tabela 10). Nos primeiros anos, este crescimento traduziu-se seguramente numa contribuição mais favorável do sector para o Produto Bruto Industrial do país, mas a partir de 1880 e até 1900 esta quota diminuiu (1881- 5%; 1890- 4,6% e 1900-4,2%). Este resultado confirma a ideia de a indústria corticeira não ter sido das mais dinâmicas na indústria nacional e de a longo prazo " não servi(r) para liderar o processo de desenvolvimento económico português". ⁷⁸

Os interesses no sector começaram por centrar-se basicamente na indústria preparadora (prancha), com a produção rolheira reduzida a uma expressão bastante mais limitada. A

⁷⁷ Cf. por ordem de citação: Pedro Lains, 1986, 395 e Santiago Zapata Blanco, 1986, 542. Ver ainda Manuel Adelino de Figueiredo, 1861, 292-3 e "A produção de Cortiça e a indústria das rolhas" in Portugal Agrícola, Vol.IV, Lisboa, 1892-3, p. 41.

⁷⁸ Cf. Jaime Reis, 1984, 18-19. Estimei o valor da Produção Bruta Industrial Corticeira para 1881, 1890 e 1900 em 2657, 3722 e 4269 contos seguindo a metodologia de Jaime Reis (1985, 24). Sobre o Produto Bruto Industrial do país para aqueles anos ver nota 15. Sobre as possibilidades da indústria corticeira na economia portuguesa oitocentista ver ainda Pedro Lains, 1986, 399-400.

TABELA 12

Composição da Exportação de Produtos Corticeiros
(em percentagem do valor)

Legenda: 1- Prancha 2-Obra 3- Total

PERÍODO	PORTUGAL			ESPAÑA		
	1	2	3	1(*)	2	3
1797-1831	87,5	12,5	100			
1843-1848	94,0	6,0	100			
1850-1859	95,0	5,0	100	9,1	90,9	100
1860-1869	93,3	6,7	100	10,0	90,0	100
1870-1879	84,0	16,0	100	7,9	92,1	100
1880-1889	80,5	17,9	100	7,7	92,3	100
1890-1899	77,6	22,3	100	10,0	90,0	100

(*) "corcho no obrado"

Fontes: Para Portugal, as referidas no Quadro A.2. em anexo a este capítulo mas os dados anuais foram ajustados aos períodos aqui definidos. Para Espanha, ver Santiago Zapata Blanco, 1986, 545

oferta de produtos corticeiros ajustou-se às condições do mercado para o qual predominantemente se produzia, o mercado externo, onde as facilidades no comércio da prancha não se estenderam às rolhas devido "aos grandes direitos que paga este género na América, Alemanha, Rússia e França". 79

79 Cf. Diário do Governo, 1880 (ver as petições sobre o problema corticeiro). Sobre a quota dos produtos corticeiros no P.B.I.C: ver Tabela 12 mas é obvio que o peso da rolha na produção nacional era ligeiramente superior à assinalada nesta tabela como J.Reis (1985, 23-4) sugeriu. Ver ainda Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 3ª Parte, Lisboa, I.N., 1882, pp. 45-51 e 286 ss; A.D.E.:N.G.C.: N.º. 350: "Actas das Sessões da Comissão do Inquérito Industrial em 1881 (Distrito de Évora)".

A guerra de tarifas que se desencadeou entre países com uma indústria corticeira mas obrigados a comprar a matéria-prima no mercado internacional e os países produtores de cortiça, levou a Espanha, para proteger a indústria rolheira catalã, a adoptar uma política proibitiva em relação "à saída da cortiça em prancha" (1845-1870) facto que reforçou a procura externa sobre a cortiça portuguesa e tornou particularmente atractiva a actividade preparadora. ⁸⁰

Neste contexto, a maior parte das fábricas instaladas em Portugal eram exclusivamente preparadoras de prancha ou mistas, combinando aquela actividade com a manipulação, em menor escala, de rolha. O sector estava então dominado pelos interesses dos "fabricantes de cortiça", designação frequentemente adoptada pelos empresários ligados àqueles estabelecimentos. A produção exclusiva de rolhas era realizada apenas por pequenas unidades, "oficinas para fabricação de rolhas de cortiça", e pela indústria caseira. ⁸¹

Só no último terço do século XIX a componente transformadora -- primeiro a rolha, mas desde os anos 80 diversifi-

⁸⁰ A curva dos preços da prancha nas Figuras 1 e 2 ilustra bem a procura crescente daquele preparado. Cf, Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 3ª Parte, Lisboa, I.N., 1882, pp. 45-51 e 286 e ss; A.D.E.:N.B.C.: Mç. 350: "Actas das Sessões da Comissão do Inquérito Industrial em 1881 (Distrito de Évora)"; Diário do Governo, 1880 (ver as petições sobre o problema corticeiro); Andrés Camps, Pasado, Presente y Futuro del corcho y su industria en España y Portugal, Évora, 1980, 1-5; Santiago Zapata Blanco, 1986, 547-8

⁸¹ Cf. Diário do Governo, 1880, n.ºs 19 a 79, nas várias petições apresentadas devido a questões relacionadas com os direitos de exportação de produtos corticeiros identificam-se com tal e de forma sistemática os industriais "rolheiros", os "fabricantes de cortiça" e os "proprietários", "arrendatários" e "negociantes" de cortiça.

cou-se a outros semi-elaborados como os quadros (aplicados ao fabrico mecânico) -- conheceu um impulso mais acentuado, ganhou maior autonomia no plano empresarial e, em parte com o apoio dos bancos regionais, contribuiu para o que alguns autores consideram ter sido o "primeiro salto industrializante" do país. ⁸²

A primeira indicação neste sentido é dada pelo peso assumido por estes produtos no comércio externo: na década de 1870, a quota dos produtos mais elaborados na exportação corticeira subiu para 16% e na última década do século atingiu os 22% (Tabela 12) apesar das condições do mercado internacional não serem muito favoráveis nesta fase, pois o preço da rolha iniciava um longo período de baixa (1865\70 a 1905?) (Figura 1). Mas a sua importância real foi ainda mais expressiva. Em 1889, na indústria organizada (fábricas e oficinas), a componente rolheira representava cerca de 50% do total do produto corticeiro realizado (Tabela 14). ⁸³

⁸² Cf. Manuel Vilaverde Cabral, 1976, 197. O papel da Banca no financiamento desta actividade industrial regional foi valorizado pelos industriais da época: ver Diário do Governo, 1880, nº 66 (Petição dos "proprietários, arrendatários, negociantes e fabricantes de Cortiça dos concelhos de Portimão e Monchique")

⁸³ Com base nos dados do Inquérito Industrial de 1890 (Lisboa, I.N., 1891) procedi a uma estimativa do produto bruto corticeiro realizado pelas fábricas e oficinas do país em 1889. O resultado e a metodologia encontram-se na Tabela 14. Ele representa uma indicação grosseira para o produto industrial corticeiro português e peca por defeito: a estimativa deste produto a partir do método proposto por Jaime Reis (1985, 24) aponta para uma grandeza na ordem dos 3676 contos com a componente transformadora a aproximar-se dos 1.000 a 1.110 contos. Assim os resultados apurados na Tabela 14 desvalorizam apenas a componente preparadora como o confirma o facto de nesse ano terem sido exportados cerca de 2.500 contos de prancha (Anexo 1, Quadro A2). Uma das razões para esta diferença é em parte explicada pela existência de circuitos de preparação e semi-elaboração de cortiça integrados em explorações agrícolas, situações que o inquérito não considerou.

O crescimento e a maior complexidade do aparelho produtivo foram acompanhados por modificações sensíveis no padrão locativo. Na primeira metade do século XIX, o subsector preparador poderia estar disperso por todo o litoral embora os dados disponíveis sugiram uma implantação dominante ao norte (Porto); já o fabrico da rolha estaria essencialmente localizada em Lisboa, Setúbal e Litoral Alentejano, alastrando hipoteticamente nas décadas de '1810-20 para o interior do Alentejo. ⁸⁴

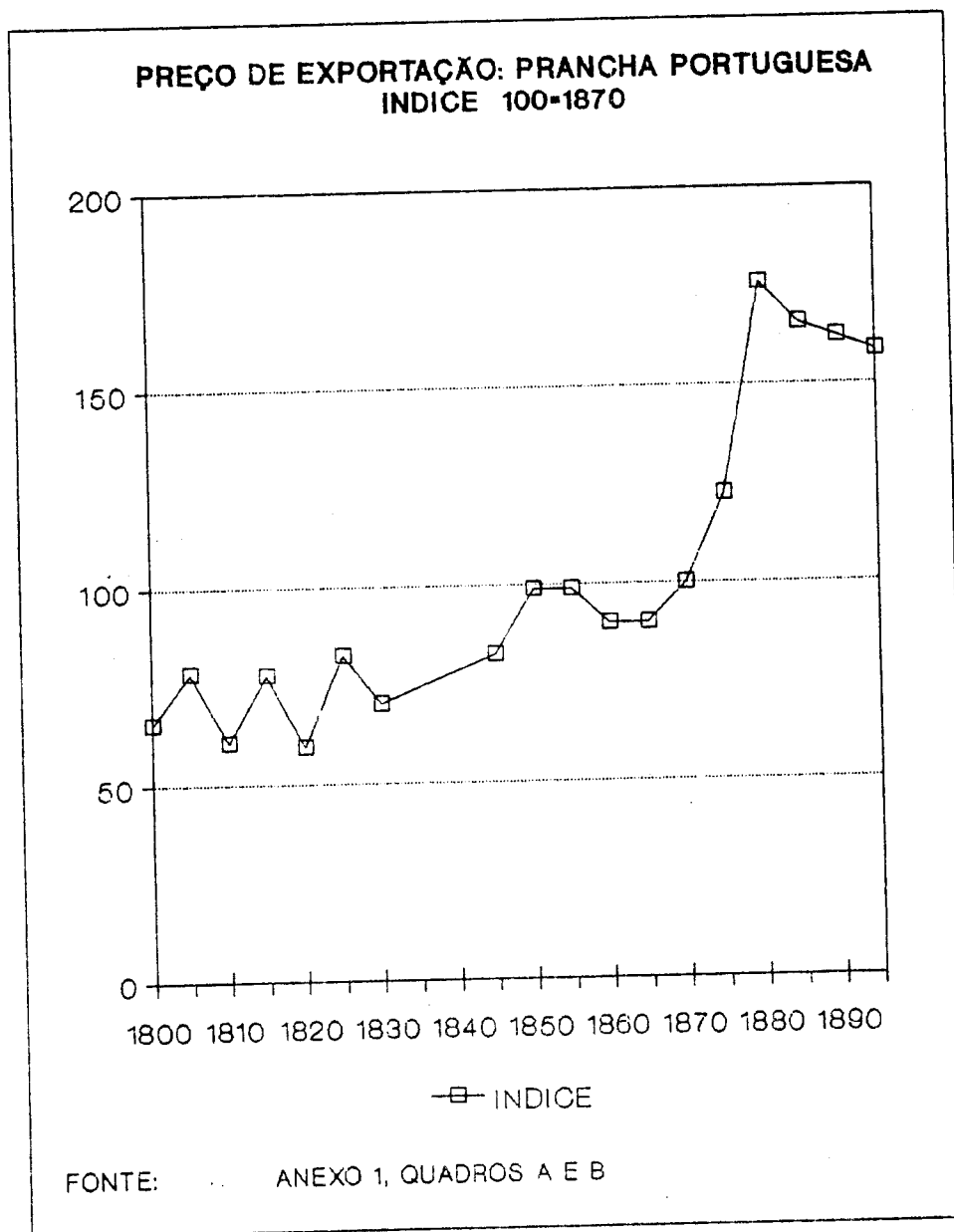
Em meados do século, num momento em que a prancha dominava esmagadoramente a produção industrial corticeira, a localização era muito diferente. A preparação da prancha realizava-se predominantemente no Sul, de Lisboa ao Algarve, garantindo 84% da exportação, com o Alentejo litoral (Sines) a desempenhar um papel fundamental. Em contrapartida, a produção rolheira localizava-se predominantemente no norte, na zona do Porto, que garantia 83% dos vedantes exportados. ⁸⁵

Esta situação não passou despercebida na época a homens atentos como Charles Vogel. Na opinião deste francês, apesar dos amplos recursos do país, o fabrico de rolhas apenas

⁸⁴ Sobre o padrão locativo das actividades industriais corticeiras na primeira metade do século XIX, além do Quadro B (Anexo 1) ver: João Baptista da Silva Lopes, 1841, 155; António de Macedo, 1869, 70-71; Campos Pereira, 1915, 277; José Augusto Ferreira da Costa, 1935, 30; Eduardo Ferreira Junior, 1941, 5-6; Hernâni de Barros Bernardo, 1946, 122-129 e 152 e 1948, 40-43 e 98; Carminda Cavaco, 1976, I, 44-5 e 83 e II, 351-7; Albert Silbert, 1978, II, 728-30;

⁸⁵ Ver Anexo 1, Quadro B

FIGURA 2



conheceu um certo desenvolvimento na cidade do Porto e nos seus arredores, onde fora estimulada pelas necessidades dos grandes entrepostos de vinho. Pelo contrário, o preparo da

cortiça era uma actividade centrada nas duas províncias do sul e revelava tendência para aumentar a sua produção, com a exportação a realizar-se "principalement par le port de Sinés, le seul de l'Alentejo, e par celui de Villa Nova de Portimão, dans l'Algarve". ⁶⁶

Mas este era ainda um momento transitório. Até aos anos '1870, o conjunto do sector corticeiro acabou por localizar-se predominantemente na Região Económica do Sul contribuindo para o dinamismo que ela conheceu na última metade de Oitocentos. O novo padrão locativo não se alterou de forma expressiva pelo menos até ao final do século. Em 1890, o Sul assegurava 98% da produção industrial corticeira (Tabela 14). ⁶⁷

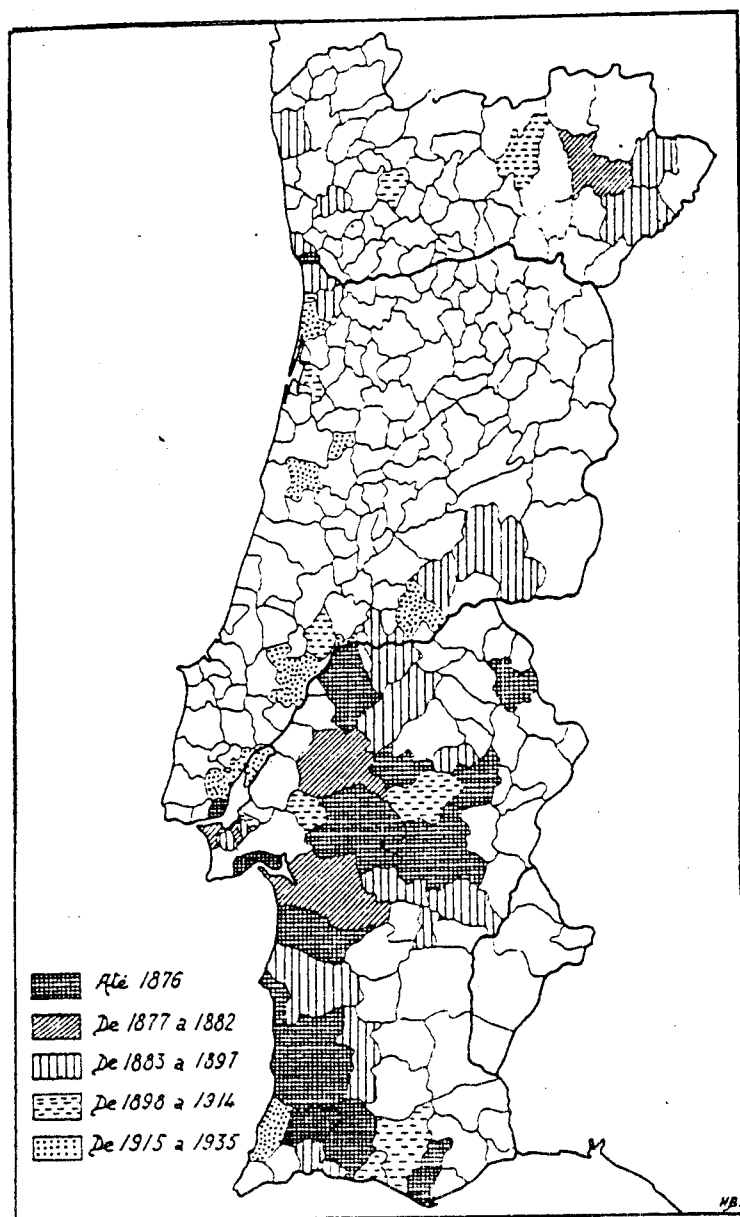
O impulso decisivo que, a partir de meados do século XIX, o sector conheceu na Região Económica do Sul não acarretou um padrão de localização regional marcado pela concentração da actividade em torno de uma determinada zona industrial. Pelo contrário, traduziu-se no alastramento de unidades preparadoras e mistas por quase toda a região, emergindo vários polos corticeiros em zonas relativamente

⁶⁶ Cf. Charles Vogel, 1860, 244 e 274

⁶⁷ Ver também Anexo 1, Quadro B. Em 1917 a localização da industria corticeira já não obedecia a este quadro com alguns concelhos do norte (Espinho, Vila da Feira e V.N.Gaia) a desempenharem um papel importante ou mesmo de liderança na industria rolheira. Cf. "Estatística Industrial. Anno de 1917" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 116, Lisboa, I.N., 1926; ver também "Chorographia Industrial do Concelho de Castello Branco: Monografia Estatística" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 63, Lisboa, I.N., 1911, pp. 6-17.

FIGURA 3

CONCELHOS ONDE SE INSTALOU A INDUSTRIA CORTICEIRA (PREPARADORA E TRANSFORMADORA) SEGUNDO O PAGAMENTO
DA CONTRIBUICAO INDUSTRIAL E OS INQUERITOS INDUSTRIAIS



Fonte: Hernani de Barros Bernardo, 1946, 134

próximas ou de fácil acesso tanto à matéria-prima como aos portos marítimos e às novas "vias aceleradas" que os ligavam: o caminho de ferro. Esta dispersão também foi de certo modo facilitada pela localização da mancha suberícola que da zona sul ocidental estendia-se em arco pela bacia do Tejo e seus afluentes da margem esquerda. ⁸⁸

De facto as actividades do sector implantaram-se no Algarve centro-ocidental, no litoral e interior centro-norte alentejano, em Setúbal, em Lisboa e concelhos da margem sul do estuário do Tejo, e ainda noutros concelhos ao longo da bacia deste rio e seus afluentes (Chamusca, Coruche, Abrantes, etc) até à Beira Baixa (Figura 3). Só nas primeiras décadas do século XX, se evidenciou uma tendência para a concentração em torno do dois polos: o algarvio, liderado por Silves-S. Brás de Alportel, e a margem sul do estuário do Tejo que se tornou no "principal polo de desenvolvimento" da indústria corticeira nacional. ⁸⁹

Neste quadro geral, a Região Histórica do Alentejo desempenhou um papel activo como principal produtora de

⁸⁸ Cf. Carlos A. de Sousa Pimentel, 1888, 132; Relatório acerca da Arborização Geral do País, Lisboa, ARC, 1868.

⁸⁹ Cf. Eduardo Anselmo de Castro, 1990; António Byrne Pereira, "Relatório dos Serviços da 4ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria no Anno de 1909" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 46, Lisboa, I.N., 1909, p. 5; "Estatística Industrial. Anno de 1917" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 116, Lisboa, I.N., 1926

cortiça, pois concentrava a mais importante mancha suberícola do país, e porque nela se desenvolveu uma relevante actividade industrial preparadora e transformadora daquela matéria-prima. Os dados disponíveis permitem destacar algumas das características assumidas pelo sector na região, a saber: ⁹⁰

1. Na implantação regional da indústria definiram-se claramente 3 zonas: o litoral alentejano, que teve como polo dinamizador o porto de Sines (a partir da década de '1830) mas que se estendeu de Alcácer do Sal a Ourique\Almodôvar; a zona de Évora e concelhos limítrofes; e a zona de Portalegre (Figura 3).

⁹⁰ Além das referências pontuais inseridas no texto e da informação sistematizada nos quadros do Anexo 1, para a definição das características regionais do sector segui as fontes e bibliografia seguinte: Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino (...) (1856-1865), Lisboa, I.N., 1857-1866; Consultas das Juntas Gerais dos Distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes (...) relativas ao ano de (1852 a 1865), Lisboa, I.N., 1853-66; Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 3ª Parte, Lisboa, I.N., 1882, pp. 39-41, 45-51 e 286 e sgts; "Actas das sessões da Comissão de Inquérito Industrial em 1881 (Distrito de Évora)": A.D.E.:N.G.C.: Mç 350; Inquérito Industrial de 1890, Vols III e IV- Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891; Adriano Monteiro, "Relatório geral da Inspeção da 4ª Circunscrição Industrial desde a sua instalação até 31 de Dezembro de 1896" in Boletim da Propriedade Industrial, 2ª Série, 17º Ano (nº 61-70 de 1900), Lisboa, I.N., 1902, 164-187 e 18º Ano (Nº 69-80 de 1901), Lisboa, I.N., 1903, 180-sgts; Adriano Monteiro, "Relatório Geral: 2º Período decorrido desde 1 de janeiro de 1897 a 31 de Dezembro de 1904 nos Districtos de Évora, Beja e Faro" (2ª e 3ª partes) in Boletim do Trabalho Industrial, nºs 18 e 19, Lisboa, 1907; Estatística Industrial, 1ª Série, Distritos de Évora, Beja e Faro, Lisboa, I.N., 1905; "Mappas Estatísticos sobre o Serviço da Contribuição Industrial no anno de 1879 no Continente do Reino - Número de Contribuintes Colectados em cada Districto por cada Verba da Tabella Geral das Indústrias (...)" in Anuário Estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas - Serviço do Anno civil de 1879 e dos Anos Económico de 1879-1880, Lisboa, I.N., 1882, 81-114; Francisco Luis Lopes, 1850, 102-103; António de Macedo, 1869, 70-71 e 104; António Martins Quaresma, 1985, 241; Hernani de Barros Bernardo, 1942 e 1946; Ana Maria Cardoso de Matos, 1991a, 571-573.

TABELA 13

Fábrica de Cortiça de George Rubinson (Portalegre)

Legenda: 1- volume (toneladas) 2- Valor em contos de reis

ANO	MATÉRIA-PRIMA LAB.		PRODUÇÃO BRUTA		Nº OPERÁRIOS		
	1	2	1	2	HOMENS	RAPAZES	TOTAL
1860	120*	5,1	75,6		25	23	47
1861					29	60	89
1862					29	60	89
1863					30	66	96
(..)							
1880	400	36,0		100,0	260	420	680
1881							560
1890				>400,0			>1200

* Estimativa 600 reis/varroba (A.D.E.:N.C.M.E.:Livro Actas das Sessões..(16 de Abril de 1860)

Fontes: Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino (...) (de 1859 a 1863), Lisboa, I.N., 1860-1865 (os relatórios de 1859 e 60 referem que a fábrica emprega 2500 homens e 2300 rapazes, o que surpreende pois nos anos seguintes o número baixa de um modo tão drástico apesar da empresa ser considerada "importantíssima" e em "estado florescente". Trata-se obviamente de uma gralha); Diário do Governo, 1880, nº 79; Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Indirecto 3ª Parte - Repartição de Estatística, Lisboa, I.N. 188, p. 106 (a matéria prima declarada como consumida - 60 tn - é manifestamente um erro porque 36 contos era o preço na época de pelo menos 400 tn de cortiça); Inquérito Industrial de 1890 - Vol. IV - Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891, pp. 419 e Tabela 14.

2. No plano produtivo a principal componente foi o "fabrico da prancha". Mas nos primeiros anos, só o litoral alentejano desenvolveu uma actividade exclusivamente preparadora, estrangulando a indústria rolheira tradicional (Melides) e liderando claramente a produção e exportação nacional da prancha pelo menos até à década de 1860, quando pelo porto de Sines saía mais de 40% daquele preparado; mesmo depois da

implantação da actividade rolheira na década de '1870, a prancha permaneceu o principal produto. No zona de Évora o sector assumiu e manteve desde o início uma feição mista, mas a componente transformadora nunca alcançou um peso realmente expressivo. Também na zona de Portalegre a preparação da prancha e o fabrico da rolha foram associados desde os anos '1840 e ambos tiveram sempre uma importância significativa.

Uma estimativa da composição do produto corticeiro realizado pelas fábricas e oficinas alentejanas em 1889 aponta para as grandezas seguintes: a produção rolheira representava apenas uma quota de 19% (53 contos) no litoral alentejano, 21% (26 contos) na zona de Évora e cerca de 50% (200-250 contos) na de Portalegre. Dados directos para o início do século XX (1901-1903) apontam para quotas rolheiras mais baixas: no distrito de Évora, apenas 11% do produto corticeiro (656 contos, dos quais 596 em fardos de prancha e 70 contos em rolhas e quadros); no Distrito de Beja, dos 507 contos produzidos, apenas 8% o foram em rolhas sendo os restantes 470,4 contos em "fardos de cortiça recortada". ⁷¹

3. Quanto aos investidores, entre as características comuns

⁷¹ Ver Anexo 1, Quadro F. Para a estimativa de 1889 ver Fonte e Metodologia na Tabela 14. Para a produção da indústria corticeira nos Distritos de Évora e Beja em 1901-1903 ver Estatística Industrial, 1ª Série, Distritos de Évora, Beja e Faro, Lisboa, I.Nacional, 1905

às três zonas e pelo papel marcante desempenhado na dinamização do sector, destaca-se a forte presença de capitais estrangeiros e particularmente ingleses, associados ou não a capitais nacionais e regionais que produziam e compravam prancha e rolhas e faziam o interposto para a Inglaterra. Estes agentes económicos controlaram grande parte do "negócio da cortiça", ficaram famosos pelos "contractos leoninos" que impunham aos proprietários do sobro e contribuíram para a imagem do "inglês explorador" que marcou alguma literatura naquela época. ⁹²

No litoral, o sector foi liderado pelo menos até à década de 1870 pelas firmas de Biester, Falção e Comp., estabelecida em 1838 (Sines), Carlos Pidwell (Sines) e Carlos Pidwell e Thomaz Dryden (Santiago de Cacém), fundadas na década de 1840. A zona de Évora atraiu também desde cedo o interesse dos ingleses e tiveram esta origem as principais empresas aí implantadas, como a de Robert Hunter Reynolds, fundada em Estremoz em 1845 (e que no final do século os herdeiros acabaram por transferir para o Barreiro) ou a Fábrica de Rolhas de Cortiça do Sr. Ricardo Vilardebó, ligada à sociedade londrina que fazia o giro sob a designação Sória, Vilardebó, Llach & Comp. Mas num como noutro caso, no final do século (1990) o sector já era claramente

⁹² Cf. D. Luis de Castro, "A cortiça. Estudo Agrícola, Industrial e Comercial" in Portugal Agrícola, Vol. IV, 1892/3, p.141-2 e "A lavra e o commercio da cortiça" in Portugal Agrícola, Vol. V, Lisboa, 1893-4, p. 191

dominado por interesses nacionais e particularmente regionais.

O caso de Portalegre foi uma situação extrema uma vez que o sector manteve-se praticamente concentrado numa única fábrica até ao final século. Em 1848, George Robinson fundou nesta cidade um estabelecimento para preparo da cortiça e manipulação de rolha que transformou numa unidade com uma dimensão sem paralelo em toda a região e apenas com raríssimos exemplos em todo o país (Tabela 13).

4. Na estrutura das unidades produtivas, persistiu uma componente oficinal e caseira, geralmente rolheira, mas o sector foi claramente dominado pelas fábricas mistas, que, tomando por referência o panorama nacional, nas zonas de Évora e no Litoral eram de pequena e média dimensão enquanto no caso de Portalegre, reduziu-se praticamente a uma grande empresa.

Em 1881, a comissão distrital de Portalegre para o Inquérito Industrial atribuía o sucesso do "súbdito inglês" George Robinson ao facto de durante muito tempo ter usufruído de uma situação "quasi monopolista, para assim o dizermos", vantagem que soube gerir numa zona onde a matéria prima era abundante e numa fase em que "era limitadíssimo o número de compradores do género". "Activo e inteligente" e com "boa capacidade de administração", o industrial ampliou a fábrica, modernizou-a com novos equipamentos e processos,

como a cozedura a vapor, ao mesmo tempo que, através de aquisições fundiárias, garantiu o auto-abastecimento de uma parte da matéria-prima e tornou-se "um dos mais opulentos proprietários de prédios rústicos destes sítios". 93

Em 1889, e perante a decadência da indústria têxtil, "a fabricação de rolhas e preparação de cortiça para exportação para o estrangeiro" era a principal indústria do concelho de Portalegre e aquela fábrica uma das mais importantes unidades industriais do sector em todo o país, ocupando mais de 1200 operários e com uma produção bruta estimada em mais de 400 contos, cerca de 20% do produto bruto do sector. Esta dimensão deve ter dificultado a implantação de mais unidades naquela zona pois são conhecidas apenas duas pequenas oficinas rolheiras a laborar em Ponte de Sôr (Tabela 13). 94

Mas além deste tecido industrial "clássico" e à medida que se acumulava experiência neste negócio, desenvolveu-se pelo menos a partir da década de 1870 um outro tipo de concorrência ao sector preparador implantado. Para alguns proprietários dos sobreirais alentejanos, deixou de ser vantajoso comercializar a cortiça em bruto. "Cozer a cortiça (...) é o que há de melhor e mais barato a fazer (...)

93 Cf. Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 3ª Parte, Lisboa, I.N., 1882, pp.45-51

94 Cf. Inquérito Industrial de 1890 - Vol.IV - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I. Nacional, 1891, pp. 419.

TABELA 14

O Produto Corticeiro na Indústria organizada em Portugal com base no Inquério Industrial de 1890 (uma estimativa)

Legenda: U- Unidades KFM- Capital fixo médio (contos de reis) OP- Total operários PB- Valor em contos da produção de 1889 (PBR- em rolhas e quadros; PBP- em prancha e PBT- Total)

UNIVERSO	PEQUENA INDUSTRIA						FABRICAS					TOTAL PBT
	U	KFM	OP	PBR	PBP	PBT	U	KFM	OP	PBR	PBP	
PORTUGAL	67	0,70	216	32,82	6,26	39,08	52	3400	960,5	968,0	1928,5	1967,88
NORTE (1)	13	0,22	34	5,59	2,26	7,85	3	70	35,7	4,0	39,7	47,55
SUL (2)	54	0,63	182	27,23	4,00	31,23	49	3330	924,8	964,0	1888,8	1920,33
ALENTEJO (3)	31	0,85	100	12,99	4,00	16,99	26	1553	316,3	570,0	886,3	903,29

(1) Distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto e Viana do Castelo (2) Além da Região Histórica do Alentejo referida em (3) foram considerados os Distritos de Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Faro (3) Região Histórica do Alentejo : Dist. Portalegre, Evora e Beja + conc. de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém.

Metodologia: O KFM foi estimado tomando como base a média distrital dos casos declarados na fonte e o número de operários empregues, admitindo-se uma relação constante entre estas variáveis; o mesmo critério foi utilizado para estimar a produção bruta das unidades em que a fonte é omissa. Para Portalegre a estimativa do produto teve em consideração também a informação da Comissão Distrital do Inquérito Industrial segundo a qual no concelho de Portalegre "he hoje a principal indústria a fabricação de rolhas e preparação de cortiça para exportação para o estrangeiro " (ver Fonte), e por isso admito que a produção da Robinson seja superior a das fábricas texteis e esta, com base nos dados do próprio inquérito, era superior a 400 contos, que reparti equitativamente entre prancha e rolha embora pelo Inquérito de 1881 a rolha tivesse um peso muito superior.

Fonte: Inquérito Industrial de 1890, Vols III-V - Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891; os dados deste inquérito para o sector corticeiro (nº de unidades e de operários) foram publicados também por Hernani de Barros Bernardo, 1946, 131 mas sem considerar todas as unidades existentes p.ex. no concelho de Portalegre (provavelmente 3 fábricas, p. 133).

apurando para os quadros os bocados, se estes valerem a pena": esta foi a orientação seguida por Carlos Maria Eugénio de Almeida a partir de 1878. Para o efeito, dotou as

suas explorações agrícolas de Évora e Beja com equipamento adequado para o "fabrico de prancha e quadros", que era deslocado para os prédios cujos sobreirais estava em idade de descortiçamento, ao mesmo tempo que procurava colocar o produto nas fábricas rolheiras nacionais ou exporta-lo preparado. ⁹⁵

Pouco se sabe ainda sobre a dimensão e impacto real de iniciativas destes género mas conhece-se a persistência do interesse dos proprietários e lavradores do sul em encontrarem meios que consideravam adequados para "se pôrem ao abrigo das contingências d'um negócio que não estava nas suas mãos e corria à mercê d'estranhas influências misteriosas". Nesse sentido desde pelo menos os anos '1890 que era sustentada a formação de uma "grande companhia portuguesa de capital formado por pequenas acções ao alcance das bolsas de todos os proprietários para o commercio d'exportação de cortiça" (1893). Talvez só na década seguinte tomaram corpo as primeiras iniciativas com tal sentido, como as sociedades por quotas Cooperação dos Produtores de Cortiças Portuguezas Limitada, que agregava 25 grandes agricultores do sul "leaders da nossa agricultura", tinha escritórios em Lisboa e armazéns em Londres, e a Sociedade Cortiças, Limitada,

⁹⁵ Carlos Maria Eugénio de Almeida procedeu deste modo na relação à cortiça das suas propriedades no Alentejo instalando a "fábrica" no Convento da Cartuxa (Évora) e na Defesa da Negrita (Beja). Cf. A.C.E.A.: Copiador de Cartas nº7 (Carta nº 634, de 24 de Março de 1878) e Copiador de Cartas nº8 (Carta de 6 de Maio de 1878) e A.C.E.A.: (Livro) Propriedades, Conta de Rendimento (1871-1881) (Alentejo)

sediada em Santiago de Cacém e "organizada por lavradores e proprietários de cortiças" com o objectivo de "fabricar as cortiças dos sócios e quaesquer outras de compra, procurando vende-las em prancha, quadros e rôlhas, tanto no mercado interno, como exportando-as directamente". 96

Numa apreciação global, o fundamental para realçar é que, mercê da expansão verificada, no final do século XIX a indústria corticeira não só era reconhecida como a principal actividade secundária no Alentejo como, à escala do país, a região concentrava 46% das oficinas, 50% das fábricas e 45% dos operários que garantiam cerca de 45 a 50% do produto bruto industrial do sector (Tabela 14). Um peso realmente expressivo embora se tratasse da indústria com um dos mais baixos valores acrescentados no país, o que era ainda reforçado pelo facto da componente preparadora manter um peso muito elevado, apesar do desenvolvimento da fabricação de rolhas a partir da década de 1870. De facto, em 1889 a prancha representava 63% do valor do produto bruto realizado pelas oficinas e fábricas da região, quando apenas contribuía no Algarve com 31%, e na zona industrial de Lisboa com 47%; e, em 1901-03, 90% do valor produção industrial corticeira dos Distritos de Beja e Évora concretizava-se em

96 Cf. "A Lavra e o Comercio da Cortiça" in *Portugal Agrícola*, Vol.V, Lisboa, 1893-4, pp 191-2; "Cooperação dos Produtores de Cortiças Portuguezas Limitada" in *Portugal Agrícola*, Vol. XVI, 1905, p. 226; "Uma empresa de lavradores para exportar cortiça" in *Portugal Agrícola*, Vol.XVIII, Lisboa, 1907, pp.230-232

"fardos de cortiça recortada". 97

Nas primeiras décadas do século XX a importância do Alentejo na indústria corticeira nacional esbateu-se. Entre 1910 e 1930, num contexto marcado por uma nova expansão do sector (o volume da Produção Bruta Industrial Corticeira aumentou cerca de 60%), os grandes polos de desenvolvimento do sector passaram a ser a zona industrial de Lisboa e o eixo Silves-Faro-Portimão, no Algarve. 98

Esta nova situação resultou do novo padrão produtivo (maior estímulo à componente transformadora com a limitação da exportação dos preparados) que o sector corticeiro português desenvolveu nas primeiras décadas do século XX em resposta e para ultrapassar a crescente dificuldade (pelo

97 Cf. Inquérito Industrial de 1890, Vol.IV- Indústrias Fabris e Manufactureiras (Inquérito de Gabinete), Lisboa, I.N., 1891, 419; Adriano Monteiro, "Relatório Geral da Inspeção da 4ª Circunscrição Industrial desde a sua instalação até 31 de Dezembro de 1896" in Boletim da Propriedade Industrial, 2ª Série, 17º Ano (nº 61-70 de 1900), Lisboa, I.N., 1902, 167; Estatística Industrial, 1ª Série, Distritos de Évora, Beja e Faro, Lisboa, I.Nacional, 1905, VII. Sobre a estimativa do Produto Bruto Industrial Corticeiro realizado pelas fábricas e oficinas do país em 1889, já acentuei as deficiências (ver nota 83). No entanto, ao cobrir cerca de 70% da produção nacional e aceitando que as distorções se distribuem de modo proporcional por subsectores e regiões, o resultado pode ser encarado como um indicador de aproximação às quotas regionais. É provável que estimativas mais fundamentadas venham a revelar para o Alentejo um peso um pouco mais expressivo no computo nacional. Por exemplo, em 1901-03, só nos distritos de Évora e Beja a indústria corticeira realizava um produto na ordem dos 1.163 contos (90% em prancha) num momento em que já eram sensíveis as dificuldades do sector na região (Cf. Adriano Monteiro, "Relatório Geral - 2º Período decorrido desde 1 de Janeiro de 1897 a 31 de Dezembro de 1904 nos Districtos de Évora, Beja e Faro (2ª Parte)" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 18, Lisboa, 1907, p. 16 e António Byrne Pereira, "Relatório dos Serviços da 4ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria no anno de 1909", in Boletim do Trabalho Industrial, nº 46, Lisboa, I.N., 1901). Sobre o valor acrescentado no sector corticeiro naquela época ver Jaime Reis, 1885, 28-31

98 Sobre a nova localização do sector corticeiro nacional ver Anexo I, Quadro A; e "Estatística Industrial. Anno de 1917" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 116, Lisboa, I.N., 1926, 60 ss; Hernani de Barros Bernardo, 1946, 153 ss e Eduardo Anselmo de Castro, 1990

menos desde a década de 1890) da oferta corticeira nacional essencialmente baseada no preparado) manter ou aumentar a quota de exportação para um mercado internacional onde a concorrência era cada vez mais acentuada (entre 1870 e 1900 a produção mundial\mediterrânica de cortiça quadruplicou) e a procura qualitativamente mais exigente. O novo quadro deve ainda ser visto como um contributo poderoso para a integração do Alentejo, como principal produtor da matéria-prima, na Região Económica do Sul, onde se consolidou a liderança industrial de Lisboa. 99

A evolução da indústria corticeira alentejana teve um rumo só em parte similar ao que conheceram outras regiões da Europa do Sul que concentravam quotas significativa do montado de sobro. Por exemplo, na Província da Estremadura, que com a Andaluzia garantia 70% da cortiça produzida em

99 Para a nova localização do sector corticeiro nacional no século XX ver : "Estatística Industrial. Anno de 1917" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 116, Lisboa, I.N., 1926, 60 ss; Hernani de Barros Bernardo, 1946, 153 ss; Eduardo Anselmo de Castro, 1990. Sobre a capacidade e dificuldade de exportação para a indústria corticeira e o conjunto da economia portuguesa na segunda metade do século XIX: Pedro Lains, 1986, 400-9. Ver ainda sobre aquela questão, o aumento da oferta mundial\mediterrânica e as dificuldades nacionais: Paulo de Moraes, "Os montados de sobro" in A Agricultura Portuguesa, Vol.III (1890-1891), Lisboa, 1891, 126-8; "A produção da cortiça e a indústria das Rolhas" in Portugal Agrícola, Lisboa, Vol.IV, 1892-3, 209; "O Trafico internacional do vinho e da cortiça" in Portugal Agrícola, Vol.V, Lisboa, 1893-4, 63; "A Cortiça Nacional e a Cortiça Argelina" in Portugal Agrícola, Lisboa, Vol.XVII, 1906, 209; B.C. Cincinato da Costa e D. Luis de castro, 1900, 653; ainda do Portugal Agrícola, ver Vol XVIII, 1907, 263-5 e Vol. XXI, 1910, 350 e 362-4; J. Oliveira Simões, "Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado. Apuramento das respostas ao questionário da repartição do Trabalho" in Boletim do Trabalho Industrial, Lisboa, 1910, Nº 49, pp. 4044 ss; Hernani de Barros Bernardo, 1946, 124

Espanha (1876), a expansão do sector na segunda metade do século XIX foi também promovida por capitais estranhos à região: enquanto os ingleses controlaram o preparo da prancha, que exportavam para a Inglaterra, os capitais catalães instalaram e promoveram a indústria rolheira. Esta última actividade conheceu " un proceso constante de crecimiento ", e no final do século a região concentrava 17,6% da mão de obra ocupada no sector. Contudo a quota regional na produção do sector era muito baixa: em 1900, a Estremadura contribuía apenas com 2,3% para a produção industrial corticeira de Espanha enquanto no Alentejo, dez anos antes, a quota era de 36% da produção nacional de rolhas e 45 a 50% da produção bruta de todo o sector. ¹⁰⁰

Também esta região de Espanha, depois do "esplendor" rolheiro dos anos 1880-1890, entrou numa fase de "paulatino" retrocesso enquanto a Catalunha viveu um "ascenso vertiginoso": "el negocio corchero, que conoció en España un alza impresionante entre 1910 y 1930, habia terminado concentrándose en la provincia de Gerona". ¹⁰¹

¹⁰⁰ Cf. Santiago Zapata Blanco, 1986, 534 ss; Juan Garcia Perez e Fernando Sanchez Marroyo, 1988, 17

¹⁰¹ Cf. Juan Garcia Perez e Fernando Sanchez Marroyo, 1988, 18 e Santiago Zapata Blanco, 1986, 548-550

2.4. Conclusão

Apesar de continuarem por esclarecer muitos aspectos há uma grande coerência entre os indicadores estruturais e a evolução de alguns sectores industriais na Região Histórica do Alentejo entre 1840 e 1910. Eles revelam uma economia mais activa e diferenciada nas actividades produtivas. A moagem e a indústria corticeira, tal como a actividade extractiva são exemplos eloquentes. Nada que possa surpreender: na segunda metade do século XIX foi o sul que revelou maior dinamismo no crescimento demográfico, na agricultura e na indústria nacional. ¹⁰²

A hipótese da desindustrialização e da especialização agrícola do Alentejo decorrentes da sua integração na Região Económica do Sul sai prejudicada nesta cronologia. Tudo indica que a viragem para o século XX tenha sido o momento fulcral para um processo deste tipo. Um assunto a que vai ser necessário voltar mais adiante depois de analisar a evolução do sector económico mais importante da região, o da agricultura.

¹⁰² Cf. J. David Justino, 1986, Vol. II, 783 ss.

3. O SECTOR AGRÍCOLA ALENTEJANO (1850-1910): DIVERSIFICAÇÃO, CRESCIMENTO E MUDANÇA.

Na história da agricultura alentejana oitocentista permanecem nebulosas algumas das questões básicas. Concretamente, o padrão de uso da terra, um indicador a que na época frequentemente se recorria para pôr em evidência o nível de modernização ou atraso do sector agrícola, é contraditório tanto na literatura coeva como nos contributos da historiografia moderna, diagnosticando-se tanto um largo domínio da cerealicultura como uma diversificação produtiva cuja dimensão e intensidade nunca se procurou medir. Menores são as divergências que se detectam nas apreciações sobre a evolução do sector naquele período, geralmente avaliado pelo comportamento de uma variável, a cerealicultura de sequeiro, reconhecida como o elemento axial da agricultura da região.

O meu interesse é aprofundar estes dois tópicos fundamentais mas alicerçando a discussão numa base quantitativa expressiva, procurando deste modo ultrapassar uma das mais importantes limitações que tem condicionado o debate.

Assim, na primeira parte, faço uma avaliação das principais componentes do sector agrícola alentejano em meados do século XIX (1858\65), momento para o qual existe informação suficiente. A composição do Produto Agrícola Regional é um excelente indicador do grau de diversificação do sector

e da forma como neste caso concreto se materializava o sistema "do pasto e labor ou dos pousios" que naquela época dominava na região tal como em grande parte do país. O resultado obtido matiza claramente as imagens dominantes na época que valorizavam o exclusivismo cerealífero na agricultura alentejana. ¹⁰³

Na segunda parte, com base no mesmo indicador mas agora apenas centrado na "Área de Évora", avalio a evolução do sector até à viragem do século. A opção por esta escala de análise mais reduzida resulta de dificuldades documentais que impossibilitaram a cobertura regional e do meu interesse em conhecer como evoluiu a agricultura no espaço onde se realizou a actividade dos membros dos grupos dirigentes da agricultura alentejana a cujas práticas económicas dedico a segunda parte deste estudo. ¹⁰⁴

Os resultados apurados são muito expressivos. Eles mostram como ao longo da segunda metade do século XIX o produto agrícola daquela Área cresceu e conheceu mudanças muito marcadas na composição revelando uma actividade agrícola com forte sensibilidade e capacidade de ajustamento às

¹⁰³ Cf, José Maria Grande, 1849, I, 96-7 (sobre "épocas da história da agricultura"). Sobre o indicador escolhido ver: David Grigg, 1982, 15-18, 68-80, 101-117

¹⁰⁴ A "Área de Évora" aqui analisada corresponde ao espaço definido pelos concelhos de Évora, Viana, Portel, Reguengos, Mourão e Redondo, e resultou do método de agrupamento explicitado na introdução. Pode ainda justificar-se pelo facto de todos aqueles concelhos integrarem (com os restantes concelhos do distrito de Évora e ainda o concelho de Sousel) a "Área de influência de Évora", um conjunto espacial que "apresenta um elevado grau de homogeneidade, tanto nos aspectos físicos como humanos", como escreveu Jorge Gaspar (1972, 35-49).

condições do mercado, facto que não confirma algumas das limitações estruturais frequentemente apontadas às explorações agrícolas dominantes nas regiões latifundiárias.¹⁰⁵

Apesar de nesta época a agricultura alentejana revelar um dinamismo inesperado ela continuou a suscitar um discurso extremamente crítico e preconizador de reformas estruturais para a região. Um assunto que reservo para o comentário final onde avanço uma explicação para esta persistência e ponho em relevo a coerência entre a estrutura fundiária e o modelo de agricultura que se procurou desenvolver.

¹⁰⁵ Cf. p.ex. Henrique de Barros, 1980, 25

3.1. Características estruturais do sector agrícola na Região do Alentejo em meados do século XIX: a composição do Produto Agrícola (1858-1865)

3.1.1. Metodologia geral.

Em 1850, Claudio Adriano da Costa, confessava com algum desalento: " O conhecimento do producto bruto, do producto líquido e do capital que está empregado na cultura dos cereais em Portugal, seria um dos assumptos mais importantes que eu teria tratado em Estatística, se eu me achasse habilitado, para isso, mas sem nenhuns dados nacionais, nem onde os vá buscar, tudo quanto eu dizer (...) não pode passar de conjecturas de um valor duvidoso, por não dizer ínfimo." ¹⁰⁶

Certamente sensível a esta deficiência, o Governo, pelo Decreto de 30 de Agosto de 1852, criou e incumbiu o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, entre outras tarefas, de proceder à " indagação e publicação de todos os documentos estadísticos " referentes àquelas actividades. Apesar de uma década depois ainda se considerarem fracos os

¹⁰⁶ Cf. Claudio Adriano da Costa, "Do Producto Bruto e do Producto Líquido dos cereais em Portugal" in Revista Universal Lisbonense, 2ª Série, Tomo III, 1850-1851, pp. 209-210 e 232-234. Na verdade houve anteriormente uma tentativa para estimar o "Rendimento de cereais, legumes, vinho, azeite e sal em 1848 segundo os Mappas Officiais" in Revista Universal Lisbonense, 2ª Série, tomo II, 1849-1850, pp. 514-515

esforços realizados para a " formação d'estadisticas agrícolas" que pudessem mostrar "clara e detalhadamente " a situação do sector e da economia nacional a " todas as pessoas individuais, ou collectivas, que em diversas categorias, tomam parte na Governação do Estado ", aos " emperezarios ", agricultores e ao cidadão " interessado em conhecer o estado do seu paiz ", os Governos Civis passaram a reunir uma importante bateria de dados estatísticos a que a historiografia portuguesa tem dado pouca atenção. ¹⁰⁷

Foi este esforço que permitiu avançar com a primeira estimativa para o " produto ilíquido da terra " de autoria de Rebello da Silva e para o ano de 1867. O resultado mereceu desde logo várias críticas. Além das relacionadas directamente com o volume e preço dos " produtos vegetais " e " animais ", autores como Léonce de Lavergne puseram em causa o procedimento metodológico, entendendo incorrecta a inclusão de algumas das componentes como, p.ex., o trabalho do gado que "não é um produto mas um meio de produção ". ¹⁰⁸

¹⁰⁷ Cf. Manuel Adelino de Figueiredo, 1861, 45-47. Miriam Halpern Pereira (1983, 41-43) pôs em relevo tanto o esforço realizado pelos funcionários do MOPCI no sentido de proceder ao levantamento da Estatística Agrícola como o seu relativo insucesso que atribuiu às dificuldades em concretizar tal tarefa devido à resistência da população. Contudo o manancial de informação reunido no Núcleo do Governo Civil do Distrito de Évora, depositado no A.D.E., relativiza aquele balanço e permite supôr que a exploração destes arquivos trará contributos fundamentais para a história da agricultura portuguesa contemporânea.

¹⁰⁸ Cf. Luis Augusto Rebello da Silva, 1868 e Léonce de Lavergne, 1870. Ver também Carlos Ribeiro, 1872, 98-101; A.A., 1868, 53-56

A partir de então generalizaram-se os exercícios sobre o valor bruto da produção ou da produção final, incidindo sobre unidades espaciais variáveis ou uma parte do produto. Mas também continuou a considerar-se como limitada a informação de base e permaneceu a confusão conceptual e metodológica nas componentes a incluir, na identificação do produto pecuário ao produto animal, na variação de critérios para calcular volumes e valores parciais, etc. Devido às deficiências assinaladas os resultados obtidos têm hoje um valor limitado, mas alguns dos procedimentos adoptados podem ainda ser aproveitados para estimativas metodologicamente coerentes. ¹⁰⁹

Tendo presente estas experiências vou proceder à estimativa de duas medidas do produto bruto agrícola para a Região Histórica do Alentejo (1858\65). Primeiro, vou calcular o Valor Bruto da Produção ou Produto Agrícola Total (P.A.T. ou Gross Output), que se obtém multiplicando o volume da produção total pelo respectivo preço no productor. Ao retirar ao P.A.T.. as despesas dentro do sector obtém-se o Valor da Produção Final ou Produto Agrícola Final (P.A.F.,

¹⁰⁹ Cf. Paulo de Moraes, 1889, 281-301 (estimativas do produto bruto das culturas e animal para os Distritos de Lisboa e Santarém); "Estatística Agrícola do concelho de Ferreira (do Alentejo)", "Monografia do concelho de Aljustrel (..)", "Estatística Agrícola do concelho de Barrancos", "Monografia do Concelho de S.Thiago de Cacém (..)", "Monografia do concelho de Portel", "Monografia do concelho de Moura" e "Monografia do concelho de Évora" in Boletim da Direcção Geral da Agricultura, Lisboa, 1890 (nº 12), 1892 (nº15), 1893 (nº12), 1894 (nº9 e 10), 1895 (nº 2 e 3) ; Cincinnato da Costa e Luis de Castro, 1900, 317 ss; E.A.Lima Basto (dir), 1934, IV, 22-3 (estimativa do valor da produção do solo cultivado).

Net Output ou Output), um indicador inegavelmente mais seguro para medir a importância relativa de cada uma das componentes do sector. ¹¹⁰

Tratando-se de agregados para uma região, é necessário adoptar alguns procedimentos tanto para o cálculo das componentes vegetal como pecuária do P.A.T.. O critério geral é o de não duplicar a inclusão de determinados artigos. Assim serão considerados todos os produtos de origem vegetal e animal que o Alentejo produzia naquela época e que não entravam ou não eram consumidos por outros produtos no mesmo ciclo produtivo.

Contudo, fica fora das estimativas um conjunto de produtos residuais com uma importância regional certamente variável para os quais não disponho ou são exíguos os dados quantitativos. De entre eles, destaco alguns de grande consumo como a azeitona de conserva, alguns produtos florestais (o material lenhoso e as cascas tanantes) e os produtos de capoeira (carne e ovos).

A base estatística que vou utilizar é a produção média regional entre os anos de 1858 e 1865. Duas razões justificam a escolha deste período. Em primeiro lugar, a disponibilidade de meios documentais para uma boa cobertura de informação quantitativa. Em segundo lugar, pretendendo avaliar a situação em meados do século XIX, evitei por um lado,

¹¹⁰ Cf, Instituto Nacional de Estatística (eds.), 1966, 3-11, 1964, 5-15 e 1960

incluir um dos períodos " mais funestos para a economia portuguesa " oitocentista (1853-1857) marcado, como é sabido, pela quebra da produção vinícola no norte e por maus anos para as culturas arvenses do sul, e onde se incluiu uma das " mais profundas crises de subsistência de quase todo o século XIX " portugueses. Estas circunstâncias poderiam afectar os resultados finais subavaliando o peso real das produções vegetais e particularmente dos cereais. Por outro lado, escolhi como ano terminal o de 1865 para poder avaliar a situação do sector antes dos efeitos provocados pelo decreto de 11 de Abril de 1865, que trouxe mais liberdade ao comércio dos cereais, pondo termo ao sistema de admissões temporárias que vigorava desde 1855, e que tem sido identificado com o início da regressão cerealífera no sul do país. ¹¹¹

O valor da produção foi estimado com base em preços camarários adoptando assim um critério similar ao já usado pelo Instituto Nacional de Estatística. Para o efeito recorri ao preço médio anual dos produtos vegetais e pecuários no mercado de Arraiolos entre 1862 e 1871. Esta série principal foi completada com os preços médios do arroz, aveia, frutos secos e cortiça do mercado de Évora e pelos das peles e couros vendidos por uma Casa Agrícola eborense no mesmo período. Procurei ainda avaliar as implicações desta opção

¹¹¹ Cf. J. David Justino, 1986, II, 682-688 e 882-4. Ver também Rita da Conceição C.M. Sousa, 1990, 86-90, 106-107 e 204-208 e ainda a Collecção de Documentos relativos à Questão dos Cereais, Lisboa, I.N., 1870

cronológica fazendo uma estimativa com base em preços correntes nos mesmos mercados no final de Oitocentos (1889\90): o peso relativo das diversas componentes permaneceu similar, pelo que não se justifica apresentar os segundos resultados.

112

Para a estimativa do P.A.F. segui também os critérios que têm sido adoptados em estudos para períodos mais recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Assim como despesas dentro do sector apenas considero " o valor das quantidades de produção reservados para sementeira e alimentação animal ". Ou seja, o abate só afectou as culturas arvenses donde o valor dos produtos arbustivo, frutícula, florestal (cortiça) e pecuário é igual ao apurado para o P.A.T.. O critério justifica-se em parte pela dificuldade em desagregar das despesas do grangeio e renda não só refe-

112 Tive ainda de assumir que o preço da lentilha era igual ao da ervilha, o do inhame igual ao da batata e o da avelã igual ao da noz. O recurso aos preços de Arraiolos deve-se essencialmente ao facto de dispôr de uma série de preços médios anuais para o período de 1862-871 abrangendo a quase totalidade dos produtos considerados, libertando-me assim de um esforço suplementar de investigação. Deve também ter-se presente que o meu objectivo essencial é avaliar a composição do produto agrícola pelo que o mais importante é a razão entre os preços dos vários produtos. Deste ponto de vista, nos produtos em que foi possível fazer essa comparação, o mercado de Arraiolos não revelava diferenças relativas significativas nem com os mercados de Elvas\Estremoz, Ferreira do Alentejo e Évora nem com os preços médios pelos quais a Casa Agrícola de Domingos Fiuza vendeu as suas produções entre 1863 e 1871. Acrescente-se ainda que a estimativa do produto agrícola alentejano de 1858\65 com base nos preços correntes nos mesmos mercados mas no final de Oitocentos (1889-1890) não alterou expressivamente a quota relativa das diversas componentes, facto que confere credibilidade aos resultados alcançados. Sobre os critérios adoptados pelo Instituto Nacional de Estatística ver INE, 1966, 5-6; para os preços de alguns produtos nos mercados de Évora, Elvas\Estremoz e Ferreira do Alentejo ver J.D. Justino, II, 596-sqts e Rita da Conceição C.M. Sousa, 1990, 189, 197 e 371. As fontes onde obtive a série de preços que utilizei: A.D.E.:N.G.C.:Mçs 35 e 38 e A.D.E.:N.C.M.E.:Actas das Sessões (1859-1867); e ainda A.C.F.: "Cadernos de Contas de Administração de Domingos António Fiuza" (1863\4 a 1869\70). Para a estimativa com base nos preços de 1889\1890 utilizei os preços publicados no Boletim da Direcção Geral da Agricultura, Números de 1889 a 1891.

rentes a cada uma das componentes como ainda as que fazem parte das despesas fora do sector (o input), cuja inclusão é necessária apenas para o cálculo do Produto Bruto ou Rendimento Agrícola. ¹¹³

O mais importante defeito que pode ser colocado a este critério é o de afectar as culturas arvenses e consequentemente valorizar o peso relativo das restantes componentes. Esta objecção perde alguma consistência se se tiver em consideração que na época em análise as culturas de cereais e legumes tinham uma despesa (sementes, grangeio, renda) muito superior às outras componentes do produto vegetal e que esta, no seu conjunto, tinha-a muito mais elevada do que o produto pecuário.

As monografias elaboradas no final do século XIX para alguns concelhos do Alentejo incluem as despesas com os principais produtos da agricultura e pecuária nomeadamente as referentes a sementes, grangeio, fabrico (vinho, aguardente, azeite), pastoreio e rendas (terras e pastagens). Na Tabela 15 apresento a razão existente entre aquelas despesas e o valor da produção (col.1) e a distribuição das despesas do sector por componentes (col.2) em alguns desses estudos.

¹¹³ Cf. Instituto Nacional de Estatística, 1966, 3-11

TABELA 15

Despesa com Sementes, Grangeio e Rendas no Alentejo: alguns casos (1890)

Col.1= % da Despesa sobre o valor bruto da produção Col.2= Distribuição da Despesa do sector pelas componentes(em %)

Componentes	Évora*		Portel		Ferreira	
	1	2	1	2	1	2
Cereais	71	56	80	65	72	63
Legumes e Tubérculos	60	6	68	5	84	4
Frutic. e Horticult.	68	3	72	3	35	1
Vinha	59	8	63	3	25	12
Olival	76	9	77	9	62	7
Silvicultura	17	2	16	4	44	4
Produto Pecuário	55	16	48	11	45	7
Total	46	100	55	100	51	100

* Inclui concelhos de Évora e Viana do Alentejo.

Fontes: "Estatística Agrícola do Concelho de Ferreira do Alentejo" in R.D.G.A., 29 Ano (1890), nº 12, Lisboa, I.N., 1890, p.1378 e 1386 ss; "Monografia do Concelho de Évora" in R.D.G.A., 69 Ano (1894), nº 10, Lisboa, I.N., 1897, p. 1022 ss; "Monografia do concelho de Évora" in R.D.G.A., 79 Ano (1895), nº 3, Lisboa, I.N., 1899, p. 251 ss .

Metodologia: o resultado por componentes vegetais basea-se nas indicações constantes nos quadros anexos das monografias, onde as despesas aparecem desagregadas por culturas. Nos casos em que a desagregação das despesas não foi expressa (produtos silvícolas e pecuária montanheira) porcedi a uma repartição em quotas iguais.

Estes dados, que devem ser vistos como uma aproximação, mostram uma diferença clara entre o peso das despesas nos produtos pecuário e vegetal, onde as culturas arvenses se destacam. Em todo o caso na fruticultura e horticultura, vinha e olival, a razão despesa-produto é também muito elevada e superior à apurada nas contas de exploração da Casa Agrícola de Parreira Cortez (Concelho de Serpa), onde

no olival era de 35% e na vinha 55%. ¹¹⁴

Detectadas as deficiências e dificuldades dos agregados que pretendo estimar, aceite-se que do ponto de vista metodológico os resultados que se venham a apurar merecem credibilidade suficiente. Na primeira e segunda partes apresento apenas o cálculo daqueles valores para a produção vegetal e pecuária respectivamente, explicitando os procedimentos específicos adoptados. Depois comento o resultado obtido. ¹¹⁵

3.1.2. A produção vegetal. Volume e valor.

Em meados do século XIX, as principais componentes do produto vegetal na região do Alentejo eram proporcionados pela cerealicultura (trigo, centeio, cevada, aveia, milho e arroz), leguminosas (feijão, grão, favas, chicharos, ervilhas, lentilhas, e tremços) e tubérculos (batata e inhame), fruticultura (citrinos, castanha e frutos secos),

¹¹⁴ Apesar do excelente trabalho realizado pelo autor, a discriminação das contas por sectores na Casa Agrícola de Parreira Cortez não permite avaliar com homogeneidade de critérios a razão despesa-produto para as restantes componentes. Cf. Mariano Feio, 1988, 70 ss.

¹¹⁵ Quanto à credibilidade dos resultados acrescento outro elemento. Admitindo que as deficiências das fontes quanto ao volume da produção (estatística de base) pudesse afectar alguns produtos mais do que outros fiz alguns testes admitindo desvios (sobre ou subavaliação) na ordem dos 10% para os principais artigos. O resultado obtido foi uma variação de 1 a 2% nas quotas por componentes, o que permite deduzir terem sido alcançadas as grandezas fundamentais.

viticultura (vinho, aguardente e vinagre), olivicultura (azeite) e o montado de sobro (cortiça). Produtos todos eles já tradicionais com excepção do arroz e dos tubérculos, cuja difusão era mais recente. Quanto à cortiça, embora um produto com usos antigos, a sua exploração intensiva era também moderna, suscitando neste período já um interesse generalizado na região. ¹¹⁶

Além do consumo em verde, searas em meia criação que eram abertas ao pastoreio, a cevada, a aveia e a palha colhidas tinham vários destinos. Uma parte substancial daqueles cereais eram reservados para semente e o consumo do gado. Mas este uso, tal como no caso da palha, só parcialmente contribuía para o produto pecuário do ano em que eram produzidos, uma vez que o seu ciclo de consumo (semente e penso) se realizava no ano agrícola seguinte. Além disso, estes géneros entravam no comércio inter-regional. Por isso devem ser incluídos na totalidade para a estimativa do P.A.T. e numa parte para a do P.A.F.. ¹¹⁷

O mesmo critério não pode ser aplicado às pastagens,

¹¹⁶ Cf. Anexo II, 1.2.. Ver também J. David Justino, 1986, I, 40-48; Rita da Conceição C.M. de Sousa, 1990, 216; e ainda o A.D.E.:N.G.C.:Mç.999: "Mappa dos productos que dos diferentes concelhos d'este Districto (de Évora) foram enviados à Exposição Internacional do Porto em 1865 por intervenção do Governo Civil".

¹¹⁷ P.ex. na Casa Agrícola de Parreira Cortez (Serpa) apenas se vendia 1/7 da cevada, 1/18 da aveia e 1/6 da fava produzidas (Cf. Mariano Feio, 1988, 72). Na exploração do Reguengo do Alvor (Portimão, Algarve) entre 1847 e 1855, todos os anos se procedeu a aquisição de palha e outros géneros da ração dos animais oriundos do Alentejo (Cf. A.C.E.A.: (Livro) Conta de Aquisição e Rendimento do Reguengo do Alvôr e Propriedades Anexas). Sobre o assunto ver também George Wheelhouse, "Manipulação do feno nas Províncias do sul do paiz" in Jornal de Horticultura Prática, Vol.III, 1872, 222-3

alimento dos montados (azinho, sobro e castanheiro), restos e bagaço da azeitona porque eram incorporados no produto pecuário (estrumes, carne, leite, etc) no mesmo ciclo produtivo.

O volume médio da produção foi calculado com base nos dados fornecidos pelas fontes (Anexo II, 1, 1.2.). Apenas foi necessário estimar o valor das palhas e corrigir a produção da cortiça devido à manifesta insuficiência das estatísticas oficiais.

Em geral na região, a palha mais valiosa e objecto de armazenamento era a dos cereais e particularmente a do trigo. O valor global deste género, em média, era equivalente a 6% do valor dos cereais e assumi esta razão para o cálculo regional. ¹¹⁰

A informação para a produção de cortiça é realmente limitada e os dados apurados não são representativos da produção regional. O Alentejo reunia a maior mancha de montado de sobro do país e ela era particularmente importante em todo o litoral. Os relatórios e estudos da época deram ênfase aos "notáveis e vastos sobraes" de Grândola, Santiago de Cacém, e Montemor-o-Novo, mas também acentuaram a sua

¹¹⁰ No final do terceiro quartel de oitocentos em algumas explorações da casa Eugénio de Almeida, cada 100 reis de cereais de sequeiro produziu: na Herdade da Murteira e anexas (Évora), 4 (1874) a 6 (1876) reis de palha, e na Defesa da Negrita (Moura), 9 reis de palha em média entre 1875 e 1878 (Cf. A.C.E.A.: Livros Frutos das Propriedades e Propriedades: Conta de Rendimento (1872-1876)). No final do século XIX no concelho de Évora, o valor das palhas variava entre os 5 e 10% do valor das produções de sequeiro e correspondia a 16% do valor da produção do milho (cf. "Monografia do Concelho de Évora" in Boletim da Direcção Geral de Agricultura, Lisboa, 1895, 79 Ano, nº 3, quadros anexos). Ver ainda Paulo de Moraes, 1889, 294

TABELA 16

Percentagem da Produção Vegetal Bruta abatida para sementes e consumo do gado

Género	1 (1887) Lisboa	2 (1887) Santarém	3 (1869) Évora	4 (1860-63) Portalegre	5 (a) Alentejo
Trigo	17,0	11,0	17,0	19,8	18,0
Centeio	23,0	16,5	33,0	15,0	24,0
Cevada	17,5	26,0	19,0	24,0	21,0
Aveia	100,0	58,0	100,0	100,0	100,0
Milho	11,0	10,0	10,0	10,5	10,0
Arroz	-	-	-	4,0	4,0
Fava	41,0	59,0	63,0	69,0	65,0
O. legum.	6,0	10,0	37,0	37,0	37,0
Batatas	7,0	10,0	16,0	14,0	15,0

(a) média cols 3 e 4

FONTES: Paulo de Moraes, 1889 (para Lisboa e Santarém); A.D.E.:N.G.C.:
Mç.1 (para Évora); Relatório sobre o Estado da Administração Públicas (...)
(de 1860 e de 1863), Lisboa, I.N., 1863 e 1865 (para Portalegre)

importância no sul do Distrito de Portalegre e no Distrito de Évora (p.ex. em Estremoz e Portel), que, como tive oportunidade de mostrar no capítulo anterior, foram das primeiras áreas a serem pressionadas pela indústria corticeira.

117

É exactamente para estas zonas que não disponho de

¹¹⁷ Cf. Relatório Acerca da Arborização Geral do País, Lisboa, A.R.C., 1868, pp. 18-19. Ver também Carlos A. Sousa Pimentel, 1888, 132; D. Luis de Castro, " A Cortiça. Estudo Agrícola, Industrial e Comercial" in Portugal Agrícola, Vol. IV, 1892/3, pp.141-2; B.C.Cincinnati da Costa e D.Luis de Castro, 1900, pp.647



informação quantitativa para a produção de cortiça nos montados. Mas posso chegar a um volume médio de produção aceitável. Para processar as 3192 toneladas de prancha exportadas (média, 1858-1865) pelo porto de Sines, era necessário pelo menos 4.000 toneladas de cortiça. Admito que esta quantidade pudesse corresponder à produção mais significativa do litoral alentejano pois na maior parte ela confluía para aquele porto que era o principal centro preparador e exportador do país (Anexo 1, Quadro E). No Distrito de Évora, atendendo à matéria prima laborada (620 tn) por apenas duas das fábricas (Reynolds, Estremoz; e André Camps, Azaruja) aí existentes em 1881, não é polémico aceitar um volume de pelo menos 500 a 600 tn para 15 anos antes, num momento em que já estavam activas 3 ou 4 unidades industriais e cerca de 12% das herdades dos concelhos de Évora e Arraiolos declaravam, para fins matriciais, produzir 120 toneladas de cortiça. Em Portalegre, a fábrica de Robinson, em 1860 e 1880 processou 100 e 400 toneladas desta matéria prima (Tabela 13), respectivamente, embora no segundo período parte fosse proveniente de Espanha. Do Baixo Alentejo convergia ainda muita cortiça para o Algarve. Em suma, a produção média anual de cortiça entre 1858\1865 não era

seguramente inferior a 5000 toneladas. ¹²⁰

Finalmente, falta esclarecer o critério para estimar a coluna do Valor Médio da Produção Agrícola Final. A fórmula já a explicitarei e aplica-se às culturas arvenses:

V.M.P.A.F. = V.M.P.A.T. - Valor da produção reservada para sementeiras e alimentação dos animais

Em relação à palha, a parte destinada ao consumo fora das explorações era de cerca de 2% do valor dos cereais. ¹²¹ Na Tabela 16 estão as percentagens da produção total que era considerada necessária para semente e consumo do gado em 4 distritos e em momentos diferentes. Para o Alentejo considere os valores da coluna 5.

O resultado de todos estes procedimentos está expresso na Tabela 17 :

¹²⁰ Cf. A.C.E.A.: Matrizes Prediais (Distrito de Évora) (trata-se de uma cópia das matrizes das herdades dos concelhos de Arraiolos e Évora); A.D.E.:N.G.C.:Mç.350 ("Actas das sessões da Comissão de Inquérito Industrial em 1881 (Distrito de Évora)"); Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 3ª Parte, Lisboa, I.N., 1882, pp. 102 ss. Ver também Francisco Luis Lopes, 1850, 51 (em 1850, o concelho de Sines produziu 60 toneladas de cortiça).

¹²¹ Adoptei a razão 2% com base em dados para Santarém: cf. Paulo de Moraes, 1889,

TABELA 17

Composição e Valor do Produto Vegetal na Região Histórica do Alentejo (1858\1865)

V.M.P.T. (Valor Médio da Produção Total) e V.M.P.F. (Valor Médio da Produção Final) a preços de 1858\65 (contos de reis)

COMPONENTE	PRODUTOS	Produção média		Preço U.	EM CONTOS DE REIS			
					V.M.P.T.	%	V.M.P.F.	%
CEREAIS	Trigo	791,07	000hcl	2,950	2333,60	36,7	1913,00	36,0
	Centeio	172,70	000hcl	2,150	371,30	5,8	281,00	5,4
	Cevada	271,79	000hcl	1,630	443,00	6,9	350,00	6,6
	Aveia	144,47	000hcl	1,100	159,90	2,5	0,00	0,0
	Arroz	52,45	000hcl	5,800	304,20	4,7	291,00	5,5
	Milho	35,09	000hcl	2,280	80,00	1,2	72,00	1,3
	Palhas	---	---	---	198,00	3,1	50,90	1,0
	Total	---	---	---	3890,00	61,2	2957,90	55,8
LEGUMES E TUBERCULOS	Feijão	21,22	000hcl	6,300	133,68		84,00	
	Grão	12,74	000hcl	5,300	67,52		42,00	
	Favas	14,00	000hcl	3,040	42,56		27,00	
	Chicharos	9,25	000hcl	1,700	15,72		9,80	
	Ervilhas	1,52	000hcl	1,900	2,88		1,80	
	Lentilhas	0,08	000hcl	1,900	0,15		0,10	
	Tremoços	2,94	000hcl	1,060	3,11		1,90	
	Inhame	0,08	000hcl	1,300	0,10		0,06	
	Batatas	2946,00	000kg	0,021	61,86		39,00	
	Total				327,58	5,1	205,00	3,9
FRUTICULT.	Citrinos	67370,70	000Unid.	0,00362	243,88		243,88	
	Castanha	539,36	000kg	0,131	70,65		70,65	
	Amêndoa	11,39	000kg	0,200	2,27		2,27	
	Nozes	142,37	000kg	0,088	12,52		12,52	
	Avelãs	1,29	000kg	0,088	0,11		0,11	
	Total				329,43	5,3	329,43	6,2
VINHA	Vinho	65,23	000hcl	6,300	410,95		410,95	
	Aguardente	4,47	000hcl	10,370	46,35		46,35	
	Vinagre	5,03	000hcl	4,700	23,64		23,64	
	Total				480,94	7,6	480,94	9,0
OLIVAL	Azeite	67,89	000hcl	16,600	1126,97	17,7	1126,97	21,6
SOBRO	Cortiça	5000,00	000kg	0,040	200,00	3,1	200,00	3,7
TOTAL					6354,93	100,0	5299,34	100,0

Fontes: Para a produção: ver Anexo II, 1.2. (nos casos da cortiça e palha ver o texto); para os preços ver nota 112

3.1.3. A produção pecuária. Volume e valor.

A actividade pecuária proporcionava um conjunto de produtos de grande valor e interesse. A carne e os couros, os produtos lácteos (leite, queijo e almece), a lã, o mel e a cera, e o estrume eram os mais importantes. Em anexo apresento a estatística disponível para estes produtos no período 1858\65 (Anexo II, 1.3.). Para a lã e produtos do colmeal não vou proceder a qualquer correcção. O número de reses bovinas, caprinas e ovinas abatidas e exportadas permite estimar o valor dos couros.¹²² Os dados para os restantes produtos necessitam de ser corrigidos (carne) ou estimados (productos lácteos e estrume). É a estes procedimentos que vou dedicar algumas linhas.

A carne

Para a estimativa da produção regional de carne apenas considero as carnes em verde, embora os usos posteriores originassem outros produtos (salgados e fumados) que tanto entravam no consumo e mercado regional como eram exportados¹²³. Para calcular as carnes produzidas num determinado

¹²² As peles dos ovinos e caprinos tinha um grande interesse económico. Por exemplo, no distrito de Portalegre, os abates das crias serôdias fazia-se "mais pelo alto preço de suas pelles do que pelo valor da carne". Cf, Recenseamento Geral dos Bados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 29 Parte, p. 304

¹²³ Cf. p.ex. A.D.E.:N.G.C.:Mç.999 ("Mappa dos productos que dos diferentes concelhos d'este Districto (de Évora) foram enviados à Exposição Internacional do Porto em 1865 por intervenção do Governo Civil")

espaço ao longo de um determinado período a fórmula geral é a seguinte:

$$\text{Produção Carne} = \text{Consumo Regional} + \text{Exportação} - \text{Importação}$$

onde

$$\text{Consumo Regional} = \text{Carne vendida no açougue} + \text{carne das matanças particulares}$$

A resolução desta fórmula levanta na prática vários problemas, especialmente quando se pretende aplicá-la a um período para o qual é insuficiente a informação quantitativa.

Em rigor para o Alentejo de meados de Oitocentos, o único indicador globalmente documentado é o das carnes verdes vendidas nos talhos, graças às imposições tributárias que recaiam sobre este produto e obrigavam à sua declaração (Anexo II, 1.3.2.1.). Apesar desta limitação é possível chegar a uma estimativa aceitável para todo o produto. Primeiro vou calcular o consumo regional, depois trato do gado exportado considerando-o todo para abate embora algum fosse previamente submetido a um período de ceva, destinado à recria ou reexportado.

O cálculo do consumo regional assenta nos seguintes pressupostos suportados em testemunhos da época:

a) Apesar do tráfego natural e frequente de gado com as regiões limítrofes, nomeadamente a Beira Baixa e Espanha, o Alentejo importava gado bovino para abate em quantidade muito limitada. Em relação às restantes espécies os fluxos

existiam nos dois sentidos. ¹²⁴

b) Em toda região era elevado o consumo de gado ovino, caprino e, particularmente, suíno. Era também geral o baixo consumo de carne bovina. Em Portalegre, "basta dizer que (há) em todo o distrito só dois talhos regulares de vaca, onde não se consomem mais de seis reses por semana"; no de Beja, o consumo de carne de vaca estava limitado à capital distrital que consumia uma rez por dia e "nas outras localidades, e só nas mais importantes, ella aparece de oito em oito dias, devendo ainda assim ser de rez cujo peso não exceda 150 kilos". ¹²⁵

c) Uma grande parte dos abates fazia-se em matanças particulares: " fora dos talhos públicos (consome-se) muita carne de cabra e ovelha que os lavradores tiram de seus rebanhos (...) e também se matão e consomem muitos porcos no mês de Setembro, Outubro e Novembro mas não em talhos certos e estabelecidos". Em 1900 reconhecia-se ainda que " nos campos e povoados são todos os annos mortos milhares e milhares de suínos, de carneiros e cabritos, sem que o fisco intervenha a exigir o imposto, excepto em circunstâncias especiais

¹²⁴ Cf. Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 2ª Parte, pp. 39-46, 210-211, 294 e 298-300

¹²⁵ Cf. Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870, Lisboa, I.N. 1873, 2ª Parte, pp. 38-40 e 298-300. Ver ainda A.D.E.: N.G.C.:Mç. 999 ("Relatório do Intendente da Pecuária do Distrito Administrativo de Évora (1866)".

muito restrictas". ¹²⁶

Já naquela época se considerava insuficiente medir a produção nacional de carne com base apenas nos abates realizados nos açougues públicos e pelo menos para os ovinos admitia-se que o abate total era igual a 17% dos efectivos (7% nos talhos e 10% em matanças particulares). Nas estimativas para períodos mais recentes o problema dos abates particulares tem sido resolvido aplicando como factor corrector a taxa de 1% sobre os animais abatidos com inspecção sanitária ou um método mais complexo em que é considerado um conjunto de variáveis: animais nascidos, mortes naturais, decréscimo do efectivo. No caso em análise, a aplicação do primeiro método é manifestamente insuficiente e o segundo só se tornará exequível quando o estudo de contas de exploração fornecer mais dados de pormenor sobre a dinâmica dos rebanhos naquela época. ¹²⁷

Recorri a outra via. Com base em indicações para toda a região (bovinos) ou para o distrito de Évora (as restantes carnes) estabeleci uma razão entre os dois tipos de abates,

¹²⁶ Cf. por ordem de citação: A.D.E.: N.G.C.: Mç. 379 ("Carnes verdes consumidas no Distrito de Évora": citação retirada do mapa de Viana do Alentejo, mas a ideia é também acentuada nos de V. Viçosa, Reguengos, Redondo, etc.); "Ainda a questão das carnes (...)" in Portugal Agrícola, Vol. XII, 1900\01, p. 102. Ver ainda Pharol do Alentejo, 1862, Nº 46 (notícia com o título "espectáculo indecente" a propósito das matanças de suínos na cidade de Évora).

¹²⁷ Cf. S.B.Lima, "Exposição Agrícola de Lisboa VI- Gado Lanigero" in O Arquivo Rural, 1865, pp. 658-60; Instituto Nacional de Estatística (eds), 1960, 2 e 21-22. Quanto à dinâmica dos rebanhos na época em estudo ver estudo exemplar de Mariano Feio, 1988, 58-67

a saber: ¹²⁸

- O abate de reses bovinas realizava-se exclusivamente nos açougues.
- O abate particular de ovinos era equivalente a 70%, o dos caprinos a 45% e dos suínos 2,7 vezes superior ao verificado nos talhos para cada uma das espécies.

Admitindo que o peso médio limpo das reses não variou entre os dois tipos de abate, este critério permite uma aproximação quantitativa ao consumo médio regional de carne em verde entre 1858 e 1865, que está expresso na Tabela 18. O resultado indica um consumo regional por habitante (18,1 kg) bastante acima do que tem sido apontado para aquela época (11,3 kg) mas mais concordante quer com a dieta atribuída aos alentejanos quer com outras indicações para o início do século XX. ¹²⁹

¹²⁸ Cf. Anexo II, 1.3.2.2.; A.D.E.: N.G.C.: Mçs 126, 281, 379, 410, 445, 554, 573, 978, 999 ("Carnes verdes consumidas no Distrito de Évora em (1855 a 1870)"); Recenseamento Geral dos Gados no Continente (...) em 1870, Lisboa, I.N., 2ª Parte, 32-48, 198-211 e 297-304. Admito que o critério adoptado subavalia o consumo real. Por exemplo, para S.B.Lima ("Exposição Agrícola de Lisboa VI- Gado Lanígero" in O Archivo Rural, 1865, pp. 658-60) o abate de ovinos nos matadouros públicos entre 1854-1859 correspondia a 7% do efectivo nacional enquanto o abate particular era equivalente pelo menos a 10% daquele efectivo.

¹²⁹ Com base nos dados publicados por J.David Justino (1986, I, 195), o consumo per capita no conjunto dos 3 distritos alentejanos era de 11,3 kg em 1849; João Andrade Corvo (1864, 19-20), admitia um consumo de apenas 6,5 kgs de carne por habitante no sul do país. Sobre a dieta alentejana na época ver por exemplo: Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, 1985 (ed. orig. 1853\4), 65. Segundo um inquérito realizado o início do século XIX para os Distritos de Évora e Beja, as classes trabalhadoras comiam geralmente 2 vezes carne por semana (em rações de 200 a 300 gramas) o que dá um consumo anual per capita de 20 a 30 Kgs: ver o excelente "Quadro synoptico das respostas obtidas pelo inquérito a que se procedeu n'esta circunscripção a respeito da subsistência das classes trabalhadoras, conforme o questionário organizado pelo professor de hygiene da Escola Industrial Marquez de Pombal (..)" publicado por Adriano Monteiro, "Relatório Geral. 2º Período decorrido desde 1 de Janeiro de 1897 a 31

Para obter a produção regional de carne em verde falta a exportação. Apesar de alguns testemunhos da época acentuarem que no comércio inter-regional de gado era " incomparavelmente maior a exportação do que a importação " regional, assumo que o tráfego de reses entre o Alentejo e outras regiões incluindo a Espanha anulava-se. Vou apenas considerar a exportação de bovinos e suínos dirigida para Lisboa, seguramente a mais expressiva. 130

A colocação nos mercados do distrito de Lisboa já era pelo menos desde o final do Antigo Regime o destino de muito gado alentejano, mas o fluxo intensificou-se a partir dos anos 1850, nomeadamente em relação a reses bovinas e suínas, devido aos melhoramentos na circulação, ao aumento da procura lisboeta e à pressão que a procura externa (inglesa) estava a exercer sobre outros mercados tradicionalmente for-

de Dezembro de 1904 nos Districtos de Évora, Beja e Faro. 3ª Parte" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 19, 1907. Ver ainda José da Silva Picão, 1983 (1ª ed. 1903-05), pp. 28, 40, 158-9, 164, 179, etc.

130 Cf. Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870, Lisboa, I.N., 1870, 2ª Parte, p.299. Quanto ao abastecimento do mercado do Distrito de Lisboa apesar de apenas considerar o envio de gado bovino e suíno não se pode presumir que o fluxo de ovinos e caprinos fosse discipiente embora em quantidades certamente inferiores (no volume e valor); a sua não inclusão na estimativa deve-se ao facto de não ter sido possível apurar grandezas credíveis. Registe-se no entanto que entre 1854 e 1864 foram abatidos em média ano no matadouro de Lisboa 13.625 cabeças de ovinos com um peso limpo de 855 toneladas, muitas delas seguramente provenientes do Alentejo (Cf. "Mappas a que se refere a consulta do Conselho do Commercio publicada no número antecedente" in O Archivo Rural, 1865, 580). Da exportação de gado alentejano para Espanha nesta época dá conta também a imprensa regional onde alguns articulistas associam a esse tráfico o aumento crescente do preço da carne (ver p.ex. Pharol do Alentejo, 1862, nº 45 a 61 e 1863, nº 102). Ainda sobre a exportação de gado alentejano, os mercados e as circunstâncias que o favoreceram ver: J.M.d'Albuquerque, "Cereais e mais culturas alimentícias" in Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, 1856, nº 8, p.242; J.M.d'Albuquerque, "Gados e Pastos" in Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, 1856, nº 9, pp. 266-73; Miriam Halpern Pereira, 1983, 207-209; Mª Fernanda Alegria, 1983, 31 e sgts

necedores da capital, de tal modo que admitia-se ser "com gado (bovino) de toda esta provincia que em parte se (passou a abastecer) o matadouro de Lisboa nas duas estações do verão e da primavera". Quanto às reses suínas, sabe-se que o negócio suscitava um grande interesse em toda a região, do litoral alentejano a Portalegre, donde fazia-se uma "exportação em grande escala para a capital e para as provincias do Norte quer vivo como morto, salgado ou defumado". Um comércio em que também participava como intermediário activo, todo o concelho de Aldeia Galega do Ribatejo, onde era "muito importante a chacina de porcos, cuja carne é exportada, principalmente para Lisboa. É um commercio exclusivo daquele concelho, em que figuram por anno milhares de cabeças, importadas pela maior parte do Alentejo, pois no concelho é insignificante a criação d'este gado". ¹³¹

Mais uma vez, a questão é dar uma expressão quantitativa a este movimento exportador. Quanto aos bovinos, é conhecido como no Alentejo e noutras regiões o gado inapto para os serviços agrícolas e a criação era engordado ao longo do inverno e primavera e destinado ao abate no talho ou para

¹³¹ Cf. por ordem de citação: Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870, Lisboa, I.N., 1870, 2ª Parte, pp. 294 e 299; "Relatório da Sociedade Agrícola de Portalegre de 25 de Abril de 1856" in Boletim do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1856, 19 Sem., pp. 216-217. No início do século XX, só no concelho de Aldeia Galega abatiam-se cerca de 40 mil porcos na larga maioria provenientes do Alentejo ("Fiscalização das Carnes do gado Suíno em Aldegallega do Ribatejo nos meses de Fevereiro e Março de 1910 (Relatório)" in Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 1911 (109º ano), nº2, Coimbra, I.U., pp. 10-11). Sobre a exportação de gado alentejano para Lisboa no final do Antigo Regime ver: Albert Silbert, 1978, Vol.II, pp. 630-1, 649, 669-671, 688-9, 693-5, 701, 702-3;

TABELA 18

Alentejo: estimativa da produção regional de carne: média 1858\65

I- nos talhos II - matanças particulares III - total
 A- Nº cabeças B - em quilos C- Kg\habitante (R.H.A.:1864=361403 hab.)

ESP.	CONSUMO REGIONAL						EXPORT. LISBOA		PRODUÇÃO REGIONAL		
	I		II		III		A	B	A	B	
	A	B	A	B	A	B	C				
Bovino	2940	364422	-	-	2940	364422	1,0	9000	1400000	11940	1764422
Ovino	39977	455389	27983	318772	67960	774161	2,1			67960	774161
Caprino	52668	686492	23700	308892	76368	995384	2,7			76368	995384
Suíno	18800	1209714	50760	3266228	69560	4475942	12,3	40000	3000000	109560	7475942
Total		2716017		3893892		6609909	16,1		4400000		11009909

Fontes: Anexo II, 1.1. e 1.3.2.

Metodologia: ver texto, pp. 106-113

Obs: Entre 1854 e 1869 nos matadouros públicos dos Distritos de Beja, Évora e Portalegre os abates realizados produziram em média por ano e em carne limpa: 425 tn de carne de bovino (1855\7); 348 tn (29887 cabeças) de carne de ovinos (1854-59); 508 tn de carne de caprinos (1855/57) e 950 tn de suínos (1855\57, grandezas que dão credibilidade aos resultados da Tabela, que abrangem toda a Região Histórica do Alentejo (ver: O Archivo Rural, 1865, pp. 659 e 662.

"consumo do povo". Em 1887, Paulo de Moraes estimava em 12% (constituído por bois, vitelas e vacas reformadas) do efectivo bovino dos distritos de Lisboa e Santarém o número de reses que era "destinada, em meias carnes, ao açougue" e em algumas nonografias de concelhos alentejanos da mesma época, aquela percentagem oscilou entre os 9 e 21% (Anexo II, 0.2.b). Atendendo ao baixo consumo regional deste tipo

de carne, admito que um número de reses equivalente a 8% do efectivo bovino regional alimentava o mercado lisboeta, ou seja, 9 mil cabeças adultas que produziam cerca de 1400 toneladas de carne limpa (Tabela 18). Pouca carne, tendo em conta o efectivo abatido, mas isso correspondia a uma das características da raça dominante na região, a alentejana, de ceva difícil e que proporcionava "um fraco rendimento em carne limpa" (50% do peso vivo). Contudo um valor perfeitamente aceitável: entre 1854 e 1864, só o matadouro de Lisboa abateu anualmente uma média de 24.548 cabeças de bovinos (4.299 tn de carne limpa) das quais 27% eram provenientes do Alentejo; uma grandeza similar (22%) à verificada entre Junho de 1876 e Junho de 1877 quando aquele matadouro abateu 27.000 cabeças. Note-se ainda que em 1870, o distrito de Lisboa apenas produzia cerca de 1.500 tn de carne de bovinos quando as necessidades de consumo só da capital (concelho de Lisboa) era de 4.500 tn\ano (1859\65). ¹³²

¹³² Para o efectivo bovino regional e o peso médio por cabeça em carne limpa ver Anexo II, 1.3.2. e 1.4.; ver ainda Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 1ª Parte, p. 69 e Paulo de Moraes, 1889, 261-sqts e 281-4. Sobre o consumo de carne no Distrito e Concelho de Lisboa, ver: "Mappas a que se refere a consulta do Conselho de Commercio (...)" in O Archivo Rural, 1865, pp. 580-01 (dados para 1854-64); "Quadro do Consumo das carnes de diferentes animais em todo o paiz (média de tres annos 1855-1857)" in O Archivo Rural, 1865, p. 662; Mappas Estatísticos e do Rendimento da Alfandega Municipal de Lisboa no Anno Económico de (1859\60; 1860\61; 1861\62; 1863\64; 1864\65), Lisboa, I.N., 1860-1865; "Relatório do Intendente de Sanidade Pecuária de Lisboa, Relativo ao Anno de 1890" in Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 1892, 4º ano, nº 14, Lisboa, I.N., pp. 1359-1363; "Regime de abastecimento de gado à capital (1929-1930)" in Boletim Pecuário, 1934, nº 6, Lisboa, I.N., 1934; J.J.Costa Júnior, 1947, 50; Fernando de Sommer d'Andrade, 1952, 212-214; J. David Justino, 1986, I, 195 (dados para 1849) e II, 761 (dados de 1849 a 1912)

Para o gado suíno as fontes são mais generosas. No litoral alentejano existia "em boa escala a cultura dos montados" e a criação de suínos montanheiros já tinha um "certo desenvolvimento": nos anos '1860, só o concelho de Santiago de Cacém colocava em Lisboa cerca de 500 porcos (30 a 40 toneladas), ou seja o equivalente a 25% do efectivo (2000 cabeças). No Distrito de Évora, uma parte da aquisição de gado com destino à capital fazia-se nos principais mercados de suínos que se realizavam em Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo entre Novembro e Março do ano seguinte, à saída dos montados. O gado que acorria a estes mercados era quase todo do distrito (70-75%). Entre 1861 e 1865, venderam-se em média com destino a Lisboa 26.579 cabeças\ano (cerca de 1900 toneladas de peso\ano). Mas nem todas as aquisições se concretizavam nestes mercados. Era normal vender-se directamente "nos montados muitas cabeças para terem igual destino, não sendo fácil calcular o seu número"; mas nestas condições, só dos montados de Montemor-o-Novo, saíam cerca de 1.750 cabeças\ano (130 toneladas). Estes dados parciais, documentam um fluxo exportador próximo das 2.000 toneladas. Sabendo que dos Distritos de Portalegre e de Beja também saíam alguns milhares de cabeças com o mesmo fim, é perfeitamente admissível um movimento total de pelo menos 40.000

cabeças ou 3.000 toneladas (Tabela 18). ¹³³

Este dado é credível. Por um lado, a região do Alentejo dispunha nesta época de um efectivo suíno de cerca de 240.000 cabeças pelo que é plausível que destinasse para o consumo regional e exportação cerca de metade (p.ex. em 1900, estimava-se em 60% a parte do efectivo nacional destinado a carne ¹³⁴). Além disso, só pelas linhas férreas do Sul e Sueste (o norte alentejano era servido pela Linha de Leste) transitaram em média, na década de '1870, cerca de 25.000 cabeças de suínos\ano e na seguinte o movimento subiu para as 36.000 unidades\ano ¹³⁵.

Por outro lado, para consumo no concelho de Lisboa foram despachados só pela Alfândega Municipal entre 1859 e 1865, em média, 1600 toneladas de carne e derivados de suíno e sabe-se que a produção distrital (1.500 tn em 1870, das quais cerca de 50% era assegurada pelos concelhos do litoral alentejano) era claramente insuficiente para satisfazer a

¹³³ Cf. António Macedo e Silva, 1869, 104 e A.D.E.:N.G.C: Mçs 126, 281, 554, 573, 995 (*Mapa indicativo da quantidade de gado suíno que concorreu aos mercados de Estremoz, Évora e Montemor, durante o período decorrido de (...) de Novembro de (...) a (...) de Março de (...) e da quantidade que delle foi consumido nos outros concelhos do Distrito* (ver para os anos 1861\62 a 1867\68)

¹³⁴ Ver Anexo II, 0.2., quadro elaborado a partir de B.C. Cincinato da Costa (e D.Luis de Castro), 1900.

¹³⁵ Em 1888 foram expedidas das estações do norte alentejano (Ponte de Sôr a Elvas) 44.000 toneladas de gado não discriminado. Cf. Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, Dados estatísticos relativos à construção e exploração da rede do Caminho de Ferro do Sul e Sueste nos annos decorridos de 1 de Janeiro de 1880 a 31 de Dezembro de 1897 e (...) nos annos decorridos de 1 de Janeiro de 1900 a 31 de Dezembro de 1901, (Lisboa, I.N., 1898 e 1903); Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, Resumos Estatísticos do exercicio de 1888, Lisboa, 1889. Ver também Frederico Pimentel, 1892, 102

procura da capital e de todo o Distrito de Lisboa. ¹³⁶

Os produtos lácteos

No Alentejo dos anos '1860 a produção láctea bovina para consumo humano não tinha expressão significativa. Este facto resultava da pouca aptidão leiteira da raça alentejana e do regime manadio ou pastoril a que este gado estava sujeito. As vacas, alimentadas nos pastos naturais "sem abrigo nem ração suplementar, (...) mal dão leite que chegue para o sustento das crias" e as tentativas que tinham sido realizadas para introduzir e explorar as vacas turinas não tiveram sucesso. O leite de vaca era um produto caro e apenas utilizado para doentes. ¹³⁷

O mesmo não acontecia com a ovelha do alavão e a cabra leiteira que tinham um grande interesse económico. Além do

¹³⁶ Sobre o consumo de carne de porco e seus derivados, no Distrito e Concelho de Lisboa, ver: "Mappas a que se refere a consulta do Conselho de Commercio (...)" in O Archivo Rural, 1865, 580-1; Mappas Estatísticos e do Rendimento da Alfandega Municipal de Lisboa no Anno Económico de (...) (1859\60 a 1864\65), Lisboa, I.N., 1860-1865. Segundo "Relatório do Intendente de Sanidade Pecuária de Lisboa, relativo ao anno de 1890" (in Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 1892 (4º ano), nº 14, Lisboa, I.N.) em 1890, só pela alfândega e matadouro de Lisboa passaram 3.700 toneladas de carne e outros produtos suinícolas. Ver ainda Amâncio Sampaio e Andrade, 1938, 156 (para os suínos só fonece dados para a matadouro municipal de Lisboa e a partir dos anos '1880, quando em média se abatiam 12.000 cabeças= 1.400 tn); J. David Justino, 1986, I, 195 (dados para 1849: 1117 tn). Para o produto suíno do Distrito de Lisboa, ver Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 2ª Parte, pp.293-6 e Paulo de Moraes, 1889, 281-4. Não considereei a exportação de animais, despojos e produtos animais pela Alfândega Grande de Lisboa mas não foi expressiva: p.ex. em 1861\2 apenas foram exportados para o estrangeiro 125 cabeças de suínos e 328 de bovinos, mais 546 toneladas de carne e gorduras: cf, Mappas Estatísticos e do Rendimento da Alfândega Grande de Lisboa no Anno Económico de 1861-1862, Lisboa, I.N., 1863.

¹³⁷ Cf. Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, IN, 1873, 2ª Parte, pp. 38-40, 299-300, 210-216; J.J.Costa Júnior, 1947, 59-60

consumo directo , de Março a Junho, proporcionavam uma quantidade apreciável de leite que se destinava ao fabrico do queijo, cuja procura nacional estava a aumentar; deste fabrico resultava ainda um subproduto, o almece, "que é muito apreciado pelas classes pobres (..) e que parecendo coisa insignificante, deixa um rendimento apreciável". ¹³⁸

É possível fazer uma estimativa do produto lácteo, convertendo-o todo em queijo, embora uma parte (leite de cabra) fosse consumida em natureza. Nos anos '1860 admitia-se, para o Distrito de Beja, uma produção queijeira na ordem dos 2,5-3 quilos\ano por cabeça de ovelhas do alavão e no final do século, as monografias regionais referem uma grandeza similar (3 kg\cab.). Mas cálculos realizados para uma exploração agrícola de Serpa indicam um per capita por campanha de ordenha que variou entre 1 e 2 quilos na década de 1880. Vou optar por um valor intermédio: 2 kg de queijo por cabeça\ano. ¹³⁹

O leite de cabra tinha uma grande consumo em natureza e destinava-se também a "queijar". A cabra charnequeira produzia cerca de 80 a 100 litros de leite por ano (ou seja o

¹³⁸ Cf. Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 1ª Parte, pp. 69 e 82 e 2ª Parte, pp. 40-2, 210-11, 302.

¹³⁹ Cf. I.Cagliardini, "O Gado lanigero do Districto de Beja" in O Archivo Rural, 1863, p. 129; S.B.Lima, "Exposição Agrícola de Lisboa VI-Gado Lanigero" in O Archivo Rural, 1865, p. 664 ("No Alentejo (Districto de Beja) 100 ovelhas dão leite cada dia (durante o periodo de alavão: 3-4 meses ou mais) sufficiente para a fabricação de dois e meio a três kilogramas de queijo"); Recenseamento dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 2ª Parte, p. 41; Mariano Feio, 1988a, 63-4. Ver também Anexo II, 0.2.

equivalente a 12-13 quilos de queijo), mas considerando a função criadora da maior parte da cabrada, a parte destinada ao consumo humano em natureza ou queijo não ultrapassava os 50% ou seja o equivalente a 5 kgs de queijo\ano por cabeça. ¹⁴⁰

Em geral nos rebanhos ovinos, as ovelhas representavam cerca de 70% do efectivo e, destas, cerca de 2\3 constituíam o alavão ou seja as "ovelhas creadoras", a quem se apartava os borregos a partir de Fevereiro\Março e passava a ordenhar até Junho. A proporção de cabras no efectivo caprino era similar (71%), e a maioria eram criadoras pois tanto a região como o país dispunha de um efectivo limitado de cabras leiteiras: em 1870, apenas 15% das cabras recenseadas no Distrito de Évora eram leiteiras e esta percentagem baixava para 5% em Beja e 4,2% em Portalegre. ¹⁴¹

Com base nestas indicações apresento na Tabela 19 uma estimativa da produção láctea (convertida em queijo) média dos rebanhos de ovinos e caprinos da Região Histórica do Alentejo entre 1858 e 1865.

¹⁴⁰ A razão admitida é de 1 kg de queijo = 8 litros de leite. Na realidade, na Estremadura e Alentejo, a quantidade de leite destinada para queijo variava entre os 35 litros (Lisboa) nas cabras leiteiras e os 20 litros nas cabras de criação (Portalegre e Santarém). Nas nomografias do Alentejo do final do século admitia-se que a produção láctea total deste efectivo era equivalente a 13,3 quilos de queijo (Anexo II, 02). Nesta altura a média nacional andava nos 6,25 quilos ou seja cerca de 50 litros per capita; em 1940, era de 80 litros, 66% destinados ao consumo em natureza e o restante para queijo. Ver Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 2ª Parte, pp. 226-7, 260, 292, 304; Paulo de Moraes, 1889, pp. 282 ss; Instituto Nacional de Estatística, 1960, Quadro 7.b.

¹⁴¹ Cf. S.B.Lima, "Exposição Agrícola de Lisboa VI-O Gado Lanígero" in O Arquivo Rural, 1865, 664; Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 2ª Parte, pp. 96 e 104. Ver ainda Mariano Feio, 1988, 63; e Anexo II, 0.2.

TABELA 19

Produção Láctea Média (convertida em queijo) na Região Histórica do Alentejo: estimativa, 1858\1865

Espécie	1 Efect.	2 Fêmeas*	3 Alavão	PRODUÇÃO EM QUEIJO	
				4 p.cabeça	5 Total (3x4)
Ovino	825099	577570	390000	2	780000
Caprino	313974	222923	222923	5	1114615
TOTAL	---	----	---	---	1894615

* Com mais de 6 meses

Fontes: Anexo II, 1.4.1.

Metodologia: Col.2.- as fêmeas com mais de 6 meses representavam 70% (ovinos) e 71% (caprinos) do rebanho (col.1); Col.3 - o alavão era constituído por 67% (ovelhas) e 100% (cabras) das fêmeas com mais de 6 meses (ver ainda texto pp. 114-116).

O estrume

O estrume era um produto pecuário cujo consumo geralmente ocorria no ciclo produtivo seguinte. Normalmente era retirado das estimativas do produto pecuário tendo em consideração a pouca eficácia no seu aproveitamento, pois devido ao "regimen de pastoreação, em geral usado, a maior parte do estrume é perdido para o lavrador, porque em uma parte do anno os gados são apascentados em terrenos de charneca". Mas esta opinião foi parcialmente contraditada por outros autores e alguns lavradores desse tempo deixaram também

testemunho e revelaram na prática um grande empenho por este produto considerando-o mesmo como um dos principais interesses que retiravam de alguns tipos de gado, nomeadamente, do ovino. No Distrito de Beja, "o motivo principal da educação do gado ovino (...) é em mira da produção dos estrumes e das lãs, sendo as suas demais funções consideradas acessórias"; valor igual era-lhe reconhecido em Évora e Portalegre.¹⁴²

Assim, para a estimativa do produto bruto pecuário tenho que considerar pelo menos a produção de estrumes dos ovinos: ela era de cerca de 0,5 tonelada\ano por cabeça ou seja um total de 412.549 toneladas.¹⁴³

Composição e valor do produto pecuário

Esclarecidos tanto a razão porque se incluíram as componentes como os procedimentos que fundamentam a sua quantificação a Tabela 20 mostra a composição e valor médio do produto pecuário na Região Histórica do Alentejo entre 1858-1865. Para o cálculo do produto final excluí o estrume,

¹⁴² Cf. por ordem de citação: "Estatística Agrícola do Concelho de Ferreira (do Alentejo)" in Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 2º ano, nº12, 1890, p. 1377; Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 2ª Parte, pp. 40, 210 e 301-2 (que cito). Ver também Paulo de Morais, 1889, 273 e 292-3 e Mariano Feio, 1985, 235-8.

¹⁴³ Cf. Anexo II, 0.2 (quadro final baseado nos dados de B.C.Cincinnati da Costa e D. Luis de Castro, 1900) e 1.4.1; Paulo de Morais, 1889, 273. Em 1865 admita-se que uma cabeça ovina nacional (peso médio vivo = 24 kg) realizava uma média diária de 1,5 kg de estrume (Cf. J.B.Lima, "Exposição Agrícola de Lisboa VI-Gado Lanigero" in O Archivo Rural, 1865, 664-5

TABELA 20

Composição e Valor do Produto Pecuário na Região Histórica do Alentejo: 1858\1865
 V.M.P.T (Valor Médio da Produção Total) e V.M.P.F. (Valor Médio da Produção Final) a preços de 1858\65
 (contos de reis).

Produtos	Produção média anual	Preço Uni. contos	V.M.P.T.		V.M.P.F.		
			contos	%	contos	%	
CARNE	Bovino	1764,4 tn	0,162	286,5			
	Ovino	774,1 tn	0,120	92,9			
	Caprino	995,3 tn	0,120	119,4			
	Suíno	7475,9 tn	0,190	1420,4			
	Total	11000,9 tn	----	1919,2	50,3	1919,2	69,2
PELES	Bovinos	14400 unid.	0,003	43,2			
	Caprino	76368 unid.	0,00029	22,1			
	Ovinos	67960 unid.	0,00028	19,0			
	Total	----	----	84,3	2,2	42,2	1,5
LACTEOS EM QUEIJO	Ovinos	780,0 tn	0,180	140,4			
	Caprino	1154,0 tn	0,180	207,7			
	Total	1934,0 tn	0,180	348,1	9,1	348,0	12,5
Lã	Ovino	1427,1 tn	0,273	389,6	10,2	389,6	14,0
COLNEAL	Mel	268,6 tn	0,1406	37,8			
	Cera	135,1 tn	0,2770	37,4			
	Total	----	---	75,2	2,0	75,2	2,8
ESTRUME	Ovino	412549,0 tn	0,0025	1000,0	26,2	-	-
TOTAL	----	---	3816,4	100,0	2774,3	100,0	

Fontes: para os produtos, ver Tabelas 18 e 19 e Anexo II, 1.3; para os preços ver nota 112

uma vez que tal como as sementes e rações, constituía uma reserva consumida no ciclo produtivo seguinte, e metade do valor das peles, admitindo ser essa a quota destinada ao consumo das explorações.

3.1.4. O produto agrícola alentejano: comentário.

Em meados do século XIX, no seio da inteligência e dos dirigentes nacionais consolidou-se uma imagem quase consensual sobre a situação e futuro da agricultura nacional. Do diagnóstico que se partilhava destaca dois tópicos:

1) Portugal, apesar de reunir um potencial agrícola invejável (boas terras, bom clima, bons recursos hídricos), que se acreditava ter dado já provas positivas num passado longínquo, realizava uma actividade agrícola limitada, em extensão e diversificação, com técnicas e tecnologia atrasadas em relação ao resto da Europa. ¹⁴⁴

2) O Alentejo, apesar de dispôr de um dos melhores potenciais agrícolas do país, era uma das regiões onde aquele

¹⁴⁴ Esta perspectiva entronca no discurso reformista que desde finais do século XVIII reivindicava a modernização da agricultura portuguesa e a que publicações como as Memórias Económicas da Academia Real das Ciências (4 tomos, Lisboa, ARC, 1789-1812), o Investigador Português em Inglaterra (23 Vols, Londres, 1811-1819) e autores como Francisco Soares Franco (1804, I, Parte III, 140-sqts), entre muitos outros, deram larga difusão. Em meados do século XIX, este discurso persiste em numerosos artigos dedicados ao tema que podem ser carreados nas Revista Económica (Vol.1, 1846, nº 11, pp. 161-169), Revista Universal Lisbonense (da 1ª Série, tomo 7, 1847\48, pp. 61-3, 98-9, 145-9, 219-22, 349-56, 361-4; da 2ª Série, Tomo 1, 1848\49, pp. 49-52, 241-2, 329-31 e Tomo 3, 1850, pp. 13-14 e 181-2), O Ateneu (Lisboa, 1850, pp. 13-4, 17-19, 85-7, 92-100, 153, 397-8), Jornal da Sociedade Agrícola do Porto (nº 5, 1856, pp. 140-6; nº 8, 1856, pp. 236-44; nº 11, 1856, pp. 341-7), O Instituto. Jornal Científico e Literário (Vol.11, Coimbra, I.U., 1861, pp. 244-249, 291-296, 358-363) e na Revista Agronómica (3ª Série, Tomo 1, Lisboa, 1863, pp. 465-474), em textos de figuras influentes nos meios académicos e políticos como José Maria Grande (1849, I, 96 e 314), Alexandre Herculano (1986 (10s eds. 1849-56), 193-204, 239-242) ou Manuel Adelino de Figueiredo (1861, 3-4) e em relatórios oficiais como o de João Andrade Corvo (1864) ou "Relatório ao Decreto que criou as Estações Experimentais de Agricultura" in Diário do Governo, nº 283, 1869, pp. 1567-9. Sobre o assunto destaque-se ainda a interessante perspectiva da Histoire de L'Agriculture de la France et des Divers Pays du Globe (L.L., Paris, 1845, pp. 191-201).

atraso mais impressionava e onde algumas das condições que lhe estavam associadas melhor se evidenciavam. O uso da terra escasso e deficiente, dominado pelo sistema dos pousios, pelo "exclusivismo cultural" (os cereais) e tecnologia antiga, e uma massa pecuária muito abaixo das possibilidades regionais, eram algumas das principais características negativas apontadas. ¹⁴⁵

Na verdade, nos anos 1840, figuras de grande relevo e influência na formação de sucessivas gerações de cidadãos e agrónomos, como Alexandre Herculano e José Maria Grande, apresentaram o país com uma "indústria rural" caracterizada por "uma agricultura imcompleta" - porque "o produto do nosso solo é exclusivamente representado pelos cereais [o principal], pelo vinho e pelo azeite"-, e desprovida de uma

¹⁴⁵ A ideia de a agricultura alentejana não aproveitar ou aproveitar mal todas as amplas possibilidades que continha era também antiga: José Joaquim Soares de Barros, Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira e António Henrique Silveira defenderam-na em textos publicados nas Memórias Económicas da Academia Real das Ciências (Tomo 1, 1779, pp. 41-122, 150-1, 174; Tomo 2, 1780, pp. 340 e 356-7; Tomo 4, 1812, pp. 143-153); também o Investigador Português em Inglaterra incluiu vários artigos perfilhando teses similares (Vol. 5, 1812-3, pp. 217-224; Vol. 8, 1813-4, pp. 223-8, 413-6 e 578-91; Vol. 11, 1814-5, pp. 345-369, 385-399 e 533-547); ver ainda Francisco Soares Franco (1804, I, Parte III, 149-150) e Alberto Carlos de Meneses (1860). Para meados do século XIX ver: R.C.S.C., "Considerações sobre o atraso da Agricultura no Alentejo" in Revista Universal Lisbonense, 2ª Série, Tomo 1, 1848\9, pp. 197-198; José Maria Grande, 1849, I, 96-sqts; os artigos de J.J.P.Carvalho e A.J.Figueiredo no Ateneu, (Lisboa, 1850, pp. 4-5, 25-7, 124-5, 140 e 397-8); os artigos ("Roteamentos", "Mattas, Selvas e Vergeis", "Cereais e mais culturas alimentícias" e "Gados e pastos") de J. M. Albuquerque no Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, 1856, nºs 5 (pp. 140-6), 8 (pp. 236-249) e 9 (pp. 266-73); D.M. Menezes d'Alarcão, "Atraso da nossa lavoura alentejana e meios de a combater" in Revista Agronómica, Florestal, Zootécnica e Noticiosa e Órgão da Associação Central da Agricultura Portuguesa, 3ª Série, Tomo 10, Lisboa, 1863, pp. 310-12; e João Ignácio Ferreira Lapa, 1874 (1ª ed. 1865), I, 557 e II, 90-1 e 113-17; J.J. Rodrigues de Freitas (Junior), 1867, 46-8 (uma visão menos optimista dos recursos naturais); A.A., 1868, 3-6.

actividade pecuária de relevo, limitada ao "restritamente necessário para a lavoura, pelo que respeita ao gado grosso, e o seu gado lanígero é pouco numeroso, imperfeito e rareado anualmente pelos resultados de um tratamento quase selvagem". E até ao final dos anos '1860, esta perspectiva manteve-se: para João Andrade Corvo, a cultura dos cereais continuava a ser "a primeira, a principal e a constante preocupação dos lavradores" e a "nossa agricultura (era) muito pobre em gados". ¹⁴⁶

Mesmo depois de matizada pelos melhoramento e aumento da produção pecuária verificada a partir dos anos '1850, motivados pela "feliz influência" da crescente procura nacional e internacional de produtos vegetais e animais, da expansão da rede dos transportes, do aperfeiçoamento das raças nacionais e importação de raças nórdicas (bovinos e suínos), aquela imagem passou a ter um suporte quantitativo com a primeira estimativa do "produto ilíquido da terra" apresentada por Luis Rebello da Silva (1868) e corrigida por Léonce de Lavergne (1870) e J. Inácio Ferreira Lapa (1871) (Tabela 21). ¹⁴⁷

¹⁴⁶ Cf. por ordem de citação: Alexandre Herculano, "Breves Reflexões sobre alguns pontos da Economia Agrícola" in Revista Universal Lisbonense, 2ª Série, Tomo I, 1848\1849, pp. 229-30; José Maria Grande, 1849, I, 96 ss; João Andrade Corvo, 1864, 7 e 19-23. Ver também Charles Vogel, 1860, 217 ss.

¹⁴⁷ Cf. J.J. Rodrigues de Freitas (Junior), 1867, 51-2. Sobre as estimativas do produto bruto agrícola ver: Luis Rebello da Silva, 1868; Léonce de Lavergne, 1870; João Ignacio Ferreira Lapa, 1871 e ainda Carlos Ribeiro, 1872, 99-100 (apresenta estimativa de Rebello da Silva e correcção de de J.I.Ferreira Lapa). Existe uma estimativa para 1849 mas apenas para a "produção anual do reino vegetal" (36 a 44 mil contos) (Charles Vogel, 1860, 246).

TABELA 21

Composição do Produto Agrícola Bruto português:
estimativas oitocentistas, 1868/71 (em percentagem)

1-Rebello da Silva 2- Ferreira Lapa 3- Léonce de Lavergne

COMPONENTES	1 (*)	2	3
Cereais	27,00	18,60	31,00
Vinhos	38,40	30,50	22,00
Azeite	--	6,80	--
Outros Produtos	24,60	33,90	33,00
Pecuária	10,00	10,02	14,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00
TOTAL em milh. contos	93,69	118,00	75,13

* não inclui o trabalho do gado

Fontes: Luis Rebello da Silva, 1868; João Ignacio Ferreira Lapa, 1871 e Léonce de Lavergne, 1870

Ao comentar estes dados, além das dúvidas metodológicas que colocou, Léonce de Lavergne manifestou a sua surpresa pelo contributo do vinho (que achou muito elevado, sobreavaliado e inverosímil) e o peso pouco expressivo de sectores como a arboricultura mas, particularmente, "o que admira n'esta estatística é a fraca proporção dos produtos animais" mesmo reconhecendo que toda a Europa do Sul encontrava na "natureza do clima (...) obstáculos sérios a um largo desenvolvimento das raças animais". ¹⁴⁸

Esta visão global para o país era afinal o resultado de

¹⁴⁸ Cf. Léonce de Lavergne, 1870, 253-6. Estimativas recentes do PAB nacional confirmam as objecções colocadas por Léonce de Lavergne. Segundo Pedro Lains (1990,22) em 1861/70 a composição do PAB era a seguinte: Cereais- 34,2% Vinhos- 23,1% Produtos Animais- 22,5% Outros produtos- 20,2%.

situações regionais similares, com exclusão do extremo norte litoral (o Minho) e de "muitos pontos da Beira e da Estremadura" apontados como paradigmas de uma agricultura mais moderna, diversificada e com os subsectores básicos menos dependentes ou associados. O Alentejo, tal como quase todo o sul do país, revelava uma situação agrícola que tendo já ultrapassado a "primeira época da história da agricultura" (a "fase nómada ou pastoril") não alcançara ainda as vantagens da agricultura moderna (a fase da rotação das culturas ou dos afolhamentos). A região era dominada pelo "exclusivismo cultural" dos cereais e permanecia nas interdependências tradicionais impostas pelo multiseccular "sistema do pasto e lavor ou dos pousios", o que nem sempre foi assinalado como facto necessariamente nefasto pois "tudo o que dura longo tempo tem em si algum princípio vigoroso de vida ou alguma razão suficiente e poderosa da sua tenaz existência". ¹⁴⁹

Na perspectiva de alguns autores o problema era que o próprio sistema do pousio não era rentabilizado pois na região dominava uma visão muito limitada quanto ao uso dos solos: "agricultar" reduzia-se ao cultivo de "pão de praganha" -- "semeava(-se) mal muito trigo, cevada e centeio" -- , dedicava-se alguma atenção aos olivais e montados, e a criação de gado, mais por desplícência do que por falta de

¹⁴⁹ José Maria Grande, 1849, 96-7 e 189-194.

recursos naturais, tinha um papel complementar e residual, facto para o qual também contribuia a não incorporação de forragens (em substituição do pousio) no ciclo do afolhamento. ¹⁵⁰

Esta imagem, que valorizava a componente cerealífera do sector agrícola alentejano, baseou-se provavelmente na convicção de, entre os anos '1820 e '1860, ter aumentado o interesse por estas culturas e consequentemente a área cultivada e a produção. Contudo, já na época suscitou algumas reservas. No final dos anos '1840, Claudio Adriano da Costa expressou dúvidas "sobre a opinião vulgar da muita riqueza de pães naquella Província" e as estimativas grosseiras a que procedeu (áreas de cultivo) levou-o mesmo a diagnosticar uma "situação bem triste". O lavrador alentejano J.M.d'Albuquerque, uma figura que se destacou pela empenho com que participou através da imprensa na discussão dos problemas agrícolas nacionais e regionais e na defesa da protecção trigueira, atribuía em parte os fundamentos da suposta frouxidão da pecuária nacional a um erro de análise resultante da tendência recentemente instalada para apenas valorizar os gados bovino e cavalari colocando em segundo

¹⁵⁰ Cf. R.C.S.C., "Considerações sobre o atraso da Agricultura no Alentejo" in Revista Universal Lisbonense, 2ª Série, Tomo 1, 89º Ano, Lisboa, 1849, pp. 197-198. Ver também: José Maria Grande, 1849, I, 96-7 e 189-194; D.Miguel de Meneses d'Alarcão, "Atraso da nossa lavoura alentejana e meios de a combater" in Revista Agronómica, Florestal, Zootecnica e Noticiosa e Orgão da Associação Central da Agricultura Portuguesa, 3ª Série, Tomo I, Lisboa, 1863, p. 310

TABELA 22

Produto Agrícola Alentejano: Principais Componentes (1858\65)
(em contos de reis e percentagem)

COMPONENTES	TOTAL		FINAL		
	Contos	%	Contos	%	
PRODUTO VEGETAL	Cereais	3890,00	38,2	2957,90	36,6
	Legumes\tub	327,58	3,2	205,00	2,5
	Fruticultura	329,43	3,2	329,43	4,1
	Vinha	480,94	4,7	480,94	6,0
	Olivival	1126,97	11,1	1126,97	14,0
	Cortiça	200,00	2,0	200,00	2,5
	TOTAL	6354,92	62,5	5300,24	65,7
PRODUTO PECUARIO	Carne\couro	2003,50	19,7	1933,80	23,8
	P.Lácteos	348,10	3,4	386,00	4,8
	Lã	389,60	3,8	389,60	4,8
	Mel e cera	75,20	0,7	75,20	0,9
	Estrume	1000,00	9,9		
	TOTAL	3816,40	37,50	2774,30	34,30
PRODUTO TOTAL	10171,32	100,0	8074,54	100,0	

Fonte: Tabelas 17 e 20

plano ou mesmo ignorando o grande interesse e importância dos ovinos, caprinos e suínos. ¹⁵¹

Divergências mais acentuadas face ao primeiro diagnóstico revelam-se no discurso administrativo. Em 1860, no "fertilíssimo torrão" que se admitia ser o Distrito de Beja,

¹⁵¹ Cf. Claudio Adriano da Costa, "Extensão da cultura de cereais em Portugal" in *Revista Universal Lisbonense*, 2ª Série, Tomo 11, 1849\1850, pp. 170-3; J.M.d'Albuquerque, "Gados e Pastos" in *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto*, 1856, nº 9, pp. 266-273. Sobre o aumento da área de cultura cerealífera nos anos 1830-1840 ver: Charles Vogel, 1860, 217 e sqts; Helder Adegar Fonseca, 1984, 45-6; J.David Justino, 1986, 11, 740-9 e 882-3.

a "principal riqueza (...) e cuja exportação produz milhares de contos [era] trigo, azeite, vinho, gado suíno e lãs ". E de Portalegre, ficaram testemunhos de uma actividade agrícola também diversificada, onde a cultura de cereais era "importantíssima" e exportadora em grande escala, o olival e a vinha tinham relevo (embora a segunda estivesse em crise devido aos ataques do pulgão e oídium), e as hortas e pomares tinham alguma expressão. Mas neste distrito alentejano o "ramo da indústria agrícola" mais importante era o pecuário: a criação de gado cavalariço estava "florescente", o gado bovino era "abundante" e o gado suíno era não só o "mais importante recurso do lavrador" e a "mais valiosa fonte de riqueza do Distrito" como também a "mais florescente" actividade de toda a Província. ¹⁵²

Do meu ponto de vista a contradição entre estes testemunhos é aparente. A divergência nos diagnósticos deve ser atribuída mais à variação das escalas espaciais em que se fundamentaram do que às eventualmente diferentes bases teóricas e instrumentos analíticos usados pelos seus autores para apreciar a mesma realidade.

¹⁵² Cf. Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Reino (...) em 1860, Lisboa, I.N. 1863 (ver Beja); (Consultas das) Juntas Gerais dos Distritos Administrativos do Reino (...) relativas ao anno de 1853 e 1854, Lisboa, I.N., 1854 (ver Portalegre); "Relatório da Sociedade Agrícola de Portalegre de 25 de Abril de 1856" in Boletim do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 10 sem., 1856, pp. 216-217

FIGURA 4

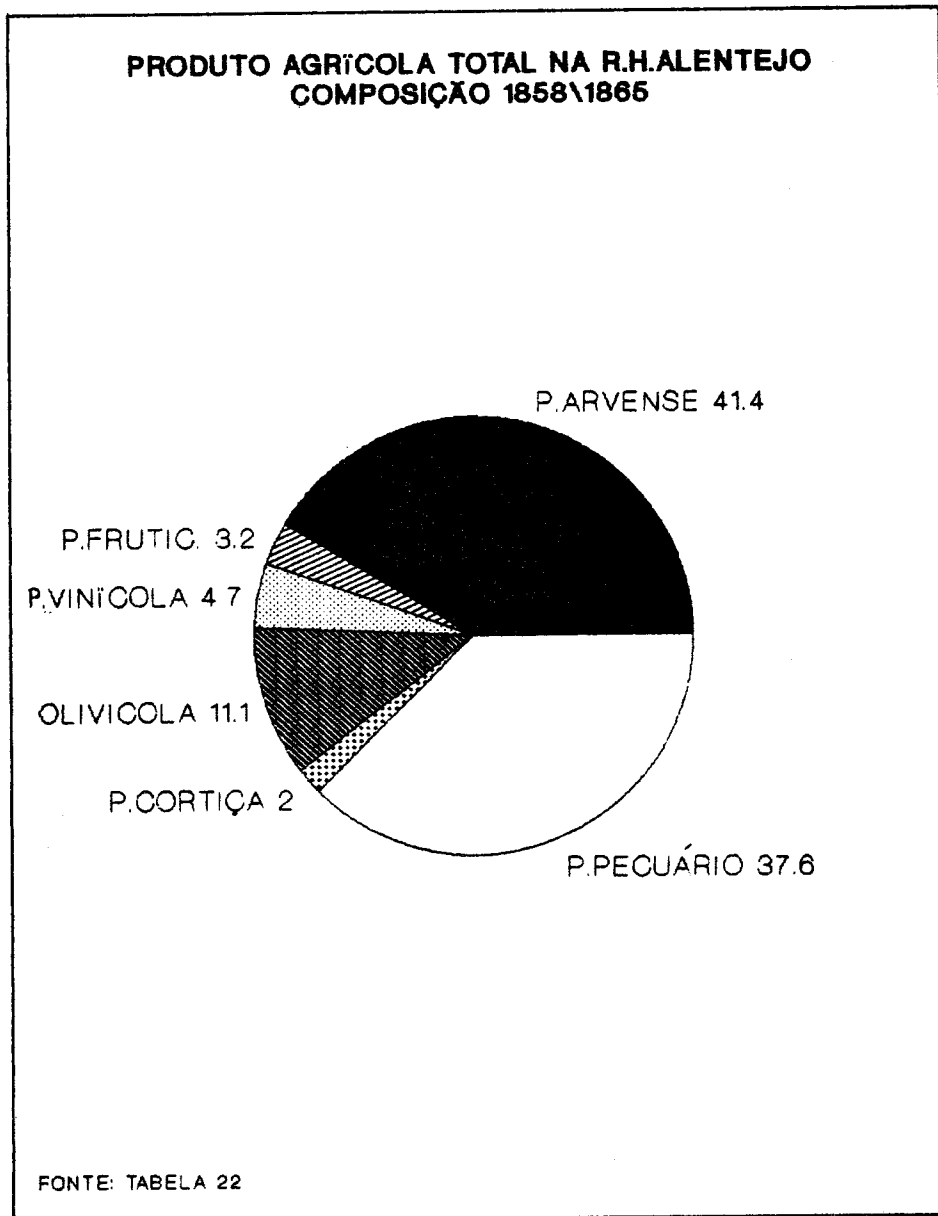
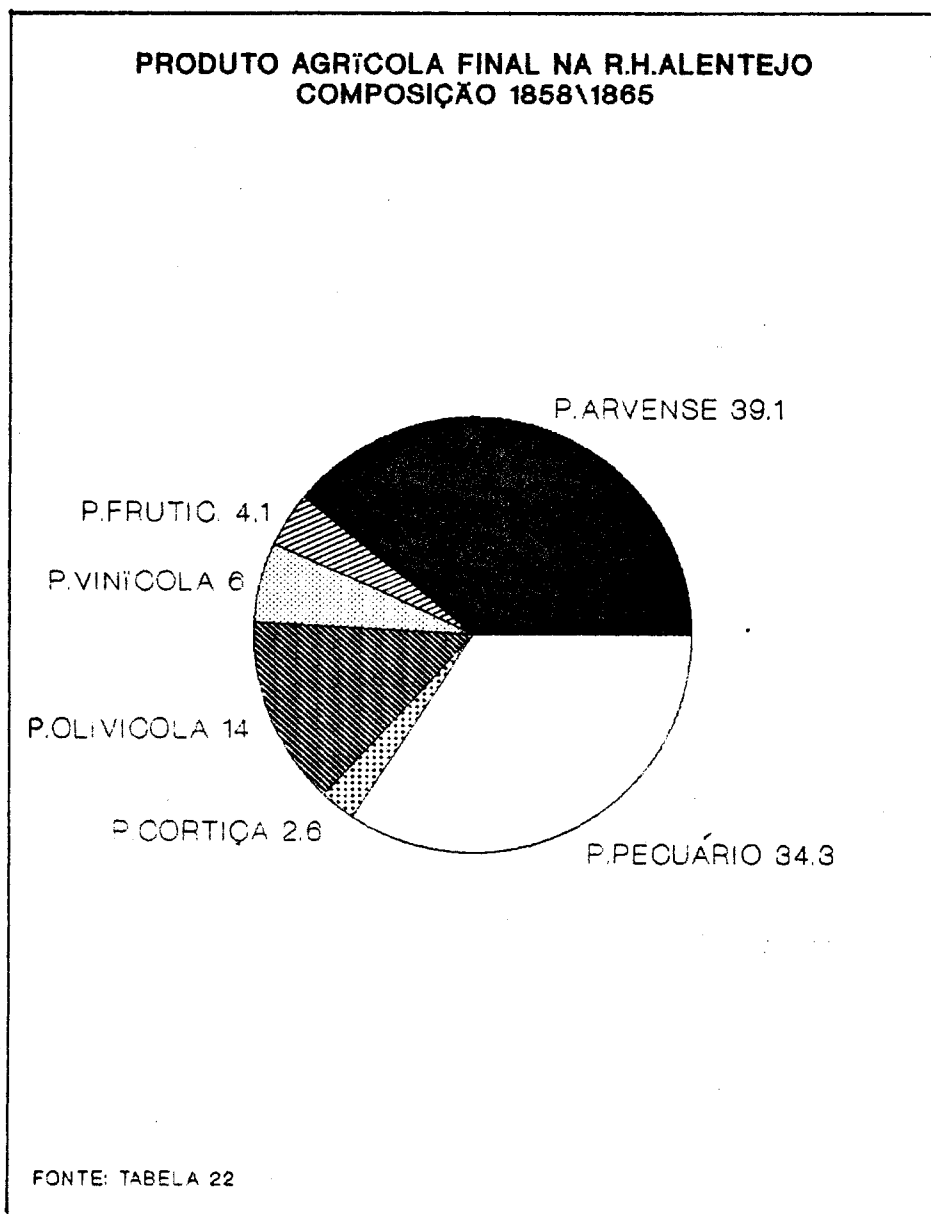


FIGURA 5



Sustentar que, para meados do século XIX, na província do Alentejo dominava a cultura do "pão de pragana", é manifestamente um exagero. Mesmo depois da admitida expansão cerealífera favorecida pela política protecionista que vigorou desde 1819 até 1865 (embora em regime de admissão temporária a partir de 1855), os cereais contribuíam apenas com cerca de 36,6% para o Produto Final do sector, e o conjunto das chamadas culturas arvenses (cereais, legumes) alcançava os 39,1%. Importância similar tinha afinal a componente pecuária (34,3%). Além disso, o sector não se dividia apenas entre o pão e o gado: um pouco mais de um quarto do produto era garantido pelo olival (14%), vinha (6%), fruticultura (4,1%) e subericultura (2,5%) (Tabela 22 e Figuras 4 e 5). ¹⁵³

No entanto se a escala de análise for limitada a áreas mais restritas da região é compreensível que os observadores coevos tenham valorizado o peso mais acentuado de uma ou outra componente, o que deixa em aberto o debate sobre o padrão ou padrões de uso da terra no Alentejo ¹⁵⁴. Mas numa apreciação de conjunto, é manifesta a diversificação produ-

¹⁵³ Cf. J. David Justino, 1986, II, 740-749 e 882-883

¹⁵⁴ Veja-se além da Figura 6 (Composição do P.A.F. na Área de Évora, onde é notória a maior identificação com uma imagem de "exclusivismo" das culturas arvenses) e as divergências postas em relevo por indicadores como a posição dos grupos de concelhos com base no desvio em relação à produção agrícola e efectivo pecuário médios por hectare de superfície total na região (Anexo II, I, 1.5)

tiva do sector agrícola alentejano, confirmando-se assim o que alguns historiadores recentemente tem sustentado sobre o assunto para a época em análise. O facto novo a realçar é o peso similar, o maior equilíbrio, entre as principais componentes (cereais e gado), o que contraria a perspectiva segundo a qual este sector da economia regional estava completamente dependente dos caprichos do cereal e particularmente do trigo. ¹⁵⁵

¹⁵⁵ Sobre a diversificação do sector agrícola alentejano ver por exemplo: Albert Silbert, 1978, 707 e 771-721; Jaime Reis, 1980, 127; Ana Cardoso de Matos (e outros), 1982, 89-90; J. David Justino, 1986, I, 29-83 e II, 783-796.

3.2. Crescimento e Mudança na segunda metade de Oitocentos

3.2.1. Expectativas e Tendências. Problemas e metodologia.

Em meados do século XIX, perante o diagnóstico traçado e a convicção de que a regeneração inadiável da economia do país passava por um desenvolvimento acentuado da agricultura, é compreensível que, nos cenários do futuro, os grupos dirigentes tenham depositado grande parte da esperança nacional no Alentejo. Exactamente porque era nesta região "onde mais que em outra província estava o futuro agrícola do país", para aí foi canalizada uma parte expressiva dos primeiros investimentos estaduais em modernas infraestruturas de circulação, onde se destacaram a construção das vias ferroviárias do Sul (Lisboa\Barreiro - Évora\Beja) e Leste (Lisboa-Caia). ¹⁵⁶

No plano produtivo, acreditava-se que os cereais de sequeiro e particularmente o trigo tinham adquirido um peso extensivo excessivo e que esta situação de especialização cultural, contraditória com a das agriculturas consideradas como mais modernas, era só por si extremamente prejudicial para o desenvolvimento agrícola da região. Além disso, a opção pela cultura cerealífera nem sequer encontrava justificação em eventuais vantagens naturais dos solos e do

¹⁵⁶ Cf. João Inácio Ferreira Lapa, 1874, 557. Ver também Albert Alain-Bourdon, 1985, 365-369; J. David Justino, 1986, II, 842-4.

clima.

Realmente, a cultura científica agronómica que chegava da Europa, pela pena de agrónomos célebres como o Conde de Gasparin, com grande audiência no país, sustentava para Portugal como para toda a "Região da Oliveira", que " malgré des succès réels des cultures céréales bien dirigées dans cette région, malgré les qualités précieuses de son froment abondant en gluten et ayant plus de poids sous un égal volume que celui des autres régions, ce sont toujours les cultures arbustives que font la grande ressource de ses habitants" as que proporcionavam " les plus hauts produits nets et les plus sûrs" desde que cultivadas com "intelligence et sans parcimonie". 157

Nestas condições, entendia-se que "não havia conveniência em proteger" e era mesmo um manifesto erro persistir em políticas que fomentassem desmesuradamente o crescimento extensivo daquela cultura que, devido à baixa produtividade da maior parte dos solos e às limitações climáticas, seria sempre pouco vantajosa. O comércio dos cereais de sequeiro para panificação devia conhecer uma maior liberali-

157 Nos anos '1840 a obra fundamental do Conde de Gasparin aqui citada (Cours d'Agriculture, 5 vols, 2ª ed., Paris, 1846 (ver vol.II p. 325-62; cito p. 336)) já estava divulgada em Portugal pela pena de agrónomos-lavradores influentes como José Maria Grande (1849, II, 133-sqts). Sobre a influência entre a inteligência e políticos nacionais das teses do agrónomo francês quanto às regiões agrícolas europeias e as suas aptidões naturais mais vantajosas ver também: João Ignácio Ferreira Lapa, 1874, 151; Gerardo A.Pery, 1878, 51-2; A.C.E.A.: Cadernos d'Apontamentos das cadeiras de Economia, Direito Administrativo e Legislação e Contabilidade Rurais e Florestais (1888\1889), colligidos por António Maria Eugénio de Almeida, aluno do Instituto Agrícola de Lisboa (manus. não classif.) e Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892-3, 349.

zação (que acabou por ser consagrada no decreto de 11 de Abril de 1865) e, no país, a produção frumentária devia limitar-se aos solos adequados e realizar-se com base em "meios seguros" de intensificação (sementes seleccionadas, novas práticas culturais nos afolhamentos, incorporação de fertilizantes e adopção da tecnologia aperfeiçoada ou inovadora na lavra, ceifa e debulha). ¹⁵⁸

Esperava-se que o Alentejo, integrando-se com sucesso na economia mais aberta e concorrencial que se supunha fundamental promover para o progresso efectivo do país, correspondesse àquelas expectativas e investimento, e modernizasse a sua agricultura, o que na época já queria dizer diversificação, intensificação e aumento sustentado da produção agrícola.

São conhecidas algumas tendências básicas da agricultura alentejana de meados do século XIX até às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Depois do período compreendido entre as décadas de '1830 - '1850, que se supõe marcado pelo alargamento crescente da área e produção cerealífera, à sombra do protecionismo pautal que vigorou, e pelo peso mais acentuado da cerealicultura na economia agrícola regio-

¹⁵⁸ Esta doutrina e estratégia estão implícitas em João Andrade Corvo (relactor), 1864. Sobre o seu desenvolvimento ver Luis Augusto Rebelo da Silva, " Estudos sobre a cultura do trigo em Portugal" in Portugal Agrícola, Vol.VII, 1895-6, p.108; e ainda Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892-3, p. 349.

nal, a generalidade dos autores identifica duas fases. ¹⁵⁹

A primeira, decorreu num quadro internacional marcado pelo grande aumento da oferta de trigo e num contexto nacional onde se destacam tanto o facto do país produzir e vender dos trigos mais caros da Europa como as políticas para uma maior liberalização no comércio dos cereais (regime das admissões temporárias, 1854-65; e regime da livre admissão, 1865-88), e caracterizou-se por uma regressão na produção dos cereais de sequeiro panificáveis (trigo e centeio), uma tendência clara a partir do início do década de '1870, como resultado de uma diminuição das áreas de cultura sem uma expressiva modernização tecnológica, motivada pela dificuldade de concorrência com os trigos estrangeiros que invadiram o mercado nacional. A resposta regional à crise da cerealicultura foi um esforço de diversificação produtiva que se concretizou na expansão da área vinícola, na exploração dos montados de sobre e azinho e num "grande progresso" da criação de gado, com o aumento dos rebanhos de ovinos e particularmente dos suínos montanheiros, tudo isto "pequenas contribuições que em conjunto permitiram atenuar os efeitos

¹⁵⁹ Contudo deve notar-se que a tendência expansionista que tradicionalmente se reconheceu à cerealicultura alentejana, a partir dos anos '20 ou '30 e até ao final dos anos '60 do século XIX não foi comprovada num dos concelhos da região onde esta cultura tinha uma grande importância, o concelho de Évora, onde entre 1836-1856, se verificou "uma diminuição da produção cerealífera" e só entre 1857-67 ocorreu a expansão cerealífera. (Rita da Conceição C.M. Sousa, 1990, 204-5)

(da) longa recessão da cultura cerealífera ". 160

O início da segunda fase, nos anos '1880, é genericamente associado a um contexto nacional de crise agrária generalizada, por razões de mercado (cereais, azeite, carne) e da produção (vinho\filoxera) e às reformas promovidas pelo Estado, em que tiveram particular relevo os ministérios de Emídio Navarro, Costa Sequeira e Elvino de Brito, e de que é frequente destacarem-se apenas os incentivos ao consumo de adubos e os condicionamentos impostos ao mercado do trigo (preços e escoamento da produção garantidos ao produtor, organização do Mercado Central dos Produtos Agrícolas, acesso controlado à importação: leis de 1888 e 1898) mas que tiveram uma dimensão mais ampla em matérias como os direitos de propriedade, formação de recursos humanos, extensão rural, crédito agrícola, sindicatos agrícolas, organização dos mercados, etc. 161

160 Cf. J. David Justino, 1986, 740-795. Ver ainda D. Luis de Castro, "A Produção e a cultura do trigo em Portugal" in Portugal Agrícola, Vol.V, 1893-4, pp. 189-190; Albert Silbert, 1978, I, 121-128; Miriam Halpern Pereira, 1983, 58-9, 63-82; Jaime Reis, 1988, 308-315; Rita da Conceição C.M. de Sousa, 1990, 199 ss. Sobre os preços comparados do trigo nos mercados europeu e mundial ver Francisco Simões Margiochi, 1870, 60 e 71; Jean Heffer, 1986, 265-6.

161 Sobre a situação de crise agrária generalizada nos anos '1880, ver o relatório conjunto dos comissários do Inquérito Agrícola de 1887-8 (Inquérito Agrícola 1887-1888. Documentos oficiais, Lisboa, I.N., 1888). Entre as principais peças legislativas sobre as reformas agrícolas e intervenção estadual nesta matéria, a partir de 1886, com o decreto que criou o Mercado Central de Produtos Agrícolas, destaco os Decretos de 27 de Dezembro de 1888; 15 de Julho de 1889; 5 de Julho e 8 de Outubro de 1891; de 6 de Julho e 30 de Setembro de 1892; 6 e 30 de Outubro de 1893; 29 de Janeiro de 1894; 25 de Abril de 1895; 3 de Abril de 1896; 7 e 30 de Julho, 3 de Setembro e 27 de Outubro de 1898; 6, 14 e 26 de Julho de 1899: Cf. Diários do Governo, 1888-1899. Muita desta legislação está publicada e comentada no Portugal Agrícola, Vols I (1889\90) a X (1898\9) e é destacada por Amando de Seabra, "Crise Agrícola" in Portugal Agrícola, Tomo V, 1893-4, pp. 162-4 ou na "Circular dirigida pelo Ministro das Obras Públicas (Elvino de Brito) às associações agrícolas, comerciais e industriais do paiz"

A partir de então, para alguns autores, o sul latifundista mudou profundamente e os cereais acentuaram o seu lugar privilegiado na economia agrária alentejana. Este "incremento desproporcionado" da cerealicultura e do trigo resultou de um amplo alargamento da área de cultura, uma maior difusão de tecnologia "aperfeiçoada" de lavra, ceifa e debulha e da generalização na aplicação dos adubos químicos e traduziu-se num aumento significativo da produtividade da terra. Uma "revolução agrícola" no Alentejo que conduziu a uma acentuada tendência para a especialização regional da produção de trigo. No entanto alguns autores, por um lado, sustentam que a recuperação cerealífera antecedeu a legislação proteccionista e, por outro lado, são mais moderados na avaliação das mudanças, considerando que os resultados obtidos ficaram àquém dos alcançados durante a expansão cerealífera ocorrida em meados de Oitocentos e acentuam também que "a duração desse movimento ascendente da produção não terá excedido os cerca de 20 anos que vão desde finais do século até à 1ª guerra mundial". ¹⁶²

As etapas acima definidas tanto na sua cronologia como

in Portugal Agrícola, Vol.X, 1898-9, pp. 36-46. Ver também J.G.Pereira dos Santos, "Regimen do comércio dos trigos e das indústrias da moagem e da panificação. Sua evolução desde a lei basilar até à actualidade" in Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, Vol. XXVI, 1924, pp. 57-63

¹⁶² Cf. por ordem de citação: Jaime Reis, 1980, 109-116; Albert Silbert, 1978, I, 121-5; J. David Justino, 1986, II, 748-9. Ver ainda Luis Rebello da Silva, "O solo arável e a intensificação do trigo no paiz" in Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, Vol. XXVI, 1924, pp. 327-331; Jaime Reis, 1988, 315-317; e Rita da Conceição C.M.Sousa, 1990, 245-sqts. Ver também os dados sobre a produção de trigo no Alentejo no Anexo II, 2.

nas características mais relevantes são coerentes com a literatura que na época tratou o assunto. A fase final da década de Oitenta foi realmente vista como uma década-fronteira na agricultura alentejana, a passagem de uma situação de "desgraça" para outra de "grandes progressos" na lavoura regional. ¹⁴³

Estas conclusões estão fundamentadas em análises parciais, praticamente centradas no subsector cerealífero, o que constitui uma limitação considerável na medida em que ele não teve o peso regional que se supunha. A verdade é que, mesmo sem se conhecer, o que me parece fundamental, a dimensão efectiva das alterações realizadas, persistiu a ideia de, apesar de tudo, a cerealicultura ter mantido um peso dominante numa economia agrícola regional afinal incapaz de grandes mudanças.

E é basicamente esta questão que merece ser melhor esclarecida. A evolução do produto é certamente um dos instrumentos mais adequados para avaliar o crescimento global do sector, a sua composição e a dimensão das mudanças realizadas. O universo espacial escolhido é o da "Área de

¹⁴³ Cf. p.ex. Sertório do Monte Pereira, "As explorações vitícolas no Alentejo" in *Portugal Agrícola*, Vol.VI, 1894-5, pp. 241-243; Luis Rebelo da Silva, "Estudos sobre a cultura do Trigo em Portugal" in *Portugal Agrícola*, vol.VII, 1895-6, pp. 108-111; "Questão dos cereais: representação dirigida a S.Magestade pela R.A.C.A.P. em nome dos lavradores do país" in *Portugal Agrícola*, 1898-99, vol.X, pp. 14-16 e "Circular dirigida pelo Ministro das Obras Públicas (Elvino de Brito) às Associações Agrícolas, Comerciais e Industriais do País" in *Portugal Agrícola*, Vol.X, pp. 36-46; Rodrigues Chicó, "A crise agrícola" in *Portugal Agrícola*, Vol.XIII, 1901-02, pp. 288-291

Évora", um grupo de concelhos que, abrangendo 13% da superfície, na década de '1860 representava 12,9% da população e contribuía com cerca de 15% do produto agrícola final da Região Histórica do Alentejo. ¹⁶⁴

A escolha desta área não obedeceu a critérios de representatividade ou proximidade ao modelo regional mas a necessidades internas ao conjunto do estudo. No entanto a opção acaba por suscitar um interesse acrescido na medida em que, ao nível da composição do P.A.F. calculado para 1858-65, a Área de Évora apresenta uma acentuada distorção face ao quadro regional, com um peso muito acentuado das culturas arvenses (50 % do P.A.F.), o que supõe uma prática de uso da terra certamente mais próxima da que alguns autores na época poderiam considerar de "exclusivismo cultural". ¹⁶⁵

Para medir o crescimento e avaliar as mudanças ocorridas na economia agrícola da área referida estimei a evolução quinquenal do produto agrícola final, a preços constantes, entre os períodos 1851-56 e 1901-1905. As lacunas da informação não permitiram apurar dados suficientes para o quinquénio 1871-75 e para toda a década de '1890. Em geral a metodologia seguida foi a mesma que usei para o cálculo do produto agrícola regional médio entre 1858-65: as alterações

¹⁶⁴ A evolução do produto agrícola continua a ser um dos melhores instrumentos para medir o crescimento do sector e a sua composição é certamente um dos meios mais adequado para dimensionar as mudanças apesar das limitações assinaladas por alguns autores: Pierre Leon, 1982, 379. Sobre a área de Évora ver este estudo p. 88.

¹⁶⁵ Ver Figuras 5 e 7

introduzidas em alguns critérios, baseadas em indicações das fontes, estão explicitadas nos quadros anexos. ¹⁴⁴

Primeiro, faço um comentário à evolução do produto agrícola e procuro pôr em revelo o facto de ele ter crescido de um modo contínuo e sustentado e a um ritmo seguramente superior ao do conjunto do país. No entanto, é também evidenciado um crescimento a duas velocidades, já que só a partir dos anos '1880 o crescimento é claramente mais acentuado que o da população. São ainda destacadas as mudanças significativas que ocorreram na composição do produto. A análise dos principais subsectores que protagonizaram uma maior diversificação da agricultura regional é fundamental para avançar uma hipótese explicativa para o resultado alcançado e as opções realizadas. É a este tópico e ao facto de a região, apesar das mudanças registadas e do seu significado, continuar a polarizar um discurso manifestamente descontente com os resultados e apelativo a reformas estruturais vigorosas que dedicarei algumas reflexões finais.

Antes disso, devo chamar a atenção para o facto de a Área de Évora ter sido seguramente uma das zonas do Alentejo onde a economia agrícola mais profundamente conheceu a "regressão" da cerealicultura dos anos '1870-80, pelo que o ritmo e intensidade de crescimento e de mudanças na compo-

¹⁴⁴ Cf. Anexo II, II, 1 e 3

sição do produto nos termos que ela conheceu podem não ser generalizáveis ao conjunto da agricultura da Região Histórica do Alentejo. ¹⁶⁷

3.2.2. A evolução do produto agrícola final: um crescimento em duas velocidades.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o Produto Agrícola Final (a preços constantes) da Área de Évora duplicou, crescendo em média 1,4% ano. Trata-se de crescimento ligeiramente superior ao do produto agrícola nacional (1,1% ano), ao da média europeia (0,89) e mesmo ao registado em outros países da Europa normalmente associados a agriculturas mais progressivas (França e Inglaterra = < 1% ano) no mesmo período. Significativo ainda é o crescimento positivo do produto agrícola por habitante (0,7% ano:tendência), que no início do século XX era 36% superior ao verificado em meados de oitocentos (Tabelas 23 e 24 e Figura 6). ¹⁶⁸

¹⁶⁷ Cf. Anexo II, 1.5

¹⁶⁸ Além da bibliografia indicada na Tabela 24 cf. J. David Justino, 1987b, 459 e James Simpson, 1987, 272-3 (dados para crescimento do produto bruto, 1880-1930 em diversos países).

TABELA 23

Area de Évora: Produto Agrícola Final Total e por Habitante, 1851\56 a 1901\05
c.r.= contos de reis m.r.= milhares de reis

PRODUTOS	1851\56	1858\65	1866\70	1876\80	1881\85	1886\90	1901\05
CEREAIS E PALH	651,0	657,9	691,5	542,7	434,8	649,9	995,3
LEGUMES E TUB.	10,5	9,0	8,4	7,8	7,5	10,6	22,9
FRUTA	8,1	15,6	16,6	23,4	38,2	23,5	6,3
VINHO E DERIV	66,6	72,2	147,9	153,5	285,8	518,7	206,3
AZEITE	146,0	130,6	121,7	157,9	122,3	265,6	249,0
CORTIÇA	12,0	24,0	40,0	64,0	102,4	160,0	212,0
PRODUTO VEGETAL	894,2	909,3	1026,1	949,3	991,0	1628,3	1691,8
CARNE E PELES	252,0	284,0	281,0	341,8	361,0	408,0	515,0
P.LACTEOS	35,2	40,7	43,4	45,6	47,5	73,0	79,6
LX	68,5	63,3	60,9	68,5	51,9	64,4	95,2
MEL E CERA	11,3	14,7	30,0	13,9	32,5	36,0	21,9
PRODUTO PECUARIO	367,0	402,7	416,3	470,0	493,0	581,4	711,7
TOTAL .P.A.F.(c.r.)	1261,0	1312,0	1442,4	1419,3	1484,0	2210,0	2403,5
TOTAL POPUL.	44000,0	47792,0	50629,0	53466,0	56211,0	58957,0	61670,0
P.A.F./Hab.(m.r.)	28,6	27,4	28,4	27,0	26,4	37,0	39,0
P.Vegetal\hab(m.r.)	20,3	19,0	20,2	18,2	17,6	27,6	27,4
P.Pecuário\hab(m.r.)	8,3	8,4	8,2	8,8	8,8	9,4	11,5

Fontes: para o Produto ver Anexo II, II, 3. Para a população: Estatística de Portugal. População. Censo no 19 de Janeiro de 1864, Lisboa, I.N., 1864; "Mappa estatístico da População e seu Movimento neste Districto de Évora no anno de 1878": A.D.E:N.G.C.:Mç. 11; e I.N.E., 1964. Para o periodo de 1851\56 a população foi extrapolada da média distrital a partir dos dados de 1851 e 1858 e para os quinquênios 1866\70 e 1881\5 foi assumido como efectivo demográfico o valor médio entre os periodos imediatamente contíguos.

Metodologia: Prod.Agr.Final = P.A.T.-Despesas consumo do gado e sementes - estrume - 1\2 das peles (ver este estudo pp. 94 e seguintes e Anexo II, II, 3.2.

Contudo, nesta evolução geral, distinguem-se claramente duas etapas cuja periodização e características são as seguintes:

1ª Etapa : 1851\56 a 1881\85

Nesta etapa o produto agrícola cresceu de um modo lento (0,5%) e inferior ao crescimento demográfico (0,8%), e acusou mesmo um momento de regressão no final da década de 1870 (Tabela 24 e Figura 6). Este tipo de crescimento foi também detectado à escala nacional e interpretado como "característico de uma agricultura ainda com problemas estruturais". ¹⁶⁹

Mas deve-se notar que o crescimento acima definido resultou da confluência de tendências subsectoriais diferenciadas. Na verdade ele contou com as prestações positivas do conjunto do produto pecuário (1,1% ano) e principalmente de algumas componentes do produto vegetal: a fruticultura (5,3% ano), a viticultura (5% ano) e da cortiça\montado de sobre (7,4% ano). O crescimento do produto olivícola foi negativo (-0,6%), resultado de uma regressão produtiva clara desde a década de 1850. Já o produto arvense (cereais e legumes) só entra em regressão na década de 1870, mas ela é muito acentuada (-3% ano de 1866\70 para 1881\85). ¹⁷⁰

¹⁶⁹ Cf. Pedro Lains, 1990, 24

¹⁷⁰ Os números entre parêntese referem-se às taxas de crescimento médio anual entre 1851\56 e 1881\85 das tendências subsectoriais estimadas com base nos dados da Tabela 23.

TABELA 24

Taxas de Crescimento do Produto Agrícola

Período	AREA DE EVORA				PORTUGAL I.P.A.	EUROPA I.P.A.
	P.VEGETAL	P.PECUARIO	P.A.F.	P.A.F.\HAB		
1851\56 - 1858\65	0,2	1,1	0,5	- 0,5	- 1,2	
1858\65 - 1866\70	2,0	0,5	1,4	0,6	2,4	0,7
1866\70 - 1876\80	- 0,7	1,2	- 0,1	- 0,5	0,1	0,0
1876\80 - 1881\85	0,8	1,0	0,9	- 0,4	3,2	0,9
1881\85 - 1886\90	10,4	3,3	8,2	6,9	2,4	0,9
1886\90 - 1901\15	0,3	1,4	0,6	0,3	1,5	1,2
1851\56 - 1881\85	0,3	1,1	0,5	- 0,2	0,6	0,9
1881\85 - 1901\05	2,7	1,9	2,5	1,9	1,8	1,5
Tendência						
1851\56 - 1901\05	1,4	1,4	1,4	0,7	1,1	

Legenda: I.P.A= Índice do Produto Agrícola

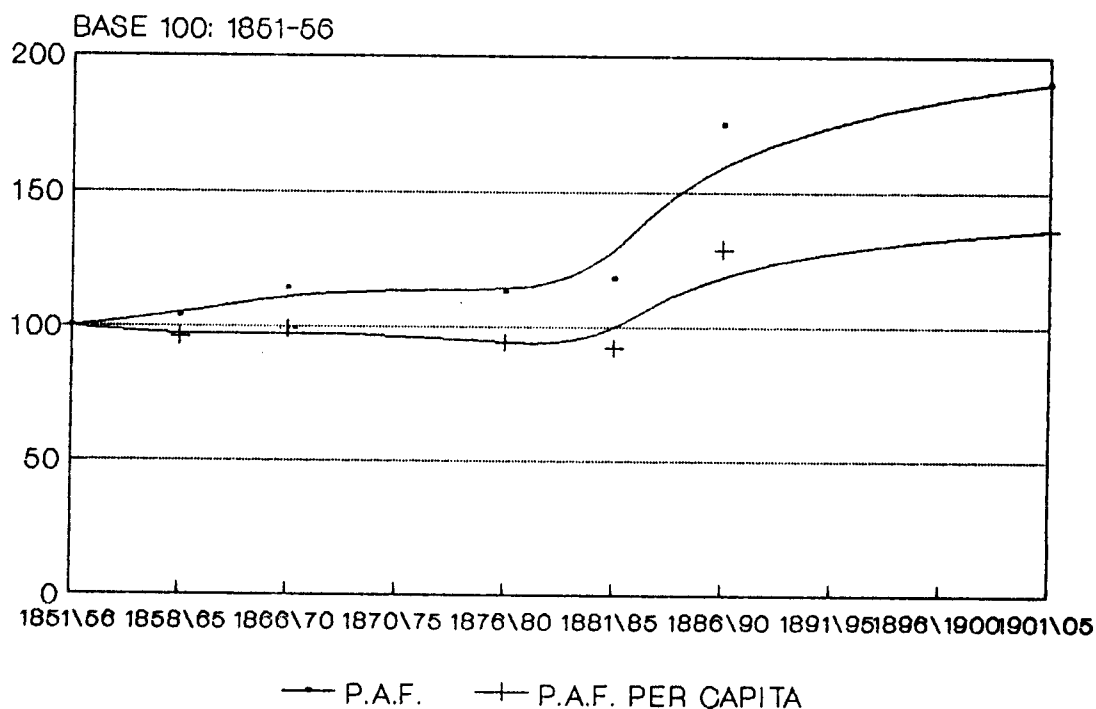
Fontes: Tabela 23 (Évora); Pedro Lains, 1990, 23-4 e 46 (Portugal); Paul Bairoch, 1976, 320-2 e 333 e David Grigg, 1982, 167-9 (Europa)

Metodologia: Para a estimativa do crescimento tendencial assumi como ano de referência o centro das médias dos períodos e admiti que para os quinquênios sem informação os valores alcançados situavam-se em posições médias concordantes com os valores dos períodos imediatamente contínuos. A taxa de crescimento nacional foi calculada com o mesmo critério e com base no índice do Produto Agrícola Português elaborado por Pedro Lains, 1990, 23-24 e 46.

Confirma-se a ideia de que no Alentejo a crise de que se falava à entrada para o último quartel do século XIX foi "quasi exclusivamente cerealífera", embora seja também evidente a quebra na produção olivícola e, nos anos 1880, a da lã. Finalmente deve ficar claro que a dimensão drástica da regressão cerealífera não se repercutiu com igual inten-

FIGURA 6

EVOLUÇÃO DO P.A.F. NA ÁREA DE EVORA,
CURVA DOS INDICES: 1851\56 A 1901\05



FONTE: TABELA 23

cidade na evolução do produto agrícola já que este alcançou sempre valores absolutos superiores ao do ponto de partida (Tabela 23). ¹⁷¹

¹⁷¹ Sobre a situação agrícola nos primeiros anos da década de 1880 ver Inquérito Agrícola 1887-1888, Documentos Oficiais, Lisboa, I.N., 1888, pp.2-3. Ver ainda Visconde de Coruche, 1885, 3-14; Portugal Agrícola, Vol.II, 1891-2, p. 320; Jaime Reis, 1988, 309-310

2ª Etapa: 1881-5 a 1901-05

As duas últimas décadas do século XIX foram marcadas por um crescimento forte do produto agrícola (1,6% ano), influenciado pelo bom momento produtivo que marcou o final da década de 1880, com o sector a revelar uma expansão clara e generalizada da produção (Tabelas 23 e 24).

A ausência de dados para os anos 1890 limita a análise mas não impede perceber que o final do século voltou a manifestar tendências produtivas contraditórias. No produto vegetal invertem-se os comportamentos da etapa anterior. O colapso da fruticultura (- 8,5% ano) e a forte regressão dos produtos vinícolas na última década de Oitocentos (- 6 % ano) foram compensados pelo acentuado crescimento verificado nas componentes arvense (4,2 % ano) e olivícola (3,6 % ano). A par desta mudança, duas componentes persistiram no crescimento positivo já detectado na fase anterior: o subsector da cortiça\montado de sobre (3,7% ano) e a globalidade do produto pecuário (1,9%). ¹⁷²

Este conjunto de indicações sugere uma agricultura dinâmica, no sentido de ter vivido um processo de ajustamentos sucessivos a circunstâncias exteriores. É esta característica que a seguir procuro esclarecer.

¹⁷² Os números entre parêntese referem-se às taxas de crescimento médio anual entre 1881\5 e 1901-05 das tendências subsectoriais estimadas com base nos dados da Tabela 23

3.2.3. As mudanças na composição do produto agrícola: o seu significado

O crescimento globalmente positivo e sem regressões dramáticas, na medida em que os valores de partida foram sempre ultrapassados, do produto agrícola da Área de Évora na segunda metade de oitocentos século XIX foi acompanhado por mudanças acentuadas na composição como a Tabela 25 e a sequência de gráficos reunidos na Figura 7 evidenciam de um modo claro. Vou fazer uma apreciação a estas mudanças centrando-me em dois tópicos essenciais:

- 1) O comportamento do subsector cerealífero

- 2) "Arboricultura" e diversificação: Fruticultura, culturas arbustivas, montado e pecuária.

TABELA 25

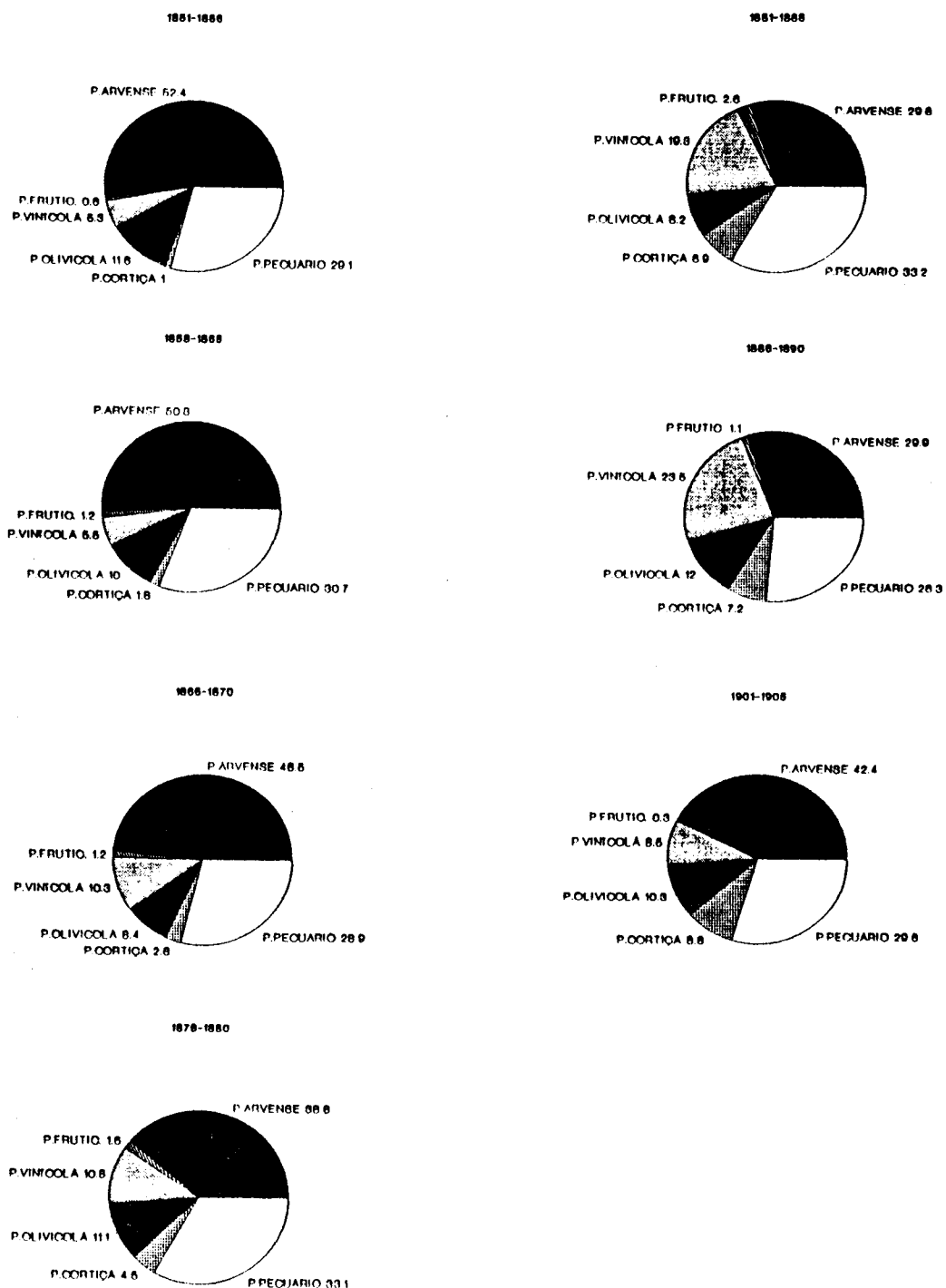
Área de Évora: Composição do Produto Agrícola Final: 1858\65 a 1901\05
Em percentagem

PRODUTOS	1851\56	1858\65	1866\70	1876\80	1881\85	1886\90	1901\05
CEREAIS E PALH.	51,6	50,1	47,9	38,2	29,3	29,4	41,4
LEGUMES E TUB	0,8	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	1,0
FRUTA	0,6	1,2	1,2	1,6	2,6	1,1	0,3
VINHO E DERIV	5,3	5,5	10,3	10,8	19,3	23,5	8,5
AZEITE	11,6	10,0	8,4	11,1	8,2	12,0	10,3
CORTIÇA	1,0	1,8	2,8	4,5	6,9	7,2	8,8
PRODUTO VEGETAL	70,9	69,3	71,1	66,9	66,8	73,7	70,4
CARNE E PELES	20,0	21,6	19,6	24,0	24,3	18,5	21,4
P.LACTEOS	2,8	3,1	3,0	3,2	3,2	3,3	3,3
LA	5,4	4,8	4,2	4,8	3,5	2,9	3,9
MEL E CERA	0,9	1,1	2,1	1,0	2,2	1,6	0,9
PRODUTO PECUARIO	29,1	30,7	28,9	33,1	33,2	26,3	29,6
TOTAL P.A.F.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabela 23

FIGURA 7

PRODUTO AGRICOLA FINAL DA AREA DE EVORA
COMPOSIÇÃO (EM PERCENTAGEM)



FONTE: TABELA 23

1) O comportamento do subsector cerealífero: da "crise" ao "sucesso" do trigo

De componente claramente dominante nas décadas de 1850\60 (50 a 52%), a contribuição da cerealicultura para o Produto Agrícola Final (a preços constantes) da Área de Évora diminuiu progressiva e drasticamente até aos 30% nos anos '1880, para depois, em pouco mais de uma década, recuperar para um nível mais próximo do que tinha em meados de oitocentos (41%) (Tabela 25).

Esta evolução não resultou de um comportamento homogêneo e generalizado a todos os cereais. Nos de penso para gado (cevada e aveia), em conjunto, a produção aumentou de uma forma sustentada ao longo da segunda metade de oitocentos. Entre 1851\56 e o primeiro quinquénio do século XX a área ocupada por estas culturas multiplicou-se por 3,5, a produção bruta triplicou e o peso no produto cerealífero final passou de 17 para 24 % (Anexo II, II, 3 e 4.).

A variação na importância do subsector cerealífero no conjunto do produto agrícola ficou a dever-se apenas às oscilações ocorridas na produção dos cereais panificáveis (trigo, centeio). Nas décadas de 1870-1880, estes cereais viram a sua área de cultura e as produções reduzidas a cerca de metade. Na viragem do século, o trigo recuperou e ultrapassou mesmo em mais de 40% o volume médio de produção que alcançara em meados de Oitocentos enquanto a produção de

centeio manteve-se abaixo da metade. Apesar de não ocupar um lugar de relevo na cerealicultura regional, é de destacar ainda o aumento sensível da produção de milho a partir da década de '1880 (Anexo II, II, 3.1.1.).

Na verdade, na Área de Évora, a "crise cerealífera" iniciada no final da década de 1860 e prolongada até à de 1880 foi no essencial uma "crise do trigo" já que o centeio tinha um peso limitado (10% a 12% do produto cerealífero, 1851-65: Anexo II, II, 3.1.1).

A evolução dos cereais panificáveis, confrontada com a cronologia das políticas reguladoras do mercado de cereais - a livre admissão de cereais entre 1865-1889, seguida da situação de protecção vigoroso que marcou a viragem do século, de que os decretos de 15/7/1889 e 14/7/1899 são traves fundamentais -- , não pode deixar de ser associada a uma reacção dos produtores às circunstâncias do mercado. Como notou Ramon Garrabou, o subsector trigueiro foi o primeiro e o mais afectado pela formação de um mercado mundial de produtos agrícolas mesmo que não se possa concluir que os resultados alcançados numa e noutra situação derivem apenas deste factor. ¹⁷³

Já salientei que, em 1865, quando foi criado o regime de livre admissão de cereais entendia-se que a concorrência

¹⁷³ Cf. Ramon Garrabou, 1985b, 512 e Jean Heffer, 1986b, 265-7, 276 e 285.

iria ou deveria mobilizar os produtores para a intensificação da cultura procurando obter produtividades mais elevadas através da selecção de sementes mais adequadas (incluindo os tipos que tinham mais procura num mercado que passava a ser fortemente pressionado pela indústria moageira, cujos sistemas técnicos preferiam os trigos moles aos rijos), de novas combinações culturais nos afolhamentos para incorporar fertilizantes vegetais e da adopção da tecnologia aperfeiçoada para a mobilização dos solos. Além disso, a produtividade geral do subsector poderia ainda beneficiar com a eventual generalização da nova tecnologia de ceifa e debulha.

Deixando para outro momento uma apreciação mais detalhada da reacção dos lavradores alentejanos, interessa aqui apenas avaliar resultados económicos gerais, nomeadamente saber como evoluiu a produtividade, considerada como o indicador mais objectivo para "apreciar, em 1840 ou em 1914, o nível de desenvolvimento agrícola". ¹⁷⁴

Como se sabe, neste tipo de avaliações, o mais frequente é o recurso ao rendimento unitário por semente ou unidade de superfície como medidas da produtividade da terra. O primeiro tem a grande vantagem de uma informação directa ou indirecta mais abundante, pois foi o critério usado de um modo mais geral. Em anexo apresento os dados

¹⁷⁴ Cf, Pierre Leon, 1982, 379. Ver também Jean Heffer, 1986a, 1273-1302; David Grigg, 1982, 167 ss.

mais relevantes obtidos ou estimados com base em informação da administração pública do Distrito de Évora e, entre eles, destaque naturalmente a série elaborada por Rita de Sousa com base nos mapas oficiais de sementeira e produção do Concelho de Évora (Anexo II, II, 5.1.1.).

Tomando por referência os períodos anteriormente considerados como mais marcantes na evolução da cerealicul-tura alentejana da segunda metade de oitocentos, apuro na Tabela 26 os resultados indicativos da produtividade por semente. Eles sugerem que, depois da quebra geral dos anos 1850\1860 - resultado provável do carácter estritamente extensivo que esteve na base do aumento da produção cereali-fera naquela época ¹⁷⁵ -, verificou-se um aumento lento e talvez contínuo da produtividade (1865-1914), embora com dois ritmos cuja fronteira, mais uma vez, situou-se na última década do século, momento a partir do qual ele se

¹⁷⁵ Em 1858, o Governador Civil de Beja reconhecia que no Distrito que administrava a agricultura "se não tem ganho em aperfeiçoamento, tem crescido muito em extensão". Testemu-nho similar foi o do Governador Civil de Évora em 1856. Cf., Relatório Sobre o Estado da Administração Pública nos Districtos Administrativos do Continente (...) (em 1856 e 1858), Lisboa, I.N. 1857 e 1859

TABELA 26

Cereais: Rendimento Unitário médio no Concelho de Évora

Pu= Produção unitária média In= índice (base 100= média 1850-1870) Va= Variação (%)

Período	EM SEMENTES											
	Trigo			Centeio			Cevada			Aveia		
	Pu	In	Va	Pu	In	Va	Pu	In	Va	Pu	In	Va
1836-1850	6,9	144		7,1	109		8,0	94				
1850-1865	4,8	100	-30	6,5	100	- 8	8,5	100	+ 6	5,2	100	
1865-1890	5,6	117	+17	5,3	82	-18	6,2	73	- 27	6,3	121	+ 21
1890-1900	6,0	125	+ 7	5,9	91	+11	7,5	88	+ 20	7,7	148	+ 22
1900-1914	12,9	269	+115	9,0	138	+52	8,4	98	+ 12	9,4	181	+ 22

Fontes: ver Anexo II, II, 5.1.1.1. B)

tornou realmente significativo.

Esta evolução suscita dois comentários. Em primeiro lugar, significa que no momento em que se desencadeou a regressão da cerealicultura, traduzida basicamente numa forte diminuição da cultura e produção dos cereais panificáveis e numa acentuada quebra do peso da cerealicultura no produto agrícola, a produtividade do subsector começou a recuperar no trigo e a aumentar na aveia para, no final do século e já num contexto expansionista, generalizar-se ao centeio e cevada.

Os estudos sobre a cerealicultura alentejana no século

XIX tem enfatizado o papel dos factores tecnológicos na evolução da produtividade. Basicamente tem sido acentuado que, apesar do Alentejo, como outras regiões do país, ter conhecido, desde meados de oitocentos, um movimento de introdução das alfaias aperfeiçoadas e da nova tecnologia da debulha, o processo foi lento e limitado e terá mesmo registado, nas décadas de 1870-80, uma "tendência para a desmaquinização" das lavouras "numa conjuntura de estabilidade salarial e disponibilidade de mão-de-obra". Só a conjugação de vários factores no final do século (o aumento da escala produtiva das explorações cerealíferas; preços "subsidiados" para alguns factores de produção; preços e mercado garantidos ao produtor de trigo) criou condições estimulantes de uma mais acelerada modernização deste subsector, abrindo caminho à difusão tecnológica e à generalização na aplicação dos adubos químicos. ¹⁷⁶

Aceite-se este ponto de vista e admita-se que os ganhos de produtividade até 1890, fracos e limitados apenas ao trigo e a aveia, dificilmente poderão ser explicados pela intervenção do factor tecnológico. Facto que não surpreende e nem sequer é raro. Os aumentos de produtividade na agricultura não se realizam apenas com base em mudanças técnicas e tecnológicas e introdução de fertilizantes. Alguns autores

¹⁷⁶ Cf. Ana C. Matos (e C. A. Martins e L. Bettencourt), 1982, 72. Ver ainda Miriam Halpern Pereira, 1983, 84-5 e Jaime Reis, 1982, 431-2

sustentam que, mesmo sem aquelas se realizarem, uma melhoria qualitativa dos recursos humanos que lideram e\ou trabalham nas explorações, alterações culturais no uso da terra ou mudanças na escala das explorações e culturas traduziram-se em ganhos de produtividade no sector ou em algumas das suas componentes. ¹⁷⁷

Pelo menos duas das razões acima apontadas podem ser evocadas para a recuperação da produtividade em algumas culturas cerealíferas antes do final do século XIX. A primeira refere-se à melhor liderança das explorações, pois cada vez mais ganha consistência a ideia de, naquela época, a figura do lavrador ilustrado ser mais frequente do que aquilo que se supunha. Por outro lado, a redução da área de cultura dos cereais de sequeiro panificáveis entre 1870-90, permite supôr o melhoramento do potencial das terras reservadas para as principais culturas arvenses, deixando para outros usos as menos aptas, facto que, aliado à concentração na aplicação de alguns recursos produtivos (p.ex. as estrumações, mesmo que em moldes tradicionais) favoreceu

¹⁷⁷ Ver David Grigg, 1982, 174-6; Z. Griliches, 1960, 1411-27; Teresa Carnero e Arbat, 1980, 10-12.

certamente a elevação do rendimento da terra. ¹⁷⁸

Em todo o caso, e este é o segundo e o mais importante aspecto que quero acentuar, os acréscimos verificados na produtividade da terra foram lentos e, mesmo depois da generalização na aplicação dos adubos, insuficientes para reduzir a diferença relativa que, em meados do século XIX, separava o Alentejo (tal como o resto do Mediterrâneo) das outras regiões mundiais produtoras de trigo (Tabela 27). ¹⁷⁹

Atendendo a estes elementos, é incontornável a hipótese de que a transformação do Alentejo no celeiro de Portugal, ambição tão propagada naquela época, nunca se concretizaria em condições de mercado relativamente aberto, mesmo introduzindo factores produtivos poderosos como os adubos químicos e a tecnologia aperfeiçoada. ¹⁸⁰

Ou seja, pôr a região naquela época a produzir trigo em quantidades próximas (aliás raramente alcançadas) das necessidades do país exigia criar condições artificiais marcadas-

¹⁷⁸ Ver "Relatório Acerca do Estabelecimento e resultados das machinas de debulhar no Alentejo" in B.M.O.P.C.L., 1861, 19 sem., pp. 70-88; Inquérito Agrícola 1887-1888. Documentos Officiais, Lisboa, I.N., 1888, pp. 8-9; "Falta de bancos agrícolas" in Agricultura Portuguesa, Vol.III, 1890\91, p. 274. E ainda Ana C. Matos, C. A. Martins e L. Bettencourt, 1982, 48-74 e 89-93 ; Mariano Feio, 1985, 207-8 e 255-62; Mariano Feio, 1988a, 56-8 ; Mariano Feio e J.C. Silveira, 1988b, 86-88.

¹⁷⁹ Uma das razões é "a inferioridade do clima mediterrânico para os cereais". (Mariano Feio, 1991, 117-123). Também em Espanha não ocorreram mudanças importantes nos rendimentos do trigo e nos métodos de cultivo entre 1800 e 1880 (James Simpson, 1987, 274)

¹⁸⁰ Cf. Miriam Halpern Pereira, 1983, 84

TABELA 27

Rendimento médio do trigo na Europa (1850\1910) (kg\ha)
() = índice (base 100=1850)

País\Região	1850	1870\90	1890\1900	1900\14	1908-1913
0. E.U.A.		1000 [1870]	1368		
1. Dinamarca	1200 (100)				3300 (275)
2. Bélgica	1050 (100)				2530 (241)
3. Reino Unido	990 (100)				2120 (214)
4. França	700 (100)				1310 (187)
5. Itália	670 (100)				1050 (157)
6. Roménia	-				1290
7. Hungria	-				1320
8. Espanha	460 (100)		897 (196)	1065 (232)	
8.1.Extremadura	-		566	796	
8.2.Andaluzia Oc.	-		663	886	
8.3.Extr.+ And.Oc.	-		623	869	
9. Grécia	460 (100)				980 (213)
10. Rússia	450 (100)				690 (153)
11. Portugal	646 (100)		800 (123)		
11.1.Alentejo\Évora	432 (100)	430 (100)	507 (118)	829 (193)	1000 (230)
12.2.Alentejo\Beja	-	713	-	-	-

Fontes: David Grigg, 1982, 175; Pierre Leon (dir.), 1982, IV, 379; Teresa Carnero i Arbat, 1980, 11; Santiago Zapata Blanco, 1986, 1565; James Simpson, 1987, 272. Para Portugal: João Andrade Corvo (Relator), 1864, 12 (conv. 1hcl= 76Kg) e Luis Rebello da Silva, "O solo arável e a intensificação do trigo no país" in Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, Vol.XXVI, 1924, p. 328. Para Beja, ver Mariano Feio, 1985, 230. Para Évora: Anexo II, II, 4.2. e 5.1.2. (o resultado obtido para 1890-1900 é próximo dos 411 kg\ha obtidos na exploração da Herdade do Pereiro em 1899; cf. Mariano Feio e J.C. Silveira, 1988b, 87). Ver ainda "Estatística Agrícola do concelho de Ferreira (do Alentejo)" in R.D.G.A., 29 ano (1890), nº 12, p. 1381.

mente favoráveis para os produtores. Por isso na altura havia quem pensasse, recuperando assim teses antigas, que a prossecução de tão nobre e nacional objectivo obedecia mais a razões de ordem política e estratégica derivadas de condicionamentos internacionais do que a "princípios de boa

economia política". Também é verdade que, no início da década de 1890, alguns dados técnicos (as recentes experiências com a aplicação dos abubos iniciadas por lavradores alentejanos e extremenhos em meados de 1880), fizeram recuperar a convicção de que a região alentejana era "mais dada à cultura cerealífera" (e à cortiça) do que a qualquer outra e os mais optimistas acreditavam que as reformas agrícolas em curso estavam a criar condições "para que todas as charnecas do Alentejo possam cobrir-se com as mais belas searas". ¹⁸¹

Contudo, duas décadas depois de vigorarem as primeiras "leis proteccionistas" do final do século, o balanço realizado ficava àquem das expectativas. Mário Vieira de Sá, um agrónomo defensor do sistema, numa monografia dedicada à

¹⁸¹ Cf. "A nova lei dos cereais" in A Agricultura Portuguesa, Vol.III, 1890-1, p. 223-5. Nos finais do século XIX, no debate que se produziu em torno da questão do trigo recuperou-se, por razões ligadas à questão das contas externas, a componente política dos interesses nacionais face ao exterior, retomando-se assim alguns argumentos que até meados de oitocentos e compreensivelmente foram esgrimidos em favor do proteccionismo. Contudo, o argumento mais exibido na viragem do século em defesa da protecção cerealífera era técnico: a aptidão dos solos corrigida pelos fertilizantes químicos. Sobre aquelas teses ver: "Carta M.Clennel sobre a Educação própria para um Agricultor" e "Reflexões sobre a carta antecedente e a respeito da agricultura e Portugal" in O Investigador Portuguez em Inglaterra, Vol.1, 1811, pp. 80-95; "Observações (...) sobre a nossa Economia Política, particularmente relativa à nossa agricultura" in O Investigador Portuguez em Inglaterra, Vol.8, 1813-14, pp. 637-46 e Vol.9, 1814, pp. 58-72, 220-229 e 432-449; J.M.Albuquerque, Ultimo brado para salvar da sua total ruina a Cultura dos Cereais em Portugal ameaçada pela franquia à sua entrada no Porto de Lisboa oferecido à consideração dos nossos lavradores, Lisboa, 1860; "A subenfiteuse e a remissão dos foros" e "Actas das Sessões da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa" in Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892-3, pp. 71, 104 e 349; D. Luis de Castro, "A produção e a cultura do trigo em Portugal (Conferência na RACAP em 26 de Abril de 1893)" in Portugal Agrícola, Vol.V, 1893-4, p. 189; Sertório do Monte Pereira, "Composição das principais colheitas portuguesas" in Portugal Agrícola, Vol.VI, 1894-5, pp. 339-342; Luis Rebello da Silva, "Estudos sobre a cultura do trigo em Portugal" in Portugal Agrícola, Vol.VII, 1895-6, p. 108; B.C. Cincinnato da Costa, 1900b, XLIV

região, reconhecia os limites do sucesso relativo da expansão cerealífera alentejana ao exclamar: " que seria da cultura cerealífera em Portugal se de momento o proteccionismo deixasse de existir !". Outro analista, também favorável a um sistema protector, como factor de estímulo, era ainda mais claro: " decorreram já dez annos sobre a sua promulgação (lei de 1899) e, se á sombra de tal medida se conseguem o alargamento das terras dedicadas a pão, nem essa extensividade de cultura é durável com os processos culturais usados, nem se obteve em geral, por aprimorada técnica, produção mais intensiva, nem como consequência maior barateza do produto". ¹⁸²

Seja como fôr, no início do século XX a cerealicultura voltou a mobilizar e a assumir um papel de grande relevo na economia agrícola da Área de Évora e provavelmente de toda a região e, num plano geral, o trigo reforçou a sua posição como cultura principal entre os cereais panificáveis e no conjunto do subsector. Neste sentido, é indiscutível um acentuar da especialização regional. Resta ainda saber se outras alternativas teriam sido possíveis. ¹⁸³

¹⁸² Cf. Mário Vieira de Sá, 1911, 112 e Joaquim Rasteiro, "Cultura cerealífera" in Portugal Agrícola, Vol. XX, 1909, p. 56

¹⁸³ Em 1858\65 dos 1.911.000 hcl de cereais e 1.365.000 hcl de cereais panificáveis produzidos em média pela região, 1.083.000 hcl eram de trigo; em 1901\05, a produção média de cereais subiu para 3.330.000 hcl, com 2.262.000 hcl de cereais panificáveis e 2.008.000 hcl de trigo (Cf. Anexo II, I, 1.2.1 e 2)

2) "Arboricultura" e diversificação: fruticultura, culturas arbustivas, montados e pecuária.

Embora reconhecida a relevância da vinha, do olival ou dos montados (azinho, sobro e castanheiros), são também muitas as incertezas sobre o peso efectivo do produto destas plantações e arvoredos na economia agrícola tradicional do Alentejo. Não sendo matéria que possa aqui discutir-se, as informações disponíveis para o final do Antigo Regime permitem sustentar pelo menos duas hipóteses: a) A importância destas culturas e das actividades que lhe podiam estar associadas era espacialmente desigual b) A generalidade dos produtos proporcionados entravam essencialmente no consumo e mercados local e regional; no comércio inter-regional tinha relevo a pecuária e o azeite; a exploração da cortiça adquiriu maior expressão a partir do final do século XVIII, pelo menos no litoral alentejano. ¹⁸⁴

Nos anos '1840, o interesse por este ramo agrícola acentuou-se ao mesmo tempo que intensificavam as críticas aos arroteamentos e exploração de carvão que estavam a produzir um forte desbaste no arvoredo regional. José Maria Grande, no seu Guia e Manual do Cultivador (2 Vols, Lisboa, 1849), influenciado em grande medida pela cultura agronómica europeia, dedicou particular atenção à "arboricultura",

¹⁸⁴ Além de Albert Silbert, 1978, II, 401-441, 545-617, 684-703, 728-31.

integrando nesta categoria a cultura das árvores (pomicultura e silvicultura) e dos arbustos (vinha e oliveira), vista como "um dos maiores recursos da agricultura da Europa meridional". Este influente agrónomo, professor e lavrador, sustentava que nenhum país da Europa reunia como Portugal "tantas e tão vantajosas condições agronómicas" para aquelas culturas e por isso aconselhava "vivamente" os lavradores a promoverem a sua expansão. Um convite que foi "particularmente dirigido aos nossos agricultores das províncias do Sul" na convicção que dela tirariam largos "benefícios materiais", além, naturalmente, dos "grandes e íntimos gozos morais". ¹⁸⁵

Este e outros apelos no sentido de uma mais diversificada oferta de produtos agrícolas tinham já então encontrado algum eco no Alentejo. Assim como na cerealicultura se procurou desenvolver a cultura do arroz, também aumentou o interesse pela plantação e exploração de citrinos, vinha, olival e montados (cortiça e bolota). Culturas que tiveram algum sucesso enquanto outras fracassaram: foi o que aconteceu com a tentativa de difusão da cultura da amoreira, associada à produção do sirgo. Os relatórios e documentação administrativa das décadas de 1850 e 1860 deixaram indica-

¹⁸⁵ Cf. José Maria Grande, 1849, II, 133-8. Ver ainda Alexandre Herculano, "Breves Reflexões sobre alguns pontos da Economia Agrícola" in Revista Universal Lisbonense, 2ª Série, Tomo I, 1848\9, p. 229-231; J.M. d'Albuquerque, "Roteamentos" in Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, 1856, nº 5, 144-6; J.M. d'Albuquerque, "Matas, Selvas e Vergeis" in Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, 1856, nº 6, 174-9.

ções várias sobre estas iniciativas. ¹⁸⁶

Condições internas e externas favoráveis permitiram mesmo à tal "arboricultura" protagonizar as mais profundas mudanças que se verificaram na economia agrícola alentejana da segunda metade do século XIX, particularmente quando, entre à década de 1860 e 1880, as culturas do trigo e centeio entraram em clara regressão. A dimensão na mudança verificada na composição do produto agrícola da Área de Évora, ilustra talvez somente um dos caminhos seguidos, mas nem por isso deixa de ser expressiva.

A Fruticultura

Na fruticultura, o relevo vai para a produção dos citrinos, uma cultura em expansão no sul do país desde meados do século XIX, estimulada pelo mercado inglês. Ela ganhou uma dimensão crescente até aos anos 1880, duplicando o seu contributo para o Produto Agrícola da Área. Problemas fitossanitários nos pomares, alguma concorrência interna (Estremadura) e a forte competitividade da oferta cada vez mais volumosa da Europa do Sul e particularmente da Sicília e das regiões meridionais de Espanha estiveram na base do

¹⁸⁶ Cf. Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Districtos Administrativos do Continente do reino e Ilhas Adjacentes (...) (de 1856 a 1865), Lisboa, I.N., 1857 a 1866 (ver Relatórios dos Governos Cívicos de Beja, Évora, Portalegre e Lisboa). Sobre a fracassada tentativa de difusão da cultura da amoreira promovida pelo governo desde o início da década de 1840 ver A.D.E.:N.G.C.: Mçs 53, 299, 346, 497

colapso e desinteresse claro por estes produtos no final de oitocentos (Anexo II, II, 1.1). ¹⁸⁷

A viticultura

Nas culturas arbustivas, o destaque vai indiscutivelmente para a viticultura cuja expansão na segunda metade de oitocentos provocou uma das alterações mais impressionantes no produto agrícola da Área de Évora.

Ao analisar a situação deste subsector no final do Antigo Regime, Albert Silbert, pôs em evidência o "subdesenvolvimento" vitícola do Alentejo que atribuiu ao desinteresse dos grandes proprietários e lavradores por uma viticultura comercial. Contudo não deixou de destacar que "la viticulture n'était pas une activité négligeable" e apesar da extensão limitada, ocupava mesmo um lugar com algum relevo. Através de um inventário qualitativo mostrou que ela encontrava-se um pouco por toda a parte, existindo mesmo

¹⁸⁷ Cf. J.S. Pinto Barroso, "Laranjeiras" in Jornal de Horticultura Prática, Vol. I, 1870, nº4, 56-9; Paulo de Morais, "A venda dos nossos produtos agrícolas em Inglaterra" in A Agricultura Portuguesa, Vol.II, 1889-90, pp. 233-235; Paulo de Morais, "A cultura fructifera sob o ponto de vista da grande produção" in A Agricultura Portuguesa, Vol.III, 1890-91, pp. 114-7; "O Mal dos laranjais", in Portugal Agrícola, Vol.VIII, 1896\97, pp. 56-7; R.Larcher Marçal, "Os laranjais em Portugal" in Portugal Agrícola, Vol. XXII, 1911, pp. 268-270; Cincinnato da Costa e D. Luis da Castro, 1900a, pp. 615-621; D. Luis de Castro, "Aspectos económicos do projecto vinicola" in Revista Agronómica, Vol.V, 1907, nº 4, p. 102. Ver ainda Maurice Aymard e Giuseppe Giarrizzo (dir), 1987, 12-3 e Santiago Zapata Blanco, 1986, I, 315-18

alguns centros exportadores como Borba, Vila de Frades, Cuba, Sines e Portalegre. Considerando indicadores como o progresso do consumo popular de vinho e aguardente, a abundância de vinho de má qualidade e o fabrico crescente de aguardente, o autor sustentou ainda que "au cours du XVIIIe siècle la culture de la vigne s'est sérieusement développée dans l'Alentejo". ¹⁸⁸

é difícil avaliar o peso económico real do subsector naquela época mas o mais provável é que fosse pequeno na região e muito limitado no quadro nacional. Situação que não se alterou até meados do século XIX, pois no "vazio vinícola do sul do país", apenas se distinguiam alguns pequenos centros como a Vidigueira (Beja), Borba (Évora) e Lagoa (Algarve) e a produção vinícola do Alentejo limitava-se a cerca de 2% da produção nacional (Tabela 28). ¹⁸⁹

Se a expressão nacional da viticultura alentejana era insignificante, o impacto do *oidium tuckeri* entre 1852-1858 nas principais zonas vinhateiras, destroçando "a maior parte dos vinhedos nacionais", deve ter constituído o primeiro estímulo para esta cultura assumir maior dimensão regional

¹⁸⁸ Cf. Albert Silbert, 1978, II, 562-590

¹⁸⁹ Cf. J. David Justino, 1986, I, 50-3 e II, 482-6. Sobre a produção vinícola alentejana 1848/52 (Região Histórica do Alentejo) ver Parte 1, Anexo II, 1, 2.2. Segundo uma estimativa de Conceição Andrade Martins, na década de 1840, o sul (Distritos Alentejanos + Algarve) garantia apenas 2,45% da produção vinícola nacional (dados gentilmente facultados pela autora).

TABELA 28

Distribuição Regional da Produção de Vinho e Azeite em Portugal
(em percentagem)

Regiões (1)	VINHO				AZEITE		
	1848\9	1880\84	1901\03	1917\20	1848\52	1896\97	1917\20
NORTE	67	46	51	54	25	31	26
Norte Litoral	40	18	34	30	8	12	11
Norte Interior	27	28	17	24	17	19	15
SUL	33	54	49	46	75	69	74
Sul Litoral	28	45	47	43	35	30	32
Sul Interior	5	9	2	3	40	39	42
ALENTEJO	2	5	1,5	2	31	28	32
CONTINENTE	100	100	100	100	100	100	100

(1) Adoptei o critério de J. David Justino, 1986, II, 784 [Sul Interior= Alentejo (Distritos de Beja, Évora e Portalegre) + Castelo Branco]

Fontes: J.D. Justino, 1986, II, 975; Cincinnato da Costa (e D. Luis de Castro), 1900, 565; Anuário Estatístico de Portugal de 1917 e 1921; parte dos dados sobre a produção vinícola foram cedidos por Conceição Andrade Martins.

passando a assegurar 3,5 a 4% da produção do país. ¹⁹⁰

Este incremento é, por exemplo, reconhecido em 1865 pelo Governo Civil de Évora:

" A produção média tirada dos 5 anos anteriores a 1850 isto é antes da invasão do oidium foi de 5981 pipas d'onde resulta que apesar da molestia que tem acometido as nossas

¹⁹⁰ Cf. J. David Justino, 1986, II, 682-4 e 971. Sobre o impacto do oidium no Alentejo ver p.ex.: "Relatório da Sociedade Agrícola de Portalegre de 25 de Abril de 1856" in Boletim do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1856, 1º Semestre, pp. 216-7.

vinhas esta indústria tem tido grande augmento n'este Districto visto que a produção actual [média anual de 1861 a 1865= 6474 pipas e 18 almudes ou 30725 hectolitros] excede aquella em 500 pipas proxivamente, principalmente nos concelhos de Borba, Évora, Montemor, Portel e Redondo". ¹⁹¹

Por isso não surpreende, neste período, o peso já relevante do produto vinícola na Area de Évora (Figura 7) e em toda a região (Figura 5), embora nele se incluísse também o fabrico de aguardente e vinagre com base no mel, frutos (medronho, ameixas) e plantas (abrótea) silvestres, um recurso frequente em Évora e Montemor-o-Novo, mas particularmente explorado em Portel, onde movimentava anualmente qualquer coisa como 17 a 20 mil alqueires só de medronho recolhido na serra. ¹⁹²

Contudo, é nos vinte e cinco anos seguintes, num momento em que a geografia vinícola conhece uma mudança profunda no país (Tabela 28), que a viticultura adquiriu uma grande dimensão económica na Area de Évora. Testemunhos da época confirmam "a febre de plantação de vinhas" que então se viveu, especialmente "desde 1871". Um negócio "fartamente remunerador" que aliciou ricos e pobres, grandes e pequenos

¹⁹¹ Cf. A.D.E.:N.G.C.:Mç 999: "Esclarecimentos estatísticos relativos à indústria vinícola d'este Distrito [de Évora]".

¹⁹² Sobre a utilização do mel, frutos e plantas silvestres no fabrico de aguardente e vinagre ver por exemplo A.D.E.:N.G.C.: Mçs 95, 143, 410

proprietários e agricultores e outra gente ligada a terra. Alguns concelhos, como o de Reguengos, ficaram, passe o exagero, "quasi exclusivamente plantados de vinhedos". ¹⁹³

Um alargamento acentuado na área de plantação e pelo menos alguns ganhos de produtividade com o aumento do rendimento por hectare, possibilitado pela introdução de cepas mais produtivas, permitiram que o produto vinícola crescesse contínua e rapidamente e em duas décadas e meia (1865-90) multiplicasse por sete, alcançando, no quinquénio de 1886-90, uma grande dimensão na economia agrícola daquela Área ao assegurar uma quota de 24% do produto agrícola, a terceira depois dos cereais e do conjunto da pecuária (Figura 7). ¹⁹⁴

Parecia assim poder cumprir-se uma das alternativas ao cereal deliniadas nos anos 1860 para a região por alguns agrónomos. Sustentara então Ferreira Lapa que, se o Alentejo não tinha a melhor aptidão para cereais e lacticínios, dispunha do " mais vasto terreno para uma enormíssima viti-

¹⁹³ Cf. A.F.Barata, 1893, 43-4 e 55-8

¹⁹⁴ Para a expansão real da área de plantação os dados são escassos mas expressivos (Anexo II, II, 4.1.2). Sobre os acréscimos nos rendimentos unitários os dados são poucos e inconclusivos. Muitas das estimativas oficiais eram feitas tomando como base de cálculo a área plantada e não a produtiva e não foi possível apurar quando se utilizou um e outro dos critérios. Seguro é, por exemplo, o claro aumento do rendimento por hectare no concelho de Reguengos: em 1877, a produção unitária era de 1239 litros\ha (base= área de plantação) ou 1575 litros\ha (base= área produtiva); em 1882\3, a produção unitária foi de 1727 l\ha (base: área de plantação) e em 1885\88 foi de 1978 l\ha (base: área de plantação) (Nota: os dados de 1882\3 e 1885\88 foram obtidos a partir da produção concelhia e do quadro em Anexo II, II, 4.1.2.. Em 1893, um cálculo nacional realizado pela Comissão de Estatística Vitícola e Vinícola, atribuiu ao Distrito de Évora uma produção unitária de 1650 litros\ha. Cf.: A.D.E.: N.6.C.: Mç 11; B.C. Cincinnato da Costa, 1900b, LXXXII

cultura " além, naturalmente, das montados (cortiça e suínos) e da criação de ovinos. ¹⁹⁵

Na verdade, a partir da década de 1870 a viticultura alentejana viveu um bom momento. O norte do país como a maior parte das zonas produtoras da Europa enfrentavam o problema do filoxera. No Alentejo, os vinhedos atingiam uma produção média próxima de 140 mil hectolitros (1880\5), uma quota de 5% da produção nacional, e tinham um mercado onde os produtores consideravam encontrar uma "remuneração bastante farta". ¹⁹⁶

Num tempo de crise de mercado para o trigo, muita gente no Alentejo, como noutros pontos do sul do país, convenceu -se que "só poderia viver desafogado quem tivesse uma boa adega para vender aos franceses (...)". E as zonas vinhateiras da região evidenciavam realmente um clima de clara prosperidade. Por exemplo, em Évora, além de novos palacetes, edificou-se o Teatro Garcia de Resende - o mais espectacular e dispendioso edifício urbano de uso público construído nesta cidade no século XIX -, e a antiga aldeia de Reguengos, uma povoação sem "história", tornou-se numa das vilas "mais prósperas" do Distrito de Évora, conheceu um

¹⁹⁵ Cf. João Inácio Ferreira Lapa, 1874, I, 172 e 557, e II, 90-1, 113-sgts e 151.

¹⁹⁶ Cf. Ana C.Matos (e C.A.Martins e L.Bettencourt), 1982, 289. Para a produção regional de vinho ver Anexo II, I, 2.2.. Sobre a procura dos vinhos comuns portugueses na década de 1880 ver B.C. Cincinnato da Costa, 1900b, XXIII-IV e Conceição Andrade Martins, 1990, 350. Sobre a expansão vinícola do Alentejo neste período ver também Miriam Halpern Pereira, 1983, 145

"desenvolvimento material espantoso" e foi dotada com equipamento urbano básico (paços do concelho, correios, conservatória, hospital, asilo) e sobretudo de edifícios particulares "notáveis" que a tornaram aos olhos de contemporâneos a "Aldeia dos Palácios". ¹⁹⁷

Esta euforia, em grande parte proporcionada pela procura do "vinho de lote", atingiu o seu ponto máximo nos anos '1880. No início do século XX a quantidade média de vinho produzida por toda a região já tinha caído 39% (85 mil hectolitros), e a quota no produto vinícola nacional reduzido para 1,5% (Tabela 28). E na Area de Évora, a sua principal zona vinhateira (cerca de 30% da produção regional no final dos anos 1880), o recuo foi ainda mais severo, muito próximo dos 60% (Anexo II, II, 1.1.).

Atendendo à concordância de testemunhos qualificados, deve admitir-se que, entre 1890 e 1905, a área ocupada pela vinha diminuiu bastante no Alentejo. Na altura deu-se relevo ao efeito devastador de várias epifitias que grassaram pelos vinhedos da região. A chegada do filoxera às vinhas alentejanas foi relativamente tardia (1886-1889) e dados da época indicam que em algumas zonas afectadas, como Ferreira

¹⁹⁷ Cf. Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, p. 206; António Francisco Barata, 1893, 49-64. Ver ainda: António Francisco Barata (psd. Bruno da Silva), Eshços Biográficos dos Excelentíssimos esposos Francisco Eduardo de Barahona Fragozo e D. Ignácia Angélica Fernandes de Barahona dados ao Município de Évora do Theatro garcia de Resende, Lisboa, 1891; Diário do Alentejo, 1892, nº 1685; "A crise económica e a lavoura nacional" in Portugal Agrícola, Vol.III, 1891-2, Lisboa, p. 320; "Crise Vinícola" in A Agricultura Portuguesa, Vol.I, 1888\89, p. 201

do Alentejo, onde se desenvolvera uma viticultura com base em pequenas explorações especializadas, os efeitos económicos e sociais foram expressivos devido ao atraso na detecção, à falta de meios para combater a doença e à grande lentidão com que se processou a replantação de videiras americanas. ¹⁹⁸

Avaliações actuais consideram que, em termos regionais, o impacto directo do filoxera foi pouco significativo porque o vinhedo era recente, algum já fora constituído com cepas americanas resistentes e os meios de combate no momento da chegada da doença já estavam mais experimentados e divulgados. Em todo o caso, devem ainda considerar-se as quebras de produção provocadas pela mais frequente e generalizada manifestação de outras doenças nas vinhas como os fungos parasitários (oídium e mildio), a bactericida carbunculosa (antracnose) e a gomose ou lágrima, facto que alguns agrónomos puseram na época em relevo e associaram ao aumento

¹⁹⁸ Cf. "A invasão phylloxerica no Alentejo" in A Agricultura Portuguesa, Vol.I, 1888-89, pp. 183-4; "Ecos do Campo", "A Invasão phylloxerica no Alentejo", "A invasão phylloxerica no Baixo Alentejo" in A Agricultura Portuguesa, Vol.II, 1889/90, p. 13, 188-9, 211-12; Sertório do Monte Pereira, "As explorações vitícolas no Alentejo" in Portugal Agrícola, Vol.VI, 1894-5, pp. 241-3. Ver também preâmbulos aos decretos de 30 de Setembro de 1892 que criaram a Comissão Promotora do Comércio de Vinhos e determinaram medidas de combate às vinhas filoxeradas (Diário de Governo, 1892, nº 225)

significativo do arvoredado (montados) na região. ¹⁹⁹

Relativizados os efeitos das epifitias sobre o volume da produção, a explicação para a dimensão da quebra produtiva registada no final do século deve ser associada ao desinteresse ou abandono da cultura devido aos problemas de mercado com que a vinicultura alentejana teve de confrontar-se a partir de finais dos anos 1880.

Em primeiro lugar devo recordar alguns aspectos básicos que caracterizaram as condições gerais da produção e comércio de vinhos neste período: a expansão da vinha no norte de Africa (Argélia, colónia francesa) e a recuperação geral dos vinhedos na Europa meridional que aumentaram substancialmente a oferta mundial de produtos vinícolas; a expansão na produção dos chamados alcoois químicos ou artificiais que reduziu a procura do vinho para queimar; as barreiras alfandegárias criadas e os tratados comerciais que beneficiaram países concorrentes em mercados circunstancialmente favoráveis para Portugal; a agressividade comercial de países como a França, a Espanha e Itália, que além de disporem de amplos mercados internos (que procuraram proteger) disputaram externamente os principais e mais vantajosos mercados

¹⁹⁹ Cf. Conceição A. Martins, 1991, 679. Além de alguns dos textos indicados na nota anterior ver: "Situação Vinícola de Portugal" e "Fomento Vinícola" in Portugal Agrícola, Vol. XI, 1899-1900, pp. 169-278 e 285-303; Rodrigues Chicó, "A crise vinícola" in Portugal Agrícola, Vol. XIV, 1902-3, pp. 140-3; Rodrigues Chicó, "Mildio e Oídio" in Portugal Agrícola, Vol. XVI, 1905, pp. 249-251; "Relatório Geral do Anno de 1889 pelo agrónomo chefe da 6ª Região Agrónómica" in R.D.G.A., 49 Ano, 1892, nº 4, pp. 423 ss; "Monografia do Concelho de Évora" in R.D.G.A., 79 Ano, 1895, nº3, pp. 215-16.

consumidores (a Europa do "Norte" e, menos importante, a América Latina); o padrão na procura de vinho corrente de consumo directo em algumas das principais praças europeias (Alemanha, Rússia) favoráveis aos vinhos "tipo claretes de Bordeus". 200

Enquanto os produtores portugueses erguiam a voz para denunciar a lentidão com que o governo respondia aos aspectos políticos do problema (a questão dos tratados comerciais, dos alcoois, etc.), a nova configuração do mercado internacional de produtos vinícolas teve repercussões sérias num país como Portugal onde estes produtos ocupavam uma posição dominante nas exportações (Tabela 11, col.IV). Praticamente fechadas as portas aos vinhos de lote, no exterior o país só podia tentar disputar os mercados dos vinhos generosos e dos vinhos para consumo directo. A situação geral foi aliás bem diagnosticada pelo Ministro Elvino de Brito em 1900: 201

200 Sobre a situação vitícola e vinícola europeia ver por exemplo: Teresa Carnero i Arbat, 1980, 31-102 e 1985, 293-300; Antonio Miguel Bernal (e Michel Drain), 1985b, 422-5; Pierre Leon (dir), 1982, 386-391; R.Fech e O-Marcant, 1981, 591-613; David B.Grigg, 1978, 140-144; "O vinho em França" in A agricultura Portuguesa, Vol.III, 1890\91, p. 169. No Portugal Agrícola, publicou-se periodicamente estatísticas mundiais sobre a produção vinícola (ver por exemplo Vol.II, 1890\91, pp. 194 ou Vol.XVIII, 1907, pp. 343-349).

201 Cf. a Proposta de lei sobre o fomento vinícola apresentada ao Parlamento em Abril de 1900 pelo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Industria ("Fomento Vinícola" in Portugal Agrícola, vol.XI, 1899\1900, p. 298 e sgts). Ver também "Vinhos Portugueses na Alemanha" in A agricultura Portuguesa, Vol.III, 1890\91, p 187; "Congresso Vinícola Nacional. Ao Paiz.", "Situação Vinícola de Portugal" e "Relatórios Apresentados ao Congresso Vinícola" in Portugal Agrícola, Vol. XI, 1899-1900, pp. 145-7 e 167-264.

a) A produção vinícola nacional estava a crescer mercê da multiplicação das plantações, da reconstituição dos vinhedos filoxerados, da emergência de novas regiões vitícolas, do aperfeiçoamento dos processos culturais e do aumento crescente da produção por hectare.

b) Enquanto os países grande produtores de vinhos comuns de consumo directo como a França contavam essencialmente com um largo mercado interno (apenas exportavam cerca de 10% dos produtos vinícolas), o mercado nacional era limitado e "tem diminuído de importância" e, por isso, o país vinícola, com o produto a crescer, tinha de continuar muito dependente da exportação (na década de 1860 exportava-se em média cerca de 15% da produção, na década de 1880 a quota foi de 23% e na seguinte foi de cerca de 20% da produção nacional). ²⁰²

c) " Exportamos hoje, quasi exclusivamente vinhos generosos, Porto e Madeira, e vinhos comuns, brancos e tintos, de consumo directo. Os vinhos de lote, que constituem talvez, a nossa mais importante massa vinaria, foram os que se exportaram para França no período de 1885 a 1889, chegando a nossa exportação de vinhos comuns a atingir n'essa época a enorme quantidade de 1.537.755 litros. Reconstituídos em parte os vinhedos franceses, tendo aparecido n'esse mercado, por preço baixo os vinhos espanhóis e argelinos, e havendo

²⁰² Cf. "Fomento Vinícola" in Portugal Agrícola, Vol. XI, 1899\1900, p. 298.

Quotas estimadas com base nos dados da exportação divulgados por Cincinnato da Costa (e D.Luis de Castro), 1900a, 413-4 e Miriam Halpern Pereira, 1983, 219; e da produção (corrigidos) mais uma vez cedidos por Conceição Andrade Martins. Ver ainda James Simpson, 1985, 168

aumentado muito o preço dos nossos vinhos pela invasão phylloxera, diminuiu extraordinariamente, para França, a nossa exportação, que se pode considerar nula desde que alli é imposta (desde 1892) aos productos portuguezes a pauta máxima, por não termos convenção commercial com esse paiz".

203

Estas foram as circunstâncias gerais em que teve de mover-se toda a viticultura portuguesa e elas foram particularmente desfavoráveis para a do centro e sul do país. Na viragem do século, sindicatos agrícolas como o de Évora e Reguengos confirmavam a "crise de abundância" ou a "falta de exportação do excesso de produção dos nossos vinhos". Mas, em rigor, a crise de mercado que affectou a componente alentejana não ficou a dever-se apenas aos factores de ordem externa acima enunciados. Tenho até dúvidas que mesmo sem aquelas alterações ela tivesse atravessado o fim do século sem conhecer sérias dificuldades de escoamento. Apesar de tudo, os antigos mercados da América Latina e os novos que se procurou ganhar na Africa colonial e na Asia, embora limitados, não eram tão exigentes como os mercados europeus e para lá se dirigiu muito do vinho de consumo directo português cuja exportação, como a dos vinhos generosos,

203 Cf. "Fomento Vinícola" in Portugal Agrícola, Vol. XI, 1899\1900, p. 298 ss

mostrou mesmo sinais de recuperação a partir de 1894-5. ²⁰⁴

Do meu ponto de vista a "crise vinícola alentejana" foi em grande parte uma crise de mercado resultante da fraca capacidade de concorrência com os produtos similares de outras regiões do país na disputa tanto do mercado interno (Lisboa) como externo. Ela deve ser associada a um efeito a médio prazo, talvez inevitável, do modo como ocorreu a difusão do filoxera no país.

Na verdade até à década de 1880 a viticultura alentejana cresceu estimulada por um tipo de procura externa (vinho de lote) e à sombra do colapso produtivo provocado pelo filoxera que afectou severamente outras zonas vinhateiras do país produtoras de vinhos potencialmente concorrentes com os vinhos alentejanos. Estas duas circunstâncias permitiram que até ao final daquela década, o Alentejo vendesse com facilidade a diversidade de vinhos (de elevada graduação) que eram produzidos em crescendo tanto por pequenos viticultores especializados como por grandes lavradores que integraram ou alargaram a cultura da vinha nas suas explorações agrícolas.

A recuperação da viticultura nas regiões concorrentes com o Alentejo não significou a reposição da situação ante-

²⁰⁴ Cf. Sindicato Agrícola de Évora. Relatório da Direcção (...). Gerência de 1889, 1899, p. 10; Sindicato Agrícola de Reguengos. Relatório da Direcção (...). Gerência de 1901, Évora, 1902, p.9. Ver também "Os nossos mercados vinícolas" in A Agricultura Portuguesa, Vol.11, 1889\90, pp. 114-6; "Os vinhos portugueses no Oriente" in Portugal Agrícola, Vol.X, 1898\99, pp. 20-21; Miriam Halpern Pereira, 1983, 217-232 e Conceição Andrade Martins, 1990, 236-9 e 346-368. Ver ainda doc. indicado na nota anterior.

rior à da entrada da filoxera mas foi acompanhada por mudanças significativas. Tal como aconteceu noutras zonas filoxeradas da Europa do Sul, os grandes viticultores reforçaram a sua posição e constituíram explorações vitícolas de grande escala, algumas delas consideradas como "gigantescas plantações", como a de José Maria dos Santos em Poceirão, com cerca de 2.500 hectares, uma superfície similiar a metade da extensão ocupada pela vinha em toda a Area de Évora em 1888, e uma produção de 15.000 pipas em 1899 (cerca de 75-80 mil hectolitros), portanto superior à produção média daquela zona no anos '1880. Vinhas novas, com plantações melhor planeadas, com cepas americanas selecionadas, que recebiam os tratamentos adequados (que eram caros); tudo isto aumentou os custos de produção mas os vinhedos eram também mais produtivos. Os grandes viticultores melhoraram ainda os processos de vinificação e tinham outra vantagem considerável: estavam mais próximos do grande mercado de consumo e principal porto de saída do sul (Lisboa). 205

Os dados disponíveis mostram, por exemplo, que a nova viticultura da Estremadura e Ribatejo, tirando benefício de um clima menos seco no verão, era mais competitiva obtendo um rendimento por hectare e um preço ao produtor superiores

205 Cf. B.C. Cincinnato da Costa, 1900b, XLII-XLIV. Ver Também "Vinho" e "Alfaias Agrícolas" in Portugal Agrícola, Vol. X, 1898\99, pp. 1-2 e 65-66; Américo da Silva, "Lavoura a vapor" e "A situação vinícola de Portugal" in Portugal Agrícola, Vol. XI, 1899\1900, pp. 101-106 e 169-170; "Estado da Agricultura Portuguesa. Males e Remédios. 2ª Parte" in Portugal Agrícola, Vol. XXI, 1910, p.164; Pierre Leon (dir), 1982, 388.

ao dos vinhos alentejanos. É por isso perfeitamente admissível que na distribuição interna como na exportação de vinhos correntes de consumo directo, o único ao seu alcance nos anos 1890, o Alentejo tenha participado de forma muito limitada. É aliás conhecido como alguns viticultores da região tentavam ganhar mercado recorrendo à incorporação de água para baixar a graduação do vinho dos níveis de 13-14º para 10-11º. ²⁰⁶

Este contexto e as novas condições internas favoráveis aos cereais traduziram-se afinal no recuo do tipo de viticultura que na Area de Évora e em todo o Alentejo esteve na base da expansão realizada nas décadas anteriores. Isto afectou principalmente os pequenos cultivadores especializados. ²⁰⁷

Mas, como já então recordava Alfredo Le Cocq, vivia-se uma época paradoxal porque a "crise" convivia com o "progresso". É que vale a pena lembrar que já no final do século, "em matéria vinícola o Alentejo acha-se (...) em completa fase de transformação e é de supôr que dentro de muito

²⁰⁶ Para o esclarecimento desta questão é ainda fundamental conhecer os interesses organizados e contraditórios que estiveram na base das tentativas fracassadas de criar uma Companhia Vinícola do Sul, assunto a que revistas como o Portugal Agrícola deram grande relevo. Cf. "Conclusões definitivas votadas em sessão plenária do Congresso Vitícola nacional" in Portugal Agrícola, Vol. VI, 1894\95, pp. 234c-234J; "Vinho" e "Alfaias Agrícolas" in Portugal Agrícola, Vol. X, 1898\99, pp. 1-2 e 65-66; "Algumas das principais falsificações de vinho praticadoas ao abrigo da lei" in Revista Agronómica, Publicação da Sociedade de Sciencias Agronómicas de Portugal, Lisboa, 1903, nº 3, Ano 1, nº 4, 115. Quanto ao condicionamento climático cf. Mariano Feio, 1991, 30 e 143-7

²⁰⁷ Cf. Sertório do Monte Pereira, "As explorações vitícolas no Alentejo" in Portugal Agrícola, Vol. VI, 1894\5, pp. 241\3

poucos annos, continuando a faina das novas plantações, que a sua produção total seja consideravelmente maior". Ao mesmo tempo divulgavam-se os processos vinícolas modernos e por toda a região já se contavam por " dizaines, pour ne pas dire par centaines, les caves et installations modernes qui s'y sont construites dans ces derniers temps. Nous ne pouvons nous dispenser de citer, dans la quantité, la cave réellement splendide de Abrunheira, sur le domaine du comte de Valenças á Montemor; celle de l'ancienne maison Ramalho, propriété aujourd'hui de M.Barahona Fragoso, affermée á M.Sá Potes [Évora]; celle de Capeto, á Borba; les installations de la grande "Entreprise d'exploitation vinicole de Serradaires"; les caves de M.Robert Reynolds, á Extremoz, et beaucoup d'autres qu'il serait trop long d'énumérer." Empresas individuais mas também cooperativas como a cave social de Viana do Alentejo - a sociedade cooperativa União Vinícola e Oleícola do Sul - com o objectivo de fabricar, manipular, tratar, beneficiar e comercializar os vinhos de consumo dos seus associados. Tal como no Ribatejo e Estremadura, foi a tentativa de implantação de uma viticultura com base em explorações de maior escala e mais modernas cuja importância real, expansão e destino é ainda necessário averiguar. ²⁰⁸

²⁰⁸ Cf. A.C. Le Cocq, "Introdução" in Portugal Agrícola, Vol.1, 1889\90, Lisboa, pp. I-X; B.C. Cincinnato da Costa (e D.Luis de Castro), 1900a, 404-405; B.C. Cincinnato da Costa, 1900b, XLVI.

Seja como fôr, pelo menos no dealbar do século XX e a avaliar pelo que se passou na Área de Évora, a viticultura alentejana tinha um peso na economia regional menos expressivo do que aquele que tivera duas décadas atrás, os processos de vinificação e a massa vinícola em geral continuavam a revelar características similares às que anteriormente se consideravam como pouco competitivas para obter vinhos de consumo directo (elevada graduação alcoólica) pelo que uma parte significativa da produção, apoiada em legislação protecionista, continuou a ser reduzida a álcool e aguardente. ²⁰⁹

A Olivicultura

No século XIX, a olivicultura - uma das culturas mais características, para muitos definidora, do Mediterrâneo e também um dos recursos mais vantajosos e seguros para os povos desta região -, ocupou uma posição relevante e estável na economia agrícola do Alentejo. Em meados do século, num momento em que se retomava o interesse pela plantação de novos olivais, a região cobria uma quota de 30% da produção nacional de azeite (Tabela 28) e este contribuía com 14% do valor do P.A.F. regional (Figura 4). Embora implantada em

²⁰⁹ Cf, Mário Vieira de Sá, 1911, 126-7; "Alcool, vinho, trigo e pão" in Portugal Agrícola, Vol. XV, 1903-4, pp. 146-148; D. Luis de Castro, "Aspectos económicos do Projecto Vinícola" in Revista Agronómica (...), 1907, Vol.V, nº 3, pp. 65-7 e nº4, pp. 97-103

TABELA 29

Quotas de Produção Nacional de Azeite nos principais centros de Produção. (em %)

Distritos	1842\52	1900	1917\20
Beja	12,0	10,1	12,0
Évora	10,0	9,1	9,0
Portalegre	8,4	8,9	10,4
C.Branco	9,0	10,1	10,0
Santarém	19,3	19,1	20,3

Fontes: as mesmas da Tabela 28

todo o interior alentejano, o grande eixo produtivo localizava-se já no nordeste (triângulo Nisa-Estremoz-Elvas), uma zona que assegurava 42% da produção da região (Anexo II, I, 1.2.3.). ²¹⁰

Esta geografia não se alterou de modo expressivo pelo menos até à segunda metade do século XX. Enquanto a vinha, pela dispersão geográfica, se tornou numa cultura impor-

²¹⁰ Ver A. Coutance, 1877, 153-160; Orlando Ribeiro, 1987, 31-2, 41, 55-6, 74, 98-101, 160; Albert Silbert, 1978, II, 607-613; J.David Justino, 1986, I, 53-6 e II, 753-4

tante em quase todo o país, a olivicultura portuguesa manteve o grau de especialização regional já existente em meados de oitocentos: a "região sul" continuou a produzir cerca de 70-75% do azeite nacional, o Alentejo manteve uma quota de 30% e os principais centros de produção oleícola do sul não ganharam nem perderam importância (Tabelas 28 e 29). Não foi esta a tendência noutros países da Europa mediterrânica, onde o peso da produção olivícola das regiões meridionais tendeu a assumir uma maior dimensão na produção nacional, facto que esteve associado à expansão de uma cultura especializada da oliveira - ou seja "sem culturas intercalares e gosando as árvores dos diferentes amanhos que lhe são destinados"- e a importantes modificações nos métodos e técnicas de fabrico do azeite. ²¹¹

Em Portugal, alguns relatos da época, acentuam o desinteresse por este subsector entre as décadas de 1860-1880, o recuo da cultura e a estabilidade do fabrico de azeite, patamar produtivo que é comprovado pelos dados nacionais (Tabela 30) e pelo recuo da produção na Area de Évora (Anexo II, II, 1.1.). O relatório dos comissários especiais do Inquérito Agrícola de 1887-88 salientou a situação pouco

²¹¹ Por exemplo, em Espanha, entre 1890\1900-1900\1920, a quota de produção de azeite na Andaluzia Ocidental e Estremadura passou de 30 para 40% graças à forte concentração da cultura nas provincias de Huelva, Cadiz, Cordova, Sevilha e Jaen que foi acompanhada por "sustanciales mejoras en la calidad de los caldos" (Santiago Zapata Blanco, 1986, I, 296 e II, 1098); as mesmas tendências desenvolveram-se em zonas latifundiárias da Itália como em Bari (Campânia). Cf. João da Motta Prego, 1902, 154-180; Luigi Masella e Biagio Salvemini (dir), 1989, 221-223.

TABELA 30

Produção e Exportação média de Azeite (milh. Hect.)

Período	PRODUÇÃO		EXPORTAÇÃO Portugal
	Portugal	Alentejo*	
1848\50	143	43	
1853\57	276		
1858\65	205	60	36
1861\70	202		48 (1865\70)
1871\75	250		41
1876\79			17
1881\85		106	10
1886\90			10
1891\95			12
1896\97			21
1901\03	345		
1910		56(**)	
1917\20	298	95	

(* só Distritos de Beja, Évora e Portalegre (** Produção "normal")

Fontes: para a produção ver Parte 1, Anexo II, I, 2.2.; para a exportação ver A. Coutance, 1877, 160 (1855-1862); Miriam Halpern Pereira, 1983, 217; Cincinnato da Costa e D.Luis da Castro, 1900, 560-1; Visconde de S.Romão, 1889, 18 (dado referente ao período 1870-4)

favorável em que se encontrava a olivicultura nacional:

" A cultura da oliveira em Portugal, já de há muito apalpada pela frequências dos desastres do daucus olei [mosca da oliveira] e pelo fungo parasita que a enegrece e lhe contraria a vegetação normal [tratava-se da Ferrugem ou "olea europeia"], tem-se modernamente ressentido da influência contrária de outras causas, entre as quais avultam a grande baixa de preço, devida ao menor consumo de azeite e à concorrência (tida por "desleal") do azeite espanhol. O presen-

te inquérito demonstra à evidência que a depreciação dos olivais se tem acentuado progressivamente sofrendo nestes últimos vinte e cinco annos uma quebra de mais de 50 por cento (...). E é essa a exacta proporção com a baixa do valor do producto, que tem sido também de 50 por cento. Pode-se afirmar (...) que os tempos aureos da cultura da oliveira desapareceram para sempre." ²¹²

A "depreciação" e "retrogresso" da cultura da oliveira e o facto de "o fabrico de azeite (...) se ter conservado sensivelmente estacionário" foram explicados pela acção de dois factores. Em primeiro lugar, a partir dos annos '1860, os proprietários e agricultores, concentraram os investimentos "nas culturas de terras fundas" e particularmente na vinha: "os capitais convergindo para as culturas que no momento eram mais remuneradoras, tiravam à oleicultura cada vez mais o seu quinhão de despeza. A falta de tratamento trazia como consequência a falta de produção. D'aqui o descrédito da oliveira e a restricção da sua área às terras de cereais". Enquanto a vinha aumentava a sua superficie de occupação à custa de muitos olivais, estes, "de uma cultura intensiva" passaram a ser tratados como "uma cultura extensiva por excelência", o que, segundo alguns agrónomos da época, facilitou o ataque da mosca e fungos e degradou os productos e produção. Em segundo lugar, esta situação agra-

²¹² Cf, Inquérito Agrícola 1887-1888. Documentos Officiaes, Lisboa, I.N., 1888, p.8.
Ver também Visconde de Villarinho de S. Romão, 1889, 260-369

vou-se " mais recentemente, (devido ao) atrazo da fabricaçaõ do azeite", com a diminuiçaõ tanto do consumo interno tradicional, pela concorrência e preferênciã das gorduras animais no uso doméstiço, como da procura externa dos tipos de azeite (geralmente para fins industriais) que até entãõ o país tinha condições de exportar. ²¹³

Deve salientar-se que até à década de 1870, o mercado externo teve realmente um papel relevante na procura de azeite nacional, absorvendo 20-25% da produçãõ, uma quota significativa se tivermos em conta que naquela altura o país exportava apenas cerca de 15% do vinho produzido (Tabela 30). ²¹⁴

No último quartel do século XIX, o problema oleícola nos seus aspectos básicos pode resumir-se ao seguinte: ²¹⁵

1) A produçãõ nacional de azeite era largamente constituída

²¹³ Cf. João da Mota Prego, 1902, 181-188. Sobre a forma deficiente como se tratavam em geral os olivais, as excepções assinaladas para algumas zonas, como a de Moura no Alentejo, ou alguns "proprietários da Extremadura" apenas confirmam a regra: cf. A. Correia de Barros, "A Oliveira e o Azeite em Portugal" in Agricultura Portuguesa, Vol.I, 1888-89, pp. 32-36; "A oliveira no Algarve" in Agricultura Portuguesa, Vol.II, 1889-1890, pp. 40-41; "Uma riqueza perdida" in Portugal Agrícola, Vol.XV, 1903-04, pp. 41-45

²¹⁴ As quotas de produçãõ de azeite e vinho exportados foram estimados com base nos dados indicados por Miriam H.Pereira, 1983, 214-220 e Conceiçãõ Andrade Martins, 1991. Como esta última autora mostrou, entre 1860-1870 apenas 10% do vinho nacional era exportado (Conceiçãõ Andrade Martins, 1990, 231)

²¹⁵ Sobre o assunto ver: "Parecer do Jury sobre os azeites que concorreram à Exposiçãõ de 1870 na Real Associaçãõ de Agricultura Portuguesa" in Revista Agrícola, 1870, nº6, pp. 152-3; B.C. Cincinnato da Costa (e D. Luis de Castro), 1900a, 557-560; João da Motta Prego, 1902; Santiago Zapata Blanco, 1986, I, 291-303 e 305-7 e II, 1098-1102; Juan Francisco Zambrana Pineda, 1985, 301-20; Antonio Miguel Bernal (e Michel Drain), 1985b, 425-6; Ramon Garrabou, 1985b, 513-4; David B.Grigg,1978, 144-5; Beagio Salvemini, 1982, 831-76; Luigi Masella e Biagio Salvemini (dir), 1989, 221; Maurice Aymard (e Giuseppe Giarrizzo) (dir), 1987, 18.

por azeites dos tipos "comum" e para aplicações industriais (lubrificação de equipamentos e matéria-prima para saboarias);

2) Tradicionalmente e contrariamente ao que aconteceu com o vinho, nunca houve uma procura constante de azeite por parte do norte da Europa e a partir das décadas de '1860-70 o mercado de colocação para os azeites comuns e industriais tendeu a reduzir-se mais, com a entrada para o mercado internacional de numerosos produtos concorrentes mais baratos e eficazes como os óleos vegetais (algodão), animais (sebos vários) e minerais (petróleo) e, mais tarde, o gaz, electricidade e acetileno, produtos que acabaram mesmo por disputar ao azeite um segmento do seu mercado mais forte (o Mediterrâneo). O mercado que cresceu foi o dos azeites alimentares (finos) e de aplicação nas conservas de peixe (neutros).

3) A oferta mundial de azeites, estritamente mediterrânica, aumentava em quantidade desde meados do século e a crise de mercado, traduzida na longa baixa de preços de 1870-80, incentivou o desenvolvimento de polos especializados na produção, loteamento e comércio deste produto, muito competitivos pela quantidade e qualidade dos seus azeites finos e neutros (Marselha, Nice, Bari, etc);

Nesta fase, a desadequação da oferta nacional tornou-se flagrante. A nível externo, os principais importadores dos

azeites industriais portugueses desinteressaram-se pelo produto substituindo-o por sucedâneos ou procurando-os noutros mercados: " à perda do mercado britânico em 1874 sucedera-se a do mercado brasileiro em 1877". No entanto, os azeites comuns, frequentemente usados na alimentação, encontravam ainda colocação nas colónias e no Brasil, um destino que voltou a recuperar a partir de 1892. No mercado nacional o consumo alimentar de azeite diminuiu em favor das gorduras animais e a oferta, pela fraca qualidade, não conseguia satisfazer as exigências inerentes à recente indústria conserveira do Algarve que utilizava o azeite do país para a preparação\fritura do peixe mas necessitava de importar o que era mais indicado para incorporar na embalagem. ²¹⁶

Foi para responder a esta situação e no sentido de entrar no mercado dos azeites neutros e finos, o único onde os preços permaneciam vantajosos, que, a partir da década de Oitenta, alguns produtores começaram a canalizar investimentos para alargar e beneficiar esta cultura e trouxeram alguma modernização ao subsector, especialmente no plano da fabricação. Um facto que foi salientado por muitos observadores, como o seguinte, em 1903: " Atingiu ou ultrapassou

²¹⁶ Cf. Miriam Halpern Pereira, 1983, 215. Ver ainda "Relatório Geral do Anno de 1889 pelo Agrónomo Chefe da 6ª Região Agronómica" in R.D.G.A., 4º Ano, 1892, nº 4, 1892 (um bom inquérito à situação oleícola no Distrito de Castelo Branco); B.C. Cincinnato da Costa (e D. Luis de Castro), 1900a, 557-9; João da Motta Prego, 1902, 185; Ramiro Larcher Marçal, "Os azeites nacionais e estrangeiros" in Portugal Agrícola, Vol.V, 1893-4, p.175; "Commercio d'Azeites" in Portugal Agrícola, Vol.VII, 1895-6, pp.197-8; "O azeite nacional de Consumo" in Portugal Agrícola, Vol.VIII, 1896-7, p.153.

talvez a cultura da vinha o auge económico da sua produção; vai atingi-lo a cultura do trigo. Volta-se a actividade do agricultor para a cultura da oliveira e para o fabrico do azeite. Estende-se o primeiro, aperfeiçoa-se o segundo. (...)" . Um empenho essencialmente estimulado pelo mercado interno que procedia agora a uma apreciável importação de azeite de qualidade (um volume que em 1900-02 era equivalente a 5-6% da produção nacional total) . ²¹⁷

No Alentejo, destaca-se pela sua precocidade (1886-7) a iniciativa de um grupo de lavradores de Évora que, associados e "no intuito de conquistarem o consumo d'estas fábricas (de conservas)" e "conseguir a elevação do preço pelo aperfeiçoamento da qualidade, procurando imitar os azeites finos estrangeiros", contrataram "um mestre italiano que veio expressamente de Itália com o pessoal necessário" para "ensinar a maneira de produzir azeite tão fino como o italiano". O resultado foi avaliado de um modo contraditório: para alguns "esta experiência não deu resultado e, a não ser as casas Ramalho, Margiochi e outras poucas que aperfeiçoaram muito o fabrico do seu azeite, os outros oleicultores do concelho continuam a seguir os anti-

²¹⁷ Cf, "A cultura da Oliveira e o fabrico do azeite", in Portugal Agrícola, Vol. XV, 1903-4, pp. 11-12. Ver também Silva e Matta, "A moenda nacional de azeitona", in Portugal Agrícola, Vol. XVI, 1905, p. 6-7; Rodrigues Chicó, "A crise agrícola", in Portugal Agrícola, vol. XIII, 1901-2, p. 288-291; Augusto S. Barjona de Freitas (e outros), Dois Lagares de Azeite. Oficinas, Material, Technica e Notas Económicas, Lisboa, I.N., 1905 (descrevem o lagar de Azeite dos Condes de Sobral em Almeirim e o de Carlos Anjos, em Montalegre, Bragança, considerado como um dos "mais bem montados em Portugal").

gos processos, produzindo azeites grossos e, muitas vezes de mau sabor que só palladares a eles habituados podem consumir"; mas para outros foi considerado "satisfatório" pois os produtores que adoptaram o método italiano melhoraram significativamente as suas produções e conseguiam no mercado preços mais remuneradores do que "os vizinhos". 218

Este interesse renovado pelo olival alargou-se a outros produtores da região, nomeadamente do Baixo Alentejo, onde no final do século se faziam "todos os annos plantações importantes de estacas de oliveiras". Alguns deles foram "de propósito à Itália estudar praticamente e na verdadeira escola o fabrico de azeite fino" e muitos outros "sem montarem fabricas [lagares] novos, foram (...) successivamente substituindo os seus mecanismos [dos lagares antigos cuja tecnologia tinha cerca de 70 a 80 annos] e aperfeiçoando os processos primitivos de fabrico", com o recurso a energia a vapor e nova tecnologia de moagem e prensa. Modernização que valorizou os olivais e aumentou a quantidade e qualidade do azeite extraído. 219

218 Cf. Inquérito Agrícola 1887-1888. Documentos Officiaes, Lisboa, I.N., 1888, p.9; "Monografia do Concelho de Évora" in B.D.G.A., 7º Ano (1895), Lisboa, I.N., 1899, pp. 218. Ver também A.C. Le Cocq, "Introdução" in Portugal Agrícola, vol.I, 1889\90, pp. II-III; "Fabrico de Azeite" in A Agricultura Portuguesa, vol.II, 1889-90, pp. 33-41.

219 Cf. A.C.Le Cocq, "Introdução" in Portugal Agrícola, Vol. I, 1889-90, pp. II-III; Rodrigues Chicó, "A oleicultura no Districto de Beja" in Portugal Agrícola, vol.XVI, 1905, pp. 42-44; "Monografia do concelho de Moura" in B.D.G.A., 6º Ano (1894), nº 2, Lisboa, I.N., 1895, p. 220

Este empenho teve certamente repercussões favoráveis. Na Area de Évora, este subsector mostrou sinais claros de crescimento no final do século, com o azeite a duplicar a produção em relação ao que era normal no terceiro quartel de Oitocentos e a preservar um peso relevante no quadro da economia agrícola da zona (9 a 12% do produto agrícola final: Tabela 25).

Montados e Pecuária

A exploração dos montados de azinho, sobro e castanho (soutos) já ocupava um lugar de relevo na economia agrícola tradicional alentejana proporcionando lenha, carvão, casca para curtimenta, cortiça, pastagem e principalmente os "frutos para a engorda dos suínos". Em meados do século XIX estes arvoredos contribuíam para cerca de 20% do produto agrícola final (carne de porco 17,5% e cortiça 2,5%: Tabelas 20 e 22) facto que não deixa dúvidas sobre a sua importância económica na região. ²²⁰

A procura e valorização crescentes das carnes de porco e da cortiça fomentaram um aumento da área e exploração mais intensiva dos montados de azinho e de sobro tornando-a

²²⁰ Cf. António Henriques da Silveira, 1789, 67-70; Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, 1780, 355; George Wheelhouse, "Quercus Suber" in Jornal de Horticultura Prática, Vol.II, 1871, nº 10, pp. 185-6 (segundo este autor um sobreiro dava 100 arrobas de casca para cortumes e a madeira feita carvão rendia cerca de 1.470 kg); Carlos A. de Sousa Pimentel, 1888, 102-103; D.Luis de Castro, "A Cortiça. Estudo Agrícola, Industrial e Comercial" in Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892\3, p. 141-142; Albert Silbert, 1978, II, 404-440 e 684-701.

num dos vectores fundamentais de crescimento na economia agrícola alentejana da segunda metade do século XIX.

Em geral, os autores coevos deram um destaque particular à forte valorização e interesse crescente pelos sobreirais em todo o litoral e norte interior alentejanos. Em 1882, um estudo dedicado ao tema acentuava exactamente que "há trinta ou quarenta anos (décadas de 1840-1850) teve início uma transformação profunda nas (...) condições económicas (do montado). Os arvoredos que se abandonavam ao machado do carvoeiro ou aos incêndios (arroteamentos e roças) começaram então a receber alguns cuidados. A abertura de estradas, a viação acelerada, o desenvolvimento que a produção de vinho tem tido em muitos países, obrigando a grande consumo de cortiça, foram os principais factores de um novo estado de prosperidade". Estas matas tornaram-se "muito rendosas especialmente quando n'ellas abunda o sobreiro pois que a cortiça sustenta uma das nossas exportações mais importantes", facto que já enfatizei na primeira parte deste estudo ao analisar a indústria corticeira. ²²¹

Ao mesmo tempo que nos novos arroteamentos as culturas temporárias (2 anos de cereal) e a vinha intercalavam com "novos sobreirais" em formação, em algumas zonas do centro e litoral alentejano também se verificou a "tendência geral

²²¹ Cf. por ordem de citação: Carlos A. Sousa Pimentel, 1888, 102-103; Mário Vieira de Sá, 1911, 119-20 e 131-8. Ver também D. Luis de Castro, "A Cortiça. Estudo Agrícola, Industrial e Comercial" in Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892\3, p. 141.

TABELA 31

Área de Évora: a importância dos montados na economia agrícola (1858\65-1901-05)
(em percentagem)

1= Quota da suinicultura (carne) no Produto Pecuário Final 2= Quota da cortiça no Produto Vegetal Final 3= Quota dos montados (1+2) no P.A.F. 4= Quota da suinicultura (S) e cortiça (C) no produto dos montados

Período	PRODUTO DOS MONTADOS (†)		1	2	3	4	
	Contos rs	Tx. var.(%)				S	C
1851\56	195,0		49,8	1,3	15,4	94	6
1858\65	233,7	+ 19,8	51,5	2,6	17,8	84	16
1866\70	233,0	- 0,2	44,8	3,8	16,1	88	12
1876\80	351,0	+ 50,0	54,8	6,7	24,7	70	30
1881\85	366,0	+ 4,2	51,4	10,3	24,6	59	41
1886\90	470,0	+ 28,4	51,3	9,8	21,3	52	48
1901\05	627,0	+ 33,4	55,0	12,5	26,0	48	52

(†) = Valor da Prod. de Cortiça + Valor Prod. Carne Suínos

Fontes: Anexo II, II, 3.1.2. e Tabela 23

(...) para substituir lentamente os montados de azinho pelo de sobreiro" através da destruição da reprodução dos primeiros e preservação dos chaparros dos segundos, facto que a longo prazo reforçou a expressão regional do sobreiro. ²²²

²²² Cf, Sertório do Monte Pereira, "As explorações vitícolas no Alentejo" in *Portugal Agrícola*, Vol.VI, 1894-5, pp.241-3. Ver também "Monografia do concelho de Évora" in *R.D.G.A.*, 7º Ano (1895), nº 3, Lisboa, 1899, p. 219-20; "Monografia do concelho de Santiago do Cacém (...)" in *R.D.G.A.*, 5º Ano (1893), nº 9, Lisboa, I.N, 1894, pp. 655-666.

A Tabela 31 mostra para a Área de Évora, o resultado da exploração deste importante recurso regional e a forma como ele se desenvolveu entre 1851\56 e 1901\05:

- a) O produto gerado pelos montados, crescendo de forma contínua e sustentada (2,4% ano), triplicou ao longo daquele período e a sua quota no P.A.F. passou de 15,4% para 26%.
- b) Deles saíram cerca de 50% do produto pecuário e uma fatia crescente do produto vegetal (cortiça).
- c) No final do século, a cortiça passou a constiuir o principal produto dos montados.

Apesar da última das tendências referidas, é necessário realçar que persistiu um forte empenho na exploração dos montados de azinho, em particular no interior alentejano, naturalmente associada ao exercício "em larga escala (da) indústria da criação e engorda do gado suíno" a espécie pecuária que "maior lucro dava ao lavrador" e em muitas zonas constituía "a melhor fonte de receita ou o principal senão o único rendimento da propriedade". ²²³

²²³ Cf. "Monografia do concelho de Moura" in R.D.G.A., 6º Ano (1894), nº 2, Lisboa, I.N., 1895, p. 221; "Monografia do Concelho de Évora" in R.D.G.A., 7º Ano (1895), nº3, Lisboa, I.N., 1899, p. 219; Mário Vieira de Sá, 1911, 119-120, 131-138. Ver Também "Monografia do Concelho de Ferreira (do Alentejo)" in R.D.G.A., 2º Ano (1890), nº 12, Lisboa, 1892, p. 1075; "Monografia do concelho de Aljustrel (...)" in R.D.G.A., 4º Ano (1892), nº 15, Lisboa, I.N., p. 1427; "Estatística Agrícola do Concelho de Barrancos" in R.D.G.A., 5º Ano (1893), nº 1, Lisboa, I.N., 1893, pp 10 ss; "Monografia do concelho de Portel" in R.D.G.A., 6º Ano (1894), nº 10, Lisboa, I.N., 1895, p. 1019.

Visto de outro ângulo, um dos aspectos que também impressiona na evolução do produto agrícola da Area de Évora é a relativa estabilidade da quota do produto pecuário (Figura 7), facto que explica a ideia muito comum na época segundo a qual a criação de gado era a componente da exploração mais certa e segura para os agricultores, aquela com que eles podiam sempre contar. Por exemplo, a propósito do "inculto produtivo" escreveu-se em 1890: " a verdade é que da parte inculta tira actualmente o lavrador mais lucro do que da parte cultivada. é n'ella que se cria e alimenta, melhor ou pior, o gado lanar, o gado bovino, o gado caprino e, na maior parte do anno, o gado suíno, que dão ao grande lavrador lucros mais seguros e mais importantes que as culturas arvenses". ²²⁴

Além disso não ficam dúvidas sobre a expansão e melhoramento da exploração pecuária durante a segunda metade de oitocentos que, no caso de Évora, traduziu-se:

- 1) na quase duplicação do produto pecuário especialmente devido ao crescimento na produção de carne, produtos lácteos e apícolas (Tabela 23).
- 2) no aumento dos efectivos pecuários de todas as espécies, com particular relevo para a suína (+ 71%), ovina (+ 57%),

²²⁴ Cf. "Monografia do Concelho de Ferreira (do Alentejo)" in B.D.G.A., 2º Ano (1890), nº 12, Lisboa, 1892, p. 1376. Ver também A.D.E.:N.G.C.:Mç 999: "Relatório do Intendente da Pecuária do Distrito Administrativo de Évora (1866)".

cavalar (+ 63%) e muar (40%) e com a excepção da bovina, cuja diminuição do número de cabeças (20%), foi atribuída tanto à regressão das lavouras como a um processo de substituição deste gado por muares em algumas operações agrícolas (Tabela 32). Estes acréscimos obtiveram-se apesar da persistência tanto das críticas, nem sempre adequadas, ao pouco desvelo com que em geral o gado era tratado, como de numerosas e, algumas delas, devastadoras doenças enzooticas e epizooticas (como a boqueira, sarna, febre carbunculosa ou lobado, febre afetosa, o mal rubro e a pneumo-enterite infectuosa) que com frequência, provocaram perdas de efectivos nas espécies mais importantes (bovinos, ovinos e suínos), facto que a vulgarização das vacinas no final do

TABELA 32

Área de Évora: indicadores da evolução pecuária (1851/56 a 1901/05)
Variação em percentagem

Indicadores	Suíno	Ovino	Caprino	Bovino	Cavalar	Muar	Asinino
Efectivo existente	+ 71,0	+ 57,0	+ 2,3	- 20,0	+ 63,0	+ 40,0	+ 17,0
Produção de carne	+ 127,0	+ 144,0	0,0	+ 24,5	--	--	--
Peso limpo médio p.cab.	+ 29,0	+ 11,0	- 7,0	+ 49,0	--	--	--
Produção de lã	--	+ 20,0†	--	--	--	--	--
Produção láctea	--	+ 159,0	+ 69,0	--	--	--	--

† tax. var. 1851/65 - 1886-1905

Fonte: Anexo II, II, 1.2 e 2.1.

século não contrariou a curto prazo. Acrescente-se que já em 1893, se admitia que nas duas décadas anteriores o efectivo total alentejano tinha aumentado 40%. ²²⁵

3) no aumento da produção de carne suína (+ 127%) e bovina (+ 24,5%), da lã (+ 20%) e dos produtos lácteos ovinos (+

²²⁵ Cf. "Estado da Indústria pecuária do Distrito de Beja no anno de 1890" in *B.D.G.A.*, 4º ano (1892), nº 16, Lisboa, I.N., 1893, pp. 1536-7; Luis de Castro, "A produção e a cultura do trigo em Portugal" in *Portugal Agrícola*, Vol. V, 1893-94, pp. 189-190. Ver ainda A.D.E.:N.G.C.: Mç 999: "Relatório do Intendente da pecuária do Distrito Administrativo de Évora (1866). E "Epizootia nos Porcos do Alentejo" in *Portugal Agrícola*, Vol.VIII, 1896-97, p. 175; "A epizootia da febre aftosa em Portugal" in *Portugal Agrícola*, Vol. IX, 1897-98, pp. 353-6 e 382; "Os progressos da nossa agricultura nos últimos annos" in *Portugal Agrícola*, vol.X, 1898-99, pp. 347-350; "A questão das carnes em Lisboa" in *Portugal Agrícola*, Vol. XII, 1900-01, pp. 65-70; "Febre aphtosa e carne de porco" in *Portugal Agrícola*, Vol.XIV, 1902-03, p. 34; "Epizootia do gado suíno" in *Portugal Agrícola*, Vol.XVI, 1905, pp. 246-9; B.C. Cincinato da Costa e D.Luis de Castro, 1900a, 197, 213-5, 220-1, 261-3, 288-99 e 307-9; Mário Vieira de Sá, 1911, pp. 131 ss. Sobre a redução do efectivo pecuário bovino ver ainda "Estatística do gado bovino no districto de Évora" in *B.D.G.A.*, 10º Ano, 1911, nº 2, Coimbra, pp. 36-60 (muito importante); "Gado Leiteiro no Paiz e na exposição da tapada de 1905" in *Revista Agronómica*, 1903, Ano 1, nº 4, pp. 209-210

59%) e caprinos (+ 69%) (Tabela 32). ²²⁶

4) no aumento do peso limpo médio por cabeça de reses abatidas em todas as espécies (suínos, + 30%; bovinos, + 49%; ovinos, + 11%) com excepção dos caprinos (Tabela 32).

Sem pretender subestimar a importância da "crise de mercado" que, na década de 1880, perturbou toda a actividade pecuária nacional e alentejana, atribuída "à falta de exportação" de alguns artigos (reses, lãs, carne ensacada, etc..) que motivou uma forte depreciação ("baixa extraordinária dos preços") dos gados suíno, ovino, bovino e cavallar, os resultados na Área de Évora mostram que ela não teve entre os produtores o efeito desmobilizador que muitos então prognosticaram. Na década seguinte já eram frequentes as referências a um movimento de "renovação da criação de gados" no Alentejo, particularmente nas espécies ovinas e suína mas também bovina. ²²⁷

Do meu ponto de vista o crescimento do produto pecuário

²²⁶ Ver ainda J.V.Paula Nogueira, "Ainda a questão das carnes (...). A pecuária nacional (...)" in Portugal Agrícola, vol.XII, 1900-01, pp. 101-104.

²²⁷ Cf. "A exportação e a importação do gado bovino em Portugal" in Portugal Agrícola, vol.VIII, 1896-97, pp. 62-69; Rodrigues Chicó, "Portugal Inculto" in Portugal Agrícola, Vol.XVII, 1906, p.273 e "Estatística do gado bovino no Districto de Évora. Relatório do Intendente de pecuária do Districto acerca do gado bovino, realizada em 1 de Junho de 1910" in B.D.G.A., 1911 (10º Ano), nº 2, Coimbra, I.U., pp. 36-39. Ver também Inquérito Agrícola. 1887-1888. Documentos Officiais, Lisboa, I.N., 1888, p. 9; "As lãs Portuguesas" in A Agricultura Portuguesa, Vol.I, 1888-89, pp. 15-16; A. C. Le Cocq, "Introdução" in Portugal Agrícola, vol.I, 1889-1890, pp. V-VI; "Circular dirigida pelo Ministro das Obras Públicas às associações agrícolas, comerciais e industriais do paiz" in Portugal Agrícola, vol.X, 1898-99, pp. 41-2; "Protecção official à pecuária portuguesa.(...). A crise da Agricultura (...)" in Portugal Agrícola, vol.XVI, 1905, pp. 370-3.

alentejano neste período não pode deixar de ser associado ao facto de, em grande parte, ele ser destinado ao mercado interno. São mal conhecidos tanto os contornos da polémica gerada no final do século em torno da posição do mercado português face à grande oferta internacional de carnes (onde se envolveram interesses do Estado, camarários, da marchanteria, dos consumidores e de grupos regionais de produtores) como as políticas sectoriais adaptadas. ²²⁸

O que interessa aqui salientar é que o Alentejo manteve, pelas leis do mercado ou através do estabelecimento de um modelo proteccionista similar ao adoptado para os cereais e que vigorou a partir de 1902, a capacidade de concorrência e mesmo liderança (suínos) ou participação (ovinos e bovinos) no abastecimento do principal centro de consumo de carne do país, a cidade de Lisboa, "um mercado de suma importância para a pecuária portuguesa" porque "pela sua grandeza (era) o melhor escoadouro de gado bovino, lanar e suíno de todos os districtos do reino". De facto, a região preencheu uma quota de 85% das necessidades em carnes de porco e uma fatia também muito significativa no fornecimento à capital de reses ovinas e bovinas. ²²⁹

²²⁸ Sobre o assunto podem ler-se vários artigos, notas, representações de marchantes e criadores de gado, etc no Portugal Agrícola especialmente nos volumes 10 a 15 (1898-1904)

²²⁹ Em 1900, Lisboa "come só à sua parte, um terço de toda a carne bovina anualmente consumida em Portugal" e "excepção feita do gado caprino, todas as outras espécies alimentares tem no mercado de Lisboa um magnífico escoadouro" que "importa a lavoura nacional não deixar perder, oppondo-se a que os estrangeiros d'elle se apossem" (J.V.Paula Nogueira, "Ainda a questão das carnes. Proteccionismo e Livre Câmbio. Carne congelada e bois de

Na segunda metade do século XIX o produto agrícola da Area de Évora cresceu globalmente a um ritmo mais rápido que o que tem sido atribuído ao conjunto da agricultura portuguesa mas com duas fases: um crescimento lento até aos anos 1880, essencialmente condicionado pelo claro recuo cerealífero que a intensificação de esforços e investimentos para uma maior diversificação produtiva conseguiu contrariar com algum sucesso na medida em que impediu uma regressão do produto agrícola embora não tenha sido suficiente para manter um ritmo de crescimento superior ao da população; mais acelerado nas últimas décadas do século, com a cerealicultura a desempenhar um papel novamente muito expressivo e traduzido num aumento visível do produto agrícola per capita. Assim não sai confirmada a tese segundo a qual durante este período a prosperidade agrícola do norte do país se opôs a estagnação do sul. Além disso é oportuno lembrar que a similares ritmos de crescimento do produto agrícola podem corresponder formas muito diferentes de o

Marrocos" in Portugal Agrícola, Vol. XII, 1900-01, pp. 101-104). Cf. "A questão das carnes em Lisboa" in Portugal Agrícola, Vol. XI, 1899-1900, p. 341. Ver também "Febre aftosa e carne de porco" in Portugal Agrícola, vol. XIV, 1902-3, p. 34; "Gado suíno - Importância do seu commercio em Lisboa" in Portugal Agrícola, Vol. I, 1889-90, pp. 50-52; "Relatório do Intendente de sanidade pecuária de Lisboa, relativo ao anno de 1890" in B.D.G.A., 4º ano (1892), Lisboa, 1892, nº 14, Lisboa, 1892, pp. 1359-63; "Fiscalização das carnes do gado suíno em Aldelallega do Ribatejo nos meses de fevereiro e Março de 1910 (Relatório)" in B.D.G.A., 10º Ano, 1911, nº 2, Coimbra, I. Universidade, 1911, pp. 9-32; "Regime de abastecimento de gado à capital (1929-1930)" in Boletim Pecuário, 1934, nº 6, Lisboa, I.N., 1934, pp. 339-342.



alcançar. 230

O percurso pelos subsectores que protagonizaram as mudanças mais significativas no produto agrícola permite evidenciar duas características básicas, uma associada e outra resultante daquela evolução e crescimento. A primeira é tratar-se de uma economia agrícola sensível e claramente reactiva às circunstâncias de mercado, o que lhe conferiu um dinamismo que me parece não tem sido devidamente reconhecido e salientado. O segundo aspecto em destaque é o facto de, no início do século XX, a agricultura daquela zona apresentar um grau de diversificação superior ao que tinha em meados do século XIX devido essencialmente ao aumento das quotas da viticultura e do montado de sobre (Figura 7).

Tendo em conta tanto as características do crescimento nas duas etapas definidas como as variações introduzidas pelos sucessivos ajustamentos ao mercado, a questão em aberto é saber se o resultado alcançado no princípio do século XX foi mais uma vez uma situação transitória e se o sector, tal como aconteceu na Estremadura e Andaluzia, "se reorienta, se va adaptando a las nuevas condiciones de la demanda, sin abandonar la senda del crecimiento sostenido". 231

230 Cf, Pierre Leon (dir), 1982, 391 e James Simpson, 1987, 272.

231 Cf. Santiago Zapata Blanco, 1986, 780

3.3. Alentejo e Agricultura: resultados e avaliações. Conclusão.

1. O dinamismo e mudanças detectadas na Área de Évora durante a segunda metade do século XIX não deixam de contrastar com o avolumar simultâneo de um discurso geralmente negativo na avaliação dos resultados obtidos pelo conjunto da região alentejana. Por um lado reconhecia-se a persistência de um supostamente vasto potencial que sendo possível tornar produtivo não era explorado (os incultos, para uns, os incultos improdutivos, para outros); por outro lado, acentuava-se a forma deficiente como se continuava a explorar as áreas cultivada e produtiva.

Estes tópicos, clássicos nos inventários do atraso agrícola da região alentejana, no último quartel do século XIX passam a ser associados a determinadas dimensões de posse e práticas de gestão e exploração fundiárias. De facto, para uma grande parte dos analistas coevos a situação era basicamente decorrente da estrutura fundiária regional: "A grande propriedade e a grande cultura é para quasi todos a causa única do relativo atraso do Alentejo", constatou Sertório do Monte Pereira no final do século, embora ele próprio nada convencido da validade daquela asserção. ²³²

²³² Cf. Sertório do Monte Pereira, "As explorações vitícolas no Alentejo" in Portugal Agrícola, Vol.VI, 1894-5, p. 241. Na década de 1870 os factores de atraso inventariados eram essencialmente de natureza produtivista e legislativa; os padrões de posse e de exploração mais adequados eram ainda matérias em debate, sendo mais corrente insistir-se nas deficiências económicas da pequena e média propriedade e exploração. Sobre o assunto ver p.ex.

Para esta corrente não era possível modernizar a agricultura regional sem introduzir alterações no modelo fundiário que a desamortização liberal apenas consolidara ou mesmo reforçara. De outro modo, todas as políticas e iniciativas sectoriais com objectivos estritamente produtivistas, sendo louváveis e necessárias, teriam sempre um alcance limitado.

Para as realizar, aceitava-se mesmo a intervenção do Estado, em defesa do "interesse nacional", no sentido de impôr uma redistribuição da propriedade de modo a criar uma matriz fundiária baseada em propriedades "medianas" cuja dimensão nunca foi bem definida mas que seria de modo "a que cada proprietário não possuía senão as áreas para que tem elementos de produção e para que tem capital e actividade". Isto porque " a economia nacional lucra mais com a multiplicação de pequenos casais d'uma existência mediana, mesmo pobre, que se salde por um capital de poucas centenas de mil reis e na criação de quatro ou cinco filhos, do que com o estabelecimento de ricas explorações, trazendo consigo uma multidão assalariada. E isto pela simples razão de que a nação lucra mais com as aldeias de gente livre de que com os palácios de uma dúzia de fidalgos ricos" que possuíam "domínios agrários de 10, 15, 20, 30 e 40 mil hectares ", em

João Felix Pereira, "Algumas palavras na questão sobre a grande e a pequena cultura" in *Arquivo Rural*, 1866, nº 8, pp. 204-206, nº 9, pp. 228-30, nº 10, pp. 258-60, nº 11, pp. 281-282, nº 12, pp. 309-312; Albano Coutinho, "A agricultura em Portugal" in *Jornal de Horticul-tura Prática*, Porto, 1870, Vol. I, nº 2, p. 26

grande parte incultos ou mal aproveitados. ²³³

No entanto, o mecanismo redistributivo e reformador defendido com mais empenho e generalidade, pelas vantagens sociais e produtivas que dele esperavam, foi a colonização, matéria a que a enfiteuse apareceu quase sempre associada. Considerando limitado o alcance das iniciativas particulares de colonização, realizadas desde finais do século XVIII e que proliferaram nos anos '1860-1880, e afastada a possibilidade de criação de "de uma grande empresa que tomasse para si o encargo de cultivo do Alentejo colonizando-o ao mesmo tempo" (1892), a exemplo do que outros países estavam a fazer nas suas colónias do norte de Africa, ganhou partidários a necessidade de um grande plano de colonização interna, promovido e financiado pelo Estado, associado à promoção do regadio e ao aproveitamento dos fluxos emigratórios que do norte do país demandavam outros continentes. Esta solução foi mesmo vista como "um dos principais se não (...) o único meio pratico e eficaz de fazer passar (o Alentejo) por uma completa transformação económico-agricola", uma solução que no passado "nunca foi encarada de face e com a firme e enérgica vontade para se chegar à conclusão pratica e dese-

²³³ Cf. por ordem de citação A. de Figueiredo, "Arborização" in Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892-3, pp. 217-8; António Mendes de Almeida, "Valorização dos terrenos incultos" in Portugal Agrícola, vol.XV, 1903-4, pp. 173-6; Jaime de Magalhães Lima, "Da constituição da economia rural portuguesa" in Portugal Agrícola, vol.V, 1893-5, pp. 359-362. Ver também Paulo de Morais, "Os impostos territoriais e os terrenos incultos" in A Agricultura Portuguesa, Vol.III, 1890-91, pp. 268-70; "As propostas do Sr Moreira Junior apresentadas ao Parlamento" in Portugal Agrícola, Vol.XXI, 1910, pp. 233-4. Estas ideias foram ainda expressas em muitos dos textos citados na nota seguinte.

jável", uma referência à timidez e fracasso de anteriores iniciativas governamentais; como as que se promoveram nos anos 1850-60. ²³⁴

As críticas e algumas das soluções (colonização) acima formuladas, foram defendidas de uma forma muito generalizada, mesmo no seio da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa (RACAP), uma instituição publicamente identificada com os interesses dos grandes proprietários e agricultores do sul. Só no final do século começaram a ser fortemente contraditadas por outra corrente, que adquire então

²³⁴ Cf, "A subenfiteuse e a remissão dos foros", "Dificuldade em achar gente para a colonização do Alentejo" e "Arborização" in Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892-3, pp. 103-05 e 217-18; "Actas das sessões da R.A.C.A.P." in Portugal Agrícola, Vol.V, 1893-4, p. 122; R. Larcher Marçal, "A colonização Alentejana" e "Aproveitamento das Aguas do Alentejo" in Portugal Agrícola, Vol.VIII, 1896-7, p. 264-6 e 283. A defesa de uma solução colonizadora para acabar com os incultos alentejanos com base em gente de outros pontos do país (particularmente do Minho, Beiras e Ilhas) encontra-se em autores como Antonio Henriques Silveira (1789) Francisco Soares Franco (1804); em projectos dos primeiros anos da década de 1820, como o "Plano d'Agricultura offerecido à Comissão deste Ramo em Cortes por certo lente da Faculdade de Leis na Universidade de Coimbra (...)" que inclui um conjunto de "Artigos de economia rural respectivos à provincia do Alentejo (...)" (Manuscrito, B.P.E: Cod. CXXXI/1-1, n.º3), ou dos anos 1850, como o "Projecto de Decreto" sobre a enfiteuse apresentado por Alexandre Herculano em 1851 (1986, 239-50), ou do final do século, como "Projecto de lei sobre o Fomento Rural, lido na Câmara dos Deputados em 27\04\1887" in M.A.P.A. (eds), 1987, 68-87 e 108-116; em pareceres e iniciativas administrativas como as sustentadas ou promovidas pelas Juntas Gerais dos Distritos e Governadores Civis da Região (ver por exemplo os relatórios do Gov. Civil de Beja para 1856 e 1865, de Portalegre, para 1860 a 1862 in Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Districtos Administrativos do Continente do reino e Ilhas Adjacentes (...), Lisboa, I.N., 1857 a 1866; e as consultas das J.G.D. de Beja e Évora para 1856, Portalegre para 1858 in Consultas das Juntas Gerais dos Districtos Administrativos do Reino (...), Lisboa, I.N., 1857 e 1859); em relatórios oficiais do final do século XIX como o de Paulo de Morais, 1889, 394-400 ou o Inquérito Agrícola, 1887-1888. Documentos Officiais, Lisboa, I.N., 1888, pp. 14 e 21 e ainda em inúmeros outros textos de que destaco: Jornal de Évora, 1864, n.º 12; Folha do Sul, 1864, n.ºs 23 e 27; Paulo de Morais, "Os impostos territoriais e os terrenos incultos" in A Agricultura Portuguesa, vol.III, 1890-91, pp. 268-70; "Riqueza Florestal-A Hulha Branca" in Portugal Agrícola, vol.20, 1909, pp. 54-6 e "As propostas do Sr Moreira Junior apresentadas ao Parlamento" in Portugal Agrícola, Vol.XXI, 1910, pp. 233-4.

uma expressão clara, onde se destacavam agrónomos e proprietários regionais. Recusavam a visão de um Alentejo inútil pois "tem ali assento a grande propriedade; é ella que produz para os grandes centros de consumo, é ella que sustenta os pequenos lavradores e os operários. A gente que superabunda no norte, vai alli arranjar dinheiro porque esta provincia fornece trabalho para todos". Convictos dos conditionalismos naturais - "aqui não se podem cultivar todos os terrenos"-, recusavam também a "utopia politica" do presépio minhoto e consideravam caricata a ideia de "retalhar aqueles vastísimos campos despovoados e incultos num xadrez colossal de culturas com um casalinho em cada quadrado e dois boisinhos a pastar". ²³⁵

Naturalmente, esta corrente considerava o modelo fundiário existente como o mais adequado às condições naturais e económicas da região e em favor dele esgrimia dois argumentos. Por um lado, destacava o sucesso relativo da agricultura alentejana durante as últimas décadas: "nem por isso (...) deixa a provincia de progredir e a sua feição económica de modificar-se, mesmo conservando-se, e até talvez por isso, a grande propriedade e a grande cultura".

²³⁵ Cf. Actas das Sessões da R.A.C.A.P. publicadas no Portugal Agrícola, Vol. IV, 1892-3, p. 103-05, 167-8, 263, 344-5; Sertório do Monte Pereira, "As explorações vitícolas no Alentejo" Portugal Agrícola, Tomo VI, 1894-5, pp. 241-3. Em todo o caso, em meados do século, publicistas, como o lavrador J.M. de Albuquerque (diversos artigos no Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, de 1856, n.ºs 2 a 11) e figuras de grande relevo nacional como José Maria Grande (Considerações sobre os principais obstáculos que se oppõem ao Aperfeiçoamento da nossa agricultura, Lisboa, I.N., 1853) eram claramente defensores da estrutura fundiária alentejana desde que livre de alguns obstáculos institucionais como os vínculos.

Por outro lado, os exemplos de divisão de propriedades públicas e particulares em glebas distribuídas pelos habitantes e "aldeias colonais" só em casos excepcionais -- como a colónia fundada nos anos 1860 pelo francês Genelioux em Assumar (Arronches) e a de Pinhal Novo\Rio Frio promovida por José Maria dos Santos --, produziram resultados estimulantes, tendo muitos deles sucumbido à crise vinícola (devido à especialização cultural). Noutros casos nem sequer se iniciava a exploração, desencadeando-se de imediato um processo de concentração. Em 1906, a propósito da divisão de baldios no Distrito de Beja e apresentando em favor da sua tese o testemunho de casos concretos de um passado recente, prognosticava Rodrigues Chicó: "a maior parte d'essas courelas hão de ser vendidas a proprietários ricos da localidade, que as hão de juntar formando herdades mais ou menos extensas para n'ellas estabelecerem assentos de lavoura e fazerem a grande cultura com longos afolhamentos intercalados de pousios de três, quatro ou mais annos", pois era este, na sua opinião, o modelo incontornável da solidariedade exigida à actividade agrícola no Alentejo. ²³⁴

²³⁴ Cf. Rodrigues Chicó, "Portugal Inculto" in Portugal Agrícola, Vol. XVII, 1906, pp. 273-5. Ver ainda Sebastião D'Arriaga Júnior, 1869, 54 (o colónia de Assumar); Sertório do Monte Pereira, "As explorações vitícolas no Alentejo" in Portugal Agrícola, Vol. VI, 1894-5, 241-3; "Actas das sessões da RACAP (de Janeiro a Março de 1893)" in Portugal Agrícola, Vol. IV, 1892-3, pp. 346-50, 371-8, 406-10 e Vol. V, 1893-4, pp. 92-4, 122-6, 148-50, 175-90, 220-222; D. Luis de Castro, "Os decretos de fomento Agrícola", "Colonização do Alentejo" e "Propriedade, enfeiteuse e agricultura" in Portugal Agrícola, Vol. IV, 1892-3, pp. 107-8 e Vol. V, pp. 90-1 e 192; Sebastião Januário de Sousa Cabral (proprietário agricultor de Serpa), "O Baldio de Serpa" in Portugal Agrícola, vol. XV, 1903-04, pp. 225-227

No plano produtivo, a cerealicultura e o montado, e a pecuária que lhes estavam associadas, eram os subsectores que por razões "naturais" e circunstanciais mais vantagens traziam à agricultura regional, quadro que a eventual e polémica (nas possibilidades, nos custos financeiros e resultados) promoção do regadio não viria alterar. Com ou sem o aumento da área regada, a exploração dominante na região teria de manter a dimensão adequada à diversificação produtiva, ao "sistema cultural inteiro e solidário" que era indispensável à sua viabilidade e estabilidade económica. O "exclusivismo cultural" era uma "imprevidência" que já tinha conduzido muitos agricultores à ruína e o ideal era uma "exploração completa (vinha, olival e frutos, como garantia e auxiliares; cereal, pastagem, montados, gado, como subsectores dominantes) e autónoma com as indústrias anexas (adega, lagar, moinho e queijaria)". 237

Este era, portanto, o enquadramento estrutural sobre o qual deviam incidir políticas e iniciativas produtivistas. Nele as pequenas propriedade e cultura apenas podiam ocupar um papel economicamente marginal, embora complementar e socialmente útil. O "apoio firme e eficaz" que se esperava do Estado dizia respeito a matérias como a formação de recursos humanos, extensão e apoio de serviços agrícolas

237 Cf. "A crise económica e a lavoura nacional" in Portugal Agrícola, vol.III, 1891-2, p. 320; Sertório do Monte Pereira, "As explorações vitícolas no Alentejo" in Portugal Agrícola, Vol. VI, 1894-5, p. 243. Para um balanço sobre os projectos e a polémica do regadio ver Mário Vieira de Sá, 1911, 151-200.

oficiais, tributação pouco onerosa (e penalização fiscal dos prédios incultos), liberdade de produção (por ex. para o arroz, tabaco e algodão), investimentos em infraestruturas relacionadas não só com a rede de circulação mas também com a regularização dos cursos de água e com o regadio, crédito agrícola, políticas de subsídios directos ou indirectos a alguns factores de produção e de preços, protecção pautal aos produtos indígenas e inicitiva política na manutenção e criação de mercados para exportação. Aos lavradores "ilustrados" ou à "classe dirigente agrícola" competiria: melhorar a contabilidade agrícola; fomentar a intensificação cultural e aumentar a produtividade da terra e do trabalho, com novos afolhamentos, aplicação de correctivos orgânicos e químicos do solo, a maquinização e arborização; promover a organização e integração nos mercados pelo associativismo, etc.. Ou seja, caminhar no sentido de uma agricultura "científica e rendosa". Esta bateria de meios era tida por suficientemente eficaz e estimulante para debelar as deficiências internas do sistema, promover o "arroteamento de terrenos incultos" que era entre "as obras grandes, aquella de que o nosso paiz mais necessita", "forçar a produção" nas áreas já em cultura e tornar marginais as atitudes reconhecida e moralmente condenadas de alguns grandes proprietários que não "se sentem estimulados (...) a preocuparem-se um pouco com as coisas agrícolas " e nem sequer conheciam os prédios, confiando-os a administradores incompetentes ou a

rendeiros a curto prazo, ou daqueles que "quando levantam capitais nos bancos, não é para os aplicarem a beneficiar a terra, mas para os gastarem em ostentações de luxo, praias, estações d'aguas, etc.". ²³⁸

Inventário de deficiências e soluções que tomava em consideração não apenas a lógica interna do sector mas a forma como ele se integrava na economia nacional e mundial. Os temas básicos e dominantes foram os mesmos que se desenvolveram em torno do sul de Espanha durante a crise agrária do final de oitocentos (1870-1919) -- a ineficiência do sistema produtivo e a incapacidade governativa -- mas deu-se também atenção a outras circunstâncias económicas como o papel do caminho de ferro, a disponibilidade de capitais, o acesso ao crédito, a situação e possibilidades industriais do país e a importância dos mercados internacionais. ²³⁹

²³⁸ Cf. "Máquinas e Alfaias Agrícolas" in Portugal Agrícola, Vol.X, 1898-99, p. 66; José Pessanha, "A crise Agrícola", in Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892-3, pp. 242; Luis Rebello da Silva, "Os adubos químicos e a produção cerealífera (Conferência na R.A.C.A.P.)" in Portugal Agrícola, Vol.VIII, 1896-7, pp. 326-34; Visconde de Coruche, 1885, 35; Sebastião D'Arriaga Júnior, 1869, 30. Sobre as políticas e iniciativas para promover a produção agrícola regional e nacional ver numerosos artigos no Portugal Agrícola, Vols. I a XXII, 1889-90 a 1911, de onde apenas destaco as conferências promovidas pela RACAP em 1893 dedicadas a temas como o imposto predial, contabilidade agrícola, adubos e fertilização dos solos, albufeiras e regadio, os vinhos, os azeites, problema e cultura do trigo, etc; ver também B.C. Cincinnato da Costa (e D.Luis de Castro), 1900a, pp. 861 e sgts.

²³⁹ Ver por exemplo: Paulo Morais, "Dois males crónicos da Agricultura Portuguesa" e "A venda dos nossos productos agrícolas em Inglaterra" e de João Bentes Castelo Branco in Agricultura Portuguesa, Vol.II, 1889-1890, pp. 7-9, 233-5 e 28-9; Alfredo Carlos Le Cocq, "Introdução" e J. Achilles Ripamonti, "O crédito e a agricultura" in Portugal Agrícola, Vol.I, 1889-1890, pp. I-X e 24-29 e 157-159; Luis de Castro, "Agricultura e Indústria" in Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892-3, pp. 12-14; "Tratados de Comércio" e "O tratado com a Hespanha" in Portugal Agrícola, Vol.V, 1893-4, pp. 63-8; "Política aduaneira" in Portugal Agrícola, Vol.IX, 1897-8, pp. 10-12; "A indústria e o comércio das carnes frescas importadas da América e Oceania para a Europa; influência d'esse commercio na exportação portuguesa" in Portugal Agrícola, Vol.X, 1898-9, pp. 3-5; de Oliveira Feijão, "O atraso da nossa agricultura"

As bases essenciais em que assentaram as teses acima expressas acabaram por dominar os debates que ao longo do século XX se desenvolveram em torno da questão agrária alentejana. O que se alargou foram as soluções reformistas sustentadas. ²⁴⁰

2. A persistência no Alentejo de extensos incultos aproveitáveis mas improdutivos é um facto que sendo real necessita de alguma precisão. No início do século XIX admitia-se que " a maior parte do Província (transtagana) esta(va) inculta "; raridade de zonas bem cultivadas e uma imensidade de espaços incultos, como avaliou Albert Silbert. E em meados do século, a quem passasse pela região, impressionava ainda a "desnudez dos campos" e "ver tanto terreno abandonado e improdutivo" pois entre as povoações apenas conseguia vislumbrar "um oceano de tojo, de estevas, de urze

e "Portugal Económico III- Agricultura e Industria " in A Agricultura Portuguesa, Vol.XV, 1903, pp. 10-11 e 81-2; António Mendes de Almeida, "A agricultura e o orçamento geral do Estado" in Portugal Agrícola, Vol.XIX, 1908, pp. 182-7; "A defesa económica do reino" in Portugal Agrícola, vol. XIX, 1908, pp. 241-5; "A agricultura em Hespanha (1891-1910)" in Portugal Agrícola, vol.XXII, 1911, pp. 286 ss. Sobre o caso espanhol ver p.ex. António Miguel Bernal, 1985a, 215-263 e E.Sevilla Guzman (e M.Gonzalez de Molina e Karl Heisel), 1988, 165-185.

²⁴⁰ Sobre este assunto ver por exemplo: Júlio Eduardo dos Santos, "No Alentejo. Impressões de viagem" in Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, Lisboa, 1924, Vol.XV, pp. 271-275; José Pequito Rebelo, 1926 e 1959, 17-26; José Rebelo Rapozo, 1962, 9, 13, 46, 69-70; Santos Garcia, 1941, 39-55; Pedro Soares Martinez, 1965 e 1966; Mariano Feio, 1973; Henrique de Barros, 1980

e outras espécies matagosas". ²⁴¹

Na década de 1870, a Associação Central da Agricultura Portuguesa, fazendo uso dos dados nacionais sobre a "superfície das cumeadas incultas e das charnecas", publicados em 1868 no Relatório Acerca da Arborização Geral do Paiz (Lisboa, ARC, 1868, pp. 313-7; Carta 2 em anexo), tomou a iniciativa de solicitar à Câmara dos Deputados medidas urgentes para o "aproveitamento dos vastíssimos terrenos incultos", mais de metade do "solo arável", e dos que "andam mal cultivados" no país e particularmente no Alentejo, embora não se atrevesse a "indicar quais elas (medidas) devem ser, porque se encontram de certo na vossa (dos deputados) muito esclarecida sciência". Pelos dados do referido relatório e apesar das reconhecidas imprecisões quantitativas, a Região Histórica do Alentejo tinha cerca da 60% da superfície inculta e albergava 38% da área inculta do país. As estimativas de Gerardo Pery, em 1875, são menos pessimistas: na região, 49% da terra cultivável era produ-
 ti-

²⁴¹ Cf. "Reflexão crítica sobre a memória Histórica da População e Agricultura de Portugal, por Matheus de Sousa Coutinho (...)" in O Investigador Portuguez em Inglaterra, Vol.11, 1814-15, pp. 396; D.M. Meneses de Alarcão, "Atraso da nossa agricultura alentejana e meios de o combater" in Revista Agronómica, Florestal, Zootécnica e Noticiosa e Orgão da A.C.A.P., 3ª Série, 19 Tomo, Lisboa, 1863, p. 310-2; Albert Silbert, 1978, II, pp. 442 ss. Ver ainda Domingos Vandelli, 1789c, 174; António Henriques Silveira, 1789, 43; Francisco Soares Franco, 1804\06, I (Parte III), 149-150; "Carta de M.Clennel sobre a educação própria para um agricultor" e "Reflexões sobre a carta antecedente e a respeito da Agricultura e Portugal" in O Investigador Portuguez em Inglaterra, Vol.1, 1811, pp. 80-95; "Memória sobre a Agricultura" in O Investigador Portuguez em Inglaterra, Vol.5, 1812-13, pp. 61-71, 217-24 e 402-9; Claudio Adriano da Costa, "Extensão da cultura de cereais em Portugal" in Revista Universal Lisbonnense, 2ª Série, tomo 2, 1849\50, pp. 170-3; Joaquim J.P. Carvalho, "Os Morgados" in O Atheneu, Lisboa, pp. 4-5.

va (culturas e arvoredos), e a superfície inculta (51%) correspondia apenas a 30% do inculto nacional. ²⁴²

Só na viragem para o século XX parece ter diminuído o peso dos "incultos". A expansão agrícola tornou "enormes as superfícies de antigas charnecas que se vão arroteando, no Alentejo, provincia que maior área de incultos possuía ainda ha poucos annos. (...) Não é porém só o desbravamento das charnecas que se tem aqui feito nos últimos annos, mas ainda a limpeza do chão dos montados, que também em grande parte é cultivado de cereais; a superfície arborizada por montados tem augmentado consideravelmente devido ao arvoredo novo poupado na occasião da limpeza das charnecas". Segundo estimativas recentes, entre os annos 1890 e o final da primeira década do século XX, nos distritos de Évora e Beja a área cerealífera triplicou, "uma indicação da rapidez do arroteamento então em curso". ²⁴³

Contudo, a região, a menos cultivada depois de Trás-os-Montes, continuava a ser caracterizada pelas "suas extensíssimas charnecas e região alpestre quasi totalmente im-

²⁴² Cf. "Representação da Associação Central da Agricultura pedindo medidas que promovam o aproveitamento dos terrenos incultos" in Diário do Governo, 1872, nº 40, p. 279; Gerardo A. Pery, 1878, p.175; A. Lobo Alves, "Aspectos do problema agrícola. A vinha e os vinhos na economia nacional" in Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, 1924, Vol. XXVI, p. 230. Ver ainda Relatório Acerca da Arborização Geral do Paiz, Lisboa, ARC, 1868, pp. 313-7; Sebastião d'Arriaga Junior, 1869, 16 e 26; Paulo de Moraes, 1889, 54-59.

²⁴³ Cf. por ordem de citação: Rodrigues Chicó, "Portugal Inculto" in Portugal Agrícola, vol.XVII, 1906, pp. 273-77; Jaime Reis, 1980, 142. Ver também Mário Vieira de Sá, 1911, 45; A. Lobo Alves, "Aspectos do problema agrícola. A vinha e os vinhos na economia nacional" in Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, Vol.XXVI, p. 230 (áreas de uso dos solos para o continente em 1874 e 1902); Albert Silbert, 1978, p. 443.

produtiva. Este abandono e inactividade das terras em tão larga escala é dos sintomas mais desanimadores que se nos entolha como característica de povo atrasado e pobre".²⁴⁴

Os dados reunidos na Tabela 33, para um período coincidente com o arranque da expansão agrícola do final do século XIX, sem deixar de a confirmar (cols 5 e 6) matizam a impressão geral acima referida. A extensão dos incultos improdutivos era realmente elevada em todo o litoral alentejano (cols. 2 e 3) mas pouco expressiva no Alentejo central (col.1) e sul-interior (col.4), uma diferença que já não era recente e que já ficara cartografada em 1867, no "Esboço de uma carta representando os terrenos cultivados e incultos de Portugal para servir a melhor intelligência do Relatório acerca da Arborização Geral do paiz (...)" (cf. Cartã 2 em anexo) e fora salientada por Gerardo Pery em 1875: "nos concelhos limítrofes com a Estremadura atravessasse vastas superfícies incultas; nos concelhos mais orientais encontra-se ao contrário uma cultura muito extensa, composta de grandes searas, vastos mostados e olivais e vinhedos

²⁴⁴ Cf. A. de Figueiredo, "Arborização" in Portugal Agrícola, Vol.IV, 1892-3, pp. 217-218. Ver também Visconde de Villarinho de S. Romão, 1889, 19; "Terrenos incultos em Portugal" in Portugal Agrícola, Vol.VIII, 1896-7, p. 224; Rodrigues Chicó, "Portugal Inculto" in Portugal Agrícola, Vol.XVII, 1906, pp. 273-5; "Portugal Inculto" O Século, de 29 de Julho de 1906; "Riqueza Florestal-A hulha branca" in Portugal Agrícola, Vol.XX, 1909, pp. 54-6; "As propostas do Sr Moreira Júnior apresentadas ao Parlamento" in Portugal Agrícola, Vol.XXI, 1910, pp. 233-4; Mário Vieira de Sá, 1911, 35-7; H.S. Eliseu, 1926, 25-50.

TABELA 33

R.H.ALENTEJO: Área "cultivada" e "inculta" no final do século XIX

	1 A.Évora(67)	2 68	3 611	4 610	5 ALENTEJO	6 PORTUGAL
(1) Área cultivável	100%	100%	100%	100%	100%	100%
(2) Área cultivada	54%	34%	46%	74%	49%	53-59%
(3) Área inculta	46%	66%	54%	26%	51%	47-41%
(4) Área incul. produtivo	30%	5%	9%	13%		23%
(5) Área improdutivo	16%	61%	45%	13%		18%
(6) Área produtiva	70%	39%	55%	87%		82%
Área cultivável (ha)	234.940	204.493	247.795	128.796	2.442.800	8.528.000

(1) ou área "aproveitável" (em hectares) (2) área das culturas arvenses, hortas e pomares, culturas arbustivas, montados, eucaliptos e pinhais (3) área das charnecas, matos, pastagens e pousios (4) área das pastagens e pousios (5) área das charnecas e matos (6) área cultivada + área do inculto produtivo

Nota: Sobre os grupos de concelhos ver em Apêndice, Carta 1A; Para a Área de Évora (concelhos do Grupo 7) consideraram-se os dados dos concelhos de Évora-Viana do Alentejo, Portel e Mourão; para o 68 (concelhos do Grupo 8), concelhos de Alcácer do sal e Ferreira; para o 611, concelhos de Grândola, Aljustrel e Santiago de Cacém; para o 610, concelhos de Barrancos e Moura

Fontes: Monografias dos referidos concelhos indicadas nas fontes em anexo: ver Fontes e Bibliografia, 1.2.3.2.2.; dados para o Alentejo (1896) e Continente (1896, 1ª col. e 1902- 2ª col.) ver Anuário Estatístico de Portugal, Ano de 1930, Lisboa, I.N., 1931, p. 214 e "Terrenos Incultos em Portugal" in Portugal Agrícola, vol.VII, 1896-97, p. 224; António Mendes de Almeida, "A agricultura e o Orçamento Geral do Estado" in Portugal Agrícola, vol.XIX, 1908, p.183; A.Lobo Alves, "Aspectos do Problema Agrícola. A vinha e os vinhos na Economia Nacional" in Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, Vol. XXVI, 1924, p. 230.

consideráveis." 245

É claro que se no "inculto" forem consideradas todas as "superfícies que embora susceptíveis de cultura, não estão por ellas utilizadas, as que só accidentalmente o são e as

245 Cf. Gerardo A. Pery, 1878, 170 (tradução de Manuel Villaverde Cabral, 1974, 273)

TABELA 34

A quota do Alentejo (*) na Agricultura Nacional (em percentagem)

Indicador	1848\52	1858\70	1881-85	1900\06
Superfície totl População	27,4 8,2	27,4 8,5	27,4 8,4	27,4 8,2
Produções				
- cereais panificáveis	16,0	10,0	15,0	18,0
- arroz	5,5	7,4		4,6
- cereais (gado)	59,0	51,0	68,0	72,0
- legumes	15,6	13,5		
- Batatas	2,9	2,0		1,8
- Vinho	2,5	3,5	5,0	1,5
- Azeite	31,0	29,0	30,0	28,0 (1896\7)
- citrinos	7,6	10,5		
- cortiça				50,0 (aprox.)
- lã	30,2	29,6		39,0
Efectivo pecuário				
- cavalari	15,9	16,9		16,4
- mular	41,1	43,5		39,1
- asinino	25,6	22,7		21,7
- bovino	16,7	14,7		13,8
- ovino	26,6	25,5		25,1
- caprino	22,7	24,8		22,4
- suíno	24,1	26,5		24,1
- total (normal)	21,4	20,8		19,5

(*) só foi possível considerar os Distritos de Beja, Évora e Portalegre.
 Fontes: além dos dados da produção inseridos no Anexo II, 1, 2 ver Fontes
 em anexo (1.2.3.2.1. e 1.2.3.2.2).

que aproveitadas pela agricultura apenas produzem um rendimento mínimo", os resultados são necessariamente outros. Com este quadro analítico, em 1897, estava inculta no Distrito de Beja cerca de 43% da superfície agricultável o que também não permite supor um forte contraste com a situação

nacional (40%). ²⁴⁶

No entanto, foi sobre o Alentejo que se centraram grande parte das esperanças de desenvolvimento agrícola, acreditando-se nos seus amplos recursos e potencialidades. Ora, apesar da evolução verificada na Area de Évora e de o conjunto da região se situar entre as que, no país, geraram mais elevado produto agrícola por habitante, a verdade é que, em simultâneo, manteve um dos mais baixos produtos agrícolas por unidade de superfície e, mais importante, a evolução regional durante a segunda metade de oitocentos não foi suficiente para produzir um resultado que permitisse destacá-la com clareza no panorama agrícola nacional (Tabela 34). É certamente a consciência deste facto que se devem as críticas então formuladas e a exigência de reformas mais profundas. ²⁴⁷

3. Na historiografia agrária actual a tese da deficiência da estrutura fundiária (geralmente associada à incapacidade do liberalismo em realizar a reforma agrária adequada) tem sido apresentada como factor explicativo decisivo da lentidão dos progressos agrícolas registados na região meridi-

²⁴⁶ Cf. António Mendes de Almeida, " Valorização dos terrenos incultos" in Portugal Agrícola, Vol.XV, 1903-4, p. 174. Ver ainda Albert Silbert, 1978, 444 ss

²⁴⁷ Em 1900, a produção agrícola regional por hectare, num país em que só na zona do Porto alcançava mais de 250 francos, variava entre os 50 e 70 francos, enquanto por habitante era superior aos 200 francos, o máximo nacional: para estes dados ver cartas elaboradas por Anselmo de Andrade e publicadas em B.C.Cincinnati da Costa (e D.Luis de Castro), 1900a, 856 ss.

onal do país, assim como o reforço do modelo fundiário minifundista, seja visto como o principal elo causal estabelecido com o pouco sucesso da agricultura do norte. ²⁴⁸

É verdade que ao apreciar esta dualidade fundiária do país se procurou graduar a dimensão dos seus efeitos bloqueadores. Para alguns autores, na segunda metade de Oitocentos, "graças à vinha e também à emigração, o Portugal do Norte esboça o arranque [para a revolução agrícola!], enquanto o Sul estagna". No latifúndio meridional, a "imobilização da terra, possuída por grandes proprietários ausentistas", foi um instrumento estruturante de formas de poder social e de decisão que retardaram ou travaram todas as possibilidades de modernização e crescimento, foi o factor essencial do atraso agrícola, impossibilitando a difusão da mecanização e a alteração das condições sociais da produção agrícola, mudanças que era necessário terem sido realizadas para, por exemplo, manter níveis elevados de competitividade externa. Outros entendem que "a verdadeira questão agrária, enquanto freio ao desenvolvimento das forças produtivas, residia muito mais no minifúndio do que no latifúndio". ²⁴⁹

São apenas "nuances" de um mesmo nexos causal. Uma interpretação que tem ainda suporte numa vasta bibliografia

²⁴⁸ Para uma síntese do debate ver Jaime Reis, 1984

²⁴⁹ Cf. por ordem de citação: Pierre Leon (dir), 1982, 390-1; Miriam Halpern Pereira, 1983, 117, 305, 319; Manuel Villaverde Cabral, 1974, 21 e 25. Sobre outros aspectos relacionados com estas teses ver Jaime Reis, 1984, 10-11

que, analisando situações e contextos fundiários similares da periferia meridional europeia, acentua também a lentidão das mudanças agrícolas realizadas ao longo do século XIX associando-as aos modelos fundiários dominantes.

Os argumentos são conhecidos. Independentemente dos contrastes regionais e da inexistência de um modelo de crescimento mediterrânico, a Europa do Sul ou mediterrânica (Portugal, Espanha, a França meridional, Itália, Grécia e Turquia), a terceira das três Europas agrícolas, teve um progresso agrícola similar e limitado, pelas culturas tipicamente mediterrânicas ou monetárias (com limitações institucionais para Portugal) que desenvolveu, pelas metas produtivas que alcançou (em geral duplicou as produções) e meios técnicos e tecnológicos (tradicionais) que utilizou e pelos fracos resultados que obteve em termos de produtividade da terra e do trabalho. ²⁵⁰

Mas dentro desta Europa existiram diferenças regionais importantes nos ritmos de crescimento e mudança do sector agrícola: as zonas mais dinâmicas foram aquelas onde historicamente se desenvolveu ou implantou uma estrutura fundiária dominada pela propriedade mediana, normalmente baliçada entre os 10 e 300 hectares. Os exemplos apontados são os da Espanha oriental, como a Catalunha e Navarra, as províncias mais industrializadas e de mais elevados níveis

²⁵⁰ Cf. Pierre Leon, 1982, 389-391; David B. Grigg, 1978, 139-147.

de rendimento, e na Itália todo o norte, algumas zonas da Apúlia (p.ex. o "oásis" de Alberobello, a "Murgia dei trulli") e a periferia da Sicília, onde a especialização nos agrumes, depois da fase do enxofre e da diversificação agrícola (1815-1850), provocou uma rápida mutação para um novo equilíbrio, menos fragil e mais duradouro na valorização da terra e radicalmente distinto na distribuição da população. A estas agriculturas progressivas opõem-se tanto a que se realizava nas regiões latifundiárias do "Mezzogiorno" italiano, sul de Espanha e Portugal como as do minifúndio da Península ibérica do Noroeste, umas e outras com padrões fundiários que suscitavam métodos de exploração diversos mas similarmente ineficientes. ²⁵¹

Aceitando este ponto de vista e atendendo a que na estrutura fundiária portuguesa se acentuaram os dois modelos que mesmo no Mediterrâneo menos crescimento agrícola propiciaram (minifúndio no norte versus latifúndio no sul) percebe-se que a evolução da agricultura portuguesa durante o século XIX não só tenha alcançado um sucesso caricato se comparado com a da Europa do Norte, a da "revolução agrícola", como tenha ficado àquem das suas congéneres da Europa do Sul.

Pondo a questão noutros termos, pode admitir-se que se o Liberalismo português tivesse ultrapassado a tibieza com

²⁵¹ Ver Alan S. Milward e S.B.Saul, 1977, 221-236; Pierre Leon, 1982, 389-391; Ivan T. Berend e Gyorgy Ranki, 1982, 34; David B. Grigg, 1978, 139-147

que tratou os problemas fundiários e tivesse sido mais enérgico na promoção de uma redistribuição de terra no sentido de fomentar um modelo mediano, então a agricultura nacional poderia ter ido muito mais longe. Uma tese que como mostrei já era claramente sustentada no final de Oitocentos e que não é meramente especulativa já que pressupõe uma intervenção numa dinâmica social que corria em sentido inverso, o da manutenção ou mesmo reforço dos padrões existentes, facto que será necessário explicar.

No entanto, atendendo a alguma nebulosidade que persiste sobre a relação causal entre uma dada estrutura fundiária e as possibilidades de progresso agrícola, é talvez mais relevante interrogarmo-nos se mesmo com o padrão fundiário persistente era possível o Alentejo ter ido mais longe ou ter realizado com maior sucesso opções diferentes daquelas que foram tomadas.

É sempre difícil responder a este tipo de questões e não sei se é possível encontrar uma resposta perentória. Mas no debate sobre as possibilidades, limites e opções do crescimento agrícola desta região histórica naquele período, deve atribuir-se particular atenção às condições do mercado provavelmente tão importantes como os factores estruturais acima enunciados e relacionados com o sistema produtivo.

Durante a segunda metade do século XIX, correspondendo a uma maior integração da economia regional nas economias nacional e mundial, acentuou-se inegavelmente o carácter

comercial da agricultura alentejana, um facto que afinal caracterizou todo o Mediterrâneo. Como é natural, este processo acarretou uma maior dependência face às condições e exigências do mercado e, no caso em análise, estimulou a diversificação produtiva, sendo inegável o dinamismo e a capacidade de reacção reveladas: a forma como se desencadeou e evoluiu o interesse pela cortiça, o trigo e o vinho são exemplos suficientemente expressivos. ²⁵²

Neste quadro, os caminhos tentados pela sector agrícola alentejano foram em parte similares aos que a Europa mediterrânica em geral e as suas zonas latiundiárias em particular trilharam naquele período: expansão das plantações tradicionais (vinha e olival) e da fruticultura e em especial dos citrinos; exploração cada vez mais cuidada dos montados de azinho e sobro; e aumento da área cultivada de trigo, quando se acentuaram os mecanismos proteccionistas e dos preços garantidos. Contudo, das chamadas "cash crops" como o algodão, beterraba sacarina, tabaco e arroz, apenas esta última conheceu algum desenvolvimento nas margens do Sorraia, Sado e Mira. Este facto ficou a dever-se basicamente a impedimentos institucionais, que proibiram (caso do tabaco e arroz) ou limitaram (arroz) estas culturas, apesar das reclamações dos agricultores do sul no sentido da sua

²⁵² Sobre a integração da agricultura mediterrânica na economia mundial contemporânea ver p.ex. David Grigg, 1978

liberalização. ²⁵³

Já não se detecta a mesma similitude em relação à evolução pecuária. Em Espanha, na segunda metade do século XIX, o efectivo pecuário conheceu uma regressão geral, o que tem sido explicado por uma maior concorrência externa e, em particular, por factores internos, onde se destacam a desamortização liberal, que privatisou os comunais, e o movimento arroteador, que protagonizou o crescimento extensivo da cerealicultura. Na Estremadura e Andaluzia a regressão pecuária foi menos acentuada que a média nacional; no entanto, nestas províncias as criações ovina e suína devem ter tido menos importância do que no Alentejo. ²⁵⁴

O "modelo" alentejano evidenciou dois limites e deficiências fundamentais. Por um lado, tal como aconteceu com toda a agricultura portuguesa, teve dificuldade em manter níveis constantes e elevados de quotas e competitividade no mercado externo para alguns dos produtos (caso da cortiça, azeite, citrinos e vinho), revelando incapacidade ou impossibilidade de ultrapassar a concorrência crescente

²⁵³ Sobre a orientação que foi seguida em Portugal quanto às "cash crops", a articulação com os interesses coloniais e as polémicas que suscitou ver p.ex.: Relatório sobre a Cultura do Arroz em Portugal e sua influência na saúde pública, Lisboa, I.N., 1860, pp. 500-01; José Barata da Silva, 1861, 71-3; S.B.Lima, "A Cultura do Algodão" in O Archivo Rural, 1865, pp. 573-577; José Dionísio de Mello e Faro, "A Cultura do Algodão em Portugal" in O Archivo Rural, 1865, pp. 577-78; João Felix Pereira, "O arroz e os arrozais" in O Archivo Rural, 1865, pp. 583-5 e 669-71; R. de Moraes Soares, "Crónica Agrícola" in O Archivo Rural, 1865, p. 679; Visconde de Coruche, 1885, 35; Rodrigues Chicó, "A crise Agrícola" in Portugal Agrícola, vol.XIII, 1901-02, pp. 288-291.

²⁵⁴ Cf. Santiago Zapata Blanco, 1986, 615-631. Comparar os dados deste autor com os quadros 1.4.2. e 2.1. em anexo.

gerada entre os países do Mediterrâneo (que também tenderam a produzir e oferecer os mesmos produtos em quantidades cada vez mais elevadas) na disputa dos mercados de grande consumo, aqueles cuja importação realmente animou e num primeiro momento foi mesmo factor decisivo da forte expansão agrícola que se verificou em algumas zonas da Europa meridional, de que o caso da Sicília parece ser um dos mais espetaculares nos resultados alcançados. ²⁵⁵

Por outro lado, não conseguiu disputar o mercado interno de alguns produtos onde tinha que concorrer com outras regiões do país (o caso do vinho) ou enfrentar em termos de qualidade e preços a concorrência de produtos que outras regiões do Mediterrâneo (no caso dos azeites neutros) e outros continentes (trigo) produziam e faziam chegar ao país. Note-se que estas dificuldades não foram gerais a todas as agriculturas das regiões meridionais da Europa uma vez que estavam integradas ou a viver processos de integração em mercados nacionais muito mais vastos e regionalmente complementares que eram ou se tornaram os principais consumidores do produto agrícola. ²⁵⁶

²⁵⁵ Sobre as debilidades da exportação portuguesa neste período ver Pedro Lains, 1986, 404-410. Sobre o modelo de crescimento agrícola siciliano no século XIX ver Maurice Aymard e Giuseppe Biarizzo (dir), 1987, 7-22

²⁵⁶ Em 1903, era o Presidente da R.A.C.A.P., Oliveira Feijão que reconhecia que "produzimos pouco, temos poucos mercados, não produzimos em condições de competência, não exploramos judiciosamente as vantagens com que o clima nos auxilia, não tiramos enfim os proventos que podíamos tirar" ("O atraso da nossa agricultura" in *Portugal Agrícola*, vol. XV, 1903, pp. 10-11. Sobre a capacidade exportadora da agricultura portuguesa neste período ver Pedro Lains, 1986, 383, 386, 394, 399-400, 406-7. Ainda sobre o assunto ver Pierre Leon (dir.), 1982, 386-9; Luigi Masella e Biagio Salvemini (dir), 1989, 221-223; Maurice Aymard e

Pode afirmar-se que foram os esforços no sentido da dupla integração nos mercados nacional e internacional que moldaram a evolução do sector agrícola alentejano na segunda metade de Oitocentos, definiram o seu crescimento, exigiram a constante dispersão dos recursos e capitais mobilizados e acabaram por canalizar o interesse para as produções sobre as quais as limitações de mercado se sentiam menos ou foram suprimidas por intervenção de políticas sectoriais proteccionistas.

A prossecução duma alternativa exportadora apoiada por uma política externa agressiva em matéria de tratados comerciais -- uma solução que fez época nas relações económicas internacionais durante a "Longa Depressão" do final do século, foi reivindicada para o país no final de Oitocentos e tem sido apontada como uma das vias que poderia ter melhorado os níveis de exportação em alguns dos ramos em que o país detinha uma forte capacidade produtiva (cortiça e vinhos) -- poderia ter exercido efeitos positivos mas deve reconhecer-se que Portugal também nesta matéria suscitava um interesse marginal e revelava desvantagem pelo menos nas fracas contrapartidas que tinha para negociar, se tomarmos por termo de comparação países que podiam oferecer além dos mesmos produtos ou similares (Espanha, França, Itália) um amplo mercado interno. Esta debilidade foi seguramente uma

das razões que dificultou ou inviabilizou os esforços no sentido de dar concretização a uma "política económica internacional agrária firme e fixa" e contribuiu para o pouco êxito da "diplomacia que guiava o comércio na sua vida externa". 257

Fracassada a possibilidade de crescer por força de estímulos múltiplos, ameaçado o modelo de diversificação produtiva e de mercados na sua vertente externa em produtos como o vinho, o azeite, a cortiça e a carne, tendeu a afirmar-se a convicção num cenário de crescimento centrado na garantia da procura interna deixando à componente exportadora um papel menos relevante.

Esta perspectiva protagonizou a nova viragem na agricultura alentejana na passagem para o século XX, na expectativa de um sucesso menos instável com base numa especialização regional que passaria a estar garantida pelo proteccionismo pautal, pela partilha no abastecimento interno e pela limitação de algumas exportações primárias, susceptíveis de fomentar internamente mais valor acrescentado (a cortiça).

As componentes dominantes do produto agrícola na Área de Évora no início do Século XX, eram claramente produções destinadas ao mercado interno, que beneficiavam de preços

257 Cf. D.Luis de Castro, "Aspectos económicos do Projecto Vinícola" in Revista Agronómica, Vol.V, 1907, nº4, p. 103. Ver ainda: Oliveira Feijão, "O atraso da nossa agricultura" in Portugal Agrícola, Vol.XV, 1903-04, pp.10-11; Pedro Lains, 1986, 410.

garantidos e de condições de protecção face a produtos similares estrangeiros (trigo e carne), que não tinham regiões internamente concorrentes (trigo e produtos do montado) e algumas restrições em matéria de exportação (cortiça). Se tivermos em conta que este mercado interno era essencialmente representado pela procura da zona de Lisboa (como consumidora de bens alimentares e intermédia-ria de cortiça), este foi o momento da integração efectiva do Alentejo na Região Económica do Sul, polarizada pela zona industrial, que conhecia um crescimento acentuado desde a década de 1880, e portuária de Lisboa, ocupando nela a função especializada de centro abastecedor de produtos primários. ²⁵⁸

Independentemente da questão de saber se uma eventual reforma das estruturas fundiárias do Alentejo ao proporcionar uma agricultura presumidamente mais intensiva teria ou não permitido ultrapassar algumas das dificuldades de mercado acima apontadas, o que parece claro é a grande coerência entre a estrutura fundiária existente e o modelo de crescimento agrícola que se tentou promover a partir do final de oitocentos.

Excede os limites deste trabalho avaliar o resultado deste novo "modelo". Contudo diversos autores que tem analisado a evolução do sector agrícola na Europa mediterrânica

²⁵⁸ Ver J. David Justino, 1986, II, p. 764 ss; Jaime Reis, 1897, 212 e sgts

pós-crise do final de oitocentos tendem a enfatizar o papel negativo das políticas proteccionistas adoptadas, considerando-as como factor de: a) preservação dos produtores não eficientes; b) incentivo à baixa mecanização; c) aumento limitado na produtividade do trabalho. Efeitos que tem sido contestados para o caso da agricultura alentejana, onde já se conhece o impacto modernizador que provocou (difusão tecnológica e dos adubos etc.). Também em Espanha, à "crisis finisecular" sucedeu "un notable progreso cuantitativo e cualitativo en el sector agrário de Extremadura y Andalucia occidental". ²⁵⁹

4. CONCLUSÃO

Na interpretação da historiografia moderna sobre a economia alentejana da segunda metade do Século XIX, embora não tenham sido formuladas de uma forma sistemática, podem destacar-se três ideias básicas:

1º. Naquele período, o Alentejo foi um espaço em fase decisiva de integração na Região Económica do Sul, polarizada nos planos industrial, portuário e de mercado pela zona de Lisboa.

2º. O processo de integração, acelerado pela construção da rede ferroviária, traduziu-se na desdiferenciação da econo-

²⁵⁹ Cf. Santiago Zapata Blanco, 1986, II, 1167-68; David B. Grigg, 1978, 140; Jaime Reis, 1982.

mia regional que tendeu para a especialização agrícola.

3ª. A região por tradição assentava numa economia onde os cereais de sequeiro panificáveis tinham uma posição axial. Esta situação, esbatendo-se um pouco no terceiro quartel do Século XIX com a regressão da cerealicultura, acabou por consolidar-se no final do século em torno do trigo, facto para o qual a política pautal proteccionista então adoptada foi um estímulo decisivo. Neste quadro, diversificação produtiva, houve certamente, mas pouco mais foi do que uma pequena contribuição de algumas plantações (olival e vinha), do montado de sobro e pecuária de ovinos e montanheira que apenas atenuaram o vigor da dependência cerealífera. A apetência regional pela cultura cerealífera num contexto em que se estruturava um mercado mundial de produtos agrícolas foi a principal razão para o lento crescimento e ausência de mudanças expressivas na agricultura do sul.

Num plano geral, estamos perante uma situação de certo modo clássica: a dinamização de um polo de urbanismo (Lisboa), com as funções (procura crescente de produtos primários) e actividades económicas (secundárias e terciárias) modernas em crescimento, implicou a articulação a um "hinterland" cada vez mais amplo com funções complementares (a especialização produtiva primária em troca dos serviços e bens industriais).

No entanto, no caso em análise, ocorreu uma disfunção. A relação centro\periferia não foi tão reciprocamente es-

timulante como poderia ter sido. Se por um lado, uma parte crescente da produção industrial da zona de Lisboa penetrou no hinterland e forçou a sua especialização agrícola, este não foi capaz de responder com eficácia e competência às necessidades e oportunidades da procura (consumo urbano, comércio de exportação) lisboeta, num contexto de economia aberta. Daqui a tese segundo a qual na primeira fase do processo de crescimento económico moderno português foi a falta de dinamismo da agricultura que bloqueou a actividade industrial, recusando-se assim a interpretação inversa.

A análise realizada a alguns dos principais sectores da economia alentejana exige uma reapreciação desta interpretação. É pelo menos polémica não a validade de algumas ideias-base do modelo mas a sua cronologia. De facto, se o processo de integração do Alentejo na Região Económica do Sul foi um dado fundamental e irreversível, a evolução dos sectores industrial e primário durante a segunda metade do século XIX mostram que a economia da Região Histórica do Alentejo adquiriu um grau de diferenciação sem precedentes, tanto no plano produtivo como dos mercados, ficando assim prejudicada, por exemplo, a tese da desindustrialização regional naquele período.

Do meu ponto de vista, a partir de meados de Oitocentos, o Alentejo enveredou por uma experiência económica baseada na exploração das possibilidades produtivas não

apenas agrícolas mas também industriais, diversificou a oferta que dirigiu tanto para o mercado interno como externo. Este processo atingiu o seu auge no final do século que marca uma viragem fundamental para uma economia mais especializada sectorialmente (agricultura) e essencialmente virada para produtos destinados ao mercado interno. Isto significa que o efeito polarizador de Lisboa sobre a região económica que veio a liderar foi lento e é provável que na viragem do século, com o pacote reformista que marcou a política agrícola e industrial do país, tenham sido dados passos tão ou mais decisivos no processo de integração do que aqueles que se concretizaram durante o terceiro quartel de Oitocentos.

Se tivermos em conta o que se passou com actividades como a a mineração, a moagem e a indústria corticeira ou a forma como evoluiu o produto agrícola na Área de Évora é difícil aceitar a ideia de uma economia pouco dinâmica, característica que deve ser reconhecida independentemente do sucesso obtido, que foi limitado.

PARTE I - ANEXOS

CARTAS

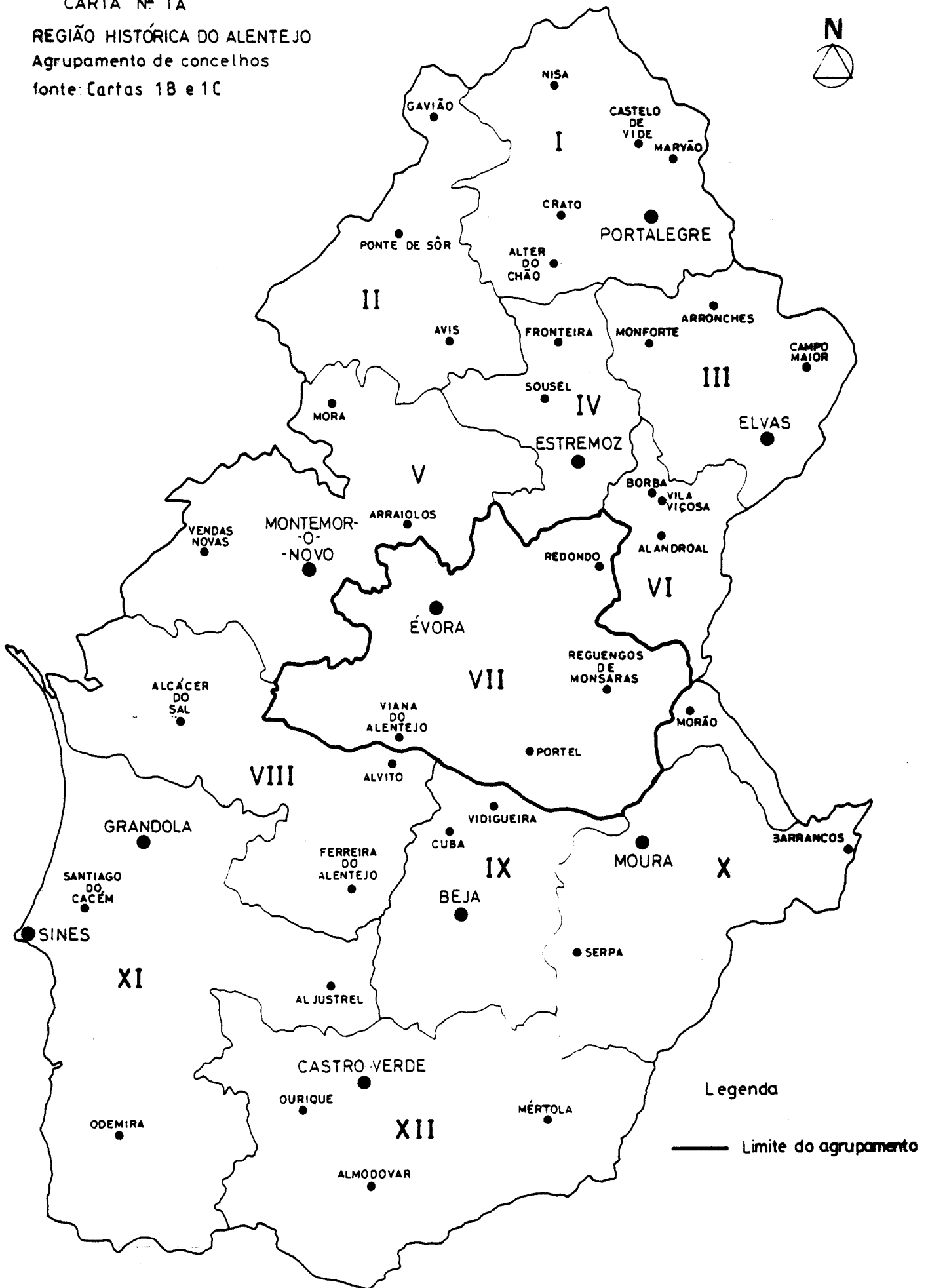
I - DADOS PARA A INDÚSTRIA CORTICEIRA

II- DADOS PARA O SECTOR AGRÍCOLA

CARTAS

- 1A. Região Histórica do Alentejo. Agrupamento de concelhos. Critério adoptado.
- 1B. Concelhos da Região do Alentejo afectados pelas reformas administrativas na segunda metade do século XIX.
- 1C. Região do Alentejo. Agrupamento de Concelhos. Critério da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.
- 2 . Áreas de Cultura e Incultos em 1867: Região Histórica do Alentejo

CARTA Nº 1A
REGIÃO HISTÓRICA DO ALENTEJO
Agrupamento de concelhos
fonte: Cartas 1B e 1C



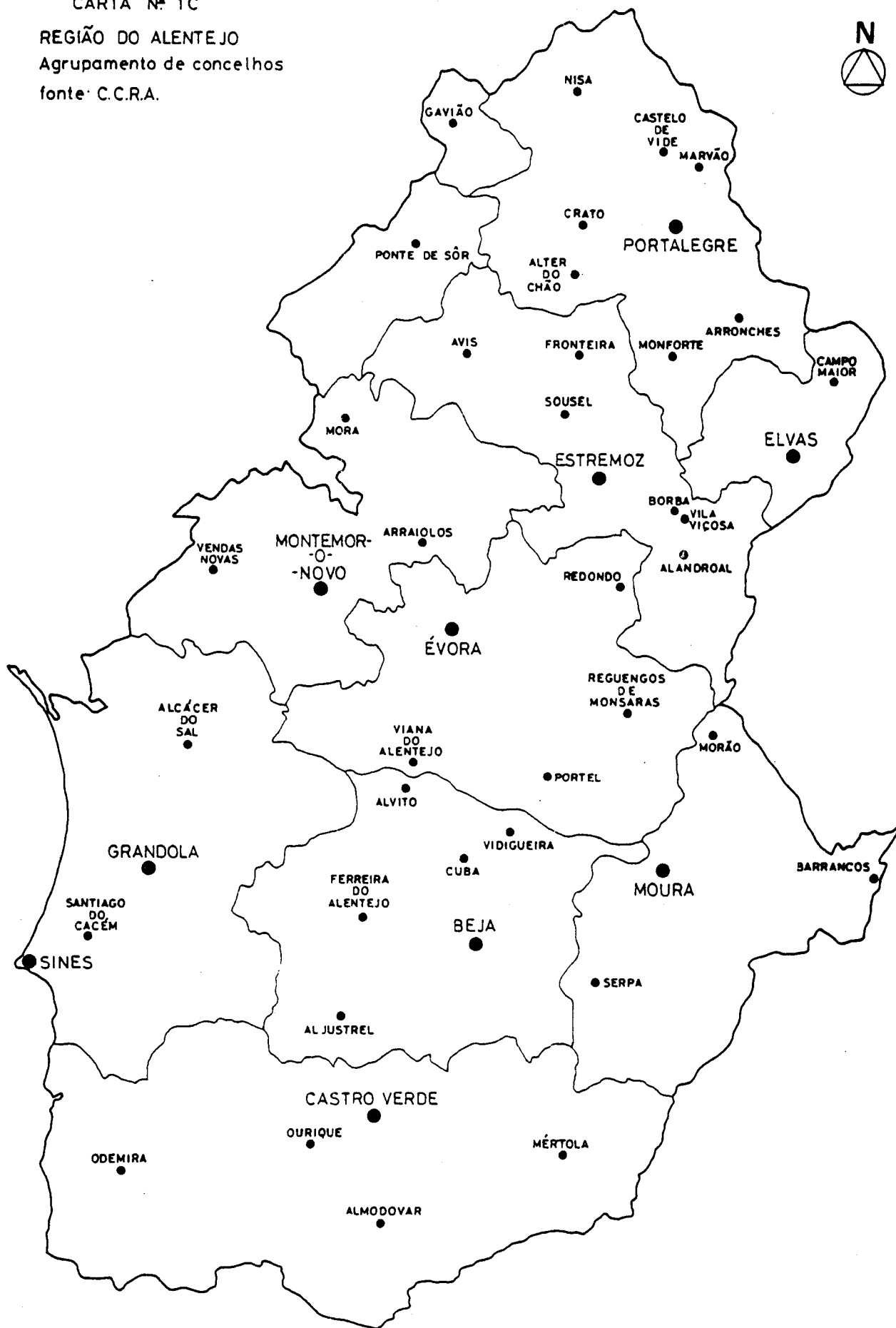
CARTA Nº 1 B
 CONCELHOS DA REGIÃO DO ALENTEJO



LEGENDA




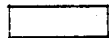
Concelhos afectados
 pelas reformas adminis-
 trativas na 2ª metade do
 sec. XIX.

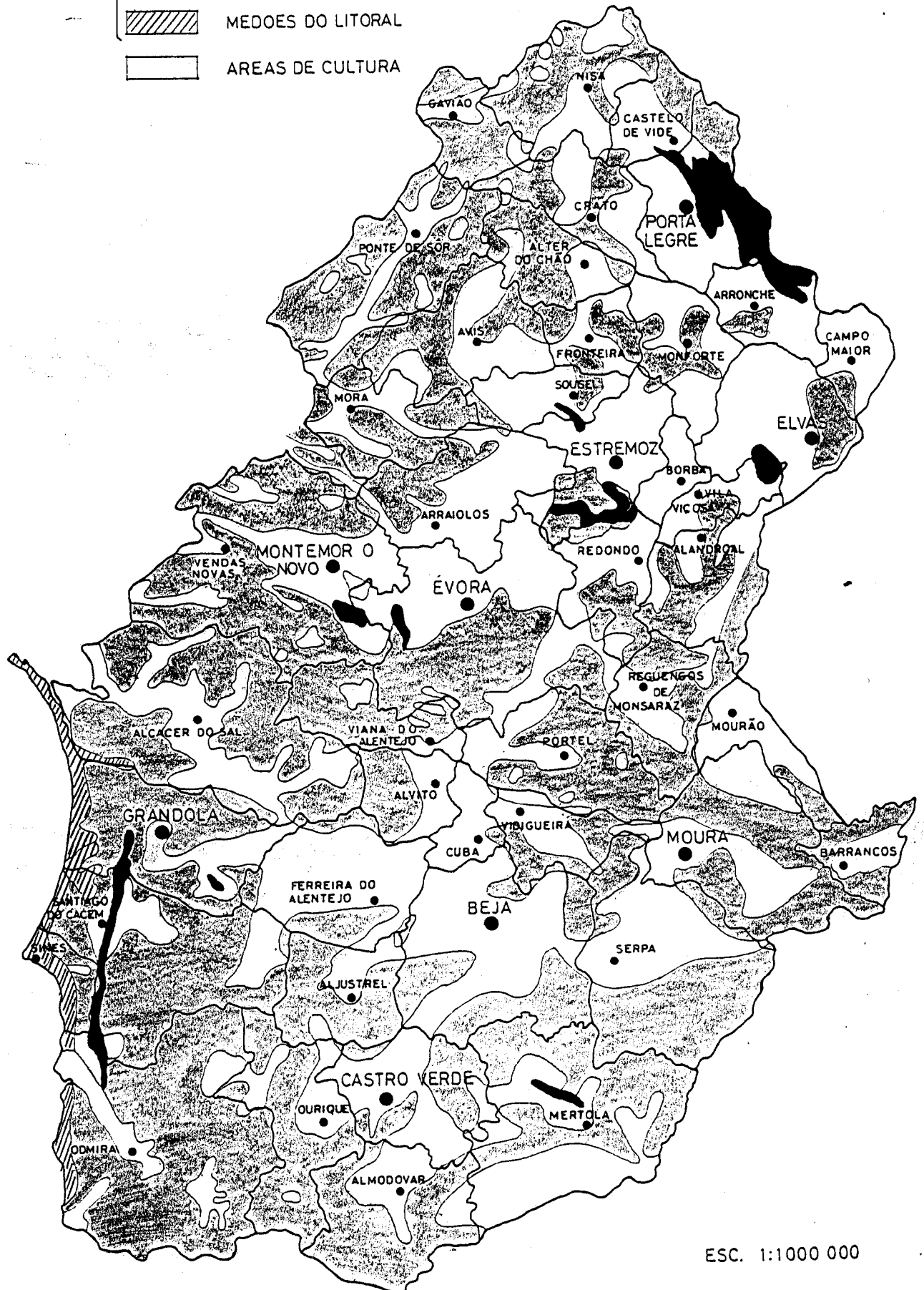
CARTA Nº 1C
REGIÃO DO ALENTEJO
Agrupamento de concelhos
fonte: C.C.R.A.



ESCALA 1:1000 000

CARTA 2
 ÁREAS DE CULTURA E INCULTOS EM 1867: REGIÃO HISTÓRICA DO ALENTEJO

TERRENO		TERRENOS DE CHARNECA
INCULTO		CUMEADAS INCULTAS
		MEDÕES DO LITORAL
		ÁREAS DE CULTURA



ESC. 1:1000 000

Fonte: "Esboço de uma carta representando terrenos cultivados e incultos de Portugal (...)" in Relatório acerca da arborização geral do país (...), Lisboa, A.R.C., 1868.

I - DADOS PARA A INDÚSTRIA CORTICEIRA

Quadro A. Cortiça Portuguesa: Exportação (1797-1943)

A.1. Em Peso (média anual)

A.2. Em Valor (preços correntes)

Quadro B. Distribuição Por Alfândegas de Saída da Cortiça
Exportada por Portugal, 1797-1831 a 1876:
em Percentagem do Peso

Quadro C. Fabricantes, Fábricas e Operários no Sector Corticeiro
em Portugal (1820-1930).

Quadro D. Fabricantes, Fábricas e Operários no Sector Corticeiro
na Região Histórica do Alentejo (1838-1930).

Quadro E. Exportação e Importação de Cortiça pelo Porto de Sines:
1844-1866

QUADRO A

CORTIÇA PORTUGUESA: EXPORTAÇÃO (1797-1943)

Legenda: 1- Virgem (se [] casca de sobro) 2- Prancha e em Bruto 3- Refugo 4- Aparas 5- Serradura 6- Rolha
7- Aglomerado 8- Quadros 9- Discos 10- Obra não espec. 11- TOTAL

A.1. EM PESO: média anual (000tn)

PERÍODO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1797-99	>0,00	1,24				0,04					1,26
1800-04		0,51				0,02					0,53
1805-09		0,96				0,01					0,92
1810-14		0,77				0,01					0,79
1815-19		0,77				0,01					0,79
1820-24		1,76				0,01					1,77
1825-29	0,24	1,87				0,02					1,89
1830-31		1,47				0,02					1,49
(...)		(..)				(..)					(...)
1843-48		3,39	††			0,15††					3,54††
1851-55		4,89				0,32					5,22
(...)		(..)				(..)					(...)
1865-69		10,86				0,39					11,25
1870-74		14,85				0,92					15,78
1875-79		13,05				1,25					14,30
1880-84		20,04				1,46					21,50
1885-89	0,45†	22,17		2,38	0,33†	1,87		0,19		> 0,00	27,39
1890-94	0,31	22,83		2,30	0,27	2,26		0,24		> 0,00	28,22
1895-99	0,47	28,15		9,67	0,23	2,90		0,29		> 0,00	41,72
1900-04	0,41	29,99		13,67	0,43	3,50		0,26		0,02	48,69
1905-09	0,57	35,55		19,92	0,80	3,94		0,38		0,04	81,19
1910-14	4,59	44,17		26,63	2,97	3,88		0,52		0,25	83,01
1915-19	2,96	26,01		27,15	5,17	3,82		0,38		0,12	85,62
1920-24	2,07	47,76		38,70	4,20	4,01	0,65†	0,67		0,16	98,16
1925-29	14,15	52,12		49,54	9,46	4,09	3,71	0,51	0,28†	0,31	134,19
1930-34	19,92	19,96	22,42	38,92	6,59	4,71	3,05	0,42	0,26	0,17	113,44
1935-39	27,29	20,21	30,61	59,28	6,82	5,54	3,30	0,67	0,68	0,29	154,71
1940-03	26,17	17,89	13,92	60,46	6,64	5,87	4,55	0,46	1,06	0,65	137,68

(†) São valores médios apenas dos últimos 2-3 anos do quinquénio (início da exportação) e no caso da col.7 é apenas da exportação do ano de 1924, o primeiro ano em que o "aglomerado" começou a ser exportado.

(††) Média só dos anos extremos

A.2. EM VALOR (média anual): 000 Contos (preços correntes).

PERÍODO	1	2	6	11	PERÍODO	2	10	11
1777	[0,24]			14,3	1861	421,0	29,5	450,5
1797-99		44,8	18,4	63,2	(..)	(..)	(..)	(..)
1800-04		19,2	8,3	27,5	1865-69	563,8	41,0	604,8
1805-09		41,3	3,0	44,3	1870-74	856,0	122,0	978,0
1810-14		27,1	6,3	33,4	1875-79	922,0	217,8	1146,8
1815-19		34,5	4,3	38,8	1880-84	2032,4	414,0	2451,4
1820-24		60,6	1,4	62,0	1885-89	2114,6	511,5	2701,0
1825-29	1,3	89,2	7,3	97,8	1890-94			3012,4
1830-31		59,4	6,9	66,3	1895-99	2571,6	740,7	3474,9
(..)		(..)	(..)	(..)	1900-04			3591,0
1843-48		161,0	10,5	171,2	1905-09			4038,0
1851-55		279,3	14,8	294,1	1910-14			4574,1
1856		355,0	20,0	375,0	1915-19			3704,6

Nota: entre 1797-99, falta o ano 1798; entre 1851-55, faltam os anos de 1852 e 1853; entre 1885-09, faltam, em valor e só para as colunas 2 e 10, dados para 1888-89 pelo que a média para aquelas colunas só inclui dados de 1885-87; os dados em valor para 1935-40 só inclui os anos extremos.

Conversões: os dados referentes à rolha exportada entre 1777- 1831 e parte de 1854 estão, na fonte, expressos em grosas; converti em toneladas usando a equivalência 1 milhar de grosas = 0,5 tn (1000 rolhas= 3 kgs) apesar das objecções que se podem colocar (sobre o assunto ver Santiago Zapata Blanco, 1986, I, 538). Quando expressos em arrateis e quintais usei a conversão = 0,459 kg e 58,74 kg respectivamente (Cf. E. Palma de Vilhena, 1902, 54; foi também o critério seguido por H.B. Bernardo (1948,70).

Fontes: A) Para 1777-1848 e 1885-1943: B.C. Cincinnato da Costa (e Luis de Castro) (dir), 1900, 653-4; Hernani de Barros Bernardo, 1944, 553-558; idem, 1946, 166 e 256 (série completa 1885-1943); idem, 1948. B) Para 1851-1884: Mappas Gerais do Comércio de Portugal com suas Possessões e Nações Estrangeiras (...) (para os anos de 1843, 1848, 1851 e 1855), Lisboa, I.N., 1849, 1851, 1855 e 1858; Mappas Gerais das Embarcações Entradas e Saídas e das Mercadorias Despachadas para Consumo e Exportação pelas Alfândegas do Reino e das Ilhas Adjacentes durante o Anno de 1854, Lisboa, I.N., 1854, pp 98 ss; Diário do Governo, 1870, nº 17 (só cortiça col. 2 em valor); Carlos A. de Sousa Pimentel, 1888, 208 (o autor refere duas categorias "cortiça em prancha" e "em obra"; lancei esta última na coluna 10); Miriam Halpern Pereira, 1983, 237 (contem algumas gralhas; considerei a coluna da cortiça em bruto como cortiça em prancha seguindo os dados de Carlos de Sousa Pimentel; a outra coluna fornecida pela autora é a da "cortiça trabalhada" que considerei "rolhas" porque assim se especifica em alguns mapas do comércio externo daqueles anos).

QUADRO B

DISTRIBUIÇÃO POR ALFÂNDEGAS DE SAÍDA DA CORTIÇA EXPORTADA
POR PORTUGAL, 1797-1831 A 1876: PERCENTAGEM DO PESO

Legenda: 1- em Prancha 2- em Obra 3- Total

ALFÂNDEGA	DELEGAÇÃO	1797-1831			1854			1871-72	1876			
		1	2	3	1	2	3	3	1	2	3	
MARÍTIMAS	V.Castelo											
		V.Castelo	0,57		0,56	0,18		0,17				
		Caminha	0,01		0,00	0,01		0,01				
		Total	0,58		0,56	0,19		0,18	0,14			
	Porto	Porto	52,20	10,0	51,20	14,10	82,6	15,83				
		V.Conde	0,07		0,07		0,4	0,01				
		Aveiro	0,13		0,13							
		Total	52,40	10,0	51,40	14,10	83,0	15,84	10,00	3,8	5,6	3,2
	Fig.Foz	F.Foz	0,80		0,79	1,18		1,15	0,00			
	Lisboa	Lisboa	9,20	69,0	10,87	22,50	15,9	22,30	60,31			
Setúbal		1,40	21,0	1,95	29,80	0,1	29,10	17,00				
Total		10,60	90,0	12,82	52,30	16,0	51,40	77,25	90,6	80,0	90,0	
Faro	-Faro-				10,90	0,5	10,60					
	Lagos				0,40		0,40					
	Portimão				20,70	0,4	20,20					
	Total	35,60	0,0	34,50	32,00	1,0	31,20	11,90				
TOTAL		100,00	100,0	100,00	99,77	100,0	99,77	99,35				
DA RAIÁ	Valença	Total										
	Chaves	Total				0,03		0,03				
	Bragança	Total				0,20		0,20	0,01			
	A.Ponte	Total						0,00				
	Idanha N.	Total						0,00				
	Elvas	Total						0,39				
	Portalegr	Total						0,23				
	Serpa	Total						0,00				
TOTAL					0,23		0,23	0,65				
TOTAL NACIONAL	(%) 000tn	100,0	100,0	100,0	100,00	100,0	100,00	100,00	100,0	100,0	100,0	
		36,6	1,0	37,6	4,97	0,1	5,07	15,78	16,2	1,1	17,0	

Nota: As alfândegas e delegações estão definidas conforme a reforma do Decreto de 23-12-1869

Fontes: Para 1797-1831: H.B.Bernardo, 1948. Para 1854: Mappas Gerais das Embarcações Entradas e Saída e das Mercadorias despachadas para Consumo e Exportação pelas Alfândegas do Reino (...) durante o anno de 1854, Lisboa, I.N., 1854. Para 1871 e 1872: Diário do Governo, 1872. Para 1876: Estatística do Movimento Marítimo e Comercial da Alfândega de Lisboa e suas Delegações no anno civil de 1876, Lisboa, I.N., 1877 e Estatística do Movimento Marítimo e Comercial da Alfândega do Porto, no anno civil de 1876, Porto, 1877.

QUADRO C

FABRICANTES, FÁBRICAS E OPERÁRIOS NO SECTOR CORTICEIRO EM PORTUGAL, 1820-1930

Legenda: A- Contribuintes colectados com "fábrica ou oficina de cortiça " ; 1- Preparação de cortiça 2- Transformação de cortiça; 3- total (1+2); FAB= Nº de Fábricas ou unidades de "Grande Indústria"; PI= Nº de oficinas ou unidades de "Pequena Indústria"; () = indica a fonte

ANO	IND.COLECT.(4)			UNIDADES PRODUTIVAS			Nº OPERÁRIOS	
	A1	A2	A3	FAB.	PI	TOTAL	2	3
1820								<100 (4)
1850				9-12 (3:4)				100-200 (4)
1852				4 (8)				
(..)								
1867				15 (4)				
(..)								
1877	22	24	46					
1878	25	27	52					
1879	21	26	47					
1880	16	29	45	16-19 (3:4)				
1881	14	32	46					
1882	21	27	48					
1883	24	48	72					
1884	30	56	86					
1885	25	48	73					
1886	31	52	83					
1887	35	54	89					
1888	38	58	96					
1889	33	61	94					
1890	34	64	98	52	67	119 (6:4)	2539 (4)	3616 (6)
1891	41	58	99					
1892	31	59	90					
1893	36	56	92					
1894	37	61	98					
1895	35	60	95					
1896	35	70	105					
1897	36	79	115					
1900						91 (1:3)	3500 (1)	5000 (4)
(..)								
1907	39	120	159					
1908	44	115	159					
1909	46	116	162					
1910	63	115	178					
1911	71	136	207					
1912	91	119	210				8000 (3)	
1913	91	135	226				7120 (3:7)	
1914	90	138	226			127 (3)	7000 (4)	
1915	106	143	249					
1916	109	149	258					
1917	116	159	275			218 (3:4)	6078 (4)	
1918	132	163	295				6078 (4)	
(...)								
1930						432 (4)		8840-10000 (4:5)

Fontes:

(1) B.C.Cincinnati da Costa (e Luis de Castro) (dir.), 1900, 653-4. (2) J.A.F. da Costa, 1935, 5-6. (3) Eduardo Ferreira Júnior, 1941, 5-6. (4) Hernani de Barros Bernardo, 1942, 10; *Idem*, 1948, 96; *idem*, 1946, 129-145 e 197-8. (5) Armando de Castro, "Cortiça" in Joel Serrão (dir), 1981. (6) Ver Inquérito Industrial de

QUADRO D

FABRICANTES, FÁBRICAS E OPERÁRIOS NO SECTOR CORTICEIRO

NA REGIÃO HISTÓRICA DO ALENTEJO (1838-1930)

Legenda: A- Contribuintes colectados com "fábrica ou oficina de cortiça": 1- Preparação de cortiça 2- Transformação de cortiça 3- total (1+2); FAB= Nº de Fábricas ou unidades de "Grande Indústria"; PI= Nº de oficinas ou unidades de "Pequena Indústria"; Be=Distrito de Beja; Ev= Distrito de Évora; Po= Distrito de Portalegre; Si=Concelho de Sines; SCA=Concelho Santiago Cacém; Gr=Concelho de Grândola; As= Concelho de Alcácer do Sal; ()= indica a fonte []= indica nº de operários ...-... = Nº FAB-PI

ANO	IND.COLECT.(5)			UNIDADES PRODUTIVAS E Nº OPERÁRIOS									
	A1	A2	A3	FAB.	PI	TOTAL	Be	Ev	Po	Si	SCa	Gr	As
1838										1-? (2;3)			
1845								1 (4) [60-70]					
1850										3-? (2) [72]			
1852								2 (4) [94]					
1866										2-? (3)	1-? (3)		
1878	8	8	16				6 (5)	7 (5)	3 (5)				
1879	9	9	18				9 (5)	8 (5)	1 (5)				
1880	7	12	19				10 (5)	8 (5)	1 (5) [680]				
1881	6	14	20	11			12 (5)	7 (5)	1 (5)				
1881							4-? (8)	5-? (4) [184]	1 (5) [560]			1-? (8)	
1890				26	31	57 (8)	8-4 (8) [150]	9-17 (8) [145]	1 (8) [>1200]		6-6 (8) [101]	2-1 (8) [34]	
1900							4-? (1)	19-? (1)	1 (1)				
1913								13-? (6) [470]			9-? (6) [520]		
1915	28	16	44										
1917							0-? (10)	28-? (10) [475]	0-? (10)	1-?(10) [44]	0-?(10)	2 [23]	0-?(10)
1930						147 (7)	8 (7)	79 (7)	8 (7)	21 (7)	15 (7)	15 (7)	1 (7)

Fontes

(1) B.C.Cinnato da Costa (e Luis de Castro) (dir.), 1900, 653-4. (2) Francisco Luis Lopes, 1850, 102-3. (3) António de Macedo, 1869, 104. (4) Ana Maria Cardoso de Matos, 1991a. (5) Estes dados referem-se apenas aos Distritos de Évora, Beja e Portalegre: "Mappas Estatísticos sobre o serviço da Contribuição Industrial no Anno de (...) no Continente do Reino - Número de Contribuintes Colectados em cada Districto por cada verba da Tabella Geral das Indústrias" in Anuário Estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas (...), Lisboa, I.N., 1881, 1882, 1883 e 1886 e Anuário Estatístico de Portugal, Ano de 1917, Lisboa, I.N., 1922, pp. 55-80; (6) Campos Pereira, 1915, 277. (7) Hernani Barros Bernardo, 1946, 132-3 e 153-6. (8) Inquérito Industrial de 1881 - Inquérito Indirecto - 3ª parte, Lisboa, I.N., 1882, pp. 39-41, 45-51 e 286 ss; e ver Tabela 14. (9) Diário do Governo, 1880, nº 79 (Petição dos Industriais de Portalegre). (10) "Estatística Industrial, Anno de 1917" in Boletim do Trabalho Industrial, nº 116, Lisboa, I.N., 1926

QUADRO E

CORTIÇA: EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO PELO PORTO DE SINES, 1844-1866

Legenda: A- Peso (toneladas) B- Valor (contos reis) 1- Portos Nacionais 2- Estrangeiro 3= 1+2
4= % de 3 sobre o valor global das exportações pelo porto

ANO	EXPORTAÇÃO DE PRANCHA				IMPORTAÇÃO DE CORTIÇA DE 1	% SOBRE EXP. NAC. DE PRANCHA (*)	
	A 3	1	B 2	3		4 (%)	A3
1844	641,9		[30,5]	[30,5]		23	24,0
1845	860,3		[40,8]	[40,8]			
1847	835,9		[39,7]	[39,7]			
1848	1082,2		[51,3]	[51,3]		27,3	27,8
(..)							
1851	[645,0]	0,82	32,2	33,0	50,8	6,2	13,0
1852	[537,0]	0,93	26,6	27,5	44,3	5,5	
1853	[1198,0]	1,30	60,0	61,3	59,0	8,4	
1854	[1338,0]	1,78	80,7	84,2	66,0	10,4	
1855	[1603,0]	3,22	88,2	91,4	66,0	19,6	27,0
1856	[1618,0]	3,10	89,2	92,3	66,6	16,9	33,4
1857	[1507,0]	0,13	83,2	83,3	58,0	54,4	
1858	[2896,0]	2,63	157,9	160,5	70,0	33,7	
1859	[2136,0]	0,72	117,6	118,3	71,0	23,8	
1860	[2190,0]	1,40	119,4	120,8	60,0	34,3	
1861	[2805,0]	1,70	153,2	154,9	68,0	63,6	[37,0]
1862	[3077,0]	11,70	158,4	170,0	68,0	81,6	
1863	[3349,0]	5,10	179,6	184,7	69,0	95,3	
1864	[3856,0]	5,10	207,6	212,7	75,0	117,3	
1865	[4257,0]	25,70	202,0	227,7	73,0	106,4	44,0
1866	[4164,0]	14,20	210,0	224,2	74,0	100,0	42,0

[] = Valores estimados com base no preço médio anual da exportação nacional de prancha. Nos casos em que não encontrei informação nacional usei o preço médio entre os anos do intervalo.

(*) No cálculo das duas últimas colunas considerei toda a prancha exportada pelo Porto de Sines porque a componente dirigida para o mercado interno é limitada até aos anos 60.

Fontes: Para 1844 a 1848: Francisco Luis Lopes, 1850. Para 1851 a 1866: António de Macedo, 1869

II - DADOS PARA O SECTOR AGRÍCOLA

0. ASPECTOS METODOLÓGICOS

- 0.1. Critério adoptado para a equivalência de medidas
- 0.2. Critérios adoptados em estimativas do produto pecuário no final do século XIX.

I. DADOS SOBRE A REGIÃO HISTÓRICA DO ALENTEJO

1. Dados para 1858\1865

- 1.1. Dados de base para a População Legal (1864) e área por grupos de concelhos da R.H.A usados para cálculos unitários de 1858\65.
- 1.2. Produção Vegetal Média (1858\65)
 - 1.2.1. Cereais
 - 1.2.2. Os legumes
 - 1.2.3. Vinho, Azeite, Fruta e Cortiça
- 1.3. Produção Pecuária Média (1858\65)
 - 1.3.1. Mel, Cera e Lã
 - 1.3.2. Produção de Carne
 - 1.3.2.1. Carnes Verdes consumidas nos talhos (média)
 - 1.3.2.2. Porcos que foram consumidos nos talhos públicos e em matanças particulares
- 1.4. Efectivo Pecuário Médio (1858\65)
 - 1.4.1. Em Cabeças Naturais
 - 1.4.2. Em Cabeças Normais
- 1.5. Posição dos grupos de concelhos da R.H.A com base no desvio em relação à produção agrícola e efectivo pecuário médios por hectare de superfície: 1858\65

2. Dados para a produção vegetal: 1823-1930

2.1. Trigo, Centeio, Milho e Arroz

2.2. Cevada, Aveia, Vinho e Azeite

II. DADOS SOBRE A ÁREA DE ÉVORA (GRUP.CONC. 7): 1851\56 A 1901\05

1. Produção agrícola média

1.1. Produção Vegetal

1.2. Produção Pecuária

1.2.1. A Produção de Carne: procedimentos e estimativa

1.2.2. A Produção Pecuária

2. Efectivo Pecuário

2.1. Total em cabeças naturais

2.2. Gado empregue na Agricultura e Manadio

3. Produto Agrícola

3.1. Produto Agrícola Bruto ou Total (P.A.T.): em contos de reis e a preços constantes (Base: preços médios 1858\65)

3.1.1. Produto Vegetal

3.1.2. Produto Pecuário

3.1.3. Por grupos de produtos

3.2. Produto Agrícola Final (P.A.F.): em contos de reis e a preços constantes (Base: preços médios 1858\65)

3.2.1. As Culturas Arvenses

3.2.1.1. Percentagem da produção total das culturas arvenses abatida para consumo dos gados e sementes

3.2.1.2. A parte das culturas arvenses no P.A.F. (contos)

4. Áreas de Cultura

4.1. Indicadores directos

4.1.1. Área das Culturas Arvenses (em hectares)

4.1.2. Área da Viticultura

4.2. Indicadores Indirectos

4.2.1. Sementeira de Cereais no Concelho de Évora (000HCL)

4.2.2. Estimativa da Área de Cultura de Cereais no Concelho de Évora (hectares)

5. Indicadores de Produtividade

5.1. Nas Culturas

5.1.1. Cerealicultura

5.1.1.1. Rendimento por semente

A) Dados das fontes

B) Estimativa com base na razão colheita\semente

5.1.1.2. Rendimento por hectare

5.2. Peso Médio do gado (em quilos).

0. ASPECTOS METODOLOGICOS

0.1. Critério adoptado para a equivalência de medidas

A estatística oficial até à década de 1860 oscilou entre o uso das medidas dos distritos, que variavam significativamente no país, e a conversão dos dados da produção às medidas de capacidade para os secos e líquidos de Lisboa.

Para uniformizar as séries adoptei como critério a conversão dos dados dos distritos alentejanos com base nas medidas para secos e líquidos dos concelhos-sede de distrito e para o cálculo nacional utilizei a média das medidas dos concelhos sedes de todos os distritos do Reino. Assim, apliquei as seguintes tabelas equivalências:

Quintal = 58,75 quilos
 Arroba = 14,688 quilos
 Arratel = 0,459 quilos

Batatas : 1 alq. = 11 Kg e 100 l = 66,5 kg
 Azeite : 1 alq = 9,58 litros
 Mel : 1 alq. = 9,58 litros (aprox.) e 100 l = 120 kg
 Frutos Secos : 1 alq. = 14,4 litros = 3,672 kg
 Citrinos : 1 milheiro = 166,6 kg

Peso em kg do Hectolitro (100 litros) de

Trigo	- 76,0 kg	Fava	- 77,5 kg
Cevada	- 70,0 Kg	Ervilha	- 79,0 kg
Aveia	- 47,5 kg	Feijão	- 76,0 kg
Centeio	- 73,5 kg	Lentilhas	- 81,5 kg
Arroz	- 72,5 kg	Tremoço	- 47,5 kg
Batatas	- 66,5 kg	Frutos secos	- 25,5 kg (*)
Mel	- 120,0 kg		

(*) segundo cálculo a partir de fontes (Cf. A.D.E.:N.6.C.) mas em Anado de Seabra e J.M.Brandeiro (1910), 100 l de castanhas = 60 a 66 kg

Ainda com aplicação específica, as seguintes:

	BEJA	EVORA	PORTALEGRE	CONC.LIT.*	NACIONAL
Moio = 60 alq. =	800,4	870,0	820,8	881,16	877,1 litros
Pipa = 25 alm. =	453,0	435,0	441,0	483,0	530,0 litros
Almude =	18,2	17,4	17,6	19,3	21,2 litros

* Alcácer do Sal, Grândola, Sines e S.Cacém (média).

Sobre o assunto consultar:

- A.D.E.: N.G.C.: Mçs 58, 281 e 445

- Mapas das Medidas do Novo Systema Legal Comparadas com as Antigas Medidas dos Diversos Concelhos do Reino e Ilhas, Lisboa, I.N., 1861

- F. Palma Vilhena, Guia Agrícola Práctivo e Portátil, Porto, Liv. Chardron, 1902.

- Amado de Seabra e J.M.Brandeiro, Almanach da Agricultura e Carteira do Lavrador para 1910, Lisboa, 1910.

- B.C.Cincinnati da Costa (e L. de Castro), Le Portugal au Point de Vue Agricole, Lisboa, I.N., 1900, pp. 778

0.2. Critérios adpotados em estimativas do produto pecuário no final do século XIX.

Nas Monografias dos Concelhos de Évora, Portel e Ferreira do Alentejo publicadas no Boletim da Direcção Geral da Agricultura no final do século XIX [1890 (nº12), 1894 (nº10) e 1895 (nº3)], a estimativa do produto pecuário limitou-se ao cálculo do rendimento bruto do gado de pastoreio permanente ou manadio (bovino, ovino e caprino), para induzir daí o rendimento das pastagens, e do gado suíno, incluído no rendimento dos montados. Assim, tomando como base o efectivo pecuário do Recenseamento de 1870 (mas corrigido), estimaram-se os produtos seguintes:

Carne: Nº e peso das cabeças destinadas para carne (bovinos, suínos, ovinos e caprinos).

Productos lácteos (convertido em queijo): pelas ovelhas de alavão ou criadeiras (= 2\3 do total fêmeas), admitindo-se um produto anual por cabeça de 3 kg de queijo ou 1000 reis; e pelo efectivo das cabras de criação, admitindo-se um produto anual por cabeça equivalente a 200 queijos (pequenos) ou seja cerca de 13,3 kg. Em leite, a produção anual por cabeça era de 120 litros (Concelho de Évora).

Lã: produzida pelo efectivo ovino (nuns casos apenas se considerou o efectivo adulto e noutros todo o efectivo), admitindo-se um velo ou produto per capita de 1,5 kg (para cabeças de lã preta) e 1 kg (para cabeças de lã branca) (concelhos de Portel e Ferreira) ou de 1,38 kg (em média por cabeças: Concelho de Évora)

Estrumes: nas monografias dos concelhos de Évora e Portel foram omitidos, e na de Ferreira do A. admite-se ser a sua produção " um dos fins principais a que, na maior parte das explorações agrícolas, os gados são destinados", e apesar de ser " fácil calcular aproximadamente a quantidade produzida" o autor não entrou " com esse elemento no cálculo do rendimento dos gados, porque pelo regimen de pastoreação, em geral usado, a maior parte do estrume é perdido para o lavrador, porque em uma parte de o anno os gados são apascentados em terrenos de charneca". Para compensar esta omissão o autor não inclui nas despesas do gado a decorrente da pastoreação das diversas espécies que admite representar aproximadamente o valor do estrume aproveitado nas culturas.

Trabalho anual: no rendimento anual dos bovinos incluiu-se os dias de trabalho prestados, estimando-se que os bois trabalhavam por cabeça 180 dias e os bezerros produziam de trabalho 90 dias\ano.

Para o cálculo destas componentes teve-se em consideração:

a) A distribuição dos efectivos concelhios respectivos do modo seguinte:

Efectivo Total
(Base: dados do Recenseamento de 1870 corrigidos, em percentagem)

	Évora*	Portel	Ferreira
BOVINOS			
Touros			0,8 %
Bois	44,6 %	44,6 %	44,7 %
Vacas	33,3 %	31,0 %	32,0 %
Vitelos	1,2 %		
Bezerros	20,7 %	20,3 %	6,0 %
Crias		4,1 %	16,5 %
Total	100,0 %	100,0 %	100,0 %
OVINOS			
Ovelhas	72,3 %	77,0 %	72,3 %
Carneiros	14,8 %	10,2 %	14,6 %
Crias\borrg.	12,9 %	12,8 %	13,1 %
Total	100,0 %	100,0 %	100,0 %
CAPRINOS			
Cabras	72,5 %	66,0 %	75,6 %
Chibatos	10,6 %	16,2 %	10,8 %
Crias	16,9 %	17,8 %	13,6 %
Total	100,0 %	100,0 %	100,0 %

* Nesta época o concelho de Évora incluía o de Viana do Alentejo

b) o seguinte destino ou função do efectivo pecuário (percentagem sobre o nº de cabeças de cada tipo, pelo que a leitura é horizontal):

Nos Bovinos (%)

	Évora		Portel		Ferreira	
	1	2	1	2	1	2
Bois (100%)	20	100	16	100	11	100
Bezer. (100%)	0	100	0	-	0	100
Vitelos(100%)	100	0	-	-	-	-
Crias (100%)	-	-	50	50	100	-
Total (100%)	10	-	9	-	21,6	-

Legenda: 1= % para talho\carne (ou vendidos, e neste caso nem sempre é claro que a venda fosse para marchantes ou talho, especialmente no que se refere às crias) ; 2= % destinada ao trabalho

Nos Ovinos (%)

	Évora				Portel				Ferreira				
	2	3	4	5	2	3	4	5	1	2	3	4	5
ovelha(100%)	-	67	33	-	-	67	33	-	-	-	67	33	100
carnei(100%)	15	-	-	-	?	-	-	-	-	?	-	-	100
crias (100%)	75	-	-	-	75	-	-	-	83	83	-	-	100
Total (100%)	12	-	-	91	8?	-	-	88	-	11	-	-	100

1= % dos que vingam 2= % dos vendidos 4= % do Alfeire 3= % do Alavão 5= % dos que produzem lã
? = a fonte é omissa

Nos Caprinos (%)

	Évora			Portel			Ferreira		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
cabras (100%)	-	5,7	94,3	-	-	100	-	-	100
Chibatos(100%)	100?	-	-	58	-	-	62,5	-	-
Crias (100%)	60	-	-	75	-	-	100	-	-
Total (100%)	20?	-	-	23	-	-	20,3	-	-

1= % dos "vendidos para talho ou para carne" ou "vendidos" 2= % das leiteiras 3= % das de criação

Também B.C. Cincinato da Costa e D.Luis de Castro (1900, pp.317 e sgts), além do valor comercial do efectivo pecuário nacional, procuraram estimar o valor dos diferentes produtos que este gado fornecia anualmente. Mas incluíram todas as espécies de gados e um número mais significativo de produtos como se mostra

no quadro seguinte:

Legenda Geral:

- 1= % de cabeças (100%= efectivo total da espécie) 2= Peso Médio por cabeça (Kg)
 3= Qt de leite por ano e por cabeça (litros) 4= 000Kg de estrume por cabeça\ano
 5= Nº dias trabalho por cabeça\ano 6= Kg de lã produzida por cabeça\ano
 7= % de cabeças que forneceram peles ou gorduras (= a 1 da col. Carne ou seja = ao nº de reses abatidas)
 8= Kgs de cebo e gordura produzidos por cabeça abatida

GADO MAIOR

Espécie	Efectivo Total	Carne		Leite		Estrume		Trabalho		Peles 7	Cebo\Grd.	
		1	2	1	3	1	4	1	5		7	8
BOVINOS	817000	100		100		100		100				
Bois\Vacas		14	200							14	14	10
Vitelos		4,2	30							4,2		
Vacas leit.				2	600							
Vcs leit\trab.				30	90							
Adultos						91	10					
Jovens						9	3					
Bois\Vcs trab.								87	200			
CAVALAR	90000					100	5,6	76	200	1,6		
MUAR	59100					100	6,8	94	200	3,0		
ASININO	146500					100	3,9	93	200	3,5		

GADO MENOR

Espécie	Efectivo Total	Carne		Leite		Estrume		Lã 1 6	Peles 7	Ceb\Grd	
		1	2	1	3	1	4			7	8
OVINOS	3064100	100		100		100		100			
Carne\oveilh.		33	10						33	33	0,3
Alavão				37	18						
Adultos						73	0,5	73	2		
Jovens						27	0,2				
CAPRINOS	998680	100		100		100		100			
Chib.\cabras		33	14						33	33	0,3
Cabras lacta				50	50						
Adultos						85	0,5				
Jovens						15	0,2				
SUINOS	1200000	100									
Porcos		60	80							60	10
Adultos						47	0,8				
Jovens						53	0,4				

I. DADOS SOBRE A REGIÃO HISTÓRICA DO ALENTEJO

1. Dados para 1858-1865

1.1. Dados de base para a População Legal (1864) e área por grupos de concelhos usados para os cálculos unitários de 1858\65.

GRUPOS CONCELHOS	POPUL. LEGAL		AREA	
	1864	%	Ha	%
GRUPO 1	43860	12,1	218947	8,7
GRUPO 2	14433	4,0	182548	7,2
GRUPO 3	29993	8,3	161244	6,4
GRUPO 4	21455	5,9	103796	4,1
GRUPO 5	23206	6,4	258214	10,2
GRUPO 6	17892	5,0	88459	3,5
GRUPO 7	46792	12,9	341281	13,5
GRUPO 8	17809	5,0	238931	9,5
GRUPO 9	32951	9,1	162571	6,4
GRUPO 10	30001	8,3	222990	8,8
GRUPO 11	43505	12,0	423891	16,8
GRUPO 12	39506	11,0	328271	13,0
REGIÃO	361403	100,0	2731143	100,0

Agrupamento de concelhos: ver Carta 1A neste Apêndice

Fontes: Estatística de Portugal. População: Censo no 19 de Janeiro de 1864, Lisboa, I.N., 1868; "Superfície do Reino de Portugal avaliada em hectares por Distritos e Concelhos" in Diário do Governo, 1868, nº 215, p. 2334 corrigida por dados da C.C.R.A. (Análise e Diagnóstico da Situação regional, Vol.IV - Sectores Económicos, Évora, MAI-CCRA, 1983.

1.2. Produção Vegetal Média (1858\65)

1.2.1. Cereais (000hcl)

GRUPOS CONCELH	1 TRIGO	2 CENT.	3 MILHO	4 ARROZ	5 CEVAD	6 AVEIA
GRUPO 1	32,7	52,1	6,01	0,27	3,2	0,9
GRUPO 2	11,6	4,0	10,43	2,85	2,2	0,2
GRUPO 3	73,8	20,3	1,08	0,00	28,0	15,0
GRUPO 4	71,1	9,9	3,61	0,00	33,7	29,3
GRUPO 5	35,3	22,0	4,06	5,22	24,8	1,6
GRUPO 6	34,0	9,6	0,17	0,01	35,4	13,8
GRUPO 7	190,8	41,2	0,39	0,16	89,0	11,1
GRUPO 8	46,3	3,3	2,42	29,40	4,9	2,9
GRUPO 9	135,4	0,6	0,23	0,00	19,9	10,0
GRUPO 10	69,0	3,9	0,09	0,00	15,3	31,0
GRUPO 11	43,5	4,0	6,55	14,55	5,2	9,0
GRUPO 12	47,6	2,0	0,05	0,00	10,3	19,7
REGIÃO	791,1	172,7	35,10	52,50	271,8	144,5

Agrupamento de concelhos: ver Carta 1A neste Apêndice

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.2.2.

1.2.2. Legumes e Tubérculos (000hcl e batata= 000kg)

GRUPOS CONCELH.	1 FEIJÃO	2 GRÃO	3 FAVAS	4 CHICH.	5 ERVIL.	6 LENTI.	7 TREMÇ.	8 TT.LEG.	9 INHAME	10 BATATA
GRUPO 1	2,35	0,37	0,80	0,13	0,047	0,001	0,11	3,81	0,008	1234,8
GRUPO 2	2,59	0,18	0,30	0,17	0,004	0,000	0,07	3,31	0,000	24,5
GRUPO 3	0,68	2,79	1,86	2,55	0,036	0,000	0,79	8,72	0,000	235,1
GRUPO 4	8,13	2,87	4,67	2,97	1,125	0,000	0,57	20,34	0,000	586,9
GRUPO 5	0,85	0,16	0,54	0,05	0,013	0,005	0,08	1,69	0,010	208,6
GRUPO 6	1,01	0,54	0,63	0,22	0,061	0,003	0,07	2,54	0,005	90,6
GRUPO 7	0,83	0,35	1,67	0,51	0,018	0,012	0,22	3,60	0,000	115,1
GRUPO 8	0,77	0,26	0,36	0,35	0,008	0,000	0,03	1,78	0,000	74,0
GRUPO 9	0,10	3,26	1,44	1,02	0,042	0,049	0,12	6,03	0,040	95,4
GRUPO 10	0,20	1,48	1,18	0,55	0,053	0,005	0,21	3,68	0,000	173,0
GRUPO 11	1,33	0,39	0,40	0,46	0,056	0,003	1,30	3,94	0,000	94,3
GRUPO 12	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)
REGIÃO	18,83	12,60	13,90	8,98	54,33	0,08	3,58	59,45	0,06	2932,4

Agrupamento de concelhos: ver Carta 1A neste Apêndice

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.2.2.

1.2.3. Vinho, azeite, fruta e cortiça

Colunas 1 a 4 = 000hcl

Colunas 5 a 8 e 10 = 000kg

Coluna 9 em unidades

GRUPOS CONCELHO	1 VINHO	2 AGUARD.	3 VINAGR	4 AZEIT	5 CASTANH	6 AMENDO	7 NOZES	8 AVELAS	9 CITRINOS	10 CORTIÇA
GRUPO 1	3,51	0,06	0,02	13,43	535,90	0,06	52,1	1,27	898,8	127,0?
GRUPO 2	1,03	0,00	0,00	3,00	0,80	0,00	4,7	0,00	6721,8	(..)
GRUPO 3	6,54	0,71	0,76	8,58	0,00	3,57	29,0	0,00	18822,9	(..)
GRUPO 4	3,26	0,44	0,43	6,83	0,00	0,01	19,1	0,00	397,3	(..)
GRUPO 5	2,64	0,24	0,35	3,35	0,08	0,09	7,4	0,01	2000,1	(..)
GRUPO 6	7,53	0,68	1,44	3,90	0,43	0,17	16,1	0,00	1830,4	(..)
GRUPO 7	9,02	1,01	1,04	7,90	0,22	4,18	9,1	0,02	3862,6	(..)
GRUPO 8	6,59	0,21	0,15	3,62	0,00	0,02	1,3	0,00	24285,0	52,6
GRUPO 9	17,87	0,52	0,49	6,98	0,00	1,25	1,7	0,00	4412,5	3,8
GRUPO 10	5,15	0,56	0,35	9,18	0,00	1,70	1,5	0,00	566,8	12,1
GRUPO 11	1,06	0,01	0,00	0,66	1,90	0,00	0,3	0,00	3325,0	437,0?
GRUPO 12	1,04	0,03	0,00	0,48	0,00	0,33	0,1	0,00	247,8	347,7?
REGIÃO	65,24	4,45	5,02	67,88	539,36	11,39	142,4	1,29	67370,7	(1)

(1) Dados apurados são insuficientes

Agrupamento de concelhos: ver Carta 1A neste Apêndice

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.2.2.

1.3. Produção Pecuária Média (1858\65)

1.3.1. Mel, Cera e Lã (milhares de quilos)

GRUPOS CONCELHOS	COLMEIAS		Lã (OVINOS)			ANINHO			Lã TOTAL
	MEL	CERA	BRANCA	PRETA	TOTAL	BRANCO	PRETO	TOTAL	
GRUPO 1	23,7	5,6	171,4	12,0	183,4	0,0	0,0	0,0	183,4
GRUPO 2	30,1	5,7	21,1	11,3	32,4	0,0	0,0	0,0	32,4
GRUPO 3	8,7	1,9	195,5	0,9	196,2	0,0	0,0	0,0	196,2
GRUPO 4	7,5	3,0	164,9	9,6	174,5	10,8	1,2	12,0	186,5
GRUPO 5	22,8	9,9	35,9	36,9	72,8	8,7	7,9	16,6	89,4
GRUPO 6	10,3	2,4	49,2	13,4	62,6	6,1	1,9	8,0	70,6
GRUPO 7	61,8	21,6	63,5	160,9	224,3	11,5	28,0	39,5	263,8
GRUPO 8	8,9	7,9	13,6	22,4	36,1	0,0	0,0	0,0	36,1
GRUPO 9	9,8	6,7	30,8	99,1	129,9	0,0	0,0	0,0	129,9
GRUPO 10	20,4	12,3	32,4	72,2	104,6	0,0	0,0	0,0	104,6
GRUPO 11	29,9	25,7	12,2	20,7	32,9	0,0	0,0	0,0	32,9
GRUPO 12	34,7	32,4	42,3	59,0	101,3	0,0	0,0	0,0	101,3
REGIÃO	268,6	135,1	832,7	518,3	1351,0	37,1	39,0	76,1	1427,1

Agrupamento de concelhos: ver Carta 1A neste Apêndice

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.2.2.

1.3.2. Produção de carne

1.3.2.1. Carnes verdes consumidas nos talhos (Média)

GRP.CNC	Nº RESES ABATIDAS				PESO EM QUILOS				PESO UNIT./KG			
	Bv	Ov	Ca	Su	Bv	Ov	Ca	Su	Bv	Ov	Ca	Su
GRUPO 1	175	7565	5758	507	19388	67537	60069	28945	111	9	10	57
GRUPO 2	29	1232	1838	223	3478	10428	19243	16178	119	8	10	72
GRUPO 3	349	1091	9309	4569	44873	14235	116217	297500	129	13	12	65
GRUPO 4	299	1487	2809	1059	34616	18600	31947	76087	116	13	11	72
GRUPO 5	295	3740	3786	1861	37742	54457	53126	147270	128	15	14	79
GRUPO 6	87	854	3996	1388	10731	11197	52003	69258	123	13	13	50
GRUPO 7	938	8268	5397	1764	118688	105786	88904	130896	127	13	16	74
GRUPO 8	130	1174	2224	653	16047	12971	29804	39180	123	11	13	60
GRUPO 9	98	4932	3329	1361	12081	54260	44605	81660	123	11	13	60
GRUPO 10	141	3549	2936	1515	17372	39034	39339	90900	123	11	13	60
GRUPO 11	217	1283	5507	1422	26749	14115	73790	85320	123	11	13	60
GRUPO 12	182	4797	5779	2442	22445	52769	77445	146520	123	11	13	60
REGIAO	2940	39977	52668	18800	364422	455389	686492	1209714	124	11	13	64

Nota metodológica: Para o período 1858\1865 as fontes consultadas apenas forneceram o nº de reses abatidas nos talhos e respectivo peso para os concelhos do Grupo 1 ao Grupo 7. A estimativa a que procedi para os grupos 8 a 12, que engloba os concelhos do Distrito de Beja e Litoral Alentejano, assentou na metodologia seguinte: dispondo do efectivo pecuário e do volume de carne verde vendida nos talhos para 1849, admiti que a relação existente entre estas duas variáveis se manteve estável até aos anos 1860, ou seja que a carne em verde vendida nos talhos variou na mesma proporção que o efectivo pecuário. Assim por espécie foi aplicada a seguinte fórmula: Total de Carne em verde consumida nos talhos do Distrito Beja (1849) x Efectivo Médio 1858\65 : Efectivo do Distrito de Beja (1849) Outro método testado foi o do consumo por habitante extrapolado a partir de 1849: mas o resultado obtido foi muito elevado. A aplicação de ambos os procedimentos ao Distrito de Évora, para onde disponho de informação para os dois períodos, permitiu fazer contraprova que deu uma grande credibilidade ao método adoptado porque os desvios da estimativa em relação aos dados das fontes foram muito baixos. Sobre o peso adoptado para a conversão das cabeças em volume de carne ver também António Macedo e Silva, 1869, 104 (1 porco= 70kg)

Agrupamento de concelhos: ver Carta 1A neste Apêndice

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.2.2.

1.3.2.2. "Porcos que foram consumidos nos talhos públicos e em matanças particulares": média 1861\1870

GRP CNC	Nº RESES	PESO Kg	PESO P.UNID (kg)
GRUPO 5	2402	187565	78
GRUPO 6	2998	231163	77
GRUPO 7	6482	526906	81
D.ÉVORA	13314	1059003	79

Agrupamento de porcos: ver Carta IA neste Apêndice

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.2.2. ("Mapas Demonstrativos da quantidade de gado suíno que concorreu aos mercados de (Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo) durante o período decorrido de (Nov\Dez a Fev\Mar: saída dos montados) e da quantidade daqueles que foi consumido nos outros porcos deste Distrito")

1.4. Efectivo Pecuário Médio (1858\65)

1.4.1. Em cabeças naturais:

GRUPO CNC	CAVALAR	MUAR	ASININO	BOVINO	LANIGERO	CAPRINO	SUINO
GRUPO 1	1499	989	3370	12807	88383	32498	26764
GRUPO 2	336	1823	5887	22766	156343	77739	46081
GRUPO 3	1309	1413	3115	9910	52660	18098	17986
GRUPO 4	795	1626	1659	5001	41847	13919	8468
GRUPO 5	850	893	1896	10131	40274	32627	16876
GRUPO 6	437	1138	1496	3393	24310	14082	10039
GRUPO 7	1983	2665	4435	15977	140830	26189	26604
GRUPO 8	1111	924	824	5899	21010	11115	7728
GRUPO 9	1051	2884	2989	4441	87886	16635	16121
GRUPO 10	868	1937	3223	6386	63224	14671	17936
GRUPO 11	1818	922	1583	9833	22862	27519	16838
GRUPO 12	1344	2600	4123	8251	85471	28882	28910
REBIAD	13400	19813	34597	114794	825099	313974	240350

Metodologia: quanto ao gado cavalari, exclui os cavalos dos regimentos militares e serviços públicos. Nos casos em que a fonte apenas fornece os dados distritais, procedi à correcção com base nos anos imediatamente contíguos, admitindo assim que o número de cabeças não conheceu alterações significativas.

Agrupamento de porcos: ver Carta IA neste Apêndice

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.2.2.

1.4.2. Em cabeças normais:

GRUPO CNC	CAVALAR	MUAR	ASININO	BOVINO	LANIGERO	CAPRINO	SUINO	TOTAL
GRUPO 1	1499	989	1685	12807	8035	2954	6691	34660
GRUPO 2	336	1823	2943	22766	14213	7067	11520	60669
GRUPO 3	1309	1413	1557	9910	4787	1645	4497	25118
GRUPO 4	795	1626	829	5001	3804	1265	2117	15438
GRUPO 5	850	893	948	10131	3661	2966	4219	23667
GRUPO 6	437	1138	748	3393	2210	1280	2510	11714
GRUPO 7	1983	2665	2217	15977	12803	2381	6651	44676
GRUPO 8	1111	924	412	5899	1910	1010	1932	13198
GRUPO 9	1051	2884	1494	4441	7990	1512	4030	23403
GRUPO 10	868	1937	1611	6386	5748	1334	4484	22367
GRUPO 11	1818	922	792	9833	2078	2502	4209	22154
GRUPO 12	1344	2600	2061	8251	7770	2626	7227	31879
REGIÃO	13400	19813	17299	114795	75009	28543	60087	328945

Metodologia: A normalização do efectivo pecuário faz-se com base na relação de peso entre as espécies. Há uma diferença clara entre o critério adoptado no Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870 (Lisboa, I.N., 1873, p. 8) e os propostos por J.J.Costa Júnior (1947, 34) e J. Póvoas Janeiro (1965, 273 e sgts); do primeiro, aproxima-se o adoptado por J.David Justino (1986, II, 981). Mas todos eles revelam também uma assinalável divergência com o resultado efectivo da aplicação do critério do Recenseamento de 1870 (que acaba por ter em conta a composição mais aproximada para cada uma das espécies (ver a este propósito o comentário de Rodrigo de Moraes Soares na p.8 do dito Recenseamento...). Para a região do Alentejo, a relação obtida através do peso da massa pecuária consumida nos talhos naquela época (fiz cálculos para 1868, 1870 e 1879 com base na informação A.D.E.:N.G.C: Mçs 63, 281 e 445) torna evidente que no Recenseamento de 1870 o peso do chamado gado menor e particularmente dos suínos foi subestimado. Por esta razão adoptei como critério de normalização o proposto por J.J.Costa Júnior e J. Póvoas Janeiro, a saber: 1 cavalar = 1 muar = 1 bovino = 2 asininos = 11 ovinos\caprinos = 4 suínos.

Agrupamento de concelhos: ver Carta 1A neste Apêndice

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.2.2.

1.5. Posição dos Grupos de Concelhos da R.H.A. com base no desvio em relação à produção agrícola e efectivo pecuário médios por unidade de superfície total: 1858\65

Legenda

Posições:

- 1- Desvio igual ou superior ao dobro da média regional 2- Posição intermédia entre 1 e 3
 3- Igual à média regional ou apenas com um desvio de 15% 4- Posição intermédia entre 3 e 5
 5 - Posição igual ou inferior a metade da média regional ()- não produz ou não tem

Artigos:

Tr-trigo Cn-centeio Ar-Arroz CVA-Cevada\Aveia Cr-Cereais Lg-Legumes Vi-Produtos vinícolas Az-Azeite
 Fs-Frutos Secos Ct-citrinos Cv- Gado cavalari Mr- Gado mular Bv-Gado Bovino Ov-Gado Ovino Cp-Gado Caprino
 Su- Gado Suino Gt- total efect. pecuário

GRUPOS CONCELH.	CULTURAS ARVENSES						ARB. E FRUTIC.				EFFECTIVO PECUARIO							
	Tr	Cn	Ar	CVA	Cr	Lg	Vi	Az	Fs	Ct	Cv	Mr	As	Bv	Ov	Cp	Su	Gt
Grupo 1	4	1	5	5	4	4	4	1	1	5	2	4	2	2	2	2	2	2
Grupo 2	5	5	3	5	5	3	5	4	5	2	5	2	1	1	1	1	1	1
Grupo 3	2	1		2	2	1	2	1	4	1	1	2	2	2	3	3	2	2
Grupo 4	1	2		1	1	1	2	1	4	5	1	1	2	3	2	2	3	2
Grupo 5	5	2	2	4	4	5	5	4	4	5	4	5	4	3	4	3	4	4
Grupo 6	2	2		1	2	3	1	2	5	4	2	2	2	3	3	2	2	3
Grupo 7	2	2		2	2	4	3	3	5	5	2	3	3	3	2	4	3	3
Grupo 8	4	5	1	5	4	5	3	4	5	1	2	4	5	4	5	5	5	5
Grupo 9	1	5		2	2	2	1	2	5	3	2	1	2	4	2	3	3	2
Grupo 10	3	5		2	3	4	3	2	5	5	3	2	3	4	3	4	3	3
Grupo 11	5	5	2	5	5	5	5	5	5	5	3	5	5	4	5	4	4	5
Grupo 12	4	5		4	5	(?)	5	5	5	5	3	3	3	4	3	4	3	4

Metodologia: produções médias ou efectivo pecuário / área total do grupo de concelho

Dados Base: Anexo II, I, 1.1, 1.2 e 1.4.

2. Dados sobre a produção vegetal: 1823-1930

Legenda: Bj.= Distrito de Beja Ev.= Distrito de Évora
Prt= Distrito de Portalegre Tt = Total dos três distritos

Nota: faltam os concelhos do litoral alentejano

2.1. Trigo, Centeio, Milho e Arroz (milhares de hectolitros)

ANO	TRIGO				CENTEIO				MILHO				ARROZ			
	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt
1823		326	112			101	51			8	6					
(..)																
1835		419				145				4						
(..)																
1838		401														
1839	419	450				177				4						
1840	296	280				88				4						
1841	329	312				113										
(..)																
1845	394	305	272	971	18	102	137	257	8	4	28	40				
1846	269	162	149	580	9	50	67	126	7	3	14	24				
1847	334	273	222	829	12	70	109	191	7	4	20	31		4		
1848	401	310	250	961	11	80	129	220	7	7	18	32	4	4	0	8
1849	331	279	205	815	7	74	125	206	6	5	25	36	1	4	1	6
1850	263	226	211	700	8	122	97	227	5	6	29	40	3	4	1	6
1851	457	376	394	1227	13	123	154	290	5	4	24	33		5		
1852	591	415	330	1336	17	137	154	308	8	5	27	40	2	4	1	7
1853		319		1039		101		201		5		34		5		
1854		377		1217		97		209		5		29		6		
1855		291				106				6				3		
1856	112	65				17				3				6		
1857		402				100				4				7		
1858		255				79				4				7		
1859	253	244	115	612	4	57	70	131	5	4	17	26		6	4	
1860			168					81				17		4	4	
1861	336	250				109				7	3			4	5	4
1862	233	230	104	567	4	70	56	131	5	5	22	32	4	4		
1863			168					87				23		4	3	
1864	516	422			6	100			6	6			2	6	3	11
1865	398	281	182	861	18	65	82	165	6	6	21	33	1	6	2	9
1866		328				102				9				3		
1867		127				53				6				2		

ANO	TRIGO				CENTEIO				MILHO				ARROZ			
	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt
1868		354				100				7				6		
1869														5		
1870		304				66				5				6		
(..)																
1875		280				46				3						
1876		284				54				4						
1877		211				38				11						
1878		193				36				10				0		
1879		223				62				18				0		
(..)																
1882	361	253	316	930	9	107	174	290	7	22	21	50				
1883	318	255	349	922	1	64	120	185	16	16	20	52		0		
1884	318	252	297	867	11	90	153	254	16	14	32	62				
1885	370	285	203	858	8	47	74	129	7	19	25	51				
(..)																
1892		179														
1893	350	198														
(..)																
1899	447	195														
1900	595	234														
1901	805	601	524	1930	30	48	160	238	6	6	23	35				
1902	908	1242	550	2700	30	66	77	173	9	40	29	78				
1903	627	776	398	1801	28	37	59	124	11	26	77	114				
1904		401				48				38				4		
(..)																
1908		491														
1909		673														
1910		880											1			
1910*	1080	1010	592	2682	21	19	94	134	16	16	58	90		6		6
1911	1020	691														
(..)																
1915	595	429											1	7		
1916	710	493			17	33			5	9			2	1	6	9
1917	747	466	359	1572	22	31	67	120	18	23	71	112				
1918																
1919	764	463	390	1617	17	30	83	130	23	20	45	88	3	4	7	14
1920	895	626	527	2048	22	41	111	174	19	24	56	99	4	4	9	17
1921	839	516	435	1790	21	37	91	149	16	22	55	93	3	4	9	16
1922	808	552	530	1890	23	52	89	164	13	19	56	88	3	4	10	17
1923	1052	814	749	2615	27	57	105	189	5	14	31	50	1	5	8	14
1924	880	677	551	2108	23	46			2	8			1	4		
1925	1227	803	606	2636	24	48	71	143	4	8	73	85	1	3	8	12
1926	839	609	454	1902	0	38	51	89	5	7	35	47	1	3	5	9
1927	1057	766	571	2394	27	42	72	141					2	4	4	10
1928	720	467	395	1582												
1929	902	694	574	2170												
1930	1173	889	662	2724	19	52	71	142	4	12	82	98	2	5	5	12

* "Produção normal"

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.1 e 1.2.3.2.2.

2.2. Cevada, Aveia, Vinho e Azeite (milhares de hectolitros)

ANO	CEVADA				AVEIA				VINHO				AZEITE			
	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt
1823		177														
(...)																
1835		239														
(...)																
1838																
1839		269														
1840		130														
1841		125				24										
(...)																
1845																
1846	62	70	63	195												
1847	82	122	77	281												
1848	79	164	90	333					40	30	15	85	13	17	10	40
1849	59	135	77	271	74	17	22	113	19	14	4	37	4	5	11	20
1850	61	159	93	313	89	56	21	166								13
1851										17						
1852	115	227	110	452	89	75	22	186	51	31	21	103	12	19	13	44
1853		204				78				27				11		
1854		160				59				20				8		
1855		119				46				24				34		
1856		28				9				15				16		
1857		176				56				11						
1858	40	173				37				29				23		
1859	38	220	35	293	58	36	19	113	21	21	10	52	22	8	7	37
1860			54				29				13		19	25		
1861	51	111			89	31				30			15	6		
1862	41	117	25	183	61	33	19	113	35	23	10	68	27	33	38	98
1863			46				25			35	13		9	10	30	49
1864		287			107	50			24	21	13	58	26		24	
1865	77	167	194	438	79	38	35	152	69	23	10	102				
1866		161				40				26				24		
1867		130				10				27				5		
1868		204				25				33				23		
1869										47				10		
1870		235				37				33				31		
1871										46						
1872										47						
1873										36						
1874										33						
1875		215				36				32						
1876		257				53				33				12		
1877		164				58				46				24		
1878		158				51				25				18		
1879		165				66				36						
1880														23		
1881									22	52	14	88	34	16	37	77
1882	124	221	98	443	104	63	75	242	70	79	35	184	36	52	86	174
1883	102	222	101	425	108	104	161	373	36	71	22	129	28	46	43	117
1884	100	196	85	381	97	116	116	329	36	68	25	129	29	28	41	98
1885	131	115	41	287	114	146	29	289	32	134	12	178	21	18	26	65

ANO	CEVADA				AVEIA				VINHO				AZEITE			
	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt	Bj	Ev	Prt	Tt
(..)																
1898									52	89	11	152				
(..)																
1901	180	237	130	547					42	1	19	62				
1902	256	263	136	655					36	1	20	57				
1903	183	227	92	502					39	17	21	77				
1904		316					175									
(..)																
1910*	196	456	59	711	381	250	99	730	30	79	24	133	19	19	17	55
(..)																
1916	120	113			337	426										
1917	195	110	47	352	484	468	191	1143	18	33	20	71	57	40	37	134
1918													29	23	28	80
1919	136	109	67	312	521	401	207	1129	34	55	16	105	29	27	32	88
1920	171	158	82	411	657	563	303	1523	26	46	11	83	33	20	26	79
1921	163	160	75	398	625	550	249	1424	24	56	14	94	28	32	28	88
1922	161	176	82	419	620	552	272	1444	26	50	13	91	47	29	37	113
1923	225	255	120	600	828	826	395	2049	22	60	14	96	24			
1924	188	210			640	629			19	58	14	91	49	39	40	128
1925	219	209	89	517	644	620	291	1555	45	45	14	104				
1926	145	138	71	354	447	527	267	1241	38	36	11	85				
1927	190	176	86	452	502	560	295	1357	58	87	25	170				
1928																
1929									41	74	25	140	87	89	85	261
1930	212	213	126	551	805	754	439	1998	30	41	18	89	23	20	20	63

* Produção "normal"

Fontes: ver Fontes: 1.2.3.1 e 1.2.3.2.2.

II. ÁREA DE ÉVORA (GRUP.CONC. 7): 1851\56 A 1901\05

1. Produção agrícola média

1.1. Produção vegetal

PRODUTOS	MEDIDA	1851\55	1858\65	1866\70	1876\80	1881\85	1886\90	1901\05	
CEREAIS	TRIGO	000HCL	189,0	190,8	175,0	140,7	106,3	170,0	272,0
	CENTEIO	000HCL	47,6	41,2	40,7	16,0	31,1	20,3	21,5
	CEVADA	000HCL	81,1	89,0	119,8	122,0	102,5	126,9	164,8
	AVEIA	000HCL	5,0	11,1	9,6	17,4	25,4	35,6	127,1
	MILHO	000HCL	0,4	0,4	0,7	0,4	0,6	0,8	11,5
	ARROZ	000HCL	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
LEGUMES E TUBERC.	FEIJO	000HCL	0,9	0,8	0,6	0,2	0,3	0,9	2,1
	GRÃO	000HCL	0,5	0,4	0,3	0,5	0,4	0,3	1,0
	FAVAS	000HCL	2,8	1,7	1,6	2,3	1,9	2,5	6,2
	CHICHAROS	000HCL	0,4	0,5	0,5	0,3	0,8	0,6	1,1
	ERVILHAS	000HCL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	LENTILHAS	000HCL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	TREMOÇOS	000HCL	0,3	0,2	0,3	0,5	0,7	1,8	1,1
	BATATAS	000KG	117,0	115,1	149,7	124,8	95,6	94,7	151,8
FRUTI- CULT.	CITRINOS	000UNID	2078,0	3862,6	5000,0	7500,0	10065,0	6000,0	1250,0
	FRUT SECS	000KG	5,5	13,5	27,9	13,2	14,9	14,9	14,9
VINHA	VINHO	000HCL	8,2	9,0	17,7	19,7	41,1	74,6	30,0
	AGUARDEN.	000HCL	1,0	1,0	2,3	1,8	1,9	3,4	1,7
	VINAGRE	000HCL	1,0	1,0	2,7	2,3	1,6	2,9	0,0
OLIVAL	AZEITE	000HCL	8,8	7,9	7,3	9,5	7,4	16,0	15,0
SOBRO	CORTIÇA	000KG	300,0	600,0	1000,0	1600,0	2560,0	4000,0	5300,0

FONTES: ver Fontes 1.2.3.2.2.2.

Nota Metodológica:

Para o período 1851\55 os dados de base só são completos para os cereais; nos restantes produtos falta informação para 2 ou 3 dos seguintes anos 1852, 1853 e 1854. De 1858\65 a 1881\85 ATÉ 1885, o volume médio das produções foi calculado com base em dados para todos os anos, produtos e concelhos do grupo. Para o período 1886\90 fez-se uma boa cobertura para todas os géneros excepto os frutos secos e azeite, cujas produções foram estimadas a partir das variações registadas nos concelhos com dados disponíveis. Dificuldades similares surgiram no período 1901-1905 para os produtos vinícola e olivícola (dados só para 1904 que assumi como representativos do período; quanto à produção frutícola ela é fornecida agregada e em toneladas pelo que assumi que a produção de frutos secos permaneceu estável e a diferença converti em citrinos (1 milheiro= 166,6 kg). Finalmente para a cortiça, as fontes apenas fornecem dados para os dois últimos quinquénios; para 1858\65 a produção média não era inferior a 600 toneladas (ver este estudo p.101-2), e assumi que entre este período e o de 1886\90 a produção cresceu a um ritmo regular.

1.2. Produção pecuária

1.2.1. A produção de carne: procedimentos e estimativa

Para a estimativa da produção de carne na Área de Évora adoptei os seguintes procedimentos:

A. A Área de Évora tal como o distrito não importava gado para abate (Cf. Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, Parte II, p. 206) pelo que a Produção = consumo de carne (talhos e matanças particulares) + exportação. O volume de carne diz respeito a carne limpa; nos casos em que foi necessário proceder a uma estimativa utilizou-se a fórmula seguinte:

Peso em carne limpa = nº de cabeças x peso médio por cabeça no talho no período considerado

B. Consumo:

B.1. Quanto ao consumo realizado na Área, até 1890 só foi necessário estimar o abate particular de ovinos e caprinos já que as fontes fornecem dados sobre o abate total (talhos e matanças) de suínos. Seguindo o critério adoptado para o cálculo do produto agrícola regional para 1858\65, considerou-se que não se faziam abates particulares de bovinos.

B.2. A fonte (mapas das "Carnes verdes consumidas ...") inclui informação para o abate particular de espécies para alguns concelhos entre 1856 e 1870. Pude assim verificar que o abate particular de cabeças de ovinos e caprinos era pelo menos equivalente a 70% e 36% do abate para os talhos, respectivamente.

B.3. Os dados mais deficientes são para o período 1901-1905 já que a informação disponível apenas abrange os concelhos de Évora, Viana e Mourão pelo que estimei o consumo admitindo que a quota do efectivo abatido entre 1870 e 1890 (9% de bovinos, 10% de ovinos, 25% de caprinos e 21% de suínos) se manteve estável (a conversão das cabeças em carne limpa fez-se com base nos pesos médios verificados nos talhos de Évora, Viana e Moura em 1901-05).

C. Exportação:

C.1. Por coerência com a estimativa para a Região (1858\65) apenas considerei a exportação (equivalente a carne limpa) de gado bovino e suíno realizada pela Área de Évora para o Distrito de Lisboa, embora seja conhecido que este comércio envolvia gados de todas as espécies e que tendeu a aumentar durante a segunda metade do século XIX estimulado pelos "bons preços que o gado tem nos mercados" (Cf. Recenseamento Geral dos Gados (...) em 1870, Lisboa, I.N., 1873, 2ª Parte, pp. 206-211) e particularmente pela procura lisboeta: "o número sempre crescente de animais abatidos (no matadouro municipal de Lisboa) para consumo accusa, a par da melhoria na alimentação pública, um progresso notável na indústria pecuária do país, visto ser exclusivamente a produção nacional a

fornecedora de gado para aquelle fim " (Cf. "Relatório do Intendente de Sanidade Pecuária de Lisboa, relativo ao anno de 1890" in Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 4º Ano, nº 14, Lisboa, I.N., 1892, p. 1363). Também os relatórios que acompanham a estatística ferroviária confirmam o "aumento do número de cabeças transportadas" pelo C.Ferro do Sul e Sueste (Cf. p.ex. Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, Dados Estatísticos relativos à construção e exploração (...) no anno decorrido de 1 de Janeiro de 1900 a 31 de Dezembro de 1901, Lisboa, I.N., 1903, p. 22-3 e mapa nº 4)

C.2. Para estimar o gado suíno exportado recorri à informação directa fornecida pelos "Mapa(s) demonstrativo(s) da quantidade de gado suíno que concorreu aos mercados de (Estremoz, Évora e Montemor (...))" no período de 1854 a 1870, onde são especificadas a origem das cabeças (do distrito ou de fora do distrito) e o número das que foram vendidas com destino a Lisboa. Assim foi possível apurar que a exportação de suínos do Distrito de Évora para a capital compreendeu em média um volume de cabeças que alcançou as seguintes quotas do efectivo distrital: 1854\1856 = 25,8%; 1858\1865= 31,5% 1866\1870= 25,7%. Sendo razoável aceitar que a exportação envolvia gado de todo o distrito, admito que o contributo da Area de Évora era uma parte similar do seu efectivo suíno e não tendo outros elementos para o período posterior a 1870, admito a persistência de uma quota de 25% até ao final do século XIX.

C.3. Para o gado bovino não tenho qualquer indicador de exportação. A estatística do Caminho de Ferro do Sul e Sueste mostra a circulação de algumas (poucas) centenas de cabeças de gado grosso mas o movimento das estações não prova a origem do gado. Recorri por isso a outra via. No final do século XIX, admitiu-se que nos concelhos de Évora, Viana do Alentejo e Portel cerca de 9-13% do gado bovino era vendido para abate. Deste modo, como o abate particulares deste tipo de gado era limitado a exportação foi estimada do modo seguinte:

Export. de Bovinos = 11% do efectivo bovino - cabeças abatidas nos talhos da Area de Évora.

Assumo ainda que a maior parte do gado exportado destinava-se a Lisboa.

D. Estimativa da produção média de carne limpa

1851\1856 (4)		Cabeças				Toneladas de carne limpa (3)			
		Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno	Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno
Consumo	1. Talho	1171	5552	6800	501	149,7	74,6	80,4	36,9
	2. Matança	0	3886	2448	5030	0,0	52,0	29,0	370,0
	3. Total	1171	9438	9248	5531	149,7	126,6	109,5	406,9
Exportação	Total	594	0	0	7542	75,4	0,0	0,0	555,8
Produto	Total (1)	1775	9438	9248	13073	225,1	126,4	109,5	962,7
Taxa abate	em % (2)	[11]	7	35	44				

(1) Produção de carne = 1.3.+2

(2) Taxa de Abate = nº cabeças abatidas x 100 : Efectivo pecuário; se entre [] = valor assumido (ver metodologia)

(3) peso p. cabeça em carne limpa nos talhos e em Kg: Bov.= 199 Ovin= 14 Caprin= 16,1 e Suíno= 75,2

(4) Dados só para 1854-1856

1858\1865		Cabeças				Toneladas de carne limpa (3)			
		Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno	Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno
Consumo	1. Talho	934	8111	5270	967	114,4	102,8	86,1	73,6
	2. Matança	0	5678	1897	5322	0,0	71,5	30,9	405,0
	3. Total	934	13789	7167	6289	114,4	174,3	117,0	478,6
Exportação	Total	823	0	0	8214	100,8	0,0	0,0	625,0
Produto	Total (1)	1757	13789	7167	14503	215,2	174,3	117,0	1104,0
Taxa abate	em % (2)	[11]	10	27	55				

(1) Produção de carne = 1.3.+2

(2) Taxa de Abate = nº cabeças abatidas x 100 : Efectivo pecuário; se entre [] = valor assumido (ver metodologia)

(3) peso p. cabeça em carne limpa nos talhos e em Kg: Bov.= 122,5 Ovin= 12,6 Caprin= 16,4 e Suíno= 76,1

1866\1870		Cabeças				Toneladas de carne limpa (3)			
		Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno	Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno
Consumo	1. Talho	1061	7597	5591	1415	174,4	104,7	94,0	108,2
	2. Matança	0	5318	2012	5163	0,0	72,8	33,8	395,0
	3. Total	1061	12915	7603	6578	174,4	177,5	127,8	503,2
Exportação	Total	730	0	0	6686	119,9	0,0	0,0	511,0
Produto	Total (1)	1791	12915	7603	13264	294,2	177,5	127,8	1014,0
Taxa abate	em % (2)	[11]	9	29	51				

(1) Produção de carne = 1.3.+2

(2) Taxa de Abate = nº cabeças abatidas x 100 : Efectivo pecuário; se entre [] = valor assumido (ver metodologia)

(3) peso p. cabeça em carne limpa nos talhos e em Kg: Bov.= 164 Ovin= 13,7 Caprin= 16,8 e Suíno= 76,5

1876-1880		Cabeças				Toneladas de carne limpa (3)			
		Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno	Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno
Consumo	1. Talho	981	9580	4867	2090	195,3	134,1	78,4	157,0
	2. Matança	0	6706	1752	6132	0,0	93,8	28,2	460,0
	3. Total	981	16286	6619	8222	195,3	227,9	106,6	620,0
Exportação	Total	455	0	0	9333	90,5	0,0	0,0	704,0
Produto	Total (1)	1436	16286	6619	17555	285,8	227,9	106,6	1324,0
Taxa abate	em % (2)	[11]	9	25	47				

(1) Produção de carne = 1.3.+2

(2) Taxa de Abate = nº cabeças abatidas x 100 : Efectivo pecuário; se entre () = valor assumido (ver metodologia)

(3) peso p. cabeça em carne limpa nos talhos e em Kg: Bov.= 199 Ovin= 14,0 Caprin= 16,1 e Suíno= 75,2

1881-1885		Cabeças				Toneladas de carne limpa (3)			
		Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno	Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno
Consumo	1. Talho	1032	11925	4918	2400	203,6	163,8	77,2	187,0
	2. Matança	0	8347	1770	5910	0,0	114,3	27,8	460,3
	3. Total	1032	20272	6688	8310	203,6	278,1	105,0	647,3
Exportação	Total	398	0	0	9516	78,5	0,0	0,0	741,0
Produto	Total (1)	1430	20227	6688	17826	282,1	278,1	105,0	1388,3
Taxa abate	em % (2)	[11]	11	24	47				

(1) Produção de carne = 1.3.+2

(2) Taxa de Abate = nº cabeças abatidas x 100 : Efectivo pecuário; se entre () = valor assumido (ver metodologia)

(3) peso p. cabeça em carne limpa nos talhos e em Kg: Bov.= 197 Ovin= 13,7 Caprin= 15,7 e Suíno= 77,9

1886-1890		Cabeças				Toneladas de carne limpa (3)			
		Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno	Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno
Consumo	1. Talho	1252	11262	5598	2643	253,0	157,7	83,4	205,5
	2. Matança	0	7883	2015	7114	0,0	110,3	30,2	552,7
	3. Total	1252	19145	7613	9757	253,0	268,0	113,6	758,2
Exportação	Total	174	0	0	11250	35,1	0,0	0,0	874,0
Produto	Total (1)	1426	19145	7613	9757	288,1	268,0	113,6	1632,2
Taxa abate	em % (2)	[11]	10	27	47				

(1) Produção de carne = 1.3.+2

(2) Taxa de Abate = nº cabeças abatidas x 100 : Efectivo pecuário; se entre () = valor assumido (ver metodologia)

(3) peso p. cabeça em carne limpa nos talhos e em Kg: Bov.= 202 Ovin= 14 Caprin= 15 e Suíno= 77,7

1901\1905		Cabeças				Toneladas de carne limpa (3)			
		Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno	Bov.	Ovin.	Capri.	Suíno
Consumo	Total	1027	20500	6778	10500	203,3	307,5	198,9	997,5
Exportação	Total	386	0	0	12500	76,4	0,0	0,0	1187,0
Produto	Total (1)	1413	20500	6778	23000	279,7	307,5	109,8	2184,5
Taxa abate	em % (2)	[11]	10	25	46				

(1) Produção de carne = 1.3.+2

(2) Taxa de Abate = nº cabeças abatidas x 100 : Efectivo pecuário; se entre () = valor assumido (ver metodologia)

(3) peso p. cabeça em carne limpa nos talhos e em Kg: Bov.= 198 Ovin= 15 Caprin= 16,2 e Suino= 95

1.2.2. A produção pecuária (média anual)

PRODUTOS	MEDIDA	1851\56	1858\65	1866\70	1876\80	1881\85	1886\90	1901\05
CARNES	BOVINO	000KG	225,1	215,2	294,2	285,8	282,1	279,7
	OVINO	000KG	126,4	174,3	177,5	227,9	278,1	307,5
	CAPRINO	000KG	109,5	116,9	127,8	106,5	105,0	109,8
	SUÍNO	000KG	962,7	1104,0	1014,0	1324,0	1388,3	2184,5
PROD.LÁC- TEOS	OVINO	000KG	122,0	130,0	131,0	153,2	159,3	284,8
	CAPRINO	000KG	74,0	73,3	86,0	75,0	78,0	113,0
ESTRUME	OVINO	000KG	65379,0	70400,0	70200,0	91200,0	94800,0	102000,0
Lã	OVINO	000KG	251,0	232,0	223,0	251,0	190,0	350,0
PELES	BOVINO	UNID.	1171	934	1061	981	1032	1027
	OVINO	UNID.	9438	13789	12915	12286	20272	20500
	CAPRINO	UNID.	9240	7167	7603	6619	6688	6778
COL- MEAL	MEL	000KG	41,0	61,8	154,0	73,0	127,0	79,0
	CERA	000KG	20,3	21,6	30,0	13,0	53,0	39,0

Fontes: ver Fontes 1.2.3.2.2.2.

Nota Metodológica:

- a) para a produção de carne limpa ver 1.2.1 neste anexo
- b) A estimativa dos produtos lácteos foi realizada com base nos critérios já aplicados para o Produto Agrícola regional (1858\65) (ver este estudo pp. 116-118)
- c) Produção de estrume = efectivo ovino x 0,5 t/ano (ver este estudo pp. 119-120)
- d) A partir de 1885 a declaração da produção de lã é menos frequente. Assim os dados disponíveis foram confrontados e corrigidos com base em dois critérios: 1º) a partir de 70% do efectivo ovino admitindo um velo por cabeça de 1,9 kgs 2º) o peso dos concelhos do grupo no conjunto da produção distrital da lã: cerca de 52%, entre 1850 e 1885.
- e) Peles = nº de cabeças abatidas para consumo regional (ver 1.2.2.)
- f) Para o mel e cera foi necessário estimar a produção do anos 1901-05: Assumi um valor médio entre o período anterior e o fornecido pelo 1º Inquérito Apícola Nacional (1933-1935), Lisboa, Separata do Boletim de Agricultura (Ano IV, III, Série), 1935

2. Efectivo Pecuário

2.1. Total (em cabeças naturais)

PERÍODO	CAVALAR	MUAR	ASININO	BOVINO	LANIGERO	CAPRINO	SUINO
1855\56	1970	2537	4277	16046	130759	26508	29235
1858\65	1983	2665	4435	15977	140830	26189	26017
1866\70	1882	2898	3915	16283	140329	30773	29837
1875\80	1972	3056	3567	13063	182418	26712	37335
1881\85	2078	3149	3620	13004	189679	28026	38065
1891\95				(12924)	(197580)	(27570)	45000
1901\05	(3211)	(3563)	5023	12843	(205000)	(27114)	50000
1920				12165	221284	26203	38341

Fontes: ver Fontes 1.2.3.2.2.2.

Nota Metodológica: os dados entre parêntesis são estimativas com base em dados distritais ou parciais para alguns dos concelhos do grupo ou partindo do pressuposto que houve uma variação similar para os outros concelhos. O efectivo bovino considerado para 1901\05 é o da Estatística de 1910)

2.2. Gado empregue nos serviços agrícolas e manadio

A= Empregue nos serviços agrícolas

M= Manadio

PERÍODO	CAVALAR		MUAR		ASININO		BOVINO		LANIGERO M	CAPRINO M	SUINO M
	A	M	A	M	A	M	A	M			
1855\56	404	960	1989	154	1189	206	6708	9389	130569	24969	26469
1858\65	(330)	(734)	(2435)	(12)	(1398)	(67)	(6264)	(5306)	140830	26189	26609
1866\70	(312)	(763)	(2453)	(128)	(1172)	(244)	(6790)	(6061)	140329	30773	29837
1875\80	(227)	(956)	(2736)	(50)	(955)	(30)	(5638)	(7102)	182418	26712	37335
1881\85	371	1007	2872	50	1213	96	5539	7465	189679	28026	38065
1891\95									(197580)	(27570)	45000
1901\05									(205000)	(27114)	50000
1920							7393	5450	221284	26203	38341

Fontes: As mesmas do quadro anterior

Nota metodológica: para o período 1858/65, 1866/70 e 1876/80 os dados para o gado maior são, respectivamente, dos anos 1865, 1870 e 1878: para os bovinos, no período 1901\05, os dados referem-se a 1910.

3. Produto Agrícola

3.1. Produto Agrícola Total ou Bruto (P.A.T.): em contos de reis e a preços constantes (preços médios 1858\65)

3.1.1. Produto vegetal:

PRODUTOS	1851\56	1858\65	1866\70	1876\80	1881\85	1886\90	1901\05	
CEREAIS	TRIGO	557,0	562,9	516,3	415,1	313,6	501,5	803,0
	CENTEIO	102,7	88,6	87,5	34,4	66,9	43,6	46,0
	CEVADA	132,0	145,1	195,3	198,9	167,1	206,8	268,7
	AVEIA	6,1	12,2	10,6	19,1	27,9	39,1	139,8
	MILHO	0,6	0,9	1,5	1,0	1,3	1,8	26,2
	ARROZ	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	PALHA	47,8	48,6	48,7	40,1	34,6	47,6	77,0
LEGUMES E TUBERC.	FEIJÃO	5,6	5,2	3,7	1,3	1,6	5,6	13,3
	GRÃO	2,6	1,9	1,7	2,5	2,3	1,6	5,3
	FAVAS	8,4	5,1	4,7	6,8	5,7	7,5	18,7
	CHICHAROS	0,7	0,9	0,8	0,5	1,3	0,9	1,9
	ERVILHAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	LENTILHAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	TREMOÇOS	0,1	0,2	0,3	0,5	0,7	1,9	1,2
	BATATAS	2,4	2,4	3,1	2,6	2,0	2,0	3,2
FRUTI- CULT.	CITRINOS	7,5	14,0	13,3	21,8	36,4	21,7	4,5
	FRUTS SECS	0,6	1,6	3,3	1,6	1,8	1,8	1,8
VINHA	VINHO	51,6	56,8	111,3	124,4	258,7	469,9	189,0
	AGUARDENTE	10,4	10,5	24,2	18,5	19,5	35,3	17,3
	VINAGRE	4,7	4,9	12,5	10,7	7,6	13,6	0,0
OLIVAL	AZEITE	146,0	130,6	121,7	157,9	122,3	265,6	249,0
SOBRD	CORTIÇA	12,0	24,0	40,0	64,0	102,4	160,0	212,0

Fontes: para os preços ver no texto Tabela 17.

Metodologia: a estimativa da palha foi realizada com base no mesmo critério utilizado para o Produto Agrícola Total regional (=6% do valor dos cereais)

3.1.2. Produto pecuário

PRODUTOS		1851\56	1858\65	1866\70	1876\80	1881\85	1886\90	1901\05
CARNE	BOVINO	36,4	34,8	47,6	46,2	45,7	46,7	45,3
	OVINO	15,1	20,9	21,3	27,4	33,3	32,2	36,9
	CAPRINO	13,1	14,0	15,3	12,7	12,6	13,6	13,1
	SUINO	182,9	209,7	192,6	251,5	263,7	310,0	415,0
PROD. LACTEOS	OVINO	21,9	26,0	26,2	30,6	31,9	50,0	57,0
	CAPRINO	13,3	14,7	17,2	15,0	15,6	23,0	22,6
ESTRUME	OVINO	163,0	176,0	175,5	228,0	237,0	247,0	255,0
Lã	OVINO	68,5	63,3	60,9	68,5	51,9	64,4	95,2
PELES	BOVINO	3,5	2,8	3,1	2,9	3,0	3,7	3,0
	OVINOS	2,6	3,8	2,1	3,4	1,9	5,3	5,7
	CAPRINO	2,5	2,0	3,6	1,8	5,6	2,1	1,9
COL-MEAL	MEL	5,7	8,7	21,7	10,3	17,9	18,6	11,1
	CERA	5,6	6,0	8,3	3,6	14,7	17,5	10,8

Fontes: para os preços ver no texto Tabela 20, p. 121

3.1.3. Por grupos de produtos: em valor

PRODUTOS	1851\56	1858\65	1866\70	1876\80	1881\85	1886\90	1901\05
CEREAIS E PALHAS	852,4	858,2	859,7	708,6	611,4	840,4	1360,6
LEGUMES E TUBERC.	19,1	15,7	14,4	14,4	13,7	19,6	43,5
FRUTOS	8,1	15,6	16,6	23,4	38,2	23,5	6,3
VINHO E DERIVAD.	66,6	72,2	147,9	153,5	285,8	518,7	206,3
AZEITE	146,0	130,6	121,7	157,9	122,3	265,6	249,0
CORTIÇA	12,0	24,0	40,0	64,0	102,4	160,0	212,0
PRODUTO VEGETAL	1104,2	1116,3	1200,3	1121,8	1173,8	1827,8	2077,7
CARNE E PELES	256,0	288,0	286,0	345,9	365,8	413,6	520,9
P.LACTEOS	35,2	40,7	43,4	45,6	47,5	73,0	79,6
ESTRUME	163,0	176,0	175,5	228,0	237,0	247,0	255,0
LÁ	68,5	63,3	60,9	68,5	51,9	64,4	95,0
MEL E CERA	11,3	14,7	30,0	13,9	32,5	36,0	21,9
PRODUTO PECUÁRIO	534,0	583,7	595,8	701,9	734,7	834,0	972,4
PRODUTO TOTAL	1638,0	1700,0	1796,1	1823,7	1908,5	2662,0	3050,1

Fonte: ver neste anexo 3.1.1. e 3.1.2.

3.2. Produto Agrícola Final (P.A.F.): em contos de reis e preços constantes (base preços médios 1858\65)

3.2.1. As culturas arvenses

3.2.1.1. Percentagem da Produção total abatida para o consumo do gado e sementes

PRODUTOS	1851\56	1858\65	1866\70	1876\80	1881\85	1886\90	1901\05
TRIGO	19,5	19,7	16,0	19,3	24,0	15,8	15,4
CENTEIO	16,0	19,4	12,0	20,9	23,4	17,8	15,0
CEVADA	16,0	16,7	15,0	15,0	18,9	14,2	13,0
AVEIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ARROZ	10,0						
MILHO	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
FEIJÃO	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0
GRÃO	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0
FAVAS	65,0	65,0	65,0	65,0	65,0	65,0	65,0
CHICHAROS	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0
ERVILHAS	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0
LENTILHAS	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0
TREMOÇOS	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0
BATATAS	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0

Nota: Para os cereais, a porção gasta para as sementes e penso para gado foi estimada com base nos dados (médias) para o concelho de Évora publicados por Rita da Conceição C. Martins de Sousa, 1990; para os restantes produtos seguiu o critério utilizado na estimativa do P.A.F. regional (ver texto pp 95-96, 103, 120-21)

3.2.1.2. A parte das culturas arvenses no P.A.F. (em contos)

PRODUTOS	1851\56	1858\65	1866\70	1876\80	1881\85	1886\90	1901\05
TRIGO	448,7	452,0	433,7	335,0	238,3	422,3	679,3
CENTEIO	86,2	71,4	77,0	27,2	51,2	35,8	39,1
CEVADA	110,0	120,8	166,0	169,0	135,5	177,4	233,7
AVEIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ARROZ	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MILHO	0,5	0,8	1,3	0,9	1,2	1,7	23,6
PALHA	12,0	12,9	13,6	10,6	8,5	12,7	19,5
TOTAL CEREAIS	651,0	657,9	691,5	542,7	434,7	649,9	995,3
FEIJÃO	3,5	3,3	2,3	0,8	1,0	3,5	8,4
GRÃO	1,6	1,2	1,1	1,6	1,5	1,0	3,3
FAVAS	2,9	1,8	1,7	2,4	2,0	2,6	6,6
CHICHAROS	0,4	0,5	0,5	0,3	0,8	0,6	1,2
ERVILHAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
LENTILHAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TREMOÇOS	0,06	0,1	0,2	0,3	0,4	1,2	0,7
BATATAS	2,0	2,1	2,7	2,2	1,7	1,7	2,7
TOT.LEG E TUB	10,5	9,0	8,4	7,8	7,5	10,6	22,9

4. Áreas de Cultura

4.1. Indicadores directos

4.1.1. Área das Culturas Arvenses (em hectares)

ANO	Concelhos †	Trigo	Centeio	Cevada	Aveia	Milho	Cereais	Legumes	C.Arvenses	Fontes
1882	ÉVORA E VIANA A.	17476	2886	7527	217	59	28165			(1)
1890?		13420	5200	3925	4059	1389	27993	3487	31480	(2)
1903		23676	3829			187				(1)
1916		17962								(3)
1877	REGUENGOS	4662	216	3095	165	0	8138	34	8172	(1)
1882		1632	138	860	72	0	2702			(1)
1885		6000	226	4444			10670			(1)
1903		13164	1008							(1)
1916		9006								(3)

† Para poder utilizar os dados da Monografia referida em (2) agreguei os concelhos de Évora e Viana do Alentejo

(1) A.D.E.:N.G.C.: Mçs. 11, 153, 222, 613, 779, 785, 893 (inclui indicações para outros concelhos do Distrito de Évora, mas os dados são ainda mais confusos e as variações inverosímeis)

(2) "Monografia do Concelho de Évora", in Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 7º ano (1895), nº 3, Lisboa, I.N., 1899

(3) Duarte Abecassis, 1926

4.1.2. Área da viticultura (em hectares)

Ano	Évora	Viana	Portel	Reguengos	Mourão	Redondo	Total
1877				915,0			
1882	728,4	1,6	19,4	1171,4	53,3	442,2	2416,2
1883			80,0	1350,0		730,0	
1885	2020,0	18,0	150,0	2108,0	80,0	795,0	5171,0
1886	2767,0	41,0	150,0	2108,0	537,0	795,0	6398,0
1887	2767,0	49,0	150,0	2110,0	537,0	795,0	6408,0
1888	2769,0	70,0	150,0	2111,0	537,0	807,0	6444,0
1894?		1790,0	186,0				

Fontes: além das indicadas nas notas (1) e (2) do quadro anterior ver A.D.E.:N.G.C.:Mçs 517 e 776

4.2. Indicadores Indirectos

4.2.1. Sementeira de cereais no Concelho de Évora (milhares de hectolitros)

Período	Trigo	Centeio	T + C	Cevada	Aveia	C + A	Total
1836	18,3	7,0	25,3	8,7	-	8,7	34,0
1841	17,6	6,3	23,9	7,0	-	7,0	30,9
1848	19,1	6,1	25,2	6,1	-	6,1	31,3
1850\53	19,1	6,1	25,2	6,1	-	6,1	31,3
1858\65	22,6	7,0	29,2	12,2	1,4	13,6	43,2
1866\70	29,0	4,0	33,0	12,0	0,7	12,7	45,8
1871\75	13,8	1,5	14,5	13,1	0,3	13,4	28,7
1876\80	13,1	1,3	14,4	10,2	0,3	10,5	24,9
1881\85	13,5	1,4	14,9	10,9	0,3	11,2	26,1
1886\90	14,0	1,5	15,5	12,0	0,4	12,4	27,9
1891\95	13,5	1,5	15,0	11,8	5,8	17,6	32,6
1896\900	20,0	1,8	21,8	13,6	8,0	21,6	43,4
1901\05	17,6	1,5	19,1	13,6	8,4	22,0	41,2
1906\10	19,0	1,9	20,9	14,8	7,1	85,0	106,7

Fonte: Rita da Conceição C.M. de Sousa, 1990, 295 ss (cálculos meus: a sementeira de aveia em 1906\10 deve ser 7,1 mil hectolitros e não os 71 que se obtem a partir dos dados da autora, dado inverosímil pois suponha uma área de cultura próxima dos 40 mil hectares como se deduz do quadro seguinte)

4.2.2. Estimativa da área de cultura de cereais no Concelho de Évora (hectares)

Período	Trigo	Centeio	T + C	Cevada	Aveia	C + A	Total
1836	18300	12000	30300	6000	-	6000	36300
1841	17600	10862	28462	4827	-	4827	33289
1848	19100	10517	28617	4206	-	4206	32823
1850\53	19100	10517	29617	4206	-	4206	33823
1858\65	22600	12068	34668	8400	804	9204	43872
1866\70	29000	6896	35896	8400	402	8802	44698
1871\75	13800	2586	16386	9034	172	9206	25592
1876\80	13100	2241	15341	7034	172	7206	22547
1881\85	13500	2413	15913	7517	172	7689	23602
1886\90	14000	2586	16586	8275	229	8504	25090
1891\95	12300	2586	14886	8000	3300	11300	26186
1896\900	18180	3100	21280	9379	4597	13976	35256
1901\05	16000	2586	18586	9379	4827	14206	32792
1906\10	17200	3275	20475	10206	4080	14286	34761

Fonte: quadro anterior

Metodologia: a estimativa é realizada com base na densidade das sementeiras. Admito que até ao final da década de 1880 a densidade das sementeiras permaneceu estável ou seja: trigo= 6 alq ou 100 litros; centeio= 58 litros; cevada= 10 alq ou 145 litros e aveia= 12 alq ou 174 litros (dados de 1882; A.D.E.:N.G.C:Mç 153); com a difusão dos adubos químicos, aplicados ao trigo é natural que ela tenha aumentado pelo menos cerca de 10%. Os resultados obtidos são compatíveis com as poucas indicações que encontrei sobre áreas de cultura de cereais para o concelho de Évora: anos de 1882 (identif. completa), 1885 (grande diferença mas só no trigo) e 1903 (ident. completa): Cf. A.D.E.:N.G.C.:Mçs 153, 222, 779 e 785.

5. Indicadores de Produtividade

5.1. Nas culturas

5.1.1. Cerealicultura

5.1.1.1. Rendimento por Semente

A) Dados das fontes

Tr = trigo Cn = centeio Cv= cevada

Ano	Évora			V. Alentejo			Portel			Reguengos			Mourão			Redondo		
	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv
1838				7,1	2,2	20				6	6	5	6	6	6			
1852	4,5	5	5	5,5	7,5	7	4,5	5,5	7,3	6	6	8	6	8	8	6	6	8
1877\8										6	8	8						
1903	7,0	7,5		9,0	9,0		7,7	6,0		7	6,8		6	6		6	7	
Ano	Alandroal			Arraiolos			Borba			Estremoz			Montemor Nv			V. Viçosa		
	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv	Tr	Cn	Cv
1838				6	10	12	10	5	8	9	10	10	4,2	4,1	6,0	6	8	8
1852	5,7	5,2	7	5	6	7	6	6	7	7,4	7	9	6,2	8,0	10,0	6,9	6,6	7
1882\5				7	6	9										10,0	4,0	12
1885																6,0	8,0	8
1886																6,0	8,0	7
1903	7,5	6,6		5	3		5,5	5,5		8	8							

Fontes: A.D.E: N.G.C.: Mçs 11, 20, 84, 153, 222, 398, 581, 616, 779, 804

B) Estimativa com base na razão colheita\sementeira

Período	Concelho de Évora (1)			
	Trigo	Centeio	Cevada	Aveia
1836\40	6,0 (1840)	6,0 (1840)	8,0 (1840)	
1841\45	8,8 (1842)	9,0 (1842)	9,0 (1842)	
1846\50	6,0	6,5	7,0	
1851\55	5,5	8,0	11,0	7,0
1856\57	4,0			3,5
1858\65	5,0	5,1	6,0	5,1
1866\70	5,9	7,1	7,0	5,3
1871\75	6,7	6,6	5,7	5,4
1876\80	5,2	4,8	6,6	5,7
1881\85	4,1	4,6	5,5	5,2
1886\90	6,3	5,6	7,0	9,2
1891\95	6,1	5,9	7,0	7,7
1896\1900	6,0	5,8	8,0	7,6
1901\05	7,2	8,6	8,6	9,0
1906\10	17,2	11,7	10,3	12,0
1911\14	14,7	6,9	6,4	7,2

(1) calculado com base na razão entre a quantidade produzida e as sementes utilizadas.

Fonte: Rita da Conceição C.M. de Sousa, 1990, 295 ss (cálculos meus); para alguns períodos só disponíveis dados para um ano

5.1.1.2. Rendimento por hectare

S= sementeira por hectare (em quilos) P= produção por hectare (em quilos)

ANO	1877 (1)		1899(2)		1903 (3)		1903 (1)		1903 (4)		1903 (5)	
	S	P	P	S	S	P	S	P	S	P	S	P
Trigo	54	320	59	411	72	416	60	369	60	504	60	369
Centeio	(1)	(1)	28	370	37	184	29	206	40	221	29	204
Cevada	68	547	87	940								
Aveia	63	505	37	495								

Notas:(1) Concelho de Reguengos (dados da fonte para o centeio (1877): S= 164 litros e P=1321 litros por hectare; comparar com o concelho de Évora no Quadro 2.5.2.2.) ; (2) Herdade da Pereira, Concelho de Évora, Frg. S.Jordão: 1899, do ponto de vista da queda e distribuição das chuvas foi "um ano médio"; (3) Concelho de Viana; (4) Concelho de Portel; (5) Concelho do Alandroal

Fontes: A.D.E.N.S.C.: Mçs 11 e 779; para a Herdade da Pereira ver Mariano Feio (e João Cabral da Silveira), 1988b, 91

Metodologia: Os dados de 1877 e 1903 foram convertidos a quilos seguindo o critério adotado para a conversão das produções unitárias da Herdade da Pereira: 100 l = 80 kg para o trigo; nos restantes seguiu a tabela que se encontra no Cap.I.-anexo II, 1.2. Os rendimentos unitários para os Concelhos de Évora/Viana e Portel para o final da década de 1880 ou início da seguinte publicados nas "Monografia do Concelho de Portel" e "Monografia do Concelho de Évora", in Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 6º ano (1894), nº 10 e 7º ano (1895), nº 3 não foram considerados por deficientes como o demonstrou Mariano Feio (e João Cabral da Silveira), 1988b, 91

5.2. Peso médio do gado (em quilos)

I= Na Área de Évora

II= No Distrito de Évora

Período	PESO LIMPO NOS TALHOS E MATANÇAS PARTICULARES									PESO BRUTO	
	Vacas\Bois		Vitelos		Carneiros		Chibatos		Porcos		Porcos (*)
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	
1854\55	134,2	134,5	47,0	60,2	13,6	14,1	16,4	15,1	73,7	76,4	
1858\65	130,1	130,0	41,0	57,2	12,6	13,0	16,4	14,3	76,1	77,3	83,1
1866\70	175,9	164,0	51,1	62,8	13,8	13,6	16,8	14,6	76,5	80,2	89,2
1876\80 (1)	205,4	200,6	61,1	70,0	14,0	12,4	16,1	17,4	75,4	75,3	
1881\85	205,5	205,3	60,6	68,1	13,7	14,0	15,7	13,8	77,9	81,0	92,8
1886\90 (2)	210,3	206,9	68,3	62,0	14,0	14,6	14,9	14,3	77,7	78,6	
1891\95	201,3		60,9		14,2		17,2		80,3		
1896\1900	210,0		69,8		15,8		14,1		83,7		
1901\05	200,0		60,0		15,1		16,2		95,0		
1906\11 (3)	212,0		54,0		17,8		14,2		101,0		

(1) Para o distrito, dados só para o ano 1879

(2) Para o distrito, dados só para o ano 1886

(3) Dados apenas do "gado abatido para consumo nas capitais de distrito" entre 1909 e 1911

(*) Peso bruto médio dos suínos que entraram nos mercados de Évora, Estremoz e Montemor-o-Novo

Fontes: "Mapa das carnes verdes consumidas no Distrito de Évora", "Mapa dos porcos que foram consumidos nos talhos públicos e matanças particulares (Distrito de Évora)" "Mapa demonstrativo da quantidade de gado suíno que concorreu aos mercados de Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo (...) e destino que teve e da quantidade daquele que foi consumido nos outros concelhos": A.D.E.: N.G.C.: Mçs 29, 63, 80, 81, 83, 95, 126, 156, 281, 271, 376, 379, 398, 410, 445, 517, 551, 554, 573, 581, 726, 681, 893, 987, 999, 1085; Boletim Pecuário, Lisboa, I.N., 1909-1911

